Nesta obra iconoclástica e provocadora, Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman, dois dos principais arqueólogos em atividade, revêem tudo o que já se afirmou sobre a nação de Israel e seus vizinhos dos tempos bíblicos. Os autores revelam que muitas das mais famosas histórias da Bíblia — como o êxodo do Egito, a conquista da Terra Prometida e a formação do grande império de Davi e Salomão —, em vez de refletir fatos históricos reais, correspondem antes à visão dos redatores, que escreveram o texto sagrado numa época posterior.

Ao desafiar a leitura fundamentalista das Escrituras, com base nas mais recentes descobertas arqueológicas, *A Bíblia não tinha razão* apresenta uma visão controvertida sobre os motivos ideológicos que levaram à redação da Bíblia e por que ela exerce tamanha influência espiritual e emocional em nossos dias.

a cabeça nas nuvens
os pés no chão

ISBN 85-89876-18-7

Israel Finkelstein
Neil Asher Silberman

A Bíblia não tinha razão

A Bíblia não tinha razão

Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman

A GIRAFA

Copyright © 2003 A Girafa Editora Ltda.
Copyright © 2001 Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman
Título do original:
The Bible Unearthed: Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts

Não é permitida a reprodução desta obra, parcial ou integralmente, sem a autorização expressa da editora e do autor.

Coordenação editorial
Estúdio Sabiá

Capa
LY2 - Comunicação Visual

Projeto gráfico e diagramação
Claudio braghini Junior/Casa de Idéias

Preparação de texto e indexação
Magda Montenegro

Revisão
Andréia Moroni
Ceci Meira
Viviane Campos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Finkelstein, Israel
A Bíblia não tinha razão / Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman; [traduzido por Tuca Magalhães. -
São Paulo : A Girafa Editora, 2003.

Título original: The Bible unearthed
ISBN 85-89876-09-8

1. Bíblia - Antiguidades 2. Bíblia - Autoridade, testemunhos etc. 3. Bíblia - História. 4. Israel - História I. Silberman, Neil Asher, 1950. II. Título.

036384 CDD-220.95

Índices para catálogo sistemático:
1. Bíblia : Arqueologia : Historicidade 658.4092

Terceira edição 2005

Os direitos para publicação desta obra em língua portuguesa estão reservados por
A GIRAFA EDITORA LTDA.
Av. Angélica, 2503, cj. 125
01227-200 - São Paulo - SP
www.agirafa.com.br
agirafa@agirafa.com.br

Sumário

Agradecimentos 7

PRÓLOGO — **No tempo do rei Josias** 11

INTRODUÇÃO — **A arqueologia e a Bíblia** 15

PARTE 1 — A Bíblia como história?

I. Em busca dos patriarcas 45

II. O Êxodo aconteceu? 74

III. Conquista de Canaã 106

IV. Quem eram os israelitas? 139

V. Memórias de uma era de ouro? 174

PARTE 2 — Ascensão e queda do antigo Israel

VI. Um Estado, uma nação, um povo?: c. 930-720 a.C. 207

VII. Primeiro reino esquecido de Israel: 884-842 a.C. 234

VIII. Na sombra do império: 842-720 a.C. 269

PARTE 3 — Judá e a criação da história bíblica

IX. Transformação de Judá: c. 930-705 a.C. 311

X. Entre a guerra e a sobrevivência: 705-639 a.C. 339

XI. Uma grande reforma: 639-586 a.C. 370

XII. Exílio e retorno: 586-440 a.C. 397

EPÍLOGO — **Futuro do Israel bíblico** 421

APÊNDICE A - Teorias da historicidade da era patriarcal 427

APÊNDICE B - Em busca do Sinai 436

APÊNDICE C - Teorias alternativas da conquista israelita 439

APÊNDICE D - Por que a arqueologia tradicional do período de Davi e de Salomão está errada 453

APÊNDICE E - Identificando a era de Manassés no registro arqueológico 459

APÊNDICE F - Quão vasto era o reino de Josias? 461

APÊNDICE G - Fronteiras da província de Yehud 470

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 473

Índice geral 501

Agradecimentos

A idéia deste livro nasceu há quase oito anos, na costa do Maine, durante um sereno final de semana de verão com nossas famílias. A discussão sobre a confiabilidade da Bíblia começava, de novo, a atrair considerável atenção fora dos círculos acadêmicos, e chegamos à conclusão de que era necessário um livro atualizado sobre o tema, para os leitores comuns. Nesse livro, poderíamos descrever o que acreditávamos ser uma persuasiva evidência arqueológica e histórica para nova compreensão do aparecimento do antigo Israel, e o surgimento de seus textos históricos sagrados.

Durante os últimos anos, a batalha arqueológica a respeito da Bíblia tornou-se demasiada e progressivamente amarga. E se afundou — em alguns momentos e em alguns lugares — em ataques pessoais e acusações por motivos políticos ocultos. O Êxodo de fato aconteceu? Houve a conquista de Canaã? Davi e Salomão governaram mesmo um vasto império? Perguntas como estas têm atraído a atenção de jornalistas e críticos em todo o mundo. E, com muita freqüência, a discussão pública de cada uma dessas questões foi além dos limites da arqueologia acadêmica e da crítica bíblica, para as esferas apaixonadamente controvertidas da teologia e da crença religiosa.

Apesar das paixões provocadas pelo tema, acreditamos que a reavaliação dos achados de antigas escavações e as contínuas descobertas de outros sítios arqueológicos deixam claro que os estu-

diosos precisam abordar hoje, sob nova perspectiva, os problemas relacionados com as origens bíblicas e da antiga sociedade israelita. Nos capítulos seguintes, vamos apresentar evidências para defender essa contradição e para reconstruir uma história bem diferente da antiguidade de Israel. Os leitores julgarão por si mesmos se nossa reconstrução se adapta aos indícios disponíveis.

Antes de começar, precisamos destacar algumas informações a respeito de fontes e de transliterações. Todas as nossas citações diretas do texto bíblico foram tiradas da versão revisada padrão, VRP, da Bíblia judaica. Embora tenhamos utilizado essa versão quando nos referimos ao nome do Deus de Israel dentro das citações, usamos o nome YHWH no nosso texto para designar o tetragrama — as quatro letras hebraicas que formam o nome de Jeová — ou o nome explícito de Deus. Na VRP, ele é representado pela palavra SENHOR, enquanto Elohim ou Elohei é representado pela palavra 'Deus'.

Em relação à cronologia bíblica, com suas incertezas e armadilhas, decidimos que uma combinação de sistemas de datas oferece a melhor correspondência para a realidade arqueológica emergente: desde o início da monarquia israelita até o tempo de Acab, seguimos as datas determinadas em *The chronology of the kings of Israel and Judah* (A cronologia dos reis de Israel e de Judá), de Gershon Galil (Leiden, 1996). Para as datas dos reinos subseqüentes, dos reis israelitas e judaicos, seguimos o artigo de Mordecai Cogan sobre cronologia, no *Anchor Bible Dictionary* (New York, 1992). Por certo, muitas dúvidas — relacionadas com as datas precisas de reis mais antigos, co-regências posteriores e contradições dentro do material bíblico — permanecem, mas sentimos que, em geral, esse esquema cronológico é confiável para os propósitos deste trabalho.

As renovadas escavações de Tel Megiddo, realizadas pela Universidade de Tel Aviv em parceria com a Pennsylvania State University (Universidade do Estado da Pensilvânia), ofereceram oportunidade excepcional para raciocinar, refletir e discutir com colegas sobre o material incluído neste livro. Gostaríamos de estender nossos agradecimentos especiais aos outros co-diretores da Expedição Megiddo, os professores David Ussishkin e Baruch Halpern, e para os muitos profissionais e membros da equipe dessa expedição que desempenharam, durante anos, papel fundamental nas escavações e no amplo trabalho erudito de arqueologia bíblica.

A pesquisa e o registro inicial do texto deste livro foram realizados por Israel Finkelstein durante um ano sabático passado em Paris, e por Neil Asher Silberman, em New Haven. O professor Pierre de Miroschedji, colega e amigo, ajudou a tornar possível uma temporada produtiva e prazerosa em Paris. Durante a elaboração deste livro, várias bibliotecas ofereceram excelentes centros de pesquisa: a biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv; o Instituto Católico do Centro de Arqueologia Oriental, na Sorbonne, e a Seção de Estudos Semíticos do Collège de France (Colégio da França), em Paris; e, em Yale, a Sterling Memorial Library e a biblioteca da Yale Divinity School.

Temos profunda gratidão por Judith Dekel, do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, que preparou os mapas, diagramas e desenhos que aparecem neste livro.

Os professores Baruch Halpern, Nadav Naaman, Jack Sasson e David Ussishkin foram generosos em conselhos e com seus conhecimentos; muito nos ajudaram com perguntas que fizemos e que nos foram respondidas — em telefonemas tarde da noite, para Nadav Naaman e Baruch Halpern, que nos auxiliaram na classificação de problemas complexos de redação dos textos e da história bíblica.

Baruch também leu e discutiu conosco os primeiros rascunhos de muitos dos capítulos. Somos gratos a esses e a outros amigos e colegas a quem consultamos, mas ainda assim queremos deixar claro que a responsabilidade pelo resultado final é inteiramente nossa.

Em Nova York, nossa agente literária Carol Mann conduziu habilmente o projeto, da primeira idéia até a sua publicação. Na Free Press, queremos agradecer ao editor assistente, Daniel Freedberg, por sua eficiência e ajuda incessante em cada etapa do trabalho. O editor sênior Bruce Nichols foi defensor entusiasmado e incansável deste livro desde o começo; graças ao seu discernimento perceptivo e talento editorial, a evolução do nosso manuscrito foi incomensuravelmente aperfeiçoada.

Por fim, nossas famílias — Joëlle, Adar e Sarai Finkelstein e Ellen e Maya Silberman — merecem parte substancial do crédito, por seu amor, paciência e disposição para perdoar muitos finais de semana ocupados e nossa ausência em vários encontros familiares enquanto este livro tomava forma. Esperamos que o resultado de nossos esforços justifique a confiança depositada em nós e nessa idéia de um livro sobre a arqueologia e a Bíblia, que se moldou primeiro na presença delas, há poucos anos apenas.

I. F.
N. A. S.

Prólogo

No tempo do rei Josias

O mundo no qual a Bíblia foi criada não era um reino mítico de grandes cidades e heróis santificados, mas um pequeno reino, simples, onde as pessoas lutavam por seu futuro, contra os medos, compreensivelmente humanos, da guerra, da pobreza, da injustiça, das doenças, da fome e da seca. A saga histórica contida na Bíblia — do encontro de Abraão com Deus e sua jornada para Canaã à libertação da escravidão dos filhos de Israel por Moisés, à ascensão e queda dos reinos de Israel e Judá — não foi uma revelação miraculosa, mas um inteligente produto da imaginação humana; sua concepção teve início — como os recentes achados arqueológicos sugerem — durante o breve espaço de tempo de duas ou três gerações, há cerca de 2.600 anos. O local de nascimento foi o reino de Judá, região pouco povoada por pastores e fazendeiros, assentada de forma precária no meio de uma terra montanhosa, sobre estreito espinhaço, entre ravinas escarpadas e rochosas e governada por uma cidade real afastada.

Durante poucas décadas notáveis de efervescência espiritual e agitação política, perto do final do século VII a.C., uma improvável coalizão de oficiais da corte de Judá — escribas,

sacerdotes, camponeses e profetas — se formou para criar um movimento. No seu âmago estava uma escritura sagrada de incomparável gênio literário e espiritual: era uma saga épica, composta por uma surpreendente coleção de escritos históricos, memórias e lendas, contos folclóricos e historietas, propaganda real, profecia e poesia antiga. Uma parte dela era composição original e a outra, uma adaptação de fontes e versões antigas, mas aquela obra-prima literária passaria por nova edição e elaboração, a fim de tornar-se uma âncora espiritual não apenas para os descendentes do povo de Judá, mas para comunidades do mundo inteiro.

O âmago histórico da Bíblia nasceu no alvoroço das ruas apinhadas de Jerusalém, nas cortes do palácio real da dinastia do rei Davi e no Templo do Deus de Israel. Num perfeito e rematado contraste com os outros incontáveis santuários do antigo Oriente Próximo, com sua disposição ecumênica de conduzir as relações internacionais por meio da adoração dos deuses e dos símbolos dos aliados, o Templo de Jerusalém permaneceu insistentemente solitário. Em reação ao ritmo e ao alcance das mudanças levadas a Judá do exterior, os líderes do século VII, em Jerusalém, governados pelo rei Josias — décima sexta geração de descendentes do rei Davi — declararam que todos os traços de adoração estrangeira eram um anátema e, na verdade, a causa das desgraças que ocorriam em Judá. Eles iniciaram uma campanha enérgica de purificação religiosa no território do reino e ordenaram a destruição de santuários rurais, declarando-os fontes do mal. Dali em diante, o Templo de Jerusalém, com seu santuário, o altar e os pátios internos que o circundavam no alto da cidade, seria reconhecido como o único e legítimo lugar de adoração para o povo de Israel. Com essa inovação, nasceu o

monoteísmo* moderno. Ao mesmo tempo, as ambições políticas dos líderes de Judá cresceram; tais ambições pretendiam fazer do Templo de Jerusalém e do palácio real o centro de amplo reino pan-israelita, a realização do lendário reino unificado de Israel, de Davi e Salomão.

Como é estranho pensar que Jerusalém só ressurgiu bem mais tarde — e repentinamente — no centro da consciência israelita! Tal é o poder da própria história da Bíblia, que persuadiu o mundo de que Jerusalém era fundamental para o completo conhecimento de Israel e de que os descendentes de Davi sempre foram abençoados por uma santidade especial ao invés de serem apenas outro clã aristocrático lutando para permanecer no poder, apesar das disputas internas e das ameaças externas sem precedentes.

Quão pequena pareceria a cidade real a um observador moderno! No século VII a.C., a área construída de Jerusalém cobria extensão de não mais que 150 acres, cerca de metade do tamanho da atual Cidade Velha de Jerusalém. Sua população de cerca de 15 mil habitantes dificilmente a faria parecer muito mais que uma pequena cidade-mercado do Oriente Médio, amontoada atrás de muralhas e portões, com bazares e casas agrupadas a oeste e ao sul

* Por monoteísmo israelita aludimos à adoração ordenada biblicamente de um só deus, num só lugar – o Templo de Jerusalém – que era impregnado de santidade especial. A moderna literatura erudita identificou largo espectro de modos de adoração, no qual um único deus é central, mas não exclusivo (i.e., acompanhado por deidades secundárias e vários seres celestiais). Reconhecemos que durante o último período monárquico, e por um longo intervalo de tempo depois, a adoração ao Deus de Israel era regularmente acompanhada pela veneração dos atendentes divinos e de outros seres celestiais. No entanto, sugerimos que mudança decisiva na direção do monoteísmo moderno tenha sido feita no tempo de Josias, com as idéias do Deuteronômio.

de um modesto palácio real e do complexo do Templo. Ainda assim, Jerusalém jamais tinha sido tão grande. No século VII, ela ultrapassava seus limites, com uma população inflada de funcionários reais, sacerdotes, profetas, refugiados e camponeses desalojados da área rural; poucas cidades, de qualquer era histórica, mantêm-se tão conscientes de sua história, identidade, destino e direta relação com Deus.

Essas percepções novas da antiga Jerusalém e das circunstâncias históricas que provocaram o nascimento da Bíblia se devem, em grande medida, às recentes descobertas da arqueologia; seus achados revolucionaram o estudo do antigo Israel e jogaram sérias dúvidas sobre as bases históricas de muitas narrativas bíblicas, como as peregrinações dos patriarcas, o êxodo do Egito e a conquista de Canaã, e o glorioso império de Davi e Salomão.

Este livro pretende contar a história do antigo Israel* e o nascimento de suas sagradas escrituras sob nova perspectiva arqueológica. O objetivo é tentar separar a história da lenda. Por meio da evidência de recentes descobertas, construiremos outra história do antigo Israel, na qual alguns dos mais célebres acontecimentos e personalidades mencionados na Bíblia desempenham papéis inesperadamente diferentes. Enfim, nossa premissa não é a mera desconstrução; é partilhar os discernimentos arqueológicos — ainda muito desconhecidos fora dos círculos eruditos — não apenas sobre quando, mas também sobre por que a Bíblia foi escrita e por que permanece tão influente até hoje.

* Ao longo deste livro usamos o nome 'Israel' em dois sentidos distintos e alternados: como o nome do reino do norte e como nome coletivo para a comunidade de todos os israelitas. Na maioria dos casos, é referência ao reino do norte como o 'reino de Israel', e à comunidade em sentido amplo como o 'antigo Israel', ou o 'povo de Israel'.

Introdução

A arqueologia e a Bíblia

A história de quando e como foi escrita a Bíblia — e de como se ajusta na extraordinária história do povo de Israel — está estreitamente ligada a um conto fascinante da descoberta moderna. Centralizou-se a busca numa extensão pequena de terra, confinada em dois lados pelo deserto e em um lado pelo Mediterrâneo, que tem sido, através dos milênios, flagelada pela seca recorrente e por um estado de guerra quase permanente. Suas cidades e sua população eram minúsculas, comparadas com as dos impérios vizinhos do Egito e da Mesopotâmia; da mesma maneira, seus elementos culturais eram pobres, se confrontados com o esplendor e a extravagância dos outros. E ainda assim essa terra foi o local de nascimento de uma obra-prima literária, que exerceu impacto incomparável na civilização do mundo como sagrada escritura e como história.

Mais de duzentos anos de estudos detalhados do texto hebraico da Bíblia e de extensas explorações em todas as terras entre os rios Nilo, Tigre e Eufrates permitiram-nos começar a compreender quando, por que e como a Bíblia existiu. A análise detalhada da língua e dos distintos gêneros literários da Bíblia levou os estudiosos a identificar as fontes orais e escritas sobre as quais está baseado o atual texto bíblico. Ao mesmo tempo, a arqueologia produziu

formidável conhecimento, quase enciclopédico, sobre as condições materiais, as línguas, as sociedades e o desenvolvimento histórico dos séculos durante os quais as tradições do antigo Israel gradualmente se cristalizaram, transpondo cerca de seiscentos anos, mais ou menos de 1000 a 400 a.C. Mais importante de tudo, a compreensão textual combinada com a evidência arqueológica contribuiu para que fosse possível distinguir entre o poder e a poesia da saga bíblica e os acontecimentos e processos realistas da antiga história do Oriente Próximo.

Nunca desde os tempos antigos o mundo da Bíblia foi tão acessível e tão integralmente explorado. Hoje, por meio de escavações arqueológicas, conhecemos que safras os israelitas e seus vizinhos cultivavam, o que comiam, como construíram suas cidades e com quem comercializavam. Dúzias de metrópoles e cidades mencionadas na Bíblia foram identificadas e descobertas. Os métodos modernos de escavação e um amplo espectro de testes de laboratório têm sido usados para datar e analisar a civilização dos antigos israelitas e as de seus vizinhos, os filisteus, fenícios, araméus, amonitas, moabitas e edomitas. Em alguns casos, foram descobertos selos chancelados e inscrições que podem estar diretamente associados com indivíduos citados no texto bíblico. Mas isso não significa que a arqueologia provou ser verdadeira a narrativa bíblica, em todos os seus detalhes. Longe disso: agora é evidente que muitos eventos da história bíblica não aconteceram numa determinada era ou da maneira como foram descritos. Alguns dos eventos famosos da Bíblia jamais aconteceram inteiramente.

A arqueologia ajudou-nos a reconstruir a história oculta da Bíblia, tanto no plano dos grandes reis e reinos como nos modos e hábitos da vida diária. E, como será explicado nos próximos capítulos, sabemos agora que os livros da Bíblia mais antigos e suas famosas narrativas sobre a história israelita antiga foram primeiramente codificados e, em certos aspectos fundamentais, escritos em lugar e tempo determinados: Jerusalém no século VII a.C.

O que é a Bíblia?

Em primeiro lugar, algumas definições básicas. Quando falamos da Bíblia estamos nos referindo à coleção de escritos antigos conhecida durante longo tempo como Velho Testamento, agora comumente mencionado pelos estudiosos como a Bíblia hebraica. É uma coleção de lendas, leis, poesia, profecias, filosofia e história escrita quase inteiramente em hebraico, com poucas passagens num dialeto variante do semítico, chamado aramaico, que se tornou a língua usual do Oriente Médio depois de 6000 a.C. Essa coleção compreende 39 livros, divididos, a princípio, por assunto ou por autor, ou, no caso dos mais longos, como Samuel 1 e 2, Reis 1 e 2, e Crônicas 1 e 2, pelo tamanho padrão dos rolos de papiro. A Bíblia hebraica é a principal escritura do judaísmo, a primeira parte do cânone da cristandade e uma rica fonte de alusões e de ensinamentos éticos do islã, transmitidos por meio do texto do Alcorão. Tradicionalmente, a Bíblia hebraica está dividida em três partes principais (Tabela 1).

A *Torá* — também conhecida como os cinco livros de Moisés ou Pentateuco (em grego, cinco livros) — inclui o Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Esses livros narram a história do povo de Israel desde a criação do mundo, incluindo o período do dilúvio e dos patriarcas, até o Êxodo do Egito, a jornada pelo deserto e a entrega da Lei no monte Sinai. A *Torá* finaliza com a despedida de Moisés ao povo de Israel.

Tabela 1 — Livros da Bíblia hebraica

TORÁ	PROFETAS		ESCRITOS (ou HAGIÓGRAFOS)			
	ANTERIORES	POSTERIORES	POESIA	CINCO ROLOS	PROFECIA	HISTÓRIA
Gênesis	Josué	Isaías	Salmos	Canção de Salomão — Cânticos dos Cânticos	Daniel	Crônicas 1 e 2
Êxodo	Juízes	Jeremias	Provérbios	Rute		Esdras
Levítico	Samuel 1 e 2	Ezequiel	Jó	Lamentações		Neemias
Números	Reis 1 e 2	Oséias		Eclesiastes		
Deuteronômio		Joel		Ester		
		Amós				
		Abdias				
		Jonas				
		Miquéias				
		Naum				
		Habacuc				
		Sofonias				
		Ageu				
		Zacarias				
		Malaquias				

A parte seguinte, os *Profetas*, é dividida em dois grupos principais de escrituras. Os Profetas Anteriores — Josué, Juízes, Samuel 1 e 2, e Reis 1 e 2 — contam a história do povo de Israel, da passagem pelo rio Jordão e a conquista de Canaã, por meio da ascensão e queda dos reinos israelitas, até sua derrota e exílio nas mãos dos assírios e babilônios. Os Profetas Posteriores incluem os oráculos, os ensinamentos sociais, as condenações amargas e as expectativas messiânicas de um diversificado grupo de indivíduos inspirados, abrangendo período de cerca de 350 anos, de meados do século VIII a.C. até o final do século V a.C.

Finalmente, os *Escritos* são uma coleção de homilias, poemas, preces, provérbios e salmos que representam as mais memoráveis e convincentes expressões de devoção do israelita comum em tempos de alegria, de crise, de adoração e de reflexão pessoal. Na maioria dos casos, são extremamente difíceis de ser relacionados a quaisquer acontecimentos históricos ou a autores; são produto de um processo ininterrupto de composição que se estende por centenas de anos. Embora as partes mais antigas nessa coleção — os Salmos e as Lamentações — possam ter sido reunidas nos últimos períodos monárquicos, ou logo depois da destruição de Jerusalém em 586 a.C., a maioria dos *Escritos* foi composta, aparentemente, bem mais tarde, do século V ao II a.C., nos períodos persa e helenístico.

O livro examina as principais obras 'históricas' da Bíblia, basicamente a *Torá* e os Profetas Anteriores, que narram a saga do povo de Israel, do seu começo até à destruição do Templo de Jerusalém, em 586 a.C. Comparamos essa narrativa com a riqueza dos dados arqueológicos coletados nas últimas décadas; o resultado é a descoberta de uma relação fascinante e complexa entre o que realmente aconteceu na terra da Bíblia durante o período bíblico — da melhor forma como isso pode ser determinado — e os detalhes bem conhecidos da elaborada narrativa histórica contida na Bíblia hebraica.

Do Éden ao Sião

O cerne, o coração da Bíblia hebraica é uma história épica que descreve o aparecimento do povo de Israel e sua continuada relação com Deus. Ao contrário de outras mitologias do Oriente Próximo, como os contos de Osíris, Íris e Hórus, no Egito, ou o épico de Gilgamesh, da Mesopotâmia, a Bíblia é solidamente baseada numa história terrena; é um drama divino interpretado diante dos olhos da humanidade. Diferente também das histórias e das crônicas reais de outras nações do Oriente Próximo, essa não celebra apenas o poder da tradição e das dinastias dominantes; oferece uma visão complexa, ainda que clara, de por que a história se manifestou e se desdobrou para o povo de Israel — e de fato, para o resto do mundo — num padrão ligado, de modo direto, com as exigências e com as promessas de Deus. O povo de Israel é o ator central desse drama. Seu comportamento e devoção aos mandamentos de Deus determinam a direção por onde fluirá a história. Depende do povo de Israel — e, por meio dele, de todos os leitores da Bíblia — definir o destino do mundo.

A narrativa bíblica tem início no jardim do Éden, continua com as histórias de Caim e Abel, do dilúvio de Noé, e por fim focaliza uma única família, a de Abraão. Abraão foi escolhido por Deus para se tornar pai de uma grande nação, e seguiu fielmente as ordens do Senhor. Ele viajou com a família do lar original na Mesopotâmia, em Ur, para a terra de Canaã, onde, no decorrer de uma longa vida, peregrinou como estrangeiro entre uma população apaziguada e teve de sua mulher, Sara, o filho Isaac, que herdaria as promessas divinas concedidas primeiramente a Abraão. Foi o filho de Isaac, Jacó — a terceira geração do patriarca —, que se tornou o pai de 12 tribos distintas. No decurso de uma vida

pitoresca e caótica, de peregrinação, criando uma grande família e estabelecendo altares em toda a terra, Jacó lutou com um anjo e recebeu o nome de Israel — que significa 'aquele que lutou com Deus' —, pelo qual todos os seus descendentes ficariam conhecidos. A Bíblia relata como os 12 filhos de Jacó lutaram entre si, trabalharam juntos e eventualmente deixaram sua terra natal para procurar refúgio no Egito, no tempo da grande fome. E o patriarca Jacó revelou em seus últimos desejos e no testamento que a tribo de seu filho Judá governaria todas as outras (Gênesis 49, 8-10).

A grandiosa saga então muda de drama familiar para espetáculo histórico. O Deus de Israel revelou sua força terrível numa demonstração contra o faraó do Egito, o homem mais poderoso da Terra. Os filhos de Israel haviam se transformado numa notável nação, mas foram escravizados por uma minoria desprezível, construindo os grandes monumentos do regime egípcio. A intenção de Deus, de se fazer conhecer ao mundo, materializou-se na escolha da pessoa de Moisés como seu intermediário para buscar a libertação dos israelitas, de modo que pudessem começar seu destino. E, talvez na seqüência mais brilhante de eventos da literatura do mundo ocidental, os livros do Êxodo, Levítico, e Números descrevem, por meio de sinais e milagres, como o Deus de Israel conduziu os filhos de Israel para fora do Egito, pelo deserto. No monte Sinai, Deus revelou à nação sua verdadeira identidade como YHWH — o sagrado nome composto de quatro letras hebraicas — e lhes deu uma coleção de leis para guiar suas vidas, como comunidade e como indivíduos.

Os termos sagrados do pacto de Israel com YHWH, escritos em tábuas de pedra e contidos na Arca da Aliança, tornaram-se o estandarte divino de batalha, enquanto marchavam a caminho da Terra Prometida. Em algumas culturas, um mito de fundação teria parado neste ponto, como uma explicação milagrosa de como o

povo se levantou. Mas a Bíblia tinha séculos mais de história para contar, com inúmeros triunfos, milagres, derrotas inesperadas e muito sofrimento. Os triunfos da conquista israelita de Canaã, o estabelecimento de um grande império pelo rei Davi e a construção do Templo de Jerusalém pelo rei Salomão foram seguidos pelo grande cisma, por deslizes repetidos na idolatria e, finalmente, pelo exílio. Pois a Bíblia descreve como, logo após a morte de Salomão, as dez tribos do norte, ressentidas pela subjugação aos reis davídicos em Jerusalém, unilateralmente separaram-se da monarquia unificada, forçando, dessa maneira, a criação de dois reinos rivais: o reino de Israel, ao norte, e o reino de Judá, ao sul.

Nos duzentos anos seguintes, o povo de Israel viveu em dois reinos separados, sucumbindo repetidas vezes à sedução das deidades estrangeiras. Todos os líderes do reino do norte são descritos na Bíblia como irremediavelmente pecadores: sabe-se também que alguns dos líderes de Judá se desviaram da trilha de devoção total a Deus. Na hora certa, Deus enviou, de fora, invasores e opressores para punir o povo de Israel por seus pecados. Primeiro, os arameus da Síria ameaçaram o reino de Israel. Depois, o poderoso império assírio provocou uma devastação sem precedentes nas cidades do reino do norte e o destino amargo da destruição e do exílio em 720 a.C. para parte significativa das dez tribos. O reino de Judá sobreviveu mais um século, mas seu povo não pôde evitar o inevitável julgamento de Deus. Em 586 a.C. o crescente e brutal império babilônio dizimou a terra de Israel, e incendiou Jerusalém e seu Templo.

Com essa tragédia, a narrativa bíblica se desvia, dramaticamente, e de outra maneira ainda mais característica, do modelo normal dos antigos épicos religiosos. Em muitos desses épicos, a derrota de um deus por um exército rival significaria também o

fim de seu culto. Mas na Bíblia o poder do Deus de Israel era visto como ainda maior depois da queda de Judá e do exílio dos israelitas. Longe de ter sido humilhado pela devastação de seu Templo, o Deus de Israel passou a ser considerado uma deidade de força incomparável; afinal, Ele manipulou assírios e babilônios, transformando-os em seus agentes involuntários para punir o povo de Israel por sua infidelidade.

Dali em diante, depois do retorno de alguns dos exilados para Jerusalém e da reconstrução do Templo, Israel jamais voltou a ser uma monarquia, mas tornou-se uma comunidade religiosa, guiada pela lei divina e dedicada à realização formal dos rituais prescritos nos textos sagrados. E seria da livre escolha de homens e mulheres manter ou violar aquela ordem divinamente decretada — ao invés do comportamento de seus reis ou da ascensão e queda de grandes impérios — que determinaria o curso da história subseqüente de Israel. E é nesse ponto singular sobre a responsabilidade humana que reside o grande poder da Bíblia. Outros épicos antigos desapareceriam, aos poucos, com o tempo. O impacto da história da Bíblia na civilização ocidental só cresceria.

Quem escreveu o Pentateuco e quando?

Durante séculos, os leitores da Bíblia consideraram que as escrituras eram igualmente revelação divina e uma história exata transmitida por Deus para uma ampla variedade de sábios, profetas e sacerdotes israelitas. Autoridades religiosas constituídas, judaicas e cristãs, assumiram que os cinco livros de Moisés haviam sido escritos pelo próprio Moisés antes de sua morte no monte Nebo, como narrado no livro do Deuteronômio. Os livros de Josué,

dos Juízes e de Samuel eram, do mesmo modo, considerados registros sagrados preservados pelo venerável profeta Samuel em Siló, e os livros dos Reis eram vistos como produto da pena do profeta Jeremias. Da mesma maneira, acreditava-se que o rei Davi era o autor dos Salmos, e o rei Salomão, dos Provérbios e da Canção de Salomão. Todavia, no despertar da era moderna, no século XVII, os eruditos que se dedicavam ao estudo literário e lingüístico detalhado da Bíblia descobriram que não era assim tão simples; o poder da lógica e da razão, aplicado ao texto das sagradas escrituras, levantou questões muito problemáticas sobre a credibilidade histórica da Bíblia.

A primeira questão era se Moisés poderia realmente ter sido o autor dos cinco livros, já que o último deles, o Deuteronômio, descrevia em detalhes a hora precisa e as circunstâncias de sua própria morte. Logo outras incongruências ficaram aparentes: o texto bíblico era repleto de apartes literários, explicando os antigos nomes de certos lugares e, freqüentemente, observando que as evidências de célebres acontecimentos bíblicos ainda eram visíveis 'até hoje'. Esses fatores convenceram alguns eruditos do século XVII de que os primeiros cinco livros da Bíblia, pelo menos, haviam sido modelados, desenvolvidos e ornamentados por antigos editores anônimos e por revisores, através dos séculos.

No final do século XVIII, e mais ainda no XIX, muitos estudiosos críticos da Bíblia passaram a duvidar de que Moisés tivesse escrito qualquer texto das escrituras; começaram a acreditar que a Bíblia era exclusivamente obra de escritores extemporâneos. Esses estudiosos observaram o que pareciam ser as diferentes versões das mesmas histórias dentro dos livros do Pentateuco, sugerindo que o texto bíblico era produto de muitas mãos reconhecíveis. Uma leitura cuidadosa do Gênesis, por exemplo, revelou duas ver-

sões conflitantes da criação (1,1-2,3 ; 2,4-25), duas genealogias bem diferentes dos descendentes de Adão (4,17-26 ; 5,1-28), e duas histórias emendadas e reagrupadas sobre o dilúvio (6,5 ; 9,17). Além disso, havia dúzias de duplicatas, ou mesmo triplicatas, dos mesmos eventos nas narrativas da peregrinação dos patriarcas, do êxodo do Egito e da entrega das tábuas da Lei.

Ainda assim, havia uma ordem clara nessa repetição aparentemente caótica. Como já fora observado no século XIX — e explicado por completo pelo estudioso americano da Bíblia, Richard Elliott Friedman, em seu livro *Who wrote the Bible?* (Quem escreveu a Bíblia?) — as duplicações que ocorreram originalmente no Gênesis, no Êxodo e nos Números não eram variações arbitrárias ou reprodução das mesmas histórias. Elas mantinham certas características identificáveis, de imediato, no que se refere à terminologia e ao foco geográfico, e, de modo conspícuo, usaram diferentes nomes na narração para descrever o Deus de Israel. Assim, um conjunto de histórias usou consistentemente o tetragrama — o nome de quatro letras YHWH, assumido pela maioria dos estudiosos como tendo sido pronunciado *Yahweh* — no curso da sua narração, e seus vários relatos pareceram interessados sobretudo na tribo e no território de Judá. O outro conjunto de histórias usou os nomes *Elohim* ou *El* para Deus, e pareceu preocupado, em particular, com as tribos e com os territórios no norte do país — Efraim, Manassés e Benjamin principalmente. Com o tempo, ficou claro que as duplicatas derivavam de duas fontes distintas, escritas em tempos e lugares diferentes. Os estudiosos deram o nome 'J' para a fonte javista (*yahwist*) — escrita *jahwist*, em alemão — e 'E' para a fonte eloísta (*elohist*).

Os usos característicos da terminologia geográfica, dos símbolos religiosos e dos papéis desempenhados pelas várias tribos,

nas duas fontes, convenceram os estudiosos de que o texto J tinha sido escrito em Jerusalém e representava a perspectiva da monarquia unificada, ou do reino de Judá, presumivelmente no tempo do rei Salomão (c.970-930 a.C.) ou logo depois. Da mesma maneira, o texto E parecia ter sido escrito no norte e representava a perspectiva do reino de Israel; sua redação pode ter ocorrido durante a vida independente daquele reino (c.970-720 a.C.). O livro do Deuteronômio, em sua mensagem e estilo característicos, parecia ser um documento independente, 'D'. E entre as seções do Pentateuco, que não podem ser atribuídas a J, E ou D, existia grande número de passagens tratando sobre assuntos rituais. Com o tempo, essas passagens foram consideradas parte de um longo tratado, chamado 'P', ou a fonte sacerdotal (*priestly*, em inglês), que mostra especial interesse na pureza, no culto e nas leis do sacrifício. Em outras palavras, os estudiosos gradualmente chegaram à conclusão de que os primeiros cinco livros da Bíblia, tal como agora são conhecidos, eram o resultado de um complexo processo editorial, no qual os documentos das quatro fontes principais — J, E, P e D — foram combinados com habilidade e editados por escribas compiladores, ou 'redatores', cujos traços literários, chamados por alguns estudiosos de passagens 'R', consistiram de sentenças transacionais e apartes editoriais. Dessas redações, as mais tardias aconteceram no período pós-exílio.

Nas últimas décadas, as opiniões eruditas sobre as datas e a autoria dessas fontes individuais têm variado desordenadamente. Enquanto alguns estudiosos argumentam que os textos foram escritos e editados durante a existência da monarquia unificada e dos reinos de Judá e de Israel (c.1000-586 a.C.), outros insistem que são composições tardias, coletadas e editadas por sacerdotes e

escribas durante o exílio na Babilônia e a restauração (nos séculos VI e V a.C.), ou mais tarde, durante o período helenístico (séculos IV e II a.C.). Ainda assim, todos concordam que o Pentateuco não é composição única e sem costuras, mas uma colcha de retalhos de fontes variadas, cada uma escrita sob diferentes circunstâncias históricas, para expressar diferentes pontos de vista religiosos ou políticos.

Duas versões da história posterior de Israel

Os primeiros quatro livros da Bíblia — Gênesis, Êxodo, Levítico e Números — parecem ser o resultado de habilidoso entrelaçamento das fontes J, E e P. Mas o quinto livro, o Deuteronômio, era um caso completamente diferente. Ele ostenta terminologia característica (que não é compartilhada por nenhuma das outras fontes) e inclui condenação intransigente da adoração a outros deuses, uma nova visão completamente transcendente de Deus e a absoluta proibição da veneração sacrificial do Deus de Israel em qualquer outro lugar que não o Templo de Jerusalém. Há muito tempo os estudiosos reconheceram a possível conexão desse livro com outro misterioso 'livro da Lei', descoberto pelo sumo sacerdote Helcias durante as renovações do Templo, no reinado do rei Josias, em 622 a.C. Como é narrado no 2º Reis, 22,8-23,24, esse documento tornou-se inspiração para uma reforma religiosa de seriedade nunca vista.

O impacto do livro do Deuteronômio na mensagem definitiva da Bíblia hebraica vai bem além de seus estritos códigos legais. A narrativa histórica combinada dos livros que seguem o Pentateuco — Josué, Juízes, Samuel 1 e 2, Reis 1 e 2 — está tão hermeticamente relacionada ao Deuteronômio, sob os aspectos

lingüístico e teológico, que passou a ser chamada pelos estudiosos de 'história deuteronomista' desde meados dos anos 1940. Essa é a segunda grande obra literária sobre a história de Israel na Bíblia. Ela continua a história do destino de Israel, da conquista da Terra Prometida até o exílio na Babilônia, e expressa a ideologia de novo movimento religioso surgido entre o povo de Israel, numa data relativamente posterior. Essa obra também foi editada mais de uma vez. Alguns estudiosos argumentam que foi compilada durante o exílio, numa tentativa de preservar a história, a cultura e a identidade da nação derrotada, depois da catástrofe da destruição de Jerusalém. Outros estudiosos sugerem que a maior parte da história deuteronomista foi escrita no tempo do rei Josias, a fim de servir a sua ideologia religiosa e suas ambições territoriais, e que foi concluída e editada no exílio, poucos anos mais tarde.

Os livros das Crônicas — terceira grande obra histórica na Bíblia, abordando o Israel pós-exílio — só foram compilados no século V ou IV a.C., vários séculos depois dos acontecimentos que descreve. Suas perspectivas históricas inclinam-se com nitidez a favor das alegações históricas e políticas da dinastia davídica e de Jerusalém; os livros ignoram o norte quase completamente. De muitas maneiras, as Crônicas refletem de forma excepcional a ideologia e as necessidades do segundo Templo de Jerusalém, e a maior parte reformula uma saga histórica que já existia escrita. Por essas razões, utilizaremos minimamente as Crônicas neste livro, mantendo nosso foco no antigo Pentateuco e na história deuteronomista.

Como veremos nos próximos capítulos, a arqueologia proporcionou indício suficiente para sustentar nova controvérsia, de que o âmago histórico do Pentateuco e da história deuteronomista foi

substancialmente formado no século VII a.C. Dessa forma, direcionaremos o foco para Judá, no final do século VIII e no século VII a.C., quando esse processo literário começou de verdade, e discutiremos que muito do Pentateuco é criação tardia do final do período monárquico, defendendo a ideologia e as necessidades do reino de Judá e, como tal, intimamente relacionado à história deuteronomista. E nos alinharemos com os estudiosos que argumentam que a história deuteronomista foi compilada, em sua parte principal, na época do rei Josias, com a intenção de prover validação ideológica para ambições políticas específicas e reformas religiosas.

História ou não história?

A arqueologia sempre desempenhou papel crucial nos debates sobre a composição e a credibilidade histórica da Bíblia. No começo, a arqueologia parecia refutar os mais radicais argumentos dos críticos, de que a Bíblia era trabalho bem mais posterior e que grande parte de seu texto não era historicamente confiável. Desde o final do século XIX, quando a exploração moderna das terras da Bíblia teve início, uma série de descobertas espetaculares e décadas de constante escavação e interpretação arqueológica sugeriram que muitos dos relatos da Bíblia eram fundamentalmente confiáveis em relação aos principais contornos da história do antigo Israel. Dessa maneira, mesmo que pareça que o texto bíblico tenha sido compilado e registrado muito tempo depois dos eventos que descreve, ele deve ter se baseado num corpo substancial de memórias, preservadas de forma pontual. Essa conclusão tem seus alicerces em algumas categorias modernas de evidência arqueológica e histórica.

Identificações geográficas

Embora peregrinos ocidentais e exploradores tenham percorrido a terra da Bíblia desde o período bizantino, foi somente com o aparecimento da história moderna e dos estudos geográficos, no final do século XVIII e começo do século XIX, que estudiosos bem versados sobre a Bíblia e sobre outras fontes antigas começaram a reconstruir a paisagem do antigo Israel, tomando como base a topografia, as referências bíblicas e os remanescentes arqueológicos, ao invés de confiar nas tradições eclesiásticas dos vários lugares sagrados. O pioneiro nesse campo foi um ministro religioso americano, o congregacionalista Edward Robinson, que realizou duas longas explorações através da Palestina otomana em 1838 e em 1852, a fim de localizar e identificar os autênticos sítios bíblicos historicamente comprovados, num esforço de refutar as teorias dos críticos.

Enquanto algumas das principais localidades da história bíblica, como Jerusalém, Hebron, Jaffa (Jafa), Betset (Betsã), e Gaza, nunca foram esquecidas, centenas de outros lugares mencionados na Bíblia eram desconhecidos. Usando a informação geográfica contida na Bíblia e estudando de forma meticulosa os nomes árabes modernos dos lugares do país, Robinson descobriu que era possível identificar dúzias de antigos outeiros e ruínas com sítios bíblicos previamente esquecidos.

Robinson e seus sucessores foram capazes de conciliar vastas ruínas em lugares como el-Jib, Beitin (Baytin) e Seilun, todas ao norte de Jerusalém, com os prováveis sítios bíblicos de Gabaon, Betel e Silo. Essa marcha foi útil em particular em regiões que haviam sido habitadas continuamente através dos séculos e onde o nome do sítio havia sido preservado. Dessa maneira, subseqüentes gerações de estudiosos compreenderam que em outros lugares, onde os nomes modernos não tinham relação com aqueles dos sítios bíblicos na vizinhança, outros critérios, tais como tamanho e tipos de cerâmica datada, poderiam ser utilizados para fazer identificação. Assim, Megiddo, Hazor (Azor), Lachish (Laquis) e dúzias de outras localidades bíblicas foram aos poucos adicionadas à expandida reconstrução da geografia religiosa. No final do século XIX, engenheiros reais britânicos do Palestine Exploration Fund (Fundo Palestino de Exploração) começaram esse trabalho de modo muito sistemático, compilando mapas topograficamente detalhados do país inteiro, das nascentes do rio Jordão no norte a Bersabéia, no deserto do Negueb, ao sul.

Ainda mais importante que as identificações específicas foi a crescente familiaridade com as principais regiões geográficas da terra da Bíblia (Figura 1): a ampla e fértil planície da costa do Mediterrâneo, os contrafortes do Shephelah (Séfela) assomando para a área montanhosa ao sul, o árido Negueb, a região do mar Morto e o vale do Jordão, a região montanhosa do norte e os amplos vales no norte. A terra bíblica de Israel era uma área com extraordinários contrastes de clima e meio ambiente. Também servia como ligação natural de terra entre as duas grandes civilizações do Egito e da Mesopotâmia; suas paisagens e condições características provaram refletir, em quase todos os casos, de forma consideravelmente exata, as descrições da narrativa bíblica.

Monumentos e arquivos do Egito e da Mesopotâmia

Durante a Idade Média e o Renascimento, foram feitas repetidas tentativas a fim de estabelecer uma cronologia padronizada

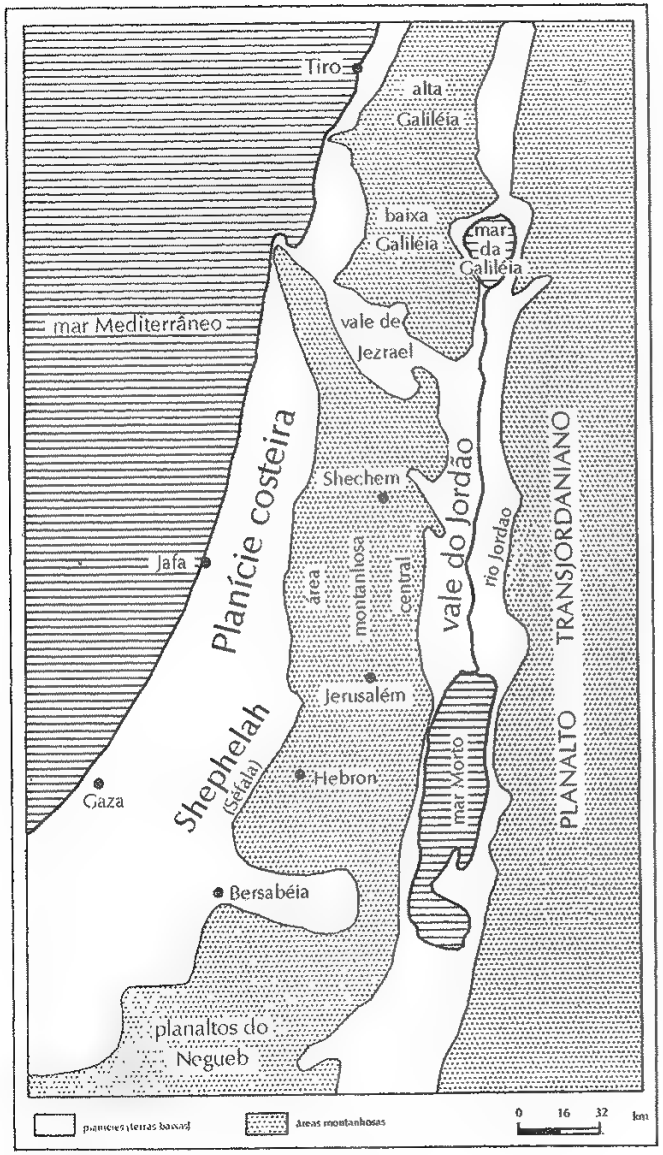

Figura 1 — Regiões geográficas da terra de Israel

para os eventos descritos na Bíblia; a maioria era pontualmente literal. Para verificar a cronologia interna da Bíblia, foram necessárias fontes externas, eventualmente encontradas entre os remanescentes arqueológicos de duas das mais influentes — e cultas — civilizações do mundo antigo.

O Egito, com seus assombrosos monumentos e vasto tesouro de inscrições hieroglíficas, começou a ser intensamente explorado pelos estudiosos europeus no final do século XVIII. Mas foi só com a decifração dos hieróglifos egípcios — baseada na pedra de Rosetta, em três idiomas — em torno de 1820, pelo erudito francês Jean-François Champollion, que o valor histórico dos remanescentes arqueológicos do Egito para datar e possivelmente verificar os acontecimentos históricos na Bíblia tornou-se aparente. Embora a identificação de faraós definidos nas histórias de José e do êxodo tenha permanecido incerta, outras conexões diretas tornaram-se claras. Uma estela de vitória erigida pelo faraó Meneptah (ou Minephtah), em 1207 a.C., mencionava um grande triunfo sobre um povo chamado Israel. Numa época logo depois, o faraó Sesac (citado no 1º Reis 14,25 como tendo marchado contra Jerusalém para exigir tributo, durante o quinto ano do reinado do filho de Salomão), foi identificado como Sheshonq I, da XXII dinastia, que reinou de 945 a 924 a.C. e deixou registro de sua campanha em uma parede do templo de Amon, em Karnak, no Alto Egito.

Outra rica fonte de achados para a cronologia e para identificações históricas veio das amplas planícies entre os rios Tigre e Eufrates, na antiga região da Mesopotâmia. Começando em torno do ano de 1840, estudiosos representantes da Inglaterra, França e, posteriormente, dos Estados Unidos e Alemanha descobriram as cidades, os amplos palácios e os arquivos cuneiformes dos impérios da Assíria e da Babilônia. Pela primeira vez desde o período

bíblico, os principais monumentos e cidades daqueles poderosos impérios orientais foram desenterrados. Lugares como Nínive e Babilônia, em especial, conhecidos originalmente da Bíblia, puderam ser vistos como as capitais de poderosos e agressivos impérios, cujos artistas e escribas documentaram inteiramente as campanhas militares e os acontecimentos políticos de seu tempo. Dessa maneira, referências a um número de prestigiosos reis bíblicos foram identificadas nos arquivos cuneiformes da Mesopotâmia — os reis de Israel Amri, Acab e Jeú, e os reis de Judá Ezequias e Manassés, entre outros. Essas referências externas permitiram que os estudiosos olhassem a história bíblica de uma perspectiva ampla e que ajustassem os reinados dos monarcas bíblicos com os sistemas de dados mais completos sobre o antigo Oriente Próximo. As conexões foram feitas, de forma lenta, e as datas dos reinados dos reis de Israel e de Judá, dos governantes assírios e babilônios e dos faraós egípcios foram colocadas em ordem, estipulando pela primeira vez datas muito precisas.

Além disso, arquivos mesopotâmios e egípcios muito mais antigos, da Idade do Bronze (c.2000-1150 a.C.), de sítios primitivos como Mari, Tell el-Amarna e Nuzi espalharam conhecimento essencial no mundo do Oriente Próximo antigo e também no ambiente cultural de onde a Bíblia posteriormente emergiu.

Em áreas mais próximas da terra de Israel, seriam encontradas ainda inscrições espalhadas, as quais ofereceriam elos mais precisos. Descrição triunfal do rei moabita Mesha, descoberta no século XIX na Transjordânia, mencionava a vitória daquele rei sobre os exércitos de Israel, além de oferecer testemunho externo de uma guerra entre Israel e Moab, que foi relatada no livro 2º Reis 3,4-27. A única inscrição significativa para a validação histórica foi descoberta em 1993, no sítio de Tel Dan, norte de Israel, regis-

trando, aparentemente, a vitória do rei arameu Hazael sobre o rei de Israel e o rei da 'casa de Davi', no século IX a.C. Como a inscrição moabita, ela oferece uma âncora extrabíblica para a história do antigo Israel.

Escavações em sítios bíblicos

De longe, a fonte mais valiosa de evidência sobre o contexto histórico da Bíblia é o resultado de mais de cem anos de modernas escavações arqueológicas em Israel, na Jordânia e nas regiões vizinhas. Estreitamente ligada aos progressos da técnica arqueológica no mundo inteiro, a arqueologia bíblica tem colaborado na identificação de uma longa seqüência de estilos de arquitetura, de formatos de cerâmica e outros artefatos reconhecíveis de imediato, os quais permitem aos estudiosos datar os níveis de cidades enterradas e túmulos com razoável grau de precisão. O pioneiro desse ramo da arqueologia no começo do século XX foi o estudioso americano William F. Albright, que concentrou seu trabalho principalmente na escavação de grandes cômoros de cidades — elevações de terreno não muito altas, chamados *tells* em árabe e *tels* em hebraico — compostos de muitos níveis superpostos de cidades antigas, nos quais o desenvolvimento da sociedade e da cultura pode ser traçado através de milênios.

Depois de décadas de escavação, pesquisadores estão aptos a reconstruir o amplo contexto arqueológico no qual se deve ajustar a história bíblica (Tabela 2). Começando com a primeira certeza, a da agricultura e das comunidades estabelecidas na região, no exato final da Idade da Pedra, os arqueólogos prosseguiram até delinear o crescimento da civilização urbana na Idade do

Bronze (3500-1150 a.C.) e sua transformação em estados territoriais no período seguinte, a Idade do Ferro (1150-586 a.C.), quando a maioria dos acontecimentos históricos descritos na Bíblia presumivelmente ocorreu.

No final do século XX, a arqueologia havia mostrado, de maneira simples, que existiam muitas correspondências materiais entre os achados em Israel e em todo o Oriente Próximo e no mundo descrito na Bíblia, para sugerir que toda essa história seja apenas uma literatura sacerdotal posterior e fantasiosa, escrita sem qualquer base histórica. Mas, ao mesmo tempo, eram inúmeras as contradições entre os achados arqueológicos e as narrativas bíblicas para propor que a Bíblia oferecia uma descrição precisa do que ocorrera de fato.

Da ilustração bíblica à antropologia do antigo Israel

Enquanto os críticos dos textos bíblicos e os arqueólogos bíblicos mantiveram sua atitude basicamente conflitante sobre a credibilidade histórica da Bíblia, continuaram a viver em dois mundos intelectuais separados; o modo de ver a Bíblia, de acordo com os críticos de seus textos, persistiu de tal forma que para eles não deixou de ser encarada apenas como sendo um objeto de dissecação, que podia ser dividido em fontes e subfontes cada vez menores, de acordo com as diferentes idéias religiosas e políticas que cada fonte supostamente expressaria. Ao mesmo tempo, os arqueólogos, com freqüência, consideraram as narrativas históricas ao pé da letra; ao invés de usar os dados arqueológicos como fonte independente para a reconstrução da história da região, continuaram a confiar nas narrativas bíblicas — em parti-

Tabela 2 — Principais períodos arqueológicos e cronologia dos reis de Judá e de Israel

PERÍODOS ARQUEOLÓGICOS*		REIS DE ISRAEL E DE JUDÁ*			
		JUDÁ		ISRAEL	
Idade do Bronze antiga	3500-2200 a.C.	Saul c. 1025-1005 a.C.			
Idade do Bronze intermediária	2200-2000 a.C.	Davi c. 1005-970 a.C.			
Idade do Bronze média	2000-1550 a.C.	Salomão c. 970-931 a.C.			
Idade do Bronze posterior	1500-1150 a.C.	Roboão	931 — 914	Jeroboão I	931 — 909
Idade do Ferro I	1150-900 a.C.	Abiam	914 — 911	Nadab	909 — 908
Idade do Ferro II	900-586 a.C.	Asa	911 — 870	Baasa	908 — 885
Período babilônico	586-538 a.C.	Josafá	870 — 846**	Ela	885 — 884
Período persa	538-333 a.C.	Jorão	851 — 843**	Zambri	884
		Ocosias	843 — 842	Tibni	884 — 880***
		Atalia	842 — 836	Ami	884 — 873
		Joás	836 — 798	Acab	873 — 852
		Amasias	798 — 769	Ocosias	852 — 851
		Ozias	785 — 733**	Jorão	851 — 842
		Joatão	743 — 729**	Jeú	842 - 814
		Acaz	743 — 727**	Joacaz	817 — 800**
		Ezequias	727 — 698	Joás	800 — 784
		Manassés	698 — 642	Jeroboão II	788 — 747**
		Amon	641 — 640	Zacarias	747
		Josias	639 — 609	Selum	747
		Joacaz	609	Menaém	747 — 737
		Joaquim	608 — 598	Facéias	737 - 735
		Joaquin	597	Facéia	735 — 732
		Sedecias	596 - 586	Oséias	732 — 724

* As datas seguem o esquema neste livro; as da Idade do Bronze antiga até a Idade do Bronze média são aproximadas e se baseiam principalmente em considerações culturais. As datas para a Idade do Bronze posterior até o período persa se baseiam, em especial, em acontecimentos históricos.

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary*, vol. I, p. 1010 e *The chronology of the kings of Israel and Judah*, de Galil

** Incluindo co-regências. *** Governo rival.

cular nas tradições do surgimento de Israel — para interpretar seus achados. Naturalmente, houve novos entendimentos sobre o aparecimento e o desenvolvimento de Israel, à medida que as escavações e os levantamentos topográficos prosseguiram. Questões eram levantadas sobre a existência histórica dos patriarcas e sobre a época e a extensão do êxodo. Também foram desenvolvidas outras teorias sugerindo que a conquista israelita de Canaã pode não ter ocorrido como o livro de Josué insiste — ou seja, como uma campanha militar unificada. Mas, para os acontecimentos bíblicos principiando no tempo de Davi — por volta de 1000 a.C. —, o consenso arqueológico, pelo menos até o ano de 1990, era que a Bíblia poderia ser lida basicamente como um documento histórico confiável.

Por volta do ano de 1970, entretanto, novas tendências começaram a influenciar a conduta da arqueologia bíblica e, eventualmente, a mudar seu foco principal, revertendo por completo a relação tradicional entre 'artefato' e texto bíblico. Pela primeira vez, arqueólogos trabalhando em terras bíblicas deixaram de usar os achados escavados como ilustrações da Bíblia; numa mudança dramática para os métodos das ciências sociais, eles procuraram examinar realidades humanas que residiriam *por trás* do texto. Escavando sítios antigos, não se atribuía mais ênfase a associações com os sítios bíblicos. Artefatos, arquitetura, exemplos de fundações, assim como ossos de animais, sementes, análise química de amostras do solo e modelos antropológicos de longo prazo, retirados de muitas culturas do mundo, tornaram-se as chaves da percepção de mudanças amplas na economia, na história política, nas práticas religiosas, na densidade habitacional e na própria estrutura da antiga sociedade israelita. Adotando métodos empregados por arqueólogos e antropólogos em outras regiões, número crescente de estudiosos tentou compreender como a interação humana com o complexo meio ambiente natural e fragmentado da terra de Israel influenciou o desenvolvimento de seu sistema social excepcional, sua religião e seu legado espiritual.

Nova visão da história bíblica

Progressos recentes na arqueologia permitiram-nos, enfim, cruzar o fosso entre o estudo dos textos bíblicos e os achados arqueológicos. Agora pode-se ver que a Bíblia é, ao lado de formas distintas de cerâmica, estilos arquitetônicos e inscrições hebraicas, um artefato característico que conta muita coisa sobre a sociedade na qual foi produzida.

Isso acontece porque agora está claro que fatos como a manutenção de registros, a correspondência administrativa, as crônicas da realeza e a compilação da escritura sagrada nacional — em especial uma tão profunda e sofisticada como a Bíblia — estão relacionadas com um estágio específico de desenvolvimento social. Arqueólogos e antropólogos trabalhando no mundo inteiro estudaram cuidadosamente o contexto no qual emergem os gêneros sofisticados de escrita, e em quase todos os casos eles são um sinal da situação de um Estado no qual o poder é centralizado em instituições nacionais, como um culto oficial ou uma monarquia. Outros traços desse estágio de desenvolvimento social incluem prédios monumentais, a especialização econômica e a presença de uma densa rede de comunidades entrelaçadas, variando em tamanho, de grandes cidades a centros regionais, a cidades de tamanho médio e aldeias.

Até recentemente, os estudiosos dos textos e arqueólogos tinham assumido que o antigo Israel alcançara o estágio de completa formação de um Estado na época da monarquia unificada de

Davi e Salomão. De fato, muitos especialistas bíblicos continuam a acreditar que a primeira fonte do Pentateuco é o documento J, ou javista (*yahwist*), e que foi compilado em Judá na era de Davi e Salomão, no século X a.C. Neste livro, argumentaremos que essa conclusão é altamente improvável. Da análise da evidência arqueológica, não existe nenhum sinal de extensa alfabetização ou de qualquer outro dos atributos de um Estado completo, formado em Judá — e, em particular, em Jerusalém — até mais de dois séculos e meio mais tarde, no final do século VIII a.C. Naturalmente, nenhum arqueólogo pode negar que a Bíblia contém lendas, personagens e fragmentos de história que remetem a épocas bem antigas. Mas os arqueólogos podem mostrar que a *Torá* e a história deuteronomista trazem inequívocas marcas que atestam a qualidade de sua compilação inicial no século VII a.C. Por que é assim, e o que isso significa para nossa compreensão sobre a grande saga bíblica, é o principal assunto deste livro.

Veremos como muito da narrativa bíblica é produto de esperanças, de medos e de ambições do reino de Judá, culminando no de Josias, no final do século VII a.C. Argumentaremos que o âmago histórico da Bíblia surgiu, de forma nítida, de condições políticas, sociais e espirituais, e que foi moldado pela criatividade e pela visão de homens e mulheres extraordinários. Muito do que é comumente aceito como relatos precisos — as histórias dos patriarcas, o Êxodo, a conquista de Canaã e mesmo a saga da gloriosa monarquia unificada de Davi e Salomão — são, ao contrário, expressões criativas de um poderoso movimento de reforma religiosa que floresceu no reino de Judá, no final da Idade do Ferro. Embora esses relatos possam ter sido baseados em sementes históricas seguras, elas refletem primariamente a ideologia e a visão de mundo de seus escritores. Mostraremos como a narrativa da Bíblia foi ex-

cepcionalmente adequada para o avanço da reforma religiosa e das ambições territoriais de Judá, durante as derradeiras décadas do final do século VII a.C.

Mas sugerir que as mais famosas histórias da Bíblia não aconteceram como a própria Bíblia as registrou está longe de inferir que o antigo Israel não teve uma história genuína. Nos próximos capítulos, a história do antigo Israel será reconstruída com base na evidência arqueológica, única fonte de informação para o período que não foi corrigida, editada ou censurada, de forma extensa, por muitas gerações de escribas bíblicos. Assistidos pelos achados arqueológicos e registros extrabíblicos, veremos como as narrativas bíblicas são, elas mesmas, parte da história, não a estrutura histórica inquestionável na qual cada achado ou toda conclusão deve se ajustar. Nossa história vai divergir, dramaticamente, da narrativa bíblica familiar; é a história não de um, mas de *dois* reinos escolhidos que, juntos, abrangem as raízes históricas do povo de Israel.

Um reino — o reino de Israel — nasceu nos vales férteis e nas colinas onduladas do norte de Israel e cresceu para se situar entre os reinos mais ricos, mais cosmopolitas e mais poderosos da região. Hoje, está quase totalmente esquecido, exceto pelo papel infame que desempenha nos livros bíblicos dos Reis. O outro reino — o reino de Judá — surgiu na região inóspita e rochosa do sul. Sobreviveu mantendo o isolamento e uma feroz devoção ao seu Templo e a sua dinastia real. Esses dois reinos representam dois lados da antiga experiência de Israel, duas sociedades muito diferentes, com atitudes e identidades nacionais distintas. Passo a passo traçaremos os estágios pelos quais a história, a memória e as esperanças de ambos os reinos foram poderosamente incorporados numa única escritura, que moldou, mais do que qualquer outro documento jamais escrito — e continua a moldar —, o caráter da sociedade ocidental.

PARTE 1

A Bíblia como história?

I

Em busca dos patriarcas

No começo era uma só família, com uma relação especial com Deus. Com o tempo, aquela família frutificou e se multiplicou enormemente, crescendo até formar o povo de Israel. Essa é a primeira grande saga da Bíblia, um conto de sonhos imigrantes e promessas divinas, que serve como uma brilhante e inspiradora abertura para a história subseqüente da nação de Israel. Abraão foi o primeiro dos patriarcas e o recebedor da promessa divina da terra e de abundantes descendentes, promessa essa que foi transportada através de gerações por seu filho Isaac e por Jacó, também conhecido como Israel, filho de Isaac. Entre os 12 filhos de Jacó, dos quais dez se tornariam patriarcas de dez tribos e um daria origem a outras duas, coube a Judá a honra especial de guiar a todos.

O relato bíblico da vida dos patriarcas é uma história brilhante de uma família e sobre uma nação. O poder emocional dessa história resulta de ser o registro de profundas lutas humanas de pais, mães, maridos, mulheres, filhas e filhos. De algum modo, é uma típica história de família, com suas alegrias e tristezas, amor e ódio, decepção e dissimulação, fome e prosperidade. É também uma história universal, filosófica, sobre as relações entre Deus e humanidade; sobre devoção e obediência; sobre o certo e o errado; sobre fé, piedade, iniqüidade e

imoralidade. É a história de Deus escolhendo uma nação; da promessa eterna da terra, de prosperidade e de crescimento feita por Ele.

Praticamente de qualquer ponto de vista — histórico, psicológico e espiritual — as narrativas dos patriarcas são convincentes realizações literárias. Mas são confiáveis essas crônicas históricas do nascimento do povo de Israel? Existe alguma evidência de que os patriarcas Abraão, Isaac e Jacó — e as matriarcas Sara, Rebeca, Lia e Raquel — viveram realmente?

Saga de quatro gerações

O livro do Gênesis descreve Abraão como o arquétipo do homem de fé e patriarca da família, nascido em Ur, no sul da Mesopotâmia, descendência que se estabeleceu com sua linhagem na cidade de Harã, em um dos tributários do alto rio Eufrates (Figura 2). Foi lá que Deus lhe apareceu e lhe ordenou: "Deixa tua terra, teus parentes e a casa do teu pai, e parte para a terra que eu te mostrarei. E eu farei de ti uma grande nação, e te abençoarei e farei o teu nome tão grandioso que tu te converterás numa bênção" (Gênesis 12,1-2). Obedecendo às palavras de Deus, Abram (como era então chamado) pegou sua mulher Sarai e seu sobrinho Ló e partiu para Canaã; perambulou com seus rebanhos entre as colinas centrais da região, movimentando-se principalmente entre Shechem*, no norte, Betel (perto de Jerusalém), e Hebron, no sul, mas também passou pelo Negueb, bem mais ao sul.

Durante suas viagens, Abram construiu altares para Deus em vários lugares e descobriu, aos poucos, a verdadeira nature-

* Trata-se da denominação bíblica da atual cidade e distrito de Nablus, na Jordânia, cuja forma aportuguesada é Siquém. (N. do E.)

za de seu destino. Deus prometera a Abram e aos seus descendentes todas as terras "... do rio do Egito até o grande rio, o rio Eufrates" (Gênesis 15,18). E, para demonstrar a importância do seu papel como patriarca de muitas pessoas, Deus mudou o nome de Abram para Abraham, Abraão, "... pois eu te faço pai de uma multidão de nações" (Gênesis 17,5); Ele também trocou o nome de Sarai para Sarah, Sara, para significar que sua condição também havia mudado.

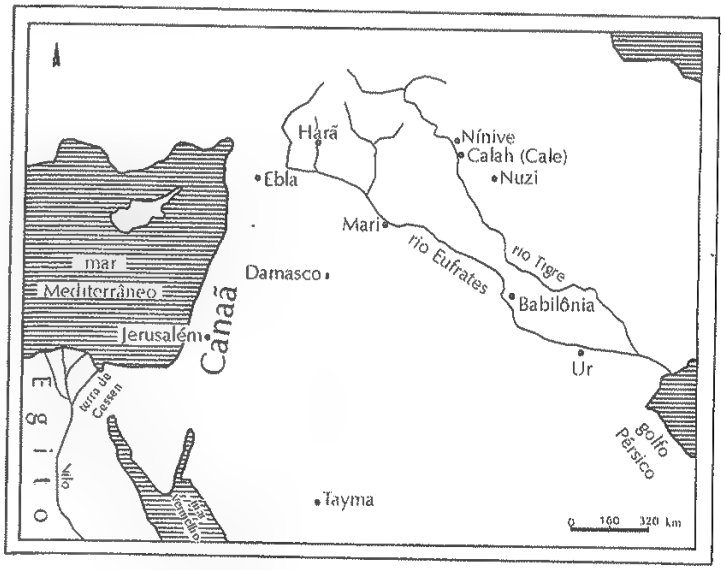

Figura 2 — A Mesopotâmia e outros sítios do Oriente Próximo relacionados com as narrativas dos patriarcas

A família de Abraão foi a fonte de todas as nações da região. Durante o percurso da caminhada em Canaã, os pastores de Abraão e os pastores de Ló começaram a se desentender. Para evitar um conflito familiar maior, Abraão e Ló decidiram dividir

a terra. Abraão e seu povo permaneceram nas colinas do oeste, enquanto Ló e sua família foram para o vale da Jordânia, a leste, e se estabeleceram em Sodoma, perto do mar Morto. O povo de Sodoma e de Gomorra, a cidade vizinha, provou ser mau e traiçoeiro, mas Deus fez chover enxofre e fogo sobre as cidades pecadoras, destruindo-as completamente. Então, Ló partiu sozinho para as colinas do leste, para se tornar o predecessor dos povos transjordanianos de Moab e Amon. Abraão também se tornou o pai de vários outros povos antigos. Como sua mulher Sara, em virtude da idade avançada, noventa anos, não podia ter filhos, Abraão tomou como sua concubina Agar, escrava egípcia de Sara. Juntos, eles tiveram um filho chamado Ismael, que com o tempo se tornaria o antepassado de todos os povos árabes dos desertos ao sul.

O mais importante de tudo para a narrativa bíblica: Deus prometeu outro filho a Abraão, e sua amada mulher Sara milagrosamente deu à luz um filho, Isaac, quando Abraão tinha cem anos. Uma das mais fortes imagens da Bíblia ocorre quando Deus confronta Abraão com o teste definitivo de sua fé, ordenando que sacrifique seu amado filho Isaac numa montanha na terra de Moriá. Deus interrompeu o sacrifício e recompensou a demonstração de fidelidade de Abraão renovando sua aliança. Não apenas os descendentes de Abraão cresceram até tornar-se uma grande nação — tão numerosos quanto as estrelas nos céus e a areia da praia — mas, no futuro, todas as nações do mundo invocariam a proteção divina por intermédio desses descendentes.

Isaac cresceu e amadureceu, e perambulou com seus próprios rebanhos perto da cidade de Bersabéia (Beersheba), ao sul, casando, finalmente, com Rebeca, jovem mulher trazida

da terra distante de seu pai, no norte. Enquanto isso, as raízes da família na Terra Prometida se aprofundavam. Abraão comprou a caverna Macpela, nas colinas ao sul de Hebron, para enterrar sua amada mulher, Sara, e onde mais tarde também ele seria enterrado.

As gerações continuaram. No seu acampamento no Neguev, a mulher de Isaac, Rebeca, deu à luz gêmeos, de personalidades e temperamentos completamente diferentes, cujos próprios descendentes sustentariam uma luta entre si durante centenas de anos. Esaú, valente caçador, era o mais velho e o favorito de Isaac, enquanto Jacó, o mais moço, mais delicado e sensível, era o filho amado de sua mãe. E, embora Esaú fosse o mais velho e o legítimo herdeiro da promessa divina, Rebeca disfarçou seu filho Jacó com uma capa rústica de pele de cabra. Ela o apresentou diante da cama de Isaac moribundo, de maneira que o patriarca cego e frágil confundisse Jacó por Esaú e involuntariamente lhe concedesse o direito hereditário da bênção divina, devida ao filho mais velho.

Retornando para o acampamento, Esaú descobriu a armadilha e a bênção roubada. Mas nada mais poderia ser feito. Seu velho pai, Isaac, prometeu a Esaú apenas que ele se tornaria o pai dos habitantes do deserto, os edomitas: "Longe das terras férteis e produtivas será a tua morada, longe do orvalho que cai do céu" (Gênesis 27,39). Assim, outro povo da região se estabeleceu e, com o tempo, como é revelado no Gênesis 28,9, Esaú casou com uma mulher da família de seu tio Ismael e gerou outras tribos do deserto; e essas tribos permaneceriam para sempre em conflito com os israelitas, ou seja, com os descendentes do seu irmão Jacó, que lhe roubou o direito hereditário da bênção divina.

Depois, Jacó fugiu da ira do seu lesado irmão e viajou para longe, no norte, para a casa do seu tio Labão, em Harã, para encontrar uma mulher para si mesmo. Durante sua jornada para o norte, Deus confirmou a herança de Jacó. Em Betel, Jacó parou para uma noite de descanso e sonhou com uma escada firmada na terra que alcançava o céu e os anjos de Deus. Do alto da escada, Deus renovou a promessa que havia feito a Abraão.

> Eu sou o SENHOR, o Deus de Abraão, teu pai, e o Deus de Isaac; eu te darei, e aos teus descendentes, a terra onde descansa; e teus descendentes serão como a poeira da terra, e se espalharão para o oeste e para o leste e para o sul; e através de ti e dos teus descendentes todas as famílias da terra serão abençoadas. Escuta, eu estou contigo e te manterei aonde quer que vás, e te trarei de volta a esta terra; porque não te deixarei até que eu tenha feito o que te prometi. (Gênesis 28,13-15)

Jacó continuou em direção ao norte para Harã e ficou com Labão durante muitos anos, casando com suas duas filhas, Lia e Raquel, e sendo pai de 11 filhos — Rúben, Simeão, Levi, Judá, Dan, Neftali, Gad, Aser, Issacar, Zabulon e José — das suas duas mulheres e de duas servas de suas mulheres. Deus então ordenou a Jacó que retornasse a Canaã com sua família. Ainda no caminho, enquanto cruzava o rio Jabbok, na Transjordânia, ele foi obrigado a lutar com uma misteriosa figura. Fosse um anjo ou Deus, a misteriosa figura mudou o nome de Jacó para Israel — literalmente, 'aquele que lutou com Deus' — "porque lutaste com Deus e com homens, e venceste" (Gênesis 32,29). Jacó então retornou a Canaã, montando um acampamento perto de Shechem, e construiu um altar em Betel, no mesmo lugar em que Deus havia se revelado a ele quando estava a caminho de

Jacó luta contra Deus

Harã. Enquanto caminhavam mais para o sul, Raquel morreu ao dar à luz Benjamin, o último filho de Jacó. Logo depois, o pai de Jacó, Isaac, faleceu e foi enterrado ao lado de Sara, na caverna de Macpela, em Hebron.

Lentamente a família transformava-se num clã, a caminho de tornar-se uma nação. Contudo, nessa época, os filhos de Israel eram uma família de irmãos que brigavam, entre os quais José, o filho favorito de Jacó, era detestado por todos os outros por causa de seus sonhos estranhos, que prediziam que ele reinaria sobre toda a sua família. Embora a maioria dos irmãos quisesse matá-lo, Rúben e Judá os dissuadiram e, em vez disso, o venderam para um grupo de mercadores ismaelitas que estavam a caminho do Egito, com uma caravana de camelos. Fingindo tristeza, os irmãos explicaram ao patriarca Jacó que uma besta selvagem havia devorado José; Jacó lamentou a morte do seu amado filho.

Mas o grande destino de José não seria interrompido por causa do ciúme de seus irmãos. Estabelecido no Egito, ele enriqueceu e ascendeu socialmente por causa de sua rara capacidade. Depois de interpretar um sonho do faraó, predizendo sete anos bons de fartura, seguidos por sete anos difíceis, ele foi nomeado seu grão-vizir. Nessa alta posição oficial, reorganizou a economia do Egito, estocando alimentos dos anos bons para os futuros anos difíceis. De fato, quando os anos maus finalmente começaram, o Egito estava bem preparado. Na vizinha Canaã, Jacó e seus filhos sofreram por causa da escassez de víveres, e Jacó enviou dez dos seus 11 filhos remanescentes ao Egito para conseguir comida. No Egito, eles foram ver o grão-vizir José, agora um homem maduro. Os filhos de Jacó não reconheceram seu irmão, e de início José não lhes mostrou sua identidade. Então, numa cena comovente, José

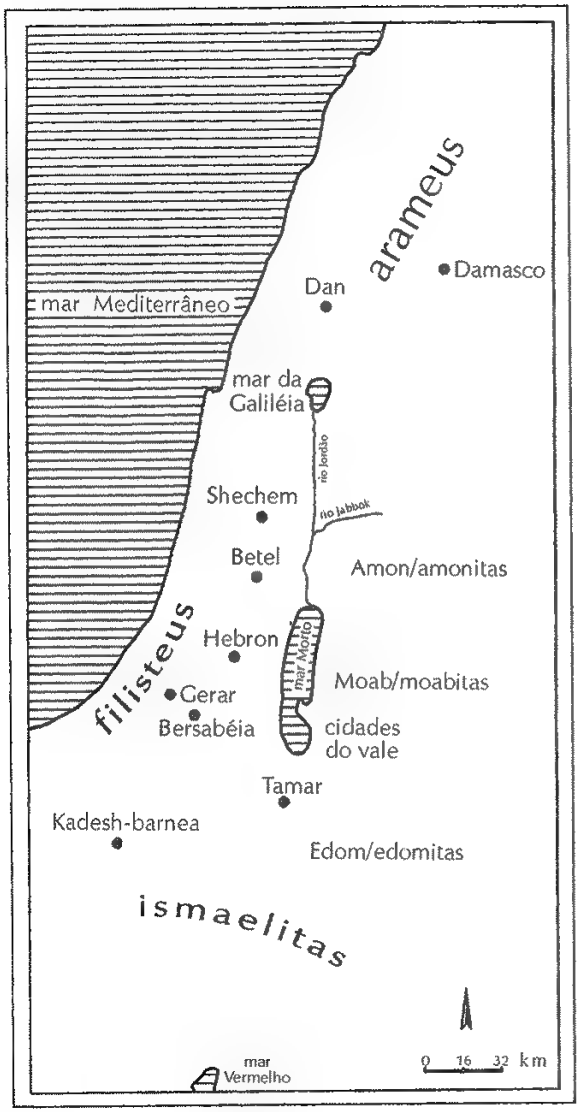

Figura 3 — Principais sítios e povos de Canaã mencionados nas narrativas dos patriarcas

lhes revelou que era o irmão desprezado, que eles tinham vendido como escravo.

Os filhos de Israel foram por fim reunidos, e o velho patriarca Jacó passou a viver com toda a sua família perto de seu nobre filho, na terra de Gessen. No seu leito de morte, Jacó abençoou seus filhos e seus dois netos, os filhos de José, Manassés e Efraim. De todas as honras, Judá recebeu o direito hereditário da bênção divina:

> Judá, teus irmãos deverão louvar-te; tua mão estará sobre a cerviz dos teus inimigos: os filhos do teu pai se prostrarão diante de ti; Judá é um leão; da presa, meu filho, tu correste. Ele parou para descansar e se deitou como um leão, como leoa; quem ousará despertá-lo? O cetro não será tirado de Judá, nem o bastão do poder sobre os teus subordinados do teu pé, até que o tributo que é devido te seja enviado, e tudo o que te pertence; e para ti será destinada a obediência de todos os povos. (Gênesis 49,8-10).

Depois da morte de Jacó, seu corpo foi levado de volta para Canaã — para o território que algum dia seria a herança da tribo de Judá — e enterrado, por seus filhos, na caverna de Macpela, em Hebron. José também morreu, e os filhos de Israel permaneceram no Egito, onde o capítulo seguinte de sua história, como nação, aconteceria.

Busca fracassada pelo Abraão histórico

Antes de descrevermos as prováveis circunstâncias históricas e de tempo nas quais a narrativa dos patriarcas bíblicos foi inicialmente tecida a partir de fontes mais antigas, é fundamental explicar por que tantos estudiosos, durante os últimos cem anos, se convenceram de que as narrativas dos patriarcas eram, pelo menos em resumo, verdadeiras, sob o ponto de vista histórico. O

estilo de vida pastoral dos patriarcas parecia se enredar perfeitamente, em termos gerais, com o que os arqueólogos do começo do século XX observaram sobre a vida de beduínos contemporâneos no Oriente Médio. A idéia erudita de que o estilo de vida contemporânea dos beduínos permanecera essencialmente imutável através dos milênios emprestava um ar de verossimilhança aos contos bíblicos de riqueza misturada com carneiros e cabras (Gênesis 30,30-43), conflitos de clãs com aldeãos estabelecidos a respeito de fontes de água (Gênesis 21,25-33) e disputas sobre terras para o pasto (Gênesis 13,5-12). Além disso, as referências específicas a sítios na Mesopotâmia e na Síria, como o lugar de nascimento de Abraão, Ur, e Harã, num tributário do rio Eufrates — onde a maioria da família de Abraão continuou a viver depois que ele partiu para Canaã —, pareciam corresponder aos achados de escavações arqueológicas no arco leste do Crescente Fértil, onde alguns dos mais antigos centros da civilização do Oriente Próximo tinham sido descobertos.

Ainda assim, existia algo muito mais profundo, muito mais intimamente relacionado com as modernas crenças religiosas, e que motivou a busca dos estudiosos pelos patriarcas 'históricos'. Grande número dos primeiros arqueólogos bíblicos tinha sido treinado e educado como clérigos ou teólogos, persuadidos por sua fé de que a promessa de Deus a Abraão, Isaac e Jacó — o direito hereditário do povo judaico e o direito hereditário transmitido aos cristãos, como o apóstolo Paulo explicara na sua Epístola aos Gálatas — era verdadeira. E se era verdadeira, tinha sido feita presumivelmente ao povo verdadeiro, não a criações imaginárias da pena de algum escriba anônimo.

O estudioso, arqueólogo francês e frei dominicano Roland de Vaux observou, por exemplo, que "se a fé histórica de Israel não é

fundamentada na história, tal fé é errônea e, conseqüentemente, nossa fé também o é". E o decano dos arqueólogos bíblicos americanos William F. Albright ecoou o sentimento, insistindo que "como um todo, o quadro do Gênesis é histórico, e não existe razão para duvidar da precisão genérica dos detalhes biográficos". De fato, desde as primeiras décadas do século XX, com os grandes achados na Mesopotâmia e a intensificação da atividade arqueológica na Palestina, muitos historiadores e arqueólogos bíblicos convenceram-se de que as novas descobertas poderiam tornar verossímil — se não completamente comprovado — que os patriarcas foram figuras históricas. Eles argumentavam que as narrativas bíblicas, mesmo se compiladas em data relativamente recente, como o período da monarquia unificada, preservaram, pelo menos, os principais contornos de uma realidade histórica autêntica e antiga.

Na verdade, a Bíblia provê parte substancial de uma informação cronológica específica que pode ajudar, antes de tudo, a localizar com exatidão onde os patriarcas viveram. A Bíblia narra a história antiga de Israel em ordem seqüencial, dos patriarcas ao Egito, ao êxodo, à caminhada pelo deserto, à conquista de Canaã, à época dos Juízes e ao estabelecimento da monarquia; também fornece uma chave para calcular datas específicas. A pista mais importante é uma observação no 1º Reis, 6,1 de que o Êxodo aconteceu 480 anos antes que a construção do Templo começasse em Jerusalém, no quarto ano do reinado de Salomão. Além disso, o Êxodo 12,40 afirma que os israelitas suportaram 430 anos de cativeiro no Egito *antes* do Êxodo. Somando um pouco mais de duzentos anos para a superposição da duração de vida dos patriarcas em Canaã, antes que os israelitas partissem para o Egito, chegamos a uma data bíblica por volta de 2100 a.C. para a partida original de Abraão para Canaã.

Naturalmente, existem alguns problemas evidentes para a aceitação dessas datas no que se refere à reconstrução histórica precisa, inclusive à extraordinária duração das vidas de Abraão, Isaac e Jacó, todas longas, que excederam os cem anos. Além do mais, as genealogias posteriores que delinearam os descendentes de Jacó eram confusas, se não abertamente contraditórias. Moisés e Aarão, por exemplo, eram identificados como a *quarta* geração descendente de Levi, filho de Jacó, enquanto Josué, um contemporâneo de Moisés e Aarão, foi declarado como da *duodécima* geração descendente de José, outro dos filhos de Jacó. Essa, por certo, não era uma discrepância secundária.

Entretanto, o estudioso americano Albright argumentou que certos detalhes excepcionais nas histórias do Gênesis poderiam conter a chave para verificar suas bases históricas. Alguns elementos, como os nomes pessoais, as leis para a compra de terra e os costumes incomuns de casamento, podem ser identificados nos registros do segundo milênio a.C. das sociedades mesopotâmicas, de onde os patriarcas reconhecidamente vieram. Não menos importante, os patriarcas eram descritos de fato como exercendo o estilo de vida beduíno, movimentando seus rebanhos por toda a região central montanhosa de Canaã, entre Shechem, Betel, Bersabéia e Hebron. Todos esses elementos convenceram Albright de que a era dos patriarcas era verdadeira. Então, ele e seus colegas começaram a buscar evidências da presença de grupos pastorais de origem mesopotâmica que perambularam através de Canaã por volta de 2000 a.C.

Mesmo assim, a busca pelos patriarcas históricos não foi, em última análise, bem-sucedida, porque nenhum dos períodos próximos às datas bíblicas sugeridas oferecia motivo ao todo compatível com as histórias da Bíblia. A presumida migração de gru-

pos da Mesopotâmia na direção de Canaã — a chamada migração dos amorreus, na qual Albright colocou a chegada de Abraão e sua família — foi, mais tarde, considerada ilusória. A arqueologia invalidou por completo a controvérsia de que um repentino, vasto movimento de população tivesse acontecido naquela época. E os paralelos aparentes entre leis e costumes da Mesopotâmia no segundo milênio a.C. e aqueles descritos nas narrativas dos patriarcas eram tão genéricos que poderiam ser aplicados a praticamente qualquer período da história antiga do Oriente Próximo. Datas escamoteadas não ajudaram a questão. Tentativas subseqüentes de estabelecer um elo convincente também falharam. Elas foram feitas por de Vaux, a fim de situar as histórias dos patriarcas na Idade do Bronze média (2000-1500 a.C.); pelos estudiosos americanos Speiser e Gordon, para localizá-las em um cenário do século XV a.C. em virtude de um arquivo dessa época encontrado em Nuzi, no norte do Iraque; e pelo historiador bíblico israelense Benjamin Mazar, para estabelecê-las na primeira Idade do Ferro. Os paralelos de especial interesse eram tão usuais que poderiam ser encontrados em diversos períodos.

Todo o empreendimento produziu algo como um círculo vicioso. As teorias eruditas sobre a era dos patriarcas — cuja existência histórica jamais foi contestada — mudaram, de acordo com as descobertas, do meio do terceiro milênio a.C. para o final do mesmo milênio, para o início e para meados do segundo milênio a.C., na primeira Idade do Ferro. O problema principal era que os estudiosos que aceitavam os relatos bíblicos como religiosos erroneamente acreditavam que a era dos patriarcas poderia ser considerada, de uma maneira ou de outra, como a primeira fase numa história *seqüencial* de Israel.

Alguns indícios anacrônicos

Estudiosos críticos dos textos bíblicos, que haviam identificado fontes distintas subjacentes ao texto do Gênesis, insistiam que as narrativas dos patriarcas tinham sido escritas numa data relativamente posterior, na época da monarquia unificada — do século X ao VIII a.C. — ou ainda mais tarde, durante o exílio e o pós-exílio, séculos VI e V a.C. Julius Wellhausen, estudioso bíblico alemão, argumentou que as histórias dos patriarcas, nos documentos J e E, refletiam preocupações da antiga monarquia israelita, projetadas nas vidas de pais lendários, num amplo passado mítico. As histórias bíblicas deveriam, então, ser consideradas como mitologia nacional, sem mais bases históricas que a saga homérica das viagens de Ulisses ou a epopéia de Virgílio sobre a fundação de Roma por Enéias.

Em décadas recentes, os eruditos bíblicos americanos John Van Seters e Thomas Thompson desafiaram ainda mais a suposta evidência arqueológica para os patriarcas históricos no segundo milênio a.C.; argumentaram que, mesmo se os textos recentes contivessem algumas tradições antigas, a seleção e a ordem das histórias mais expressava uma mensagem clara dos editores bíblicos na época da compilação do que preservavam um relato histórico confiável.

Mas quando a compilação aconteceu? O texto bíblico revela algumas pistas límpidas, que podem reduzir a época de sua última composição. É exemplo disso a menção repetida aos camelos. As histórias dos patriarcas são repletas de camelos, geralmente tropas de camelos; mas, como na história da venda de José como escravo por seus irmãos (Gênesis 37,25), os camelos são descritos também como bestas de carga usadas no comércio das caravanas. Sabe-se

agora, por meio da pesquisa arqueológica, que os camelos não foram domesticados como bestas de carga senão no final do segundo milênio, e que não eram usados para esse fim de forma ampla no antigo Oriente Próximo a não ser bem depois de 1000 a.C. E um detalhe ainda mais notável — a caravana de camelos carregando "resina, ungüento e mirra" da história de José — revela familiaridade óbvia com os principais produtos do lucrativo comércio árabe, que floresceu sob a supervisão do império assírio nos séculos VIII e VII a.C.

De fato, escavações no sítio de Tell Jemmeth, na planície da costa sul de Israel — entreposto particularmente proveitoso na principal rota das caravanas entre a Arábia e o Mediterrâneo —, revelaram crescimento dramático no número de ossos de camelo no século VII. Os ossos eram quase exclusivamente de animais maduros, sugerindo que serviam como bestas de carga, e não de rebanhos criados no local (entre esses, também seriam encontrados ossos de animais jovens). Com efeito, é precisamente nessa época que fontes assírias descrevem o uso de camelos como animais de carga. Só então esses animais se tornam traço essencial da paisagem, incluídos como detalhe casual na narrativa literária.

Depois vem a questão dos filisteus; deles ouvimos falar junto com o encontro de Isaac e 'Abimelec, rei dos filisteus', na cidade de Gerara (Gênesis 26,1). Os filisteus, grupo de migrantes do Egeu ou do leste do Mediterrâneo, estabeleceram seus povoamentos na planície litorânea de Canaã algum tempo depois de 1200 a.C. Nos séculos XI e X, suas cidades prosperaram e continuaram a dominar a área durante parte considerável do período assírio. A menção a Gerara como cidade filistina nas narrativas de Isaac e a cita-

ção da cidade sem a atribuição filistina nas histórias de Abraão (Gênesis 20,1) sugerem que ela teve importância, ou que pelo menos era bem conhecida na época da composição das narrativas dos patriarcas. Atualmente, Gerara é identificada como a cidade de Tel Haror, a noroeste de Bersabéia, e escavações ali realizadas demonstraram que na primeira Idade do Ferro — a primeira fase da história filistina — não passava de uma aldeia pequena, muito insignificante. Mas, por volta do final do século VIII e no VII, tornou-se uma grande fortaleza administrada pelos assírios, bem fortificada na direção sul, um ponto de referência óbvio.

Esses detalhes contraditórios constituíam meras inserções recentes nas tradições antigas ou eram indicações que *ambos*, detalhes e narrativa, eram posteriores? Muitos estudiosos — em particular aqueles que defendiam a idéia dos patriarcas 'históricos' — consideravam esses detalhes incidentais. Mas, como Thomas Thompson definiu por volta de 1970, as referências específicas às cidades, aos povos vizinhos e aos lugares familiares, no texto, são precisamente aqueles aspectos que distinguem as histórias dos patriarcas de lendas folclóricas, míticas; e são de valor inestimável para identificar a data e a mensagem do texto. Em outras palavras, os 'anacronismos' são muito mais fundamentais para estabelecer as datas e para compreender o significado e o contexto histórico das histórias dos patriarcas do que a busca por antigos beduínos ou os cálculos matemáticos das idades e das genealogias dos patriarcas.

Assim, a combinação dos camelos, dos produtos árabes, dos filisteus e de Gerara — bem como outros lugares e nações mencionados nas histórias dos patriarcas no Gênesis — é altamente significativa. Todas as pistas indicam que a composição do texto ocor-

reu muitos séculos depois do tempo no qual a Bíblia relata que as vidas dos patriarcas aconteceram. Esses e outros anacronismos sugerem que as narrativas dos patriarcas foram escritas durante período intensivo dos séculos VIII e VII a.C.

Mapa vivo do antigo Oriente Próximo

Fica evidente, ao examinarmos as genealogias dos patriarcas e das muitas nações que surgiram de seus lugares de encontro, casamentos e relações familiares, que elas mostram inequivocamente um mapa humano vivo do antigo Oriente Próximo, do ponto de vista dos reinos de Israel e de Judá, nos séculos VIII e VII a.C. Essas histórias oferecem comentários muito sofisticados sobre os assuntos políticos nessa região, no período assírio e neobabilônico. Não apenas inúmeros termos étnicos e nomes de lugares podem ser datados nesse período, mas as respectivas caracterizações se enredam perfeitamente com o que sabemos sobre as relações dos povos e reinos vizinhos de Israel e Judá.

Vamos começar pelos arameus, que dominaram as histórias do casamento de Jacó com Lia e Raquel e suas relações com Labão, seu tio. Os arameus não são mencionados como grupo étnico distinto nos textos do antigo Oriente Próximo antes de cerca de 1100 a.C. Eles se tornaram elemento dominante nas fronteiras com o território israelita ao norte, no começo do século IX a.C., quando um número de reinos arameus surgiu em toda a área da Síria moderna. Entre eles, o reino de Aram-Damasco foi em diferentes períodos aliado e rival do reino de Israel no controle dos ricos territórios agrícolas que existiam entre seus principais centros, no alto do vale do rio Jordão e na Galiléia. E, de fato, o ciclo de histórias sobre Jacó e Labão expressa metaforicamente as relações com-

plexas, e com freqüência tempestuosas, entre Aram-Damasco e Israel durante muitos séculos.

De um lado, Aram e Israel eram rivais militares habituais. De outro, grande parte da população nos territórios do norte do reino de Israel parece ter sido de origem aramaica. Assim, o livro do Deuteronômio chega a descrever Jacó como 'um peregrino arameu' (26,5), e as histórias das relações entre cada patriarca e seus primos arameus expressam de forma clara a consciência de sua origem comum. A descrição bíblica das tensões entre Jacó e Labão e da eventual construção de uma divisa de pedra, a leste do Jordão, para marcar a fronteira entre seus povos (Gênesis 31,51-54, significativamente um E, ou uma história 'do norte'), reflete a divisão territorial entre Aram e Israel nos séculos IX e VIII a.C.

As relações de Israel e Judá com seus vizinhos orientais também se repetem, de forma clara, nas narrativas dos patriarcas. Através dos séculos VIII e VII a.C., seus contatos com os reinos de Amon e Moab foram hostis, amiúde; Israel de fato dominou Moab no começo do século IX. Por esse motivo, é bem significativo — e divertido — como os vizinhos do leste são depreciados nas genealogias dos patriarcas. Gênesis 19,30-38, significativamente um texto J, nos informa que aquelas nações nasceram de uma união incestuosa. Depois que Deus destruiu as cidades de Sodoma e Gomorra, Ló e suas duas filhas procuraram abrigo nas colinas, em uma caverna. As filhas, incapazes de encontrar maridos adequados naquela condição de isolamento — e desesperadas para ter filhos — serviram vinho para seu pai, até que ele ficasse bêbado. Depois, então, se deitaram com ele e, casualmente, deram à luz dois filhos, Amon e Moab. Nenhum judeu do século VII a.C., olhando através do mar Morto na direção dos reinos rivais, teria podido reprimir um sorriso de desprezo a respeito de uma história de ancestralidade tão vergonhosa.

As histórias bíblicas dos dois irmãos Jacó e Esaú oferecem um caso ainda mais claro das idéias do século VII, mostradas nos costumes antigos. Gênesis 25 e 27 (os textos J, do sul) nos contam sobre os gêmeos Esaú e Jacó, que iam nascer para Isaac e Rebeca. Deus diz a Rebeca, então grávida: "Duas nações estão em teu útero, e os dois povos, nascidos de ti, serão divididos; um será mais forte que o outro, o mais velho deverá servir ao mais moço" (25,23). Como os eventos se desenrolaram, aprendemos que Esaú é o mais velho e Jacó, o mais moço. Portanto, a descrição dos dois irmãos, os pais fundadores de Edom e de Israel, serve como legitimação para a relação política entre as duas nações nos tempos posteriores da monarquia. Jacó-Israel é sensível e educado, enquanto Esaú-Edom é bem primitivo, um caçador e um homem que vivia ao ar livre. Mas Edom não existe como entidade política até um período relativamente tardio. De fontes assírias, sabemos que não havia verdadeiros reis nem um Estado em Edom antes do final do século VIII a.C. e a cidade só aparece em registros antigos como entidade distinta depois da conquista da região pelo império assírio. E ela apenas tornou-se perigosa rival do reino de Judá com o início do lucrativo comércio árabe. A evidência arqueológica também é clara: a primeira onda de assentamento em larga escala em Edom, acompanhada pelo estabelecimento de grandes povoados e fortalezas, pode ter começado no final do século VIII a.C., mas alcançou seu ápice apenas no século VII e no início do século VI a.C. Antes, portanto, a área era pouco povoada. E escavações em Bozrah — a capital de Edom no final da Idade do Ferro II — revelaram que ela só se transformou numa grande cidade no período assírio.

Assim, aqui também as histórias de Jacó e Esaú — o filho delicado e o poderoso caçador — são habilmente construídas como lendas arcaizantes, para refletir as rivalidades dos tempos monárquicos posteriores.

Povos do deserto e os impérios do leste

Durante os séculos VIII e VII, o lucrativo comércio de especiarias e de incensos raros das caravanas do sul da Arábia, serpenteando através dos desertos e da fronteira ao sul de Judá para os portos do Mediterrâneo, foi fator expressivo para a vida econômica de toda a região. Para o povo de Judá, a quantidade de povos de origem nômade era crucial para esse sistema de comércio de amplo alcance. Várias das genealogias incluídas nas histórias dos patriarcas oferecem quadro detalhado dos povos dos desertos do sul e do leste, durante os últimos períodos monárquicos, e explicam — mais uma vez, por meio da metáfora das relações familiares — que papel desempenharam na história contemporânea de Judá. Em particular, Ismael, o desprezado filho de Abraão e Agar, é descrito no Gênesis como o antepassado de muitas das tribos árabes que habitavam os territórios nas margens ao sul de Judá. O retrato está longe de ser lisonjeiro; ele é descrito como um andarilho perpétuo, "um asno selvagem de um homem, sua mão contra todos os homens, e a mão de todos os homens contra ele" (Gênesis 16,12, não surpreendentemente um documento J). E entre seus muitos filhos estão as várias tribos do sul que estabeleceram novo contato com Judá no período assírio.

Entre os descendentes de Ismael listados no Gênesis 25,12-15, por exemplo, estão os cedaritas, de seu filho Cedar, mencionados pela primeira vez nos registros assírios do final do século VIII a.C., e que são freqüentemente referidos durante o reinado do rei assírio Assurbanipal, no século VII a.C. Antes dessa época, eles viviam além da área de interesse imediato de Israel e Judá, ocupando a margem ocidental do Crescente Fértil. Da

mesma maneira, os filhos de Ismael, Adbeel e Nabaiot, representam os grupos do norte da Arábia e também são citados nas inscrições assírias no final do século VIII e no século VII. E, por fim, Tema, filho de Ismael, está relacionado provavelmente com o grande oásis de caravanas de Tayma, no noroeste da Arábia, referido em fontes assírias e babilônicas nos séculos VIII e VI a.C. Esse oásis foi um dos dois maiores centros urbanos no norte da Arábia, de cerca de 600 a.C. até o século V a.C. O grupo, denominado Sabá, que é citado em outra lista de povos do sul (Gênesis 25,3), também viveu no norte da Arábia. Como nenhum desses nomes específicos foi relevante, ou mesmo esteve presente no conhecimento do povo de Israel antes do período assírio, parece restar pouca dúvida de que essas passagens genealógicas foram confeccionadas entre o final do século VIII e o século VI a.C.*

Outros nomes de lugares citados nas narrativas dos patriarcas, relativos ao deserto e a outras regiões ermas, servem ainda mais para confirmar a data da composição. Gênesis 14, a história da grande guerra deflagrada por invasores do norte — liderados pelo misterioso Codorlaomor, de Elam, na Mesopotâmia — com os reis das cidades da planície, é fonte excepcional, que pode ser datada da época do exílio ou pós-exílio. Oferece infor-

* É importante observar que parte desse material genealógico no Gênesis, tal como a lista dos filhos de Ismael, pertença a uma fonte P, que é datada, no essencial, no período pós-exílico na Babilônia. Enquanto alguns estudiosos argumentam que o P tem uma camada monárquica posterior, e conseqüentemente pode muito bem refletir interesses e realidades do reino de Judá no século VII a.C., é possível que algumas alusões também possam refletir realidades do século VI a.C. Mas em nenhum caso existe explicação convincente para a menção nas genealogias dos patriarcas de todos esses povos que habitavam o deserto, exceto em tentativas literárias posteriores a fim de incorporá-los, de modo sistemático, à antiga história de Israel.

mação geográfica de interesse, mas relevante apenas para o século VII a.C. "Em-mishpat, ou seja, Kadesh" (Gênesis 14,7) certamente é uma referência a Kadesh-barnea, o grande oásis no sul que teria papel destacado nas narrativas do Êxodo. Ele é identificado com Ein el-Qudeirat, a leste do Sinai, sítio que quando escavado mostrou ter sido ocupado primeiro no século VII e no começo do século VI a.C. Outrossim, o sítio referido como Tamar, no mesmo verso bíblico, deveria também ser identificado com Ein Haseva, no norte de Arabá, onde escavações desenterraram uma grande fortaleza que funcionou de fato no final da Idade do Ferro. Assim, a geografia e até mesmo a situação básica de conflito assustador com um invasor mesopotâmico teriam parecido agourentamente familiares para o povo de Judá no século VII a.C.

E isso não é tudo. As narrativas do Gênesis revelaram ainda inequívoca familiaridade com a localização e a reputação dos impérios assírios e babilônicos do século IX ao VI a.C. A Assíria é mencionada especificamente em relação ao rio Tigre no Gênesis 2,14, e duas das capitais reais do império assírio — Nínive (reconhecida como a capital do império no século VII a.C.) e Cale (sua predecessora) — são citadas no Gênesis 10,11 (ambos são documentos J). A cidade de Harã desempenha papel dominante nas histórias dos patriarcas; o sítio, ainda chamado Eski Haran ('antiga Harã'), está localizado no sul da Turquia, na fronteira com a Síria, e prosperou no começo do segundo milênio a.C. e de novo no período neo-assírio. Textos assírios mencionam cidades na área de Harã, cujas denominações se parecem com os nomes de Taré, Nacor e Sarug, antepassados de Abraão (Gênesis 11,22-26, uma fonte P); é possível que tenham sido predecessores eponímicos daquelas cidades.

Destino de Judá

Há muito tempo, o estudioso bíblico alemão Martin Noth argumentou que os relatos de eventos dos mais antigos períodos da existência de Israel — as histórias dos patriarcas, o Êxodo e a caminhada pelo Sinai — não foram originalmente escritos como uma única saga. Noth teorizou que esses relatos eram tradições separadas de tribos individuais, os quais tinham sido reunidos em uma só narrativa a fim de servir à causa da unificação política da heterogênea população israelita espalhada pelo mundo. Em sua opinião, o foco geográfico de cada um dos ciclos de histórias, particularmente dos patriarcas, oferece pista valiosa para o lugar onde a montagem — não necessariamente os eventos — da história aconteceu. Muitas das narrativas relacionadas com Abraão são passadas no sul de um país montanhoso, especificamente na região de Hebron, no sul de Judá. Isaac é associado com a margem sul do deserto de Judá, a região de Bersabéia, em especial. Em contraste, a maior parte das atividades de Jacó ocorreu na região montanhosa do norte e na Transjordânia, áreas essas sempre de interesse particular da porção norte, o reino de Israel. Dessa maneira, o estudioso alemão sugeriu que os patriarcas eram, originalmente, antepassados regionais muito afastados, que foram reunidos, por acaso, em uma só genealogia, num esforço para criar uma história unificada.

Agora, é evidente que a escolha de Abraão, com sua estreita ligação com Hebron, a mais antiga cidade real de Judá, e com Jerusalém ('Salém', em Gênesis 14,18), teve a intenção também de enfatizar a primazia de Judá, mesmo nos mais antigos tempos da história de Israel. É algo como se uma escritu-

ra americana descrevendo a história pré-colombiana dedicasse atenção excessiva à ilha de Manhattan ou ao pedaço de terra que mais tarde se tornaria Washington. O significado político apontado pela inclusão de tal detalhe numa narrativa ampla provoca, pelo menos, questionamento sobre sua credibilidade histórica.

Como veremos em detalhes nos capítulos seguintes, Judá era um reino bastante isolado e pouco povoado até o século VIII a.C. Dificilmente poderia ser comparado em território, riqueza e poder militar com o reino de Israel, ao norte. A alfabetização era restrita, e sua capital, Jerusalém, uma pequena cidade situada numa região remota e montanhosa. Ainda assim, depois que o reino de Israel, ao norte, foi destruído pelo império assírio, em 720 a.C., Judá cresceu muito em população, desenvolveu complexas instituições de Estado e emergiu como poder significativo na região. Era governado por uma antiga dinastia e possuía o templo remanescente mais importante do Deus de Israel. Dessa maneira, no final do século VIII e no século VII, Judá desenvolveu excepcional percepção de sua importância e de seu destino divino. Compreendeu sua própria sobrevivência, desde o tempo dos patriarcas, como evidência da intenção de Deus de que Judá deveria governar sobre toda a terra de Israel. Como única sociedade israelita organizada sobrevivente, Judá se via, num sentido realista, como o herdeiro natural dos territórios israelitas e de sua população, que havia sobrevivido ao massacre assírio. O que seria necessário era um modo convincente de expressar essa compreensão, tanto para o povo de Judá como para as comunidades israelitas espalhadas, que viviam sob domínio assírio. Assim, nasceu a idéia do panisraelismo, com Judá ao centro.

Portanto, as narrativas dos patriarcas retrataram uma ancestralidade unificada do povo israelita, que remete ao mais judaico dos patriarcas, Abraão. Mesmo assim, embora as histórias do Gênesis tenham girado em torno do reino de Judá, elas não negligenciaram honrar as tradições israelitas do norte. Nesse aspecto, é significativo que Abraão tenha construído altares para YHWH em Shechem e em Betel (Gênesis 12,7-8), os dois centros mais importantes do culto no reino do norte — assim como em Hebron (Gênesis 13,18), o mais influente centro de Judá, depois de Jerusalém. Dessa maneira, a figura de Abraão funciona como o unificador das tradições do norte e do sul, estabelecendo uma ligação entre essas regiões. O fato de que se creditou a Abraão ter estabelecido os altares em Betel e Shechem é claro testemunho das afirmações do reino de Judá, de que mesmo os lugares de veneração poluídos pela idolatria durante a época dos reis israelitas foram, antes, lugares legitimamente sagrados, relacionados com o patriarca do sul.*

É inteiramente possível e mesmo provável que os episódios individuais nas narrativas dos patriarcas estejam baseados em antigas tradições locais. Ainda assim, o uso que se fez delas e a

* Outro exemplo da unificação das tradições do norte e do sul, sob a supremacia do reino de Judá, é a localização dos túmulos dos patriarcas. Esse lugar sagrado – onde Abraão e Isaac, os heróis do sul, assim como Jacó, o herói do norte, foram enterrados – situa-se em Hebron, a segunda cidade tradicionalmente mais importante no país montanhoso de Judá. A história da compra do túmulo dos patriarcas é atribuída, em geral, a uma fonte P (*priestly* = sacerdotal), que parece ter sido escrita mais de uma vez. Se essa tradição é monárquica em sua origem, embora a versão final tenha aparecido mais tarde, é clara expressão da centralidade de Judá e de sua superioridade sobre o norte. A transação específica de compra da terra descrita na história tem fortes paralelos no período neobabilônico, outra pista para as realidades futuras, subjacentes às narrativas dos patriarcas.

ordem como foram arranjadas transformam-nas em manifestação convincente dos sonhos judaicos do século VII. De fato, a superioridade de Judá sobre todos os outros não poderia ser enfatizada mais fortemente na última bênção de Jacó aos seus filhos, citada antes. Embora os inimigos pudessem pressionar por todos os lados, foi prometido que o reino de Judá jamais seria destruído.

Portanto, as tradições dos patriarcas devem ser consideradas como uma espécie de 'pré-história' piedosa de Israel, na qual Judá desempenhou papel decisivo; elas descrevem a verdadeira história antiga da nação, delineiam as fronteiras étnicas, enfatizam que os israelitas eram forasteiros, que não faziam parte da população nativa de Canaã, e abraçam as tradições do norte e do sul, embora destaquem essencialmente a superioridade de Judá.* Na evidência reconhecidamente fragmentada da versão E das histórias dos patriarcas, compiladas presumivelmente no reino de Israel ao norte, antes de sua destruição em 720 a.C., a tribo de Judá não desempenha nenhum papel. Mas, por volta do final do século VIII, e com certeza no século VII a.C., Judá era o centro do que restava da nação israelita. Sob essa luz, devemos considerar a versão J das narrativas dos patriarcas principalmente como tentativa literária para redefinir a unificação do povo de Israel, mais do que um registro acurado da existência de personagens históricos que tinham vivido há mais de um milênio.

* Como a fonte P (*priestly*) no Pentateuco é datada pela maioria dos estudiosos como da época posterior ao exílio, e a redação final realizou-se também nàquele período, enfrentamos séria questão sobre como identificar a camada do período pós-exílico nas histórias no Gênesis. De muitas maneiras, as necessidades da comunidade no período depois do exílio eram bem semelhantes às necessidades do antigo Estado monárquico. Ainda assim, como tentaremos demonstrar aqui, a estrutura básica e a elaboração inicial das narrativas dos patriarcas apontam claramente para sua origem no século VII a.C.

A história bíblica dos patriarcas parece ter sido familiar e muito interessante para o povo de Judá, no século VII a.C. Nas histórias, os povos familiares e os inimigos ameaçadores do presente eram dispostos em torno dos acampamentos e dos pastos de Abraão e de seus descendentes. A paisagem das histórias dos patriarcas é uma visão romântica e sonhadora do passado campestre, apropriada, em especial, para a formação pastoral, em grande proporção, da população judaica. Era costurada a partir da memória, de fragmentos de costumes antigos, de lendas sobre o nascimento dos povos e de preocupações provocadas pelos conflitos contemporâneos.* As inúmeras fontes e os episódios combinados são testemunho da riqueza das tradições em que a narrativa bíblica se baseou — e do público diversificado de judeus e israelitas para quem ela se destinava.

* No século VII a.C., as ambições territoriais do reino de Judá, de reivindicar as terras israelitas conquistadas pelos assírios, estão expressas também nas tradições de Abraão. Na história da grande guerra em Gênesis 14, Abraão persegue os reis mesopotâmicos que capturaram seu sobrinho Ló, caçando-os até Damasco e Dan (14,14-15). Nesse ato, ele liberta seus súditos da escravidão mesopotâmica e expulsa as forças estrangeiras da antiga fronteira do reino de Israel, ao norte. Também relevante para as ambições territoriais de Judá nesse período é o foco especial nas tribos de 'José' – Efraim e Manassés – e a forte mensagem da separação dos israelitas do povo de Canaã nas narrativas dos patriarcas. A agenda imediata para Judá, depois da queda do reino do norte, era a expansão para os antigos territórios israelitas nas terras altas situadas diretamente ao norte de seu reino, ou seja, os territórios de Efraim e Manassés. Depois de destruírem Samaria, os assírios instalaram os deportados da Mesopotâmia nos territórios do reino vencido. Alguns foram estabelecidos na área de Betel, perto da fronteira do norte de Judá. A idéia do pan-israelismo tinha que considerar essa situação dos novos 'habitantes de Canaã', vivendo nos territórios que Judá via como sua herança. As narrativas dos patriarcas, que dão forte ênfase à importância do casamento entre parentes e a evitar casamentos com outros povos da terra, cabem perfeitamente nessa situação.

O Gênesis como preâmbulo?

Embora as histórias do Gênesis girem em torno de Judá — e se foram escritas no século VII a.C., perto da época da compilação da história deuteronomista —, como podem estar tão distanciadas das idéias do Deuteronômio, como as de centralização do culto e centralidade de Jerusalém? Essas histórias parecem, inclusive, promover os lugares de culto do norte, como Betel e Shechem, e descrevem a criação de altares em muitos outros lugares além de Jerusalém. Talvez devamos ver aqui uma tentativa de apresentar as tradições patriarcais como uma espécie de pré-história piedosa, antes de Jerusalém, antes da monarquia, antes do Templo, quando os pais das nações eram monoteístas, mas ainda era permitido fazer sacrifícios em outros lugares. A descrição dos patriarcas como pastores ou pastoralistas pode ter tido, de fato, a intenção de conferir uma atmosfera de grande antiguidade aos estágios formadores de uma sociedade que, apenas recentemente, havia desenvolvido uma consciência nacional transparente.

O significado de tudo isso é que tanto os textos J do Pentateuco como a história deuteronomista foram escritos no século VII a.C., em Judá, em Jerusalém, quando o reino de Israel ao norte não existia mais. Provavelmente as idéias, as histórias básicas e mesmo os personagens atrás de ambas as redações eram conhecidos de forma ampla. A fonte J descreve a própria história antiga da nação, enquanto a história deuteronomista lida com acontecimentos de séculos recentes, com ênfase especial na idéia do panisraelismo, na providência divina de linhagem davídica e na centralização do culto no Templo de Jerusalém.

O grande talento dos criadores desse épico nacional, no século VII a.C., foi o modo como teceram as antigas histórias, sem

despojá-las de sua humanidade ou de sua característica individual. Abraão, Isaac e Jacó permaneceram ao mesmo tempo vivos retratos espirituais e antepassados metafóricos do povo de Israel. E os 12 filhos de Jacó foram inseridos na tradição como membros jovens de uma genealogia mais complexa. Na arte da narrativa bíblica, os filhos de Abraão, Isaac e Jacó foram, de fato, reunidos numa única família. Foi o poder da lenda que os uniu, de forma muito mais convincente e infinita do que as efêmeras aventuras de poucos indivíduos históricos, pastoreando carneiros nas colinas de Canaã, jamais teriam conseguido.

II

O Êxodo aconteceu?

Durante séculos, a figura heróica de Moisés confrontando o tirânico faraó, as dez pragas e o vasto êxodo israelita do Egito permaneceram como imagens centrais e inesquecíveis da história bíblica. Por intermédio de um líder guiado divinamente — não de um pai — que representava a nação para Deus e Deus para a nação, os israelitas navegaram o curso quase impossível do cativeiro sem esperança para as próprias fronteiras de sua Terra Prometida. Tão importante é essa história da libertação dos israelitas do cativeiro que os livros bíblicos do Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio — 4/5 completos das escrituras fundamentais de Israel — são devotados a esses eventos significativos, vividos por uma única geração em pouco mais de quarenta anos. Durante esses anos, ocorreram os milagres da sarça ardente, das pragas, da divisão do mar Vermelho, do aparecimento do maná no deserto e a revelação da Lei de Deus no monte Sinai, todos manifestações visíveis do controle de Deus sobre a natureza e sobre a humanidade. O Deus de Israel, previamente conhecido apenas por meio de revelações pessoais aos patriarcas, aqui se mostra à nação como deidade universal.

Mas isso é história? Pode a arqueologia nos ajudar a localizar, com precisão, a época em que o líder chamado Moisés mobilizou seu povo para o grande ato de libertação? Podemos traçar a trilha do êxodo e da caminhada pelo deserto? Podemos mesmo determinar se o Êxodo — como descrito na Bíblia — jamais ocorreu? Duzentos anos de intensa escavação e de estudos dos remanescentes da antiga civilização egípcia ofereceram cronologia detalhada dos acontecimentos, das personalidades e dos lugares nos tempos faraônicos. Muito mais que as descrições das histórias dos patriarcas, a narrativa do Êxodo está ocupada com riqueza de detalhes e por referências geográficas específicas. Pode prover informação histórica confiável para o grande épico da fuga dos israelitas do Egito e do seu recebimento da Lei de Deus no monte Sinai?

Israel no Egito: a saga bíblica

A história do Êxodo descreve duas importantes transições, cuja conexão é crucial para o curso subseqüente da história israelita. De um lado, os 12 filhos de Jacó e suas famílias, vivendo no exílio no Egito, se transformam numa grande nação. Do outro, a nação passa por um processo de libertação e de compromisso com a lei divina, que antes teria sido impossível. Dessa maneira a mensagem bíblica ressalta a força latente de uma nação unificada, piedosa, quando começa a reclamar sua libertação do maior reino da Terra.

O palco foi montado para essa dramática metamorfose espiritual no final do livro do Gênesis, com os filhos de Jacó vivendo em segurança sob a proteção de seu irmão José, que havia ascendido ao poder, como alto funcionário na hierarquia egípcia. Os israelitas estavam prósperos e felizes nas cidades a leste do delta do Nilo, e

tinham amplo acesso para ir e vir a sua terra natal, em Canaã. Depois da morte de seu pai, Jacó, eles levaram o corpo para o túmulo que havia sido preparado para ele — ao lado de seu pai Isaac e de seu avô Abraão — na caverna de Macpela, em Hebron. E durante um período de 430 anos os descendentes dos 12 irmãos e suas famílias mais próximas evoluíram para uma grande nação — exatamente como Deus tinha prometido — e eram conhecidos pela população do Egito como hebreus. "Eles se multiplicarão e crescerão extraordinariamente fortes, de modo que a terra será povoada por eles" (Êxodo 1,7). Mas os tempos mudaram e, posteriormente, um novo faraó "que não conhecia José" ascendeu ao poder. Temendo que os hebreus traíssem o Egito com um dos seus inimigos, esse faraó os escravizou, obrigando-os a construir, em grupos de trabalho, as cidades-armazéns de Pitom e Ramsés. "Mas, quanto mais eram oprimidos, mais eles se multiplicavam" (Êxodo 1,12). O ciclo vicioso de opressão continuou a se aprofundar: os egípcios tornaram a vida dos hebreus ainda mais amarga e os forçaram ao trabalho pesado "com argila e tijolos e a toda espécie de trabalho nos campos" (Êxodo 1,14).

Temendo a explosão da população desses perigosos trabalhadores imigrantes, o faraó ordenou que todos os recém-nascidos hebreus do sexo masculino fossem afogados no Nilo. Ainda assim, essa medida desesperada acabou se convertendo em instrumento para a libertação dos hebreus. Uma criança da tribo de Levi — colocada à deriva numa cesta de junco — foi encontrada e adotada por uma das filhas do faraó. A criança, um menino, recebeu o nome de Moisés — da raiz hebraica, 'tirado da' água — e foi educada na corte real. Anos tais tarde, quando Moisés havia crescido e se tornado homem, ele viu um capataz egípcio açoitando um escravo hebreu e seus sentimentos mais profundos afloraram;

ele matou o capataz e "escondeu seu corpo na areia". Temeroso das conseqüências do seu ato, Moisés fugiu para o deserto — para a terra de Madiã —, onde passou a levar outra vida, como um nômade. E foi durante o percurso de sua caminhada como pastor solitário, perto de Horeb, 'a montanha de Deus', que ele recebeu a revelação que mudaria o mundo.

Das chamas brilhantes e ardentes de uma sarça no deserto, que queimava, mas não se consumia, o Deus de Israel se revelou a Moisés como o salvador do povo de Israel. Ele proclamou que os libertaria dos seus capatazes e que os conduziria para uma vida de liberdade e de segurança na Terra Prometida. Deus se identificou como o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, e naquele momento também revelou a Moisés seu nome misterioso e místico, YHWH, "Eu sou quem eu sou". E Deus ordenou solenemente a Moisés que voltasse ao Egito com a ajuda do seu irmão Aarão, a fim de confrontar o faraó com uma demonstração de milagres e exigir liberdade para a casa de Israel.

Mas o coração do faraó estava endurecido, e ele respondeu a Moisés intensificando o sofrimento dos escravos hebreus. Então, Deus instruiu Moisés a ameaçar o Egito com uma série de pragas terríveis, se o faraó continuasse recusando-se a responder à injunção divina de: "Deixai meu povo partir" (Êxodo 7,16). O faraó não cedeu e a água do rio Nilo virou sangue. Sapos, depois mosquitos, depois moscas enxamearam o país inteiro. Uma doença misteriosa dizimou o rebanho dos egípcios; furúnculos e pústulas irromperam em sua pele e na dos animais que tinham sobrevivido; granizo desabou dos céus arruinando as colheitas. E ainda assim o faraó se recusou a ceder. Pragas de gafanhotos e a escuridão caíram então sobre o Egito, e, finalmente, veio a terrível praga da morte dos primogênitos, dos humanos e dos animais, em toda a terra do Nilo.

A fim de proteger os primogênitos nascidos dos israelitas, Deus ordenou a Moisés e Aarão que preparassem a congregação de Israel para um sacrifício de carneiros incomum, cujo sangue seria usado para marcar as portas de suas casas, de modo que fossem poupadas na noite da morte dos primogênitos egípcios. Deus os instruiu também para que preparassem provisões de pão ázimo para um êxodo imediato. Quando o faraó testemunhou o terrível número de mortos da décima praga, a morte de todos os primogênitos, incluindo o seu próprio, finalmente cedeu, ordenando aos hebreus que carregassem seus rebanhos e manadas, e partissem.

Assim, a multidão dos filhos de Israel, num total de "cerca de seiscentos mil homens a pé, além de mulheres e de crianças" (Êxodo 12,37), partiu das cidades a leste do delta do Nilo para o deserto do Sinai. Mas, "quando o faraó deixou o povo partir, Deus não o conduziu pelo caminho através das terras dos filisteus, embora fosse mais perto; porque Deus disse: Para que o povo não se arrependa quando enxergar a guerra e volte para o Egito. Mas Deus conduziu o povo dando uma volta pelo caminho do deserto na direção do mar Vermelho".

E quando o faraó, arrependido de sua decisão, enviou uma força de "seiscentas bigas selecionadas e todas as outras bigas do Egito" atrás dos israelitas que fugiam, o mar Vermelho se abriu para permitir que eles cruzassem para o Sinai através do seu leito seco. E tão logo eles acabaram de chegar do outro lado, as águas engolfaram os egípcios que os perseguiam, num milagre inesquecível, que foi comemorado na bíblica canção do mar (Êxodo 15,1-18).

Guiada por Moisés, a multidão dos filhos de Israel passou através do deserto, seguindo itinerário cuidadosamente registrado de lugares onde passaram sede e fome e murmuraram sua insatisfação, mas foram acalmados e alimentados pela intercessão de Moisés a Deus. Enfim, chegando ao sopé da montanha onde Moisés tinha recebido sua primeira grande revelação, o povo de Israel se reuniu enquanto Moisés subiu até o topo para receber a Lei de Deus, sob a qual o povo recém-libertado de Israel deveria viver para sempre. Embora a reunião no Sinai tenha sido manchada quando os israelitas adoraram um bezerro de ouro, enquanto Moisés estava no topo da montanha (e, irado, Moisés esmagou o primeiro conjunto das tábuas da Lei), Deus, por meio de Moisés, transmitiu ao povo os Dez Mandamentos e, depois, um complexo corpo de leis de adoração, veneração, pureza e dietética. A sagrada Arca da Aliança, contendo as tábuas da Lei de Deus, seria, dali em diante, o estandarte de batalha e o símbolo mais sagrado da nação, acompanhando os israelitas em todas as suas jornadas.

Estabelecidos num acampamento no deserto de Paran, os israelitas enviaram espiões para coletar informações sobre o povo de Canaã (Números 13). Mas esses espiões regressaram com dados tão alarmantes e assustadores sobre a força do povo de Canaã e sobre as altas fortificações de suas cidades, que a multidão de israelitas perdeu a fé e se rebelou contra Moisés, implorando-lhe para que regressassem ao Egito, onde pelo menos sua segurança física estaria garantida. Testemunhando isso, Deus determinou que a geração que havia conhecido o cativeiro no Egito não viveria para herdar a Terra Prometida e que os israelitas deveriam continuar peregrinando no deserto por mais quarenta anos. Assim, eles não entraram diretamente em Canaã, mas por uma rota tortuosa através de Kadesh-barnea, por Arabab, entre as terras de Edom e Moab, a leste do mar Morto.

O ato final da história do Êxodo aconteceu nas planícies de Moab, na Transjordânia, diante da Terra Prometida. O então en-

velhecido Moisés revelou aos israelitas os termos completos das leis que eles deveriam obedecer se verdadeiramente quisessem herdar Canaã. Esse segundo código de leis está incluído no livro do Deuteronômio (nome originado da palavra grega *deuteronomium*, 'segunda lei'); detalhava os perigos mortais da idolatria, estabelecia o calendário dos grandes festejos religiosos, listava amplo conjunto de legislação social e ordenava que, uma vez que a terra tivesse sido conquistada, o Deus de Israel somente deveria ser venerado num único santuário, "o lugar que o SENHOR vosso Deus escolherá" (Deuteronômio 26,2). Então, depois da indicação de Josué, filho de Nun, para liderar os israelitas na sua campanha por uma rápida conquista de Canaã, o velho Moisés, então com 120 anos, subiu ao topo do monte Nebo e morreu. A transição de família para nação estava completa. Agora a nação enfrentava o assombroso desafio de realizar seu destino concedido por Deus.

Sedução do Egito

Uma coisa é certa. A situação básica descrita na saga do Êxodo — o fenômeno dos imigrantes vindo de Canaã para o Egito e se estabelecendo nas regiões da fronteira no leste do delta do Nilo — é abundantemente comprovada nos achados arqueológicos e nos textos históricos. De épocas mais remotas registradas através da Antiguidade, o Egito seduzia como lugar de abrigo e segurança para o povo de Canaã em tempos em que a seca, a fome ou as guerras tornavam a vida insuportável, ou mesmo difícil. Essa relação histórica é fundamentada no meio ambiente básico e nos contrastes climáticos entre o Egito e Canaã, as duas terras vizinhas separadas pelo deserto do Sinai. O clima de Canaã, tipicamente mediterrâneo, é seco no verão; chove apenas no inverno, e a quan-

tidade de chuva a cada ano pode variar imensamente. Como a agricultura em Canaã era muito dependente do clima, os anos com chuva abundante traziam prosperidade, mas os outros anos, com baixa precipitação, em geral resultavam em seca e fome. Assim, a vida do povo de Canaã era afetada, de forma profunda, pela alternância dos anos com boa, média ou pouca precipitação pluviométrica, o que se traduzia diretamente em anos de prosperidade, de dificuldades ou de fome completa. E em tempos de fome aguda existia apenas uma solução: descer para o Egito. O Egito não dependia da chuva, porque recebia sua água do Nilo.

No Egito existiam anos muito bons e também anos difíceis — determinados pelas oscilações no nível do Nilo na estação das enchentes, graças a vários padrões distintos de precipitação pluviométrica nas suas nascentes na África central e nos planaltos etíopes — mas raramente passava por períodos de fome absoluta. O Nilo, mesmo com o nível baixo, ainda era fonte confiável de água para a irrigação, e de qualquer modo o Egito era um Estado bem organizado e preparado para os anos melhores e piores, em virtude da estocagem de grãos nos depósitos do governo. O delta do Nilo, em particular, apresentava uma paisagem bem mais convidativa na Antiguidade do que é hoje. Nos dias atuais, por causa do assoreamento e das mudanças geológicas, o Nilo se divide em apenas dois braços principais, um pouco ao norte da cidade do Cairo. Mas ampla variedade de antigas fontes, inclusive dois mapas do período romano-bizantino, registra que o Nilo se dividia, antigamente, em sete braços, e criava uma área muito maior de terras bem supridas de água. O braço mais a leste se estendia no que é hoje uma zona árida, salgada e pantanosa no noroeste do Sinai; e canais feitos pelo homem cortavam a região, carregando água fresca para a área inteira,

transformando o que hoje são os pântanos áridos e salgados do canal de Suez numa área verde, fértil e densamente povoada. Em anos recentes, tanto o braço do extremo leste do Nilo como os canais de irrigação feitos pelo homem foram identificados em estudos geológicos e topográficos realizados no delta e no leste do deserto do Sinai.

Há uma boa razão para se acreditar que nos tempos de fome em Canaã — do exato modo como a narrativa bíblica descreve — pastores e lavradores igualmente iam para o Egito a fim de se estabelecer no leste do delta e aproveitar a sua confiável fertilidade. Assim, a arqueologia ofereceu um quadro ainda mais matizado de uma comunidade maior de semitas, os quais chegaram de Canaã na Idade do Bronze para se fixar no delta, por uma ampla variedade de razões, e alcançaram diferentes níveis de sucesso. Alguns deles eram recrutados como trabalhadores sem bens de raiz, na construção de obras públicas. Em outros períodos, os semitas podem ter ido para o Egito apenas porque o país lhes oferecia a perspectiva de comércio e de melhores oportunidades econômicas. A famosa pintura da tumba de Beni Hasan, do Médio Egito, datada do século XIX a.C., retrata um grupo descendo da Transjordânia para o Egito com mercadorias e animais, presumivelmente como comerciantes, não como trabalhadores recrutados. Outros podem ter sido levados de Canaã para o delta pelos exércitos dos faraós, como prisioneiros das campanhas punitivas contra as cidades-Estado revoltosas de Canaã. Sabemos que alguns foram designados escravos nas terras cultivadas dos templos do Estado; outros terminaram subindo na escala social, chegando a se tornar funcionários do governo, soldados e até mesmo sacerdotes.

Esses padrões demográficos ao longo do delta leste — o povo asiático imigrando para o Egito para ser recrutado para o trabalho

forçado — não se restringiram à Idade do Bronze; pelo contrário, eles refletem os ritmos das eras antigas na região, incluindo os séculos na Idade do Ferro, mais perto da época em que a narrativa do Êxodo foi escrita.

Ascensão e queda dos hicsos

O relato da ascensão proeminente de José, como narrada no livro do Gênesis, é a mais famosa das histórias dos imigrantes de Canaã chegando ao poder no Egito, mas existem outras fontes que oferecem essencialmente o mesmo quadro — do ponto de vista egípcio. A mais importante delas foi escrita pelo historiador egípcio Mâneto, no século III a.C.; ele registrou uma história de imigração extraordinária pelo seu sucesso, embora seu ponto de vista patriótico a tenha transformado em tragédia nacional. Baseando seus relatos nos 'livros sagrados' anônimos e em 'contos e lendas populares', Mâneto descreveu uma massiva e brutal invasão do Egito por estrangeiros do leste, a quem chamou *hicsos*, enigmática forma grega de uma palavra egípcia que ele traduziu como 'reis pastores', mas que verdadeiramente significa 'governantes de terras estrangeiras'. Mâneto relatou que os hicsos se estabeleceram no delta, em uma cidade chamada Avaris, e fundaram uma dinastia que dominou o Egito, com grande crueldade, por mais de quinhentos anos.

Nos primeiros anos da pesquisa moderna, os estudiosos identificaram os hicsos com os reis da XV dinastia do Egito, que governaram mais ou menos entre 1670 a 1570 a.C. Esses estudiosos aceitaram literalmente o relato de Mâneto e buscaram sinais para a existência de uma poderosa nação estrangeira ou um grupo étnico que teria vindo de longe para invadir e conquistar o Egito. Estudos

subseqüentes mostraram que as inscrições e selos que levavam nomes de governantes hicsos eram semitas ocidentais, em outras palavras, de Canaã. Escavações arqueológicas recentes no leste do delta do Nilo confirmaram aquela conclusão e indicaram que a 'invasão' dos hicsos foi um processo gradual de imigração de Canaã para o Egito, ao invés de uma fulminante campanha militar.

A escavação mais importante foi feita por Manfred Bietak, da Universidade de Viena, em Tell ed-Daba, sítio no delta leste identificado como Avaris, a capital dos hicsos (figura 4, p. 88). Essas escavações mostraram gradual influência de Canaã nos estilos da cerâmica, arquitetura e túmulos, por volta de 1800 a.C. Na época da XV dinastia, cerca de 150 anos depois, a cultura do sítio, que, por acaso, se transformou em grande cidade, era esmagadoramente de Canaã. As descobertas de Tell ed-Daba são evidência de longo e progressivo desenvolvimento da presença do povo de Canaã no delta e de uma dominação local pacífica. É uma situação estranhamente semelhante, pelo menos nos seus contornos amplos, às histórias das visitas dos patriarcas ao Egito, e de sua instalação eventual naquela região. O fato de Mâneto, escrevendo quase 1.500 anos mais tarde, narrar uma invasão brutal, ao invés de uma imigração gradual e pacífica, deve provavelmente ser compreendido pela formação de sua própria época, quando as lembranças das invasões do Egito pelos assírios, babilônios e persas nos séculos VII e VI a.C. ainda estavam, de forma dolorosa, frescas na consciência egípcia.

Mas existe paralelo ainda mais poderoso entre a saga dos hicsos e a história bíblica dos israelitas no Egito, a despeito das drásticas diferenças de tom. Mâneto descreve como, enfim, acabou a invasão dos hicsos por um virtuoso rei egípcio que atacou e derrotou os invasores, "matando muitos deles e expulsando os remanescentes para as fronteiras da Síria". De fato, Mâneto supôs que, depois que os hicsos foram expulsos do Egito, fundaram a cidade de Jerusalém, onde construíram um templo. Ainda mais fidedigna é uma fonte egípcia do século XVI a.C., que reconta as proezas do faraó Ahmose, da XVIII dinastia, que saqueou Avaris e perseguiu os remanescentes dos hicsos até a cidade mais ao sul de Canaã — Saroen, perto de Gaza —, que ele tomou de assalto depois de longo cerco. E de fato, por volta da metade do século XVI a.C., Tell ed-Daba foi abandonada, marcando o final da influência de Canaã.

Assim, fontes arqueológicas e históricas independentes relatam a imigração de semitas de Canaã para o Egito, e os egípcios expulsando-os com o uso da força. Esse resumo básico da imigração e do retorno violento para Canaã é paralelo ao relato bíblico do Êxodo. Duas questões-chaves permanecem. Primeira questão: quem eram esses imigrantes semitas? E, segunda questão: como a data de sua permanência no Egito se enquadra na cronologia bíblica?

Conflito de datas e reis

Data-se, em geral, a expulsão dos hicsos em torno de 1570 a.C., tomando como base os registros e a evidência arqueológica das cidades destruídas em Canaã. Como mencionado no último capítulo, discutindo o processo de datar a era dos patriarcas, o livro 1º Reis 6,1 nos conta que o início da construção do Templo, no quarto ano do reinado de Salomão, aconteceu 480 anos depois do Êxodo. De acordo com a correlação das datas de reinado dos reis israelitas com fontes externas, egípcias e assírias, isso colocaria o Êxodo em torno de 1440 a.C. Esta data é mais de cem anos depois da expulsão egípcia dos hicsos, por volta de 1570 a.C. Mas há uma complicação ainda mais séria. A Bíblia fala explicitamente

sobre os projetos de trabalho forçado dos filhos de Israel e menciona, em particular, a construção da cidade de Ramsés (Êxodo 1,11). No século XV a.C. esse nome seria inconcebível. O primeiro faraó chamado Ramsés chegou ao trono só em 1320 a.C., mais de um século depois da tradicional data bíblica. Como resultado, muitos estudiosos tenderam a não admitir o valor literal da data bíblica, sugerindo que o número 480 era pouco mais que uma extensão de tempo simbólica, representando o tempo de vida de 12 gerações, cada uma durando os tradicionais quarenta anos. Essa cronologia, altamente esquematizada, coloca a construção do templo a cerca de meio caminho entre o final do primeiro exílio, no Egito, e o final do segundo exílio, na Babilônia.

Entretanto, a maioria dos estudiosos considera a referência bíblica específica ao nome Ramsés um detalhe que preservou uma memória histórica autêntica. Em outras palavras, eles argumentam que o Êxodo deve ter ocorrido no século XIII a.C. E existem outros detalhes específicos da história desse episódio que apontam para o mesmo século. Primeiro, as fontes egípcias relatam que a cidade de Pi-Ramsés ('A Casa de Ramsés') foi construída no delta na época do grande rei egípcio Ramsés II, que governou de 1279 a 1231 a.C., e que aparentemente semitas foram aproveitados na sua construção. Segundo, e talvez mais importante, a menção mais antiga de Israel num texto extrabíblico foi encontrada no Egito, na estela que descreve a campanha do faraó Meneptah — o filho de Ramsés II — em Canaã, no exato final do século XIII a.C. A inscrição relata uma destrutiva campanha militar egípcia naquela região, durante a qual um povo chamado Israel foi dizimado ao ponto de o faraó ter-se vangloriado de que "a semente de Israel não mais existe!". A jactância era claramente excessiva e vazia, mas indica que algum grupo, conhecido como Israel, estava em Canaã

naquele período. De fato, dúzias de povoados relacionados com os antigos israelitas apareceram na região montanhosa de Canaã na mesma época. Assim, se houve um êxodo histórico, argumentaram os estudiosos, deve ter ocorrido no final do século XIII a.C.

A estela de Meneptah registra pela primeira vez o nome Israel, em algum texto antigo que sobreviveu. Novamente, isso levanta questões básicas: Quem eram os semitas no Egito? Podem ser considerados israelitas, por alguma razão significativa? Nenhuma menção do nome Israel foi encontrada nas inscrições ou documentos relacionados com o período dos hicsos. O nome não é mencionado sequer nas inscrições egípcias posteriores, nem no extenso arquivo cuneiforme do século XIV a.C., encontrado em Tell el-Amarna, no Egito, cujas aproximadas quatrocentas letras descrevem, detalhadamente, as condições social, política e demográfica de Canaã naquele tempo. Como argumentaremos em capítulo posterior, os israelitas emergiram de modo gradual, como um grupo distinto em Canaã, apenas no final do século XIII a.C. Não existe evidência arqueológica conhecida da presença de Israel no Egito imediatamente antes daquele período.

Um êxodo de massa seria possível no tempo de Ramsés II?

Agora sabemos que a solução para o problema do Êxodo não é o simples alinhamento de datas e reis. A expulsão dos hicsos do Egito em 1570 a.C. introduziu um período em que os egípcios tornaram-se extremamente desconfiados com as incursões de estrangeiros em suas terras. E o impacto negativo das memórias dos hicsos simboliza um estado de espírito, que também é constatado nos remanescentes arqueológicos. Somente em anos recentes ficou

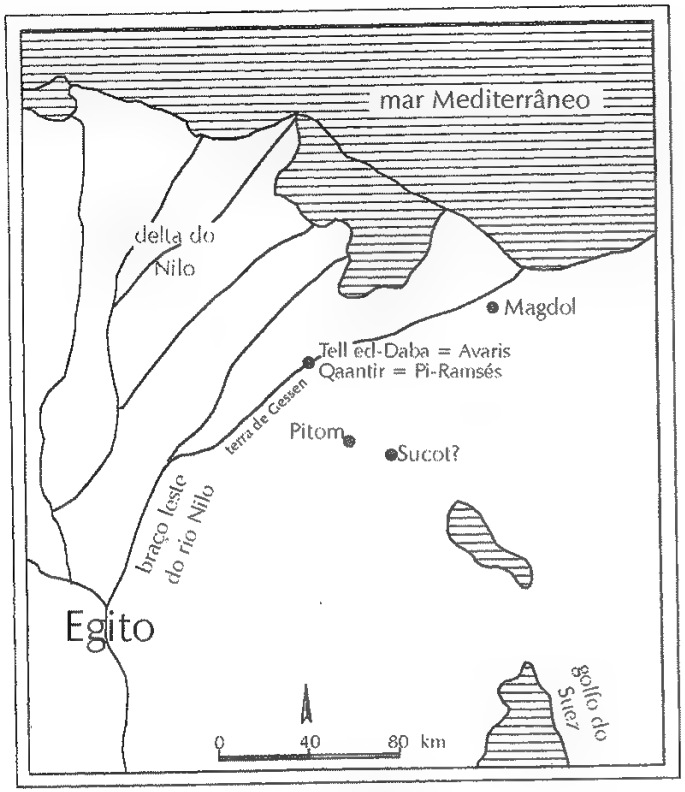

Figura 4 — O delta do Nilo: principais lugares mencionados na história do Êxodo

claro que, da época do Novo Império para frente, começando depois da expulsão dos hicsos, os egípcios intensificaram o controle sobre o fluxo de imigrantes de Canaã para o delta leste do Nilo; estabeleceram um sistema de fortes ao longo da fronteira leste do delta, os quais gerenciavam com tropas militares e administradores. Um papiro do final do século XIII a.C. registra quão estritamente os comandantes dos fortes monitoravam o movimento de estrangeiros: "Nós completamos a entrada de tribos do edomita *shasu*, (i.e. beduínos), através da fortaleza de Meneptah-Contente-com-a-Verdade, que é em *Tjkw*, até os poços de *Pr-Itm* que estão em *Tjkw* para a manutenção de seus rebanhos".

Esse registro é interessante em outro elo: cita dois dos mais importantes lugares mencionados na Bíblia associados ao Êxodo (Figura 4). *Sucot* (Êxodo 12,37; Números 33,5) é provavelmente a forma hebraica para o egípcio *Tjkw*, nome que se refere a um lugar ou área na parte leste do delta que aparece nos textos egípcios desde a época da XIX dinastia, a dinastia de Ramsés II. *Pitom* (Êxodo 1,11) é a forma hebraica de *Pr-Itm*, que significa 'casa (i.e. templo) do deus Atom'. Esse nome aparece pela primeira vez na época do novo reinado no Egito. De fato, mais dois nomes de lugares citados na narrativa do Êxodo parecem se adequar à realidade do leste do delta à época do Novo Império. O primeiro, que já mencionamos, é a cidade chamada Ramsés — Pi-Ramsés ou 'a casa de Ramsés' em egípcio. Essa cidade foi construída no século XIII a.C., como a capital de Ramsés II no leste do delta, muito perto das ruínas de Avaris. O trabalho duro na fabricação de tijolos, como descrito no relato bíblico, era fenômeno comum no Egito e a pintura de um túmulo do século XV a.C. retrata essa especialidade do ofício da construção com detalhes. Por fim, *Magdol*, que aparece no relato do Êxodo (Êxodo 14,2), é nome comum no novo reinado para os fortes egípcios da fronteira a leste do delta e ao longo da estrada internacional do Egito a Canaã, no norte do Sinai.

A fronteira entre Canaã e o Egito era, portanto, estritamente controlada. Se uma grande massa de israelitas fugitivos tivesse passado pelas fortificações de fronteira no regime faraônico, deve-

ria existir um registro. Ainda assim, nas abundantes fontes egípcias que descrevem a época do Novo Império em geral, e o século XIII em particular, não há referência aos israelitas, nem mesmo uma única pista. Sabemos sobre grupos nômades de Edom que entraram no Egito pelo deserto. A estela de Meneptah se refere a Israel como um grupo de pessoas que já viviam em Canaã. Mas não há pistas, nem mesmo uma única palavra, sobre antigos israelitas *no* Egito: nem nas inscrições monumentais nas paredes dos templos, nem nas inscrições em túmulos, nem em papiros. Israel inexiste como possível inimigo do Egito, como amigo ou como nação escravizada. E simplesmente não existem achados arqueológicos no Egito que possam estar associados de forma direta com a noção de um grupo étnico distinto (em oposição a uma concentração de trabalhadores migrantes de muitos lugares), vivendo numa área específica a leste do delta, como subentendido no relato bíblico sobre os filhos de Israel vivendo juntos na terra de Gessen (Gênesis 47,27).

Há algo mais: parece altamente improvável, como também é a travessia do deserto e o ingresso em Canaã, que um grupo, mesmo que pequeno, pudesse fugir do controle egípcio na época de Ramsés II. No século XIII a.C., o Egito estava no auge de seu poder e autoridade, o poder dominante do mundo. O controle sobre Canaã era firme; fortalezas foram construídas em diversas partes do país, e funcionários egípcios administravam os assuntos na região. Nas cartas de el-Amarna, datadas de um século antes, há a informação de que uma unidade de cinqüenta soldados egípcios era grande o bastante para apaziguar qualquer agitação em Canaã. E ao longo do período do Novo Império os extensos exércitos egípcios marcharam através de Canaã para o norte, até o rio Eufrates, na Síria. Conseqüentemente, a principal estrada que ia por terra, ao longo

da costa do norte do Sinai para Gaza e depois para o centro de Canaã, era de extrema importância para o regime faraônico.

O trecho mais potencialmente vulnerável da estrada — que cruzava o árido e perigoso deserto do Sinai, entre o delta e Gaza — era o mais protegido. Um sofisticado sistema de fortes, de depósitos de grãos e de fontes de água fora estabelecido a uma distância de um dia de marcha ao longo de toda a extensão da estrada, chamada Caminhos de Hórus. Essas guarnições militares egípcias na estrada permitiam ao exército imperial cruzar a península do Sinai de maneira conveniente e eficiente, quando necessário. Os anais do grande conquistador egípcio Tutmosis III contam que ele marchou com suas tropas do leste do delta até Gaza uma distância de cerca de 250 quilômetros em dez dias. Um relevo da época do pai de Ramsés II, o faraó Seti I (de cerca de 1300 a.C.), mostra os fortes e reservatórios de água na forma de um mapa antigo, que traça a rota do leste do delta até a fronteira sudoeste de Canaã (figura 5, p. 92). Remanescentes desses fortes foram encontrados durante investigações arqueológicas no norte do Sinai, realizadas por Eliezer Oren, da Universidade Ben-Gurion, por volta de 1970. Oren descobriu que cada uma dessas guarnições de estrada correspondia exatamente aos sítios designados no antigo relevo egípcio, composto de três elementos: um sólido forte feito de tijolos, na típica arquitetura egípcia, instalações de depósito para provisões de comida e reservatório de água.

Pondo de lado a possibilidade de milagres inspirados divinamente, não é razoável aceitar a idéia de fuga de um grande grupo de escravos do Egito, através de fronteiras fortemente vigiadas por guarnições militares, para o deserto e depois para Canaã, numa época com colossal presença egípcia na região. Qualquer grupo escapando do Egito contra a vontade do faraó teria sido rapida-

mente capturado, não apenas por um exército egípcio que o perseguiria desde o delta, mas também por soldados egípcios dos fortes no norte do Sinai e em Canaã.

De fato, a narrativa bíblica sugere o perigo da experiência de fugir pela estrada da costa. Assim, a única alternativa seria através das terras desérticas e desoladas da península do Sinai; mas a possibilidade de um grande grupo de pessoas caminhando por essa península também é contestada pela arqueologia.

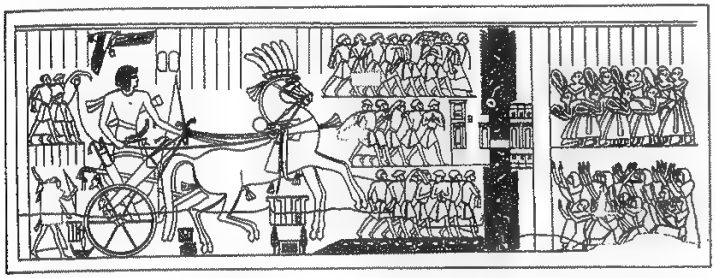

Figura 5 — Relevo do tempo do faraó Seti I (cerca de 1300 a.C.); gravado numa parede no templo de Amon, em Karnak, representa a estrada internacional do Egito a Canaã, ao longo da costa, ao norte da península do Sinai. Fortes egípcios com reservatórios de água são apontados no registro inferior.

Nômades fantasmas?

De acordo com o relato bíblico, os filhos de Israel vagaram pelo deserto, movimentando-se pelas montanhas da península do Sinai e acampando em lugares diferentes, durante quarenta anos (figura 6). Mesmo que o número dos israelitas fugitivos (no texto, a informação é de 600 mil) seja singelamente exagerado, ou que possa ser interpretado como representativo de unidades menores de pessoas, o texto descreve a sobrevivência de grande número de

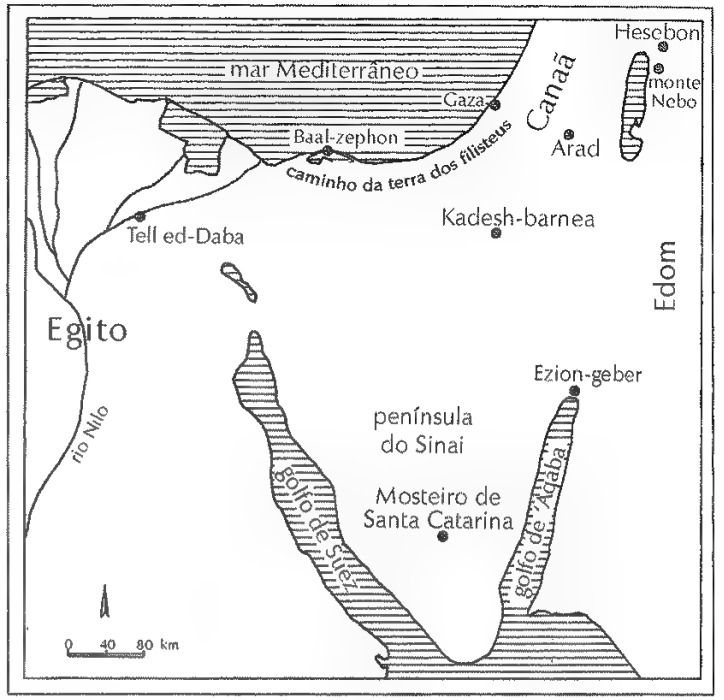

Figura 6 — A península do Sinai, com os principais lugares mencionados na história do Êxodo

pessoas sob as mais desafiadoras condições. Alguns traços arqueológicos dessa geração que vagou por longo tempo no Sinai deveriam ser aparentes. Entretanto, exceto pelos fortes egípcios ao longo da costa norte, nem um único sinal de acampamento ou de ocupação da época de Ramsés II e dos seus imediatos predecessores e sucessores jamais foi identificado no Sinai. E não foi por falta de inúmeras tentativas. Repetidas pesquisas arqueológicas realizadas em todas as regiões da península, incluindo a área mon-

tanhosa ao redor do tradicional sítio do monte Sinai, perto do Mosteiro de Santa Catarina (*ver* apêndice B), não produziram senão evidências negativas: nem mesmo um único caco ou fragmento, nem uma única casa, nenhum traço de acampamento antigo. Pode-se argumentar que não se esperaria de um bando relativamente pequeno de nômades israelitas que deixasse restos materiais para trás. Mas as modernas técnicas arqueológicas dispõem de muitos recursos para traçar, ainda que escassos, remanescentes da passagem ou de acampamentos de caçadores e de pastores nômades no mundo inteiro. De fato, o registro arqueológico da península do Sinai revela evidência de atividade pastoral em épocas remotas, como o terceiro milênio a.C. e os períodos helenístico e bizantino. Simplesmente não há nenhuma evidência do suposto tempo do Êxodo, no século XIII a.C.

A conclusão — de que o Êxodo não aconteceu na época e da forma descrita na Bíblia — parece irrefutável quando examinamos a evidência de sítios específicos, onde os filhos de Israel supostamente acamparam por longos períodos, durante sua caminhada pelo deserto (Números 33), e onde alguma indicação arqueológica — se existente —, é quase certo, seria encontrada. De acordo com a narrativa bíblica, os filhos de Israel acamparam em Kadesh-barnea durante 38 dos quarenta anos da temporada no deserto. A localização genérica desse lugar é clara pela descrição da fronteira sul da terra de Israel no livro Números, 34. O lugar tem sido identificado pelos arqueólogos como o grande oásis bem suprido de água de Ein el-Qudeirat, no leste do Sinai, na fronteira entre o Israel moderno e o Egito. O nome Kadesh foi provavelmente preservado através dos séculos na designação de uma fonte menor na vizinhança, chamada Ein Qadis. Até hoje existe um pequeno cômoro com remanescentes de uma fortaleza

da Idade do Ferro no centro desse oásis. Ainda assim, repetidas escavações e levantamentos topográficos realizados na área inteira não ofereceram nem mesmo a mais remota evidência de alguma atividade na Idade do Bronze, nem mesmo um único caco ou fragmento deixado para trás por um pequeno bando de refugiados assustados em fuga.

Ezion-geber é outro nome citado como lugar de acampamento dos filhos de Israel. A menção a esse nome em outros lugares da Bíblia, como cidade portuária posteriormente estabelecida na ponta norte do golfo de 'Aqaba (ou Akaba), conduziu a sua identificação por arqueólogos, num cômoro localizado na fronteira moderna entre Israel e a Jordânia, a meio caminho das cidades de Eilat e 'Aqaba. As escavações feitas ali, entre 1938 e 1940, revelaram impressionantes remanescentes da Idade do Ferro, mas não algum traço que seja de ocupação na Idade do Bronze posterior. Da longa lista de acampamentos no deserto, Kadesh-barnea e Ezion-geber são os únicos que podem ser identificados com segurança, mas não indicaram nenhum traço dos nômades israelitas.

E os outros povoados e habitantes citados no relato dos nômades israelitas? A narrativa bíblica reconta como o rei canaanita* de Arad, "que habitou no Neguev", atacou os israelitas e fez alguns prisioneiros, o que os enraiveceu de tal maneira a ponto de apelarem à intercessão divina que destruísse todas as cidades de Canaã (Números 21,1-3). Quase vinte anos de escavações intensivas no sítio de Tel Arad, a leste de Bersabéia, revelaram restos de uma grande cidade da Idade do Bronze anterior, com cerca de 25 acres de tamanho, e um forte da Idade do Ferro, mas nenhum

* Forma variante de cananeu, indivíduo das tribos da região da antiga Canaã, na Fenícia e na Palestina. (N. do E.)

remanescente da Idade do Bronze posterior, quando o lugar aparentemente era deserto. A mesma conclusão é verdadeira para todo o vale de Bersabéia. Arad simplesmente não existia na Idade do Bronze posterior.

Idêntica situação é evidente para o leste, cruzando o rio Jordão, onde os nômades israelitas foram forçados a combater na cidade de nome Hesebon, capital de Seon, o rei dos amorreus, que tentou impedir que os israelitas passassem por seu território, a caminho de Canaã (Números 21,21-25; Deuteronômio 2,24-35; Juízes 11,19-21). Escavações em Tel Hesban, sul de 'Ammān, onde se situava a antiga Hesebon, mostraram que ali não existiu uma cidade na Idade do Bronze posterior, nem mesmo uma pequena aldeia. E há mais ainda. De acordo com a Bíblia, quando os filhos de Israel passaram pelo planalto da Transjordânia, encontraram e confrontaram resistência não apenas em Moab, mas também nos Estados constituídos de Edom e Amon. Mas agora sabemos que o planalto da Transjordânia era pouco povoado na Idade do Bronze posterior. De fato, a maioria das áreas dessa região, incluindo Edom, que é citado como Estado governado por um rei na narrativa bíblica, jamais foi habitada por população sedentária naquele período. Para deixar bem claro, a arqueologia demonstrou que não existiam reis em Edom para serem encontrados e confrontados pelos israelitas.

O contorno, agora, deve ter ficado claro. Lugares mencionados na narrativa do Êxodo são reais. Uns poucos foram bem conhecidos e ocupados, aparentemente, em períodos mais antigos e em períodos posteriores — depois de estabelecido o reino de Judá, quando o texto da narrativa bíblica foi registrado, por escrito, pela primeira vez. Infelizmente, para aqueles que buscam o Êxodo histórico, esses lugares estavam mesmo desocupados na época que,

segundo os registros bíblicos, desempenharam uma função nos acontecimentos da peregrinação dos filhos de Israel no deserto.

De volta para o futuro: pistas para o século VII a.C.

Então, aonde nos conduz essa informação? Podemos dizer que o Êxodo, que a caminhada pelo deserto e — mais importante de tudo — que a entrega das tábuas da Lei no monte Sinai não possuem nem mesmo uma semente de verdade? Tantos elementos históricos e geográficos, de tantas épocas, podem ter sido cravados na história do Êxodo, que se torna difícil decidir sobre um único período de tempo no qual um fato daquele porte pode ter acontecido. Na Antiguidade, existe o ritmo intemporal das migrações para o Egito. Existe o específico incidente da dominação dos hicsos no delta do Nilo, na Idade do Bronze média. Há sinais sugestivos de elementos da era de Ramsés, relacionados com o Egito, junto com a primeira menção de Israel (em Canaã, não no Egito). Muitos nomes de lugares citados no livro do Êxodo, como o mar Vermelho (em hebraico, Yam Suph), o rio Sior, no leste do delta (Josué 13,3), e o lugar de parada dos israelitas em Pi-ha-hirot (Piairot), parecem ser de etimologias egípcias. Todos estão relacionados com a geografia do Êxodo, mas não oferecem indicação clara de que pertencem a um período específico na história egípcia.

A imprecisão histórica da narrativa do Êxodo inclui o fato de não existir nenhuma menção, *por nome*, de nenhum monarca do Novo Império egípcio (enquanto textos bíblicos posteriores mencionam os faraós pelos seus nomes como, por exemplo, Sesac e Necau). A identificação de Ramsés II como o faraó do Êxodo resulta de suposições eruditas modernas, baseadas na identificação do nome

do lugar Pi-Ramsés com Ramsés (Êxodo 1,11; 12,37). Mas existem alguns elos indiscutíveis com o século VII a.C. Além da vaga referência ao medo dos israelitas de seguir pela estrada da costa, não há menção dos fortes egípcios ao norte do Sinai ou das suas guarnições em Canaã. A Bíblia pode refletir a realidade do Novo Império, mas também pode refletir as condições posteriores na Idade do Ferro, mais próximas da época em que a narrativa do Êxodo foi escrita.

E foi isso precisamente o que o egiptólogo Donald Redford supôs. Os detalhes geográficos mais evocativos e consistentes da história do Êxodo são do século VII a.C., durante a grande era de prosperidade do reino de Judá, seis séculos depois que os acontecimentos daquele episódio supostamente ocorreram. Redford mostrou, de forma precisa, como muitos detalhes da narrativa do Êxodo podem ser explicados nesse cenário, que é também o do último período imperial do Egito, sob os governantes da XXVI dinastia.

Os grandes reis daquela dinastia, Psamético I (664-610 a.C.), e seu filho Necau II (610-595 a.C.), se espelharam, de forma bem consciente, nos mais antigos faraós do Egito. Eles foram ativos na construção de projetos em toda a área do delta, na tentativa de restaurar as glórias desaparecidas gradualmente de seu Estado e de aumentar seu poderio econômico e militar. Psamético estabeleceu sua capital em Saís, na parte oeste do delta (de onde saiu o nome 'saíta' como alternativa de referência para a XXVI dinastia). Necau II ocupou-se com projeto ainda mais ambicioso de obras públicas no leste do delta: cortar um canal através do istmo de Suez para conectar o Mediterrâneo com o mar Vermelho, através dos tributários do extremo leste do Nilo. A exploração arqueológica no leste do delta revelou o começo de algumas dessas extraordinárias atividades de construção pela dinastia saíta, e também a presença de grande número de estrangeiros ali estabelecidos.

De fato, a era da dinastia saíta nos oferece um dos melhores exemplos históricos do fenômeno dos estrangeiros estabelecidos no delta do Nilo. Ao lado das colônias comerciais gregas, que ali se instalaram desde a segunda metade do século VII a.C., muitos imigrantes de Judá estavam presentes no delta, formando uma grande comunidade no começo do século VI a.C. (Jeremias 44,1; 46,14). Além disso, as obras públicas iniciadas nesse período se entrosam muito bem com os detalhes do relato do Êxodo. Embora um sítio chamado Pitom seja mencionado num texto do final do século XIII a.C., a mais famosa e proeminente cidade de Pitom foi construída no final do século VII a.C. Inscrições encontradas em Tell Maskhuta, no leste do delta, levaram arqueólogos a identificar esse sítio com a cidade de Pitom. Escavações ali realizadas revelaram que, exceto por uma curta ocupação na Idade do Bronze média, o lugar não foi povoado até a época da XXVI dinastia, quando uma importante cidade se desenvolveu ali. Da mesma maneira, Magdol (citada no Êxodo 14,2) é denominação popular de 'forte' na época do Novo Império, mas um específico Magdol, muito influente, é conhecido no leste do delta, no século VII a.C. Não é por coincidência que o profeta Jeremias, que viveu no final do século VII e começo do século VI a.C., nos fala (44,1; 46,14) sobre judeus vivendo no delta, mencionando Magdol especificamente. Por fim, o nome Gessen — para a área onde os israelitas se estabeleceram no leste do delta (Gênesis 45,10) — não é nome egípcio, mas semita. Começando no século VII a.C., os árabes cedaritas se expandiram até às margens das terras do Levante e alcançaram o delta no século VI. Mais tarde, no século V, tornaram-se fator dominante no delta. De acordo com Redford, Gessen deriva de Geshem, nome dinástico da família real cedarita.

Um antecedente do século VII a.C. é evidente também em alguns nomes egípcios peculiares, citados na história de José. Quatro nomes — Zafenat-panea (grão-vizir do faraó), Putifar (funcionário real), Potifera (sacerdote) e Asenat (filha de Potifera) —, embora usados ocasionalmente em períodos antigos da história egípcia, tiveram maior popularidade nos séculos VII e VI a.C. Um detalhe adicional, talvez incidental, parece comprovar o fato de a história bíblica ter integrado muitos pormenores desse período específico: o medo egípcio de uma invasão pelo leste. O Egito jamais fora invadido por aquela direção antes dos ataques do império assírio no século VII. Ainda assim, na história de José a tensão dramática é acentuada quando ele acusa seus irmãos, que tinham acabado de chegar de Canaã, de ser espiões que "vieram ver as fraquezas da terra" (Gênesis 42,9). E na história do Êxodo o faraó teme que os israelitas, que desejam partir, possam colaborar com um povo inimigo. Esses toques dramáticos somente fariam sentido *depois* da grande época de poder egípcio no período de Ramsés, contra o pano de fundo das invasões de um Egito enormemente enfraquecido pelos assírios, pelos babilônios e pelos persas nos séculos VII e VI.

Por fim, todos os lugares mais importantes que desempenharam algum papel na história da caminhada dos israelitas pelo deserto eram desabitados no século VII: em alguns casos, foram povoados apenas depois daquela época. Um grande forte foi instalado em Kadesh-barnea no século VII. Há uma discussão sobre a identidade dos construtores do forte: se servia como guarnição para o reino de Judá, no extremo sul das rotas do deserto, no final do século VII, ou se foi construído no começo do século VII, sob os auspícios dos assírios. Ainda assim, em qualquer dos casos, o sítio tão proeminente na narrativa do Êxodo como o principal lugar de

acampamento dos israelitas foi importante e, talvez, famoso posto fronteiriço no deserto, no final do período monárquico. Ezion-geber, a cidade portuária ao sul, também floresceu nessa época. Do mesmo modo, os reinos da Transjordânia eram bastante povoados e conhecidos no século VII. Mais relevante é o caso de Edom. A Bíblia descreve como Moisés enviou emissários de Kadesh-barnea ao rei de Edom, a fim de pedir permissão para passar pelo seu território a caminho de Canaã. O rei de Edom se recusou a dar autorização, e os israelitas tiveram que contornar sua terra. Então, de acordo com a narrativa bíblica, havia um reino em Edom naquela época. Investigações arqueológicas indicam que Edom só alcançou a condição de Estado sob os auspícios do império assírio, no século VII a.C. Antes daquele período, era área marginal pouco ocupada e povoada principalmente por pastores nômades. Não menos importante, o reino de Edom foi destruído pelos babilônios no século VI a.C., e a atividade sedentária ali só foi retomada na era helenística.

Todas essas indicações sugerem que a narrativa do Êxodo alcançou sua forma final na época da XXVI dinastia, na segunda metade do século VII e primeira metade do século VI a.C. Suas muitas referências a lugares e acontecimentos específicos nesse período dão a entender, de forma clara, que o autor — ou autores — integrou muitos detalhes contemporâneos na história. (Era dessa maneira também que manuscritos europeus ilustrados da Idade Média mostravam Jerusalém, como uma cidade européia com torreões e ameias, a fim de aumentar seu impacto direto em leitores contemporâneos.) Lendas de tempos remotos e menos formalizadas da libertação do Egito podem ter sido habilmente entrelaçadas na saga poderosa que usava paisagens e monumentos familiares. Mas seria apenas uma coincidência que os detalhes

geográficos e étnicos das histórias dos patriarcas e da narrativa de libertação do Êxodo carreguem as marcas de terem sido, ambas, compostas no século VII a.C.? Existiu o envolvimento de outras sementes mais antigas da verdade histórica ou as histórias fundamentais foram, então, escritas pela primeira vez?

Desafiando um novo faraó

É claro que a saga de libertação do Egito não foi redigida, como trabalho original, no século VII a.C. Com certeza, os primeiros esboços da história eram conhecidos muito antes disso, nas alusões ao Êxodo e à caminhada pelo deserto nos oráculos dos profetas Amós (2,10; 3,1; 9,7) e Oséias (11,1; 13,4), um século antes. Ambos partilharam a memória de um grande acontecimento na história que se relacionava com a libertação do Egito e que acontecera num passado distante. Mas que espécie de memória era essa?

O egiptólogo Donald Redford argumentou que os ecos dos grandes acontecimentos relacionados com a ocupação do Egito pelos hicsos e sua violenta expulsão do delta ressoaram durante séculos, para se transformarem numa memória central e partilhada do povo de Canaã. Essas histórias dos colonos de Canaã, estabelecidos no Egito, atingindo a dominância no delta e depois sendo forçados a retornar a sua terra natal, poderiam servir como foco de solidariedade e resistência, enquanto o controle egípcio sobre Canaã se tornou mais firme ao longo da Idade do Bronze posterior. Como veremos, com a eventual assimilação de muitas comunidades de Canaã na cristalização da nação de Israel, aquela forte imagem de libertação pode ter se tornado relevante para uma comunidade cada vez mais ampla. Durante o período dos reinos de Israel e de Judá, a história do Êxodo teria resistido e, então, sido elaborada

como saga nacional, um chamamento à unidade da nação diante das ameaças contínuas dos grandes impérios.

É impossível dizer se a narrativa bíblica foi ou não uma ampliação e uma elaboração de memórias imprecisas da imigração do povo de Canaã para o Egito e de sua expulsão do delta no segundo milênio a.C. Mesmo assim, parece claro que a história bíblica do Êxodo auferiu seu poder não apenas das tradições antigas e dos detalhes geográficos e demográficos contemporâneos, mas ainda e mais diretamente das realidades políticas contemporâneas.

O século VII foi um tempo de grande renascimento, tanto no Egito como em Judá. No Egito, depois de longo período de declínio e de anos difíceis de submissão ao império assírio, o rei Psamético I ascendeu ao poder e transformou o país de novo em importante força internacional. Quando o domínio do império assírio começou a desmoronar, o Egito se mexeu para preencher o vácuo político, ocupando antigos territórios assírios, onde estabeleceu seu domínio permanente. Entre 640 e 630 a.C., quando os assírios retiraram suas forças da Filistéia ou Palestina, da Fenícia e da área do antigo reino de Israel, o Egito ocupou a maioria dessas áreas, e sua dominação política substituiu o jugo assírio.

Em Judá, esse foi o tempo do rei Josias. A idéia de que YHWH preencheria, em última análise, as promessas feitas aos patriarcas, a Moisés e ao rei Davi — do grande povo unificado de Israel vivendo com segurança em sua terra —, era uma força política e espiritualmente convincente para os súditos de Josias. Foi o período em que esse rei embarcou na tentativa ambiciosa de aproveitar o colapso assírio e unificar todos os israelitas sob o seu domínio. Seu programa era se expandir para o norte de Judá, para os territórios onde os israelitas ainda estavam vivendo, um século depois da queda do reino de Israel, para realizar o sonho de uma gloriosa

monarquia unificada: um Estado grande e poderoso de todos os israelitas, venerando um Deus, em um templo, em uma capital — Jerusalém — e governados por um rei da linhagem de Davi.

As ambições do poderoso Egito de expandir seu império e do pequeno reino de Judá de anexar os territórios do antigo reino de Israel e de estabelecer sua independência estavam, conseqüentemente, em conflito direto. O Egito da XXVI dinastia, com suas aspirações imperiais, ficava no caminho da realização dos sonhos de Josias. Então, as imagens e memórias do passado tornaram-se munição, num teste público de vontade e de força, entre os filhos de Israel e o faraó e seus condutores de bigas.

Assim, podemos ver a composição da narrativa do Êxodo de uma nova e surpreendente perspectiva. Exatamente como a forma escrita das narrativas dos patriarcas tecera as tradições espalhadas de suas origens, a serviço de um renascimento nacional em Judá, no século VII, a história completamente elaborada do conflito com o Egito — e do grande poder do Deus de Israel e da milagrosa salvação do seu povo — serviu para uma finalidade política e militar ainda mais imediata. A grande saga de um novo começo e de uma segunda oportunidade deve ter ressoado na consciência dos leitores do século VII, lembrando-os de suas próprias dificuldades e dando-lhes esperanças para o futuro.

Na monarquia de Judá, as atitudes em relação ao Egito sempre foram de assombro e de reviravoltas violentas. De um lado, o Egito havia oferecido refúgio seguro no tempo de fome e um asilo para os fugitivos, e era percebido como aliado potencial contra as invasões do norte. Ao mesmo tempo, sempre houve suspeita e animosidade em relação ao grande vizinho do sul, cuja ambição, em épocas antigas, era controlar a passagem vital através da terra de Israel, ao norte, para a Ásia Menor e a Mesopotâmia. Agora,

um jovem líder de Judá estava preparado para confrontar o grande faraó, e as antigas tradições de tantas fontes diferentes foram reunidas habilmente, num único épico arrebatador, que favorecia os objetivos políticos de Josias.

Novas demãos seriam acrescidas à história do Êxodo nos séculos subseqüentes, durante o exílio na Babilônia e além dessa época. Mas agora podemos ver como a assombrosa obra foi elaborada, sob a pressão de um conflito crescente com o Egito no século VII a.C. A saga do Êxodo de Israel do Egito não é uma verdade histórica nem ficção literária. É uma poderosa expressão da memória e da esperança, nascida num mundo em plena mudança. A confrontação entre Moisés e o faraó espelhava o significativo confronto entre o jovem rei Josias e o faraó Necau, recentemente coroado. Fixar essa imagem bíblica em uma só data é trair o significado mais profundo da história. A Páscoa dos judeus prova não ser um evento solitário, mas uma experiência ininterrupta de resistência pública contra todos os poderes que existiam e que pudessem existir.

III

Conquista de Canaã

O destino nacional de Israel somente poderia se realizar na terra de Canaã. O livro de Josué conta a história de uma fulminante campanha militar, durante a qual os poderosos reis de Canaã foram derrotados nos campos de batalha e as tribos de Israel herdaram suas terras. É a história da vitória do povo de Deus sobre pagãos arrogantes, um épico atemporal sobre novas fronteiras conquistadas e sobre cidades capturadas, no qual os perdedores devem sofrer os castigos definitivos da desapropriação e morte. É uma saga arrebatadora de guerra, com heroísmo, astúcia, sagacidade e vingança amarga, narrada com algumas das histórias mais brilhantes da Bíblia: a queda das muralhas de Jericó, o sol permanecendo parado diante de Gabaon e o incêndio da grande cidade canaanita (ou cananéia) de Hazor. É também um detalhado ensaio geográfico sobre a paisagem de Canaã e uma explanação histórica de como cada uma das 12 tribos israelitas tomou posse de sua tradicional herança territorial na Terra Prometida.

Ainda assim, se, como já vimos, o êxodo israelita não aconteceu da maneira descrita na Bíblia, como foi a conquista de Canaã? Os problemas são ainda maiores. Como um exército em andrajos, viajando com mulheres, crianças e idosos, emergindo do deserto depois de

décadas, poderia montar uma invasão efetiva? Como tal multidão desorganizada poderia vencer as grandes fortalezas de Canaã, com seus exércitos profissionais e suas bem treinadas unidades de bigas?

A conquista de Canaã realmente aconteceu? Essa saga central da Bíblia — e da subseqüente história de Israel — é história ou mito? Apesar de o fato de as antigas cidades de Jericó, Hai, Gabaon, Lachisch, Hazor e quase todas as outras mencionadas na história da conquista terem sido localizadas e escavadas, a evidência de uma histórica conquista de Canaã pelos israelitas é fraca, como veremos. Aqui, o testemunho da arqueologia também pode ajudar a desembaraçar os acontecimentos da história das poderosas imagens de uma fábula, de uma história bíblica duradoura.

Plano de batalha de Josué

A saga da conquista começa com o último dos cinco livros de Moisés — o livro do Deuteronômio —, quando ficamos sabendo que Moisés, o grande líder, não viveria para liderar os filhos de Israel até Canaã. Como membro de uma geração que havia experimentado pessoalmente as amarguras da vida no Egito, ele tinha que morrer sem entrar na Terra Prometida. Antes de sua morte e de seu funeral no monte Nebo, em Moab, Moisés enfatizou a importância da observância das leis de Deus como uma chave para a próxima conquista e, de acordo com as instruções de Deus, passou a Josué, seu ajudante de longa data, o comando dos israelitas. Depois de gerações de escravidão no Egito e de quarenta anos de permanência no deserto, os israelitas estavam, naquele momento, diante da própria fronteira de Canaã, do outro lado do rio, na terra onde seus antepassados Abraão, Isaac e Jacó tinham vivido. Deus agora ordenara que a terra fosse purificada de todos os traços

de idolatria, e isso acarretaria necessariamente o completo extermínio dos povos canaanitas.

Conduzidos por Josué — brilhante general com talento para surpresas táticas —, os israelitas logo marcharam de uma vitória para outra, numa espantosa série de cercos e batalhas em campos abertos. Imediatamente do outro lado do rio Jordão ficava a antiga cidade de Jericó, lugar que teria que ser capturado se os israelitas fossem estabelecer uma cabeça-de-ponte. Enquanto os israelitas estavam se preparando para cruzar o rio Jordão, Josué enviou dois espiões a Jericó a fim de colher informações sobre os preparativos do inimigo e sobre a resistência de suas fortificações. Os espiões retornaram com informações encorajadoras (a eles fornecidas por uma prostituta chamada Raab), que os habitantes da cidade já estavam temerosos com as notícias da aproximação israelita. O povo de Israel logo cruzou o Jordão, com a Arca da Aliança liderando a campanha. A história subseqüente da conquista de Jericó é conhecida demais para ser contada de novo: os israelitas seguiram as ordens de Deus, como lhes foram transmitidas por Josué, marchando solenemente em volta dos muros da cidade, e no sétimo dia, com um ensurdecedor clangor de suas trombetas de guerra, as poderosas muralhas de Jericó tombaram diante deles (Josué 6).

O próximo objetivo era a cidade de Hai, perto de Betel, localizada nas colinas de Canaã, local estratégico de uma das principais estradas que ligavam o vale da Jordânia à região montanhosa do território. Dessa vez a cidade foi conquistada, mais pelas brilhantes táticas de Josué, dignas dos guerreiros gregos em Tróia, do que por um milagre. Enquanto Josué organizava o grosso de sua tropa no campo aberto a leste da cidade, para enganar a defesa de Hai, planejou, secretamente, uma emboscada pelo lado oeste da cidade. E, quando os guerreiros de Hai saíram da cidade para combater os

israelitas e persegui-los pelo deserto, a unidade de emboscada, até então escondida, entrou na cidade abandonada e a incendiou. Josué, então, reverteu sua retirada e trucidou todos os habitantes de Hai, levando todo o gado e os despojos como butim e, de modo ignominioso, enforcou o rei de Hai numa árvore (Josué 8,1-29).

O pânico começou a se espalhar entre os habitantes das outras cidades de Canaã. Informados sobre o que acontecera a Jericó e Hai, os gabaonitas, que viviam em outras quatro cidades ao norte de Jerusalém, enviaram emissários a Josué para pleitear misericórdia. Como eles insistiram que eram estrangeiros no país — não nativos, a quem Deus havia ordenado fossem exterminados — Josué concordou em fazer a paz. Mas, quando foi revelado que os gabaonitas tinham mentido e que eram verdadeiramente nativos da terra, Josué os castigou, afirmando que eles sempre serviriam como "cortadores de lenha e aguadeiros" para os israelitas (Josué 9,27).

As vitórias iniciais dos invasores israelitas em Jericó e nas cidades da área central montanhosa se converteram em causa imediata de preocupação para os reis mais poderosos de Canaã. Adonisedec, rei de Jerusalém, logo forjou uma aliança com o rei de Hebron, na região montanhosa do sul, e com os reis de Jarmut, Lachish e Eglon, nos contrafortes do Shephelah (Séfela), a oeste. Os reis de Canaã enfileiraram seus exércitos, reunidos ao redor de Gabaon, mas num movimento fulminante, marchando do vale da Jordânia durante a noite, Josué surpreendeu o exército da coalizão de Jerusalém. As forças de Canaã fugiram em pânico pela serrania escarpada de Bet-Horon, para oeste. Enquanto fugiam, Deus as agrediu com grandes pedras do céu. De fato, a Bíblia nos diz, "existiram muitos que morreram mais por causa das pedras de granizo, do que os homens que os homens de Israel mataram pela espada" (Josué 10,11). O sol estava se pondo, mas a justa matança ainda

não tinha acabado, e então Josué voltou-se para Deus e pediu que o sol ficasse parado até que a vontade divina fosse realizada.

> O sol então... parou no meio do céu, e não se apressou a descer, durante um dia inteiro. Nunca tinha havido um dia como aquele, nem antes, nem depois, quando o SENHOR atendeu à voz de um homem; porque o SENHOR lutou por Israel. (Josué 10,13-14)

Os reis fugitivos foram finalmente capturados e mortos. Josué, então, continuou sua campanha e destruiu as cidades de Canaã nas áreas ao sul do país, conquistando toda a região para o povo de Israel.

O ato final aconteceu ao norte. Uma coalizão de reis de Canaã, encabeçada por Jabin, de Hazor, formou "um grande exército, numeroso como os grãos de areia da costa, com muitos cavalos e bigas" (Josué 11,4), que enfrentou os israelitas numa batalha em campo aberto na Galiléia, a qual terminou com a completa destruição das forças de Canaã. Hazor, a cidade mais importante, "a cabeça de todos aqueles reinos" (Josué 11,10), foi conquistada e incendiada. Assim, com essa vitória, a Terra Prometida inteira, do deserto ao sul até os picos nevados do monte Hermon ao norte, caiu sob domínio israelita. A promessa divina tinha, de fato, se realizado. As forças de Canaã foram aniquiladas e os filhos de Israel se estabeleceram para dividir a terra entre as tribos, como sua herança conferida por Deus.

Uma espécie diferente de Canaã

Exatamente como na história do Êxodo, a arqueologia descobriu uma dramática discrepância entre a Bíblia e a situação dentro de Canaã na data sugerida da conquista, entre 1230 e 1220 a.C.* Em-

* Esta época, como vimos no último capítulo, foi proposta em virtude de alusões aos faraós raméssidas nas narrativas do Êxodo e pela data da estela de Meneptah (1207 a.C.), que indicava que 'Israel' estava presente em Canaã até àquele período.

bora saibamos que um grupo chamado Israel estava presente em algum lugar de Canaã por volta de 1207 a.C., a evidência na paisagem geral, política e militar de Canaã leva a aventar a hipótese de que uma invasão fulminante por esse grupo teria sido impraticável e improvável ao extremo.

Existe indicação abundante de textos egípcios da Idade do Bronze posterior (1550-1150 a.C.) sobre os assuntos em Canaã, na forma de cartas diplomáticas, listas de cidades conquistadas, cenas de cercos gravadas nas paredes dos templos no Egito, anais dos reis egípcios, obras literárias e hinos. Talvez a fonte mais detalhada sobre Canaã nesse período seja provida pelas cartas de Tell el-Amarna. Esses textos representam parte da correspondência diplomática e militar do poderoso faraó Amenófis (ou Amenhotep) III e seu filho Akenaton (Akhenaton), que governaram o Egito no século XIV a.C.

As quase quatrocentas tabuletas Amarna, agora espalhadas por museus do mundo inteiro, incluem cartas enviadas ao Egito por governantes de estados poderosos, tais como os hititas da Anatólia e os da Babilônia. Mas a maioria foi enviada por governantes das cidades-Estado de Canaã, que foram vassalos do Egito durante esse período. Esses remetentes incluíam os governantes das cidades de Canaã que mais tarde ficariam famosas na Bíblia, como Jerusalém, Shechem, Megiddo, Hazor, e Lachish. Mais importante, as cartas Amarna revelam que Canaã era uma província egípcia, firmemente controlada por administração egípcia. A capital provincial situava-se em Gaza, mas tropas egípcias estavam permanentemente estacionadas em lugares-chave por todo o país, como em Betsã, ao sul do mar da Galiléia, e no porto de Jaffa (hoje parte da cidade de Tel Aviv).

Na Bíblia, não existe o relato de nenhum egípcio fora das fronteiras de seu país, e nenhum é mencionado nas batalhas dentro de Canaã. Mesmo assim, textos contemporâneos e achados arqueológicos indicam que eles administravam e zelavam, de forma cuidadosa, pelos assuntos do país. Os príncipes das cidades de Canaã (descritos no livro de Josué como poderosos inimigos) eram, na verdade, pateticamente fracos. Escavações mostraram que as cidades de Canaã, nesse período, não eram cidades regulares, do tipo que conhecemos na história posterior. Eram fortalezas administrativas para uma elite, abrigavam o rei, sua família e seu pequeno círculo de burocratas, com os camponeses vivendo espalhados pelas terras imediatamente vizinhas, em pequenas aldeias. A típica cidade tinha apenas um palácio, um conjunto de edificações em torno de um templo e outros poucos prédios públicos, provavelmente residências para altos funcionários, hospedarias e outros edifícios administrativos. Mas não existiam muros em torno das cidades. As formidáveis cidades canaanitas descritas nas narrativas de conquistas não eram protegidas por fortificações!

A razão aparente era que, com o Egito mantendo firme controle da segurança de toda a província, não havia necessidade de sólidas muralhas defensivas. Existia também uma razão econômica para a ausência de fortificações na maioria das cidades de Canaã. Com a imposição de pesados tributos pagos ao faraó pelos príncipes dessas cidades, os pequenos governantes locais não deviam ter os meios (ou a autoridade) para se engajar em grandes obras públicas. De fato, Canaã, na Idade do Bronze posterior, não passava de uma simples sombra da próspera sociedade que havia sido em séculos anteriores, na Idade do Bronze média. Muitas cidades foram abandonadas e outras diminuíram em tamanho, e o total da população estabelecida não poderia exceder muito além de 100 mil

pessoas. Uma demonstração da pequena escala dessa sociedade é o pedido enviado pelo rei de Jerusalém ao faraó, em uma das cartas Amarna, solicitando cinqüenta homens "para proteger a terra". A minúscula escala das forças armadas naquele período é confirmada por outra carta, enviada pelo rei de Megiddo, que pede ao faraó para mandar cem soldados afim de proteger a cidade de um ataque de seu agressivo vizinho, o rei de Shechem.

As cartas Amarna descrevem a situação durante o século XIV a.C., cerca de cem anos antes da suposta data da conquista israelita. Não possuímos outra fonte de informação tão detalhada sobre os assuntos em Canaã durante o século XIII a.C. Além disso, o faraó Ramsés II, que governou durante a maior parte desse século, não teria, com certeza, afrouxado seu domínio militar sobre Canaã; ele foi um rei poderoso, talvez o mais forte de todos os faraós, além de ser profundamente interessado em política externa.

Outras indicações — tanto literárias como arqueológicas — parecem mostrar que, no século XIII a.C., o controle do Egito sobre Canaã era mais forte do que nunca. A qualquer demonstração de agitação política, o exército egípcio cruzaria o deserto do Sinai ao longo da costa do Mediterrâneo e marcharia contra cidades rebeladas ou povos incômodos. Como foi mencionado, a rota militar ao norte do Sinai era protegida por uma série de fortes e suprida com fontes de água. Depois de cruzar o deserto, o exército egípcio poderia derrotar facilmente qualquer força rebelde e impor seu domínio sobre a população local.

A arqueologia descobriu evidências dramáticas da extensão da própria presença egípcia em Canaã. Uma fortaleza egípcia foi escavada no sítio de Betsã, ao sul do mar da Galiléia, por volta do ano de 1920; suas várias estruturas e pátios continham estátuas e monumentos com inscrições em hieróglifos, da época dos faraós

Sethi (ou Seti) I (1294-1279 a.C.), Ramsés II (1279-1213 a.C.) e Ramsés III (1184-1153 a.C.). A antiga cidade de Megiddo, em Canaã, revelou indício de forte influência egípcia até a época do faraó Ramsés VI, que governou no final do século XII a.C. Isso foi muito depois da suposta conquista de Canaã pelos israelitas.

É altamente improvável que as guarnições militares egípcias em todo o país tivessem permanecido impassíveis enquanto um grupo de refugiados do Egito estivesse provocando devastação em toda a província de Canaã. E é inconcebível que a destruição pelos invasores de tantas cidades vassalas, leais, não tivesse deixado nenhum traço nos vastos registros do império egípcio. A única menção independente ao nome de Israel nesse período — a estela da vitória de Meneptah — anuncia apenas que, ao contrário, esse povo obscuro vivendo em Canaã sofrera derrota esmagadora. Nitidamente, alguma coisa não combina quando o relato bíblico, a evidência arqueológica e os registros egípcios são colocados lado a lado.

Nas pegadas de Judá?

Entretanto, existem — ou pelo menos têm existido — argumentos contra a evidência egípcia. Em primeiro lugar, é claro que o livro de Josué não foi uma fábula completamente imaginária; ele reflete com precisão a geografia da terra de Israel. O curso da campanha militar de Josué seguiu ordem geográfica lógica. No começo do século XX, um grupo de arqueólogos selecionou sítios que poderiam ser, com segurança, identificados com o progresso da conquista israelita e começou a cavar, a fim de verificar se qualquer evidência de muralhas caídas, vigas queimadas e restos da destruição seriam encontrados.

A figura mais proeminente dessa busca foi o estudioso americano William Foxwell Albright, da John Hopkins University (Uni-

versidade John Hopkins), em Baltimore, brilhante filólogo, historiador, erudito bíblico e arqueólogo, que argumentava que os patriarcas eram personalidades históricas autênticas. Com base na própria leitura da evidência arqueológica, ele acreditava que as conquistas de Josué também eram históricas. A escavação mais famosa de Albright aconteceu entre 1926 e 1932 num cômoro chamado Tell Beit Mirsim, localizado nos contrafortes a sudoeste de Hebron (figura 7, p. 116). Tomando como base sua posição geográfica, Albright identificou o sítio com a cidade de Dabir, de Canaã, cuja conquista pelos israelitas é mencionada em três histórias diferentes na Bíblia: duas vezes no livro de Josué (10,38-39; 15,15-19) e uma vez no livro dos Juízes (1,11-15). Embora mais tarde essa identificação tenha sido discutida, os achados arqueológicos de Tell Beit Mirsim permanecem fundamentais para o debate histórico.

As escavações revelaram uma cidade pequena, relativamente pobre, sem muralhas, que foi destruída, de repente, por um incêndio catastrófico por volta do final da Idade do Bronze, posterior — de acordo com Albright, em cerca de 1230 a.C. Sobre as cinzas dessa cidade incendiada, Albright percebeu o que ele achava ser evidência da chegada de novos colonos: pedaços de uma cerâmica grosseira que ele conhecia de outros sítios nas regiões montanhosas e que, intuitivamente, identificou como israelita. A evidência parecia provar a historicidade das narrativas bíblicas: uma cidade de Canaã (mencionada na Bíblia) fora incendiada pelos israelitas, que então a herdaram e se estabeleceram sobre suas ruínas.

De fato, os resultados de Albright pareceram se reproduzir em muitos outros lugares. Escavações realizadas num antigo cômoro da vila árabe de Beitin, identificada com a cidade bíblica de Betel, a cerca de 14 quilômetros ao norte de Jerusalém, revelaram uma cidade habitada na Idade do Bronze posterior. Ela foi destruída pelo fogo

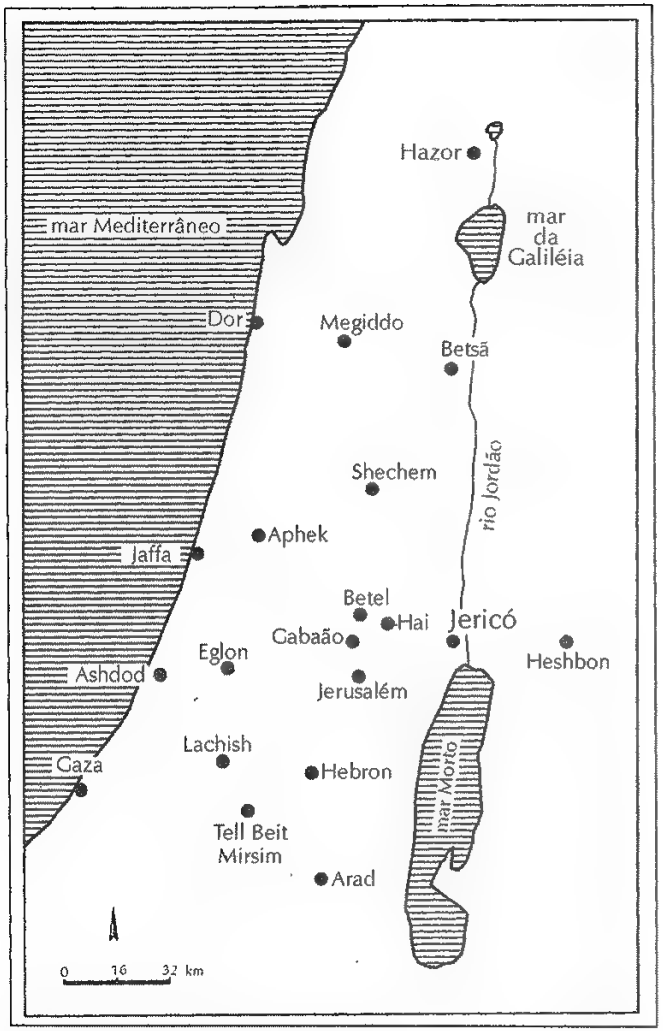

Figura 7 — Principais lugares relacionados com as narrativas das conquistas

no final do século XIII a.C. e repovoada aparentemente por um grupo diferente na Idade do Ferro I. Combinava de modo exato com a história bíblica da cidade de Luza, em Canaã, tomada por membros da casa de José que a repovoaram e mudaram seu nome para Betel (Juízes 1,22-26). Mais para o sul, no imponente cômoro de Tell ed-Duweir, no Shephelah, num sítio identificado com a famosa cidade bíblica de Lachish (Josué 10,31-32), uma expedição britânica descobriu, em torno de 1930, remanescentes de outra grande cidade da Idade do Bronze posterior, destruída numa conflagração.

As descobertas continuaram por volta do ano de 1950, depois do estabelecimento do Estado de Israel, quando arqueólogos israelitas começaram a se concentrar sobre a questão da Terra Prometida. Em 1956, o mais importante arqueólogo israelita, Yigael Yadin, iniciou escavações na antiga cidade de Hazor, descrita no livro de Josué como "a cabeça de todos aqueles reinos" (Josué 11,10). Era o lugar ideal de teste para a busca arqueológica da conquista israelita. Hazor, identificada no enorme cômoro de Tell el-Waqqas, na alta Galiléia, provou, com base na localização e proeminência, ter sido a maior cidade da Idade do Bronze posterior; cobria área de 80 hectares, oito vezes maior que sítios importantes como Megiddo e Lachish.

Yadin descobriu que, embora o auge da prosperidade de Hazor tenha ocorrido na Idade do Bronze média (2000-1550 a.C.), ela continuou a prosperar durante a Idade do Bronze posterior. Era uma cidade fabulosa, com templos e um imenso palácio. A opulência do palácio em estilo de arquitetura, estatuária e outros pequenos achados — já sugerida pelos resultados das escavações de Yadin — foi percebida mais tarde, por volta do ano de 1990, com a renovação das escavações em Hazor, conduzida por Amnon Ben-Tor, da Hebrew University (Universidade Hebraica). Uma quantidade de tabuletas cuneiformes sugeriu a presença de um arquivo real. Entre as tabule-

tas recuperadas, uma carrega a designação real Ibni, e o nome de um rei de Hazor — Ibni Addu — é mencionado no arquivo Mari. Embora a tabuleta e o arquivo Mari estabeleçam datas muito anteriores (na Idade do Bronze média), podem ser relacionados etimologicamente ao nome Jabin, também rei de Hazor que é citado na Bíblia. A sugestiva recorrência desse nome pode indicar que se tratava de denominação dinástica associada àquela cidade durante séculos, lembrada muito tempo depois que Hazor foi destruída.

As escavações em Hazor mostraram que o esplendor da cidade, como o de muitas outras em várias partes do país, chegou a um fim brutal no século XIII a.C. Repentinamente, sem aviso aparente ou qualquer pequeno sinal de declínio, Hazor foi atacada, destruída e incendiada. Os tijolos de barro do palácio, queimados durante a terrível conflagração, ainda hoje estão preservados a uma altura de cerca de 1,85 metro. Depois de um período de abandono, instalou-se um povoado modesto em uma parte das enormes ruínas; a cerâmica ali encontrada se parece com a de antigos povoados israelitas da região montanhosa ao sul.

Assim, durante boa parte do século XX, a arqueologia pareceu confirmar o relato da Bíblia. Infelizmente, o consenso erudito se dissolveria, mais tarde.

As trombetas realmente ressoaram e estarreceram?

No meio da euforia — quase no exato momento que parecia ter sido vencida por Josué a batalha da conquista — emergiram algumas contradições preocupantes. Mesmo quando a imprensa internacional anunciava que a conquista de Josué tinha sido confirmada, muitas peças importantes do quebra-cabeça arqueológico simplesmente não se encaixavam.

Jericó estava entre as mais importantes. Como já observamos, as cidades de Canaã não eram fortificadas, e não existiam muralhas que pudessem desmoronar. No caso de Jericó, não havia traços de nenhum povoamento no século XIII a.C., e o antigo povoado, da Idade do Bronze anterior, datando do século XIV a.C., era pequeno e modesto, quase insignificante, e não fortificado. Também não havia nenhum sinal de destruição. Assim, a famosa cena das forças israelitas marchando ao redor da cidade murada com a Arca da Aliança, provocando o desmoronamento das poderosas muralhas pelo clangor estarrecedor de suas trombetas de guerra, era, para simplificar, uma miragem romântica.

Pequena discrepância entre a arqueologia e a Bíblia foi encontrada no sítio da antiga Hai, onde Josué armou sua inteligente emboscada, de acordo com a Bíblia. Os pesquisadores identificaram o grande cômoro de Khirbet et-Tell, situado no lado leste da área montanhosa a nordeste de Jerusalém, como o antigo sítio de Hai. Sua localização geográfica, bem a leste de Betel, combinava acuradamente com a descrição bíblica. O nome árabe moderno do lugar, et-Tell, significa 'a ruína', que é mais ou menos equivalente ao significado do nome hebraico Hai. E não existe nenhum outro lugar alternativo da Idade do Bronze posterior naquela vizinhança. Entre 1933 e 1935, a arqueóloga judaico-palestina Judith Marquet-Krause, educada na França, realizou uma escavação em larga escala em et-Tell e encontrou muitos remanescentes de uma imensa cidade da antiga Idade do Bronze, datada de mais de um milênio antes do colapso de Canaã, na Idade do Bronze posterior. Nenhum pedaço de cerâmica ou qualquer outra indicação de um povoamento da Idade do Bronze posterior foi encontrado. Escavações retomadas mais ou menos no ano de 1960 produziram o mesmo quadro. Como em Jericó, lá não havia nenhum povoamento na época de sua suposta conquista pelos filhos de Israel.

E a saga dos gabaonitas, com seu pedido de proteção e clemência? Escavações no cômoro da vila de el-Jib, ao norte de Jerusalém, que um consenso erudito identificou como o sítio da bíblica Gabaon, revelaram remanescentes da Idade do Bronze média e da Idade do Ferro, mas nenhum da Idade do Bronze posterior. E pesquisas arqueológicas nos sítios de outras três cidades dos gabaonitas, Cafira, Berot, e Cariat-Iarim, mostraram o mesmo quadro: em nenhum dos sítios existiam remanescentes da Idade do Bronze posterior. O mesmo vale para outras cidades citadas na narrativa da conquista e na lista resumida dos reis de Canaã (Josué 12). Entre elas, encontramos Arad, no Neguev, e Hesebon, na Transjordânia, mencionada no último capítulo.

Explicações apaixonadas e racionalizações complexas não estavam mais sendo aceitas, porque existia tanto em jogo... Olhando para Hai, Albright sugeriu que a história da sua conquista se referia originalmente a Betel, em sua vizinhança, pois as duas cidades eram estreitamente associadas, tanto geográfica como tradicionalmente. No caso de Jericó, alguns estudiosos procuraram explicações no meio ambiente, sugerindo que todo o estrato geológico que representava Jericó no tempo da conquista, incluindo as fortificações, tinha sido erodido.

Só recentemente o consenso, por fim, abandonou a história da conquista. Sobre a destruição de Betel, Lachish, Hazor e outras cidades de Canaã, evidências de outras partes do Oriente Médio e do leste do Mediterrâneo dão a entender que os destruidores não foram necessariamente os israelitas.

O mundo mediterrâneo no século XIII a.C.

O foco geográfico da Bíblia é quase inteiramente na terra de Israel, mas para compreender a magnitude dos acontecimentos da Idade do Bronze posterior é preciso procurar muito além das fronteiras de Canaã, em toda a região do leste mediterrâneo (figura 8, p. 122). Escavações na Grécia, Turquia, Síria e Egito revelam uma história impressionante de agitação, rebelião, guerra e colapso social generalizado. Nos últimos anos do século XIII a.C. e no início do XII, todo o mundo antigo passou por uma transformação radical, quando uma crise devastadora varreu os reinos da Idade do Bronze e outro mundo começou a surgir. Esse foi um dos períodos mais dramáticos e caóticos na história, com velhos impérios caindo e novas forças chegando para substituí-los.

Anteriormente — em meados do século XIII a.C. — dois grandes impérios dominavam a região. No sul, o Egito estava no auge; governado por Ramsés II, controlava Canaã, incluindo os territórios do Líbano moderno e o sudeste da Síria. No sul, dominava a Núbia, e ao oeste, controlava a Líbia. O império egípcio estava engajado numa monumental atividade de construção e tinha participação no lucrativo comércio do leste mediterrâneo. Emissários e mercadores de Creta, Chipre, Canaã e Hatti freqüentavam o Egito e levavam presentes para o faraó. Minas de turquesa e de cobre no Sinai e no Neguev eram exploradas por expedições egípcias. Nunca antes tinha havido um império em expansão ou tão poderoso como o Egito. Precisa-se apenas ficar de pé diante do templo de Abū Simbel, na Núbia, ou diante dos famosos templos de Karnak e Luxor para sentir a grandeza do Egito no século XIII a.C.

Outro grande império da região estava centralizado na Anatólia; era um poderoso Estado hitita, governado de sua capital, Hattusas, a leste de Ankara, capital da moderna Turquia. Os hititas (heteus) controlavam a Ásia Menor e o norte da Síria, e atingiram níveis dignos de nota na arquitetura, na literatura e nas artes da guerra. A imensa cidade de Hattusas, com fortificações estupendas e templos escavados na rocha, oferece aos visitantes modernos o sentido da grandeza dos hititas.

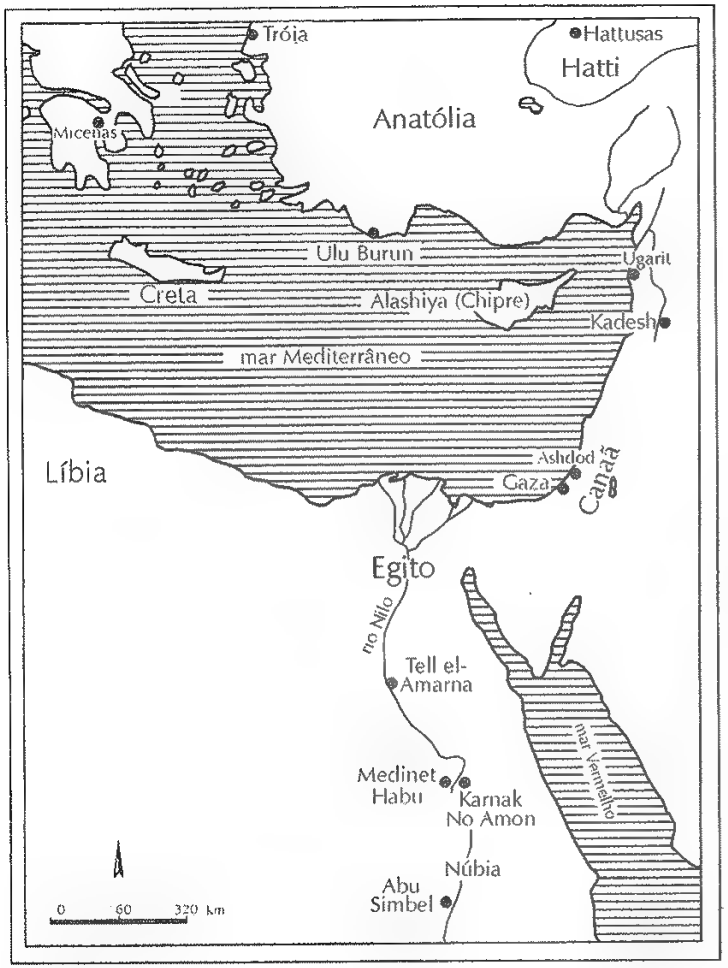

Figura 8 — O antigo Oriente Próximo: sítios arqueológicos selecionados, do século XIII a.C.

Os dois impérios — egípcio e hitita — tinham fronteira comum na Síria. O inevitável choque aconteceu no começo do século XIII a.C.; os dois formidáveis exércitos se encontraram em Kadesh, no rio Orontes, oeste da Síria. De um lado estava o rei hitita Muwatallis; do outro lado, o então jovem e inexperiente faraó Ramsés II. Há registros das batalhas dos dois lados, e ambos clamam a própria vitória; a verdade fica em algum lugar no meio. Aparentemente a batalha terminou sem um vencedor completo, e os dois grandes poderes tiveram que chegar a um acordo. O novo rei hitita, Hattusilis III, e o faraó, agora endurecido pela batalha, logo assinaram um tratado de paz, que declarava a amizade entre os dois poderes e renunciava às hostilidades 'para sempre'. O tratado foi selado com o ato simbólico de Ramsés tomando uma princesa hitita como sua noiva.

O mundo criado por esse impasse egípcio-hitita ofereceu crescentes oportunidades para outro grande poder, no oeste. Era uma verdadeira força, não por causa de seu poder militar, mas em virtude de seus talentos marítimos. Esse era o mundo miceniano que produziu as famosas cidadelas de Mikínai (em português Micenas) e Tirinto, e os opulentos palácios em Pilo e Tebas. Era o mundo que, parece, proveu o pano de fundo romântico para a *Ilíada* e a *Odisséia*; o mundo que produziu as famosas figuras de Agamêmnon, Helena, Príamo e Odisseu (ou Ulisses). Não temos certeza se esse mundo era governado de um centro como Micenas. Mas, provavelmente, era um conjunto de vários centros, cada um governando extensos territórios: algo como as cidades-Estado de Canaã ou o sistema de pólis da Grécia clássica, mas em escala muito maior.

O mundo miceniano, que foi revelado pela primeira vez pelas dramáticas escavações de Heinrich Schliemann em Micenas e Tirinto no final do século XIX, só demonstrou seus segredos anos mais tarde, quando o manuscrito Linear B foi decifrado. As tabu-

letas encontradas nos palácios micenianos provaram que aquele povo falava o idioma grego e que seu poder e riqueza resultavam, aparentemente, do comércio no leste do mar Mediterrâneo.

A ilha de Chipre — conhecida naquela época como Alashiya — também desempenhou papel importante nesse mundo do século XIII a.C. Era o principal produtor de cobre no Mediterrâneo oriental, e uma passagem para o comércio com o Levante. Impressionantes estruturas construídas com blocos de pedra de cantaria mostram como a ilha se tornara próspera naquela época.

O mundo da Idade do Bronze posterior caracterizou-se pelo grande poder, pela riqueza e pelo comércio ativo. O navio naufragado de Ulu Burun, agora famoso, encontrado na costa sul da Turquia, dá uma idéia da prosperidade daqueles tempos. Por volta de 1300 a.C., um barco navegava ao longo da costa da Ásia Menor, transportando uma carga de lingotes de cobre e estanho, toras de ébano, resina de terebintina, marfim de hipopótamo e de elefante, ovos de avestruz, especiarias e outros produtos, quando afundou, provavelmente por causa de uma tempestade. Escavações submarinas dos destroços do navio e a recuperação de sua rica carga mostraram que esse pequeno barco — por certo nada excepcional para a época — percorria com regularidade as lucrativas rotas do comércio em todo o leste do Mediterrâneo, com ricos artefatos e produtos de consumo apanhados em todos os portos onde parava.

É importante ter em mente que esse mundo não era apenas a versão antiga de um moderno mercado comum, com as nações comerciando livremente com todas as outras. Era um mundo estritamente controlado pelos reis e príncipes de cada região política e observado com rigoroso cuidado pelo Egito e pelos outros grandes poderes da época. Nesse mundo de ordem e prosperidade para as elites da Idade do Bronze, a subitaneidade e a violência de

sua queda deixariam, com certeza, impressão duradoura na memória, na lenda e na poesia.

A grande sublevação

A vista dos palácios das cidades-Estado de Canaã pode ter parecido pacífica, mas havia problemas no horizonte que provocariam a destruição da economia e da estrutura social da Idade do Bronze posterior. Por volta de 1130 a.C., vemos um mundo completamente diferente, tão diferente que um habitante de Micenas, ou de No Amon (a capital do Egito, hoje Luxor), ou de Hattusas em 1230 a.C. não seria capaz de reconhecê-lo. Nessa época, o Egito era uma pálida sombra de seu passado glorioso, e havia muito tinha perdido seus territórios estrangeiros. Hatti não existia mais, e Hattusas estava em ruínas. O mundo miceniano era uma memória que se apagava aos poucos, com seus centros palacianos destruídos. Chipre estava transformada; o comércio de cobre e de outros produtos havia terminado. Muitos grandes portos de Canaã, ao longo da costa do Mediterrâneo, incluindo o grande empório marítimo de Ugarit, ao norte, tinham sido reduzidos a cinzas. Impressionantes cidades no interior do país, como Megiddo e Hazor, eram campos de ruínas abandonadas.

O que tinha acontecido? Por que o velho mundo desaparecera? Estudiosos que têm se debruçado sobre essa questão estão convencidos de que uma causa fundamental foi a invasão de grupos misteriosos e violentos, chamados Povos do Mar, migrantes que chegaram por terra e por mar do oeste, devastando tudo o que encontraram em seu caminho. Os registros de Ugarit e do Egito do começo do século XII a.C. mencionam esses saqueadores. Um texto encontrado nas ruínas da cidade portuária de Ugarit oferece

testemunho dramático da situação por volta de 1185 a.C. Enviado por Ammurapi, o último rei de Ugarit, para o rei de Alashiya (Chipre), o texto descreve freneticamente como "barcos inimigos chegaram, os inimigos incendiaram as cidades e trouxeram a destruição. Minhas tropas estão no país hitita, meus barcos estão na Lícia, e o país está fazendo o que pode". Outrossim, carta do mesmo período, do grande rei de Hatti para o prefeito daquela cidade portuária, expressa sua ansiedade sobre a presença de um grupo de Povos do Mar, chamado *shiqalaya*, "que vive nos barcos".

Dez anos depois, em 1175 a.C., tudo estava acabado no norte; Hatti, Alashiya e Ugarit eram ruínas. Mas o Egito mantinha seu poderio e estava determinado a fazer uma defesa desesperada. As monumentais inscrições de Ramsés III no templo de Medinet-Abu,

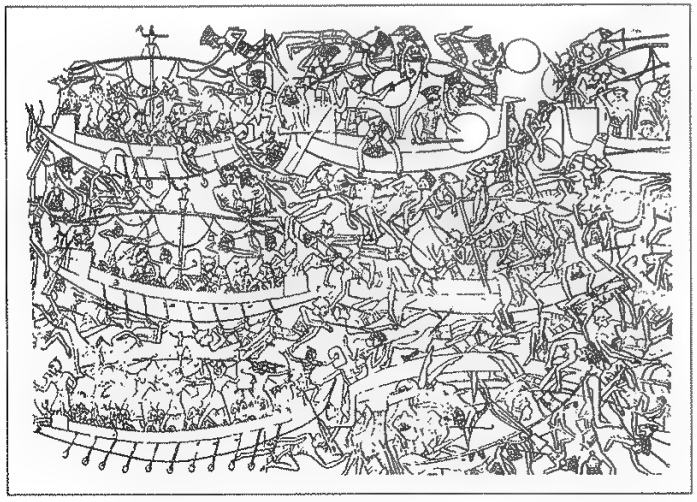

Figura 9 — Relevo do templo mortuário de Ramsés III, em Medinet-Abu, Alto Egito, mostrando a batalha naval com os Povos do Mar

no Alto Egito, recontam a história da conspiração dos Povos do Mar para devastar as terras povoadas do leste do Mediterrâneo:

> Os países estrangeiros fizeram uma conspiração em suas ilhas... Nenhuma terra pode resistir às suas armas... Eles estão vindo na direção do Egito, enquanto a chama foi preparada antes deles. Sua confederação era das terras unidas da Filistéia, Tjeker, Shekelesh, Denyen e Weshesh. Eles se apoderaram de todas as terras, até as que estão longe do circuito da terra, seus corações confiantes na vitória de seu plano.

Nítidas descrições de batalhas subseqüentes cobrem uma parede externa do templo (figura 9). Em uma delas, uma confusão de navios egípcios e estrangeiros é mostrada no meio de um caótico enfrentamento naval, com arqueiros postados para atacar os navios de seus inimigos e guerreiros mortos caindo no mar. Os invasores oriundos do mar têm uma aparência muito diferente da dos egípcios, ou das representações de povos asiáticos na arte egípcia. O traço mais impressionante em sua aparência é o dos seus diferenciados acessórios de cabeça: alguns usam capacetes com chifres, outros usam estranhos enfeites de plumas. Numa parede lateral, as imagens de uma renhida batalha em terra mostram os egípcios lutando com os guerreiros dos Povos do Mar, enquanto famílias, homens, mulheres e crianças, preparando-se para fugir por terra em carruagens de madeira puxadas por bois, observam tudo, sem esperança. O resultado das batalhas no mar e em terra, de acordo com a descrição do faraó Ramsés III, foi decisivo:

> Aqueles que alcançaram minha fronteira, sua semente não mais existe, seu coração e sua alma estão terminados para todo o sempre, e sempre.

> Aqueles que vieram juntos no mar, a grande chama se colocou na sua frente... Eles foram arrastados, cercados, e prostrados na praia, mortos e empilhados, dos pés às cabeças.

Quem eram esses ameaçadores Povos do Mar? Permanece um debate histórico e arqueológico de estudiosos sobre sua origem e sobre os fatores que provocaram seu deslocamento para o sul e para o leste. Alguns dizem que eram do Egeu; outros localizam sua origem na Anatólia. Mas o que provocou o deslocamento de milhares de homens desarraigados através de rotas pela terra e pelo mar, em busca de novos lares? Uma possibilidade é que eles eram formados por uma ralé de piratas, marinheiros sem raízes e camponeses desalojados e levados pela fome, pela pressão populacional e pela escassez de terra. Movimentando-se na direção leste e destruindo a frágil rede do comércio internacional no Mediterrâneo oriental, eles desintegraram e destruíram as economias da Idade do Bronze, impelindo os grandes impérios da época ao esquecimento. Teorias mais recentes oferecem explicações controversas. Algumas apontam para uma repentina mudança do clima, que teria devastado a agricultura e causado a fome generalizada. Outras lançam a hipótese de uma completa destruição das sociedades por todo o Mediterrâneo oriental, que, em virtude de suas particularidades, não conseguiram sobreviver às mudanças econômicas e às tensões sociais. Em ambos os cenários possíveis, as repentinas migrações dos Povos do Mar não foram a causa, mas o efeito. Em outras palavras, a destruição da economia dos palácios da Idade do Bronze posterior provocou a movimentação errante de hordas de pessoas desenraizadas pelo Mediterrâneo oriental, para encontrar novos lares e novas formas de sobrevivência.

A verdade é que não sabemos a causa precisa do colapso da Idade do Bronze posterior em toda a região. Ainda assim, a evidência arqueológica do resultado é clara; o indício mais dramático foi encontrado no sul de Israel, na Filistéia, terra dos filisteus, por meio de um dos Povos do Mar mencionados na inscrição de Ramsés III, cujas escavações encontraram evidências daqueles anos conturbados em dois de seus mais importantes centros — Ashdod e Eglon. No século XIII a.C., Ashdod, em particular, era um próspero centro de Canaã, sob a influência egípcia, e junto com Eglon sobreviveu pelo menos até os dias de Ramsés III, quando então o fogo a destruiu. Os imigrantes filisteus fundaram cidades sobre as ruínas, e no século XII Ashdod e Eglon transformaram-se novamente em cidades prósperas, com outros elementos culturais. A mistura mais antiga dos traços do Egito e de Canaã na arquitetura e na cerâmica foi substituída por algo bem novo nessa parte do Mediterrâneo: estilos de arquitetura e de cerâmica de inspiração egéia.

Em outras partes do país, a ordem da Idade do Bronze posterior foi destruída pela expansão da violência, cuja origem ainda é obscura. Em virtude do longo período de tempo — quase um século — durante o qual o sistema das cidades-Estado de Canaã entrou em colapso, é possível que a intensificação da crise tenha provocado conflitos entre as cidades vizinhas no que se refere ao controle de áreas vitais para a agricultura e de vilas de camponeses. Em alguns casos, a população camponesa e pastoral, progressivamente pressionada pelas dificuldades de sobrevivência, pode ter atacado as cidades ricas ao seu redor. Um a um, os antigos centros canaanitas caíram em repentinas e dramáticas conflagrações, e todos entraram em declínio gradual. No norte, Hazor foi incendiada, e as estátuas de deuses do seu palácio real, decapitadas e esmagadas. Na planície costeira, Afec foi aniquilada por vio-

lento fogo; uma tabuleta cuneiforme, registrando uma transação comercial de trigo entre Ugarit e o Egito, foi encontrada entre os compactos escombros de sua destruição. Mais para o sul, a imponente cidade de Lachish foi incendiada e abandonada. E no rico vale Jezrael, o fogo também destruiu Megiddo, soterrando seu palácio sob quase 2 metros de escombros de tijolos queimados.

Deve-se ressaltar que tanta transformação não foi repentina em todos os lugares. A evidência arqueológica indica que a destruição da sociedade em Canaã foi um processo relativamente longo e gradual. Os tipos de cerâmica encontrados nos entulhos da Idade do Bronze posterior em Hazor não têm as formas características do final do século XIII, de modo que a cidade deve ter sido devastada um pouco antes. Em Afec, a carta cuneiforme na camada destruída registra o nome de funcionários de Ugarit e do Egito, que eram conhecidos de outras fontes, o que possibilitou datá-la como de cerca de 1230 a.C. A cidadela egípcia pode ter sido devastada em qualquer tempo, nas duas ou três décadas seguintes. Escavadores em Lachish encontraram nos destroços um fragmento de metal — provavelmente um encaixe do principal portão da cidade — que leva o nome de Ramsés III. O achado nos diz que Lachish não deve ter sido destruída antes do reinado desse monarca, que governou entre 1184 e 1153 a.C. Por fim, a base de metal de uma estátua com o nome do faraó Ramsés VI (1143-1136 a.C.), achada nas ruínas de Megiddo, indica que o grande centro do vale Jezrael, em Canaã, foi aniquilado, provavelmente na segunda metade do século XII.

Relatos informam que os reis de cada uma dessas quatro cidades — Hazor, Afec, Lachish e Megiddo — foram derrotados pelos israelitas sob a liderança de Josué. Mas a evidência arqueológica mostra que a destruição daquelas cidades ocorreu durante espaço de tempo de mais

de um século. As causas possíveis incluem invasão, colapso social e lutas civis. Nenhuma força militar isolada provocou tal destruição, e com certeza não o fez em uma única campanha militar.

Memórias em transição

Mesmo antes de os achados arqueológicos terem provocado questionamentos relacionados com a base histórica da conquista de Canaã por Josué, um pequeno círculo de estudiosos alemães já especulava mais sobre a evolução das tradições literárias israelitas do que sobre as estratégias dos campos de batalha. Como herdeiros da tradição da mais respeitada análise do século XIX, eles apontavam as contradições internas do texto bíblico, que contém pelo menos duas versões distintas e mutuamente discrepantes sobre a conquista de Canaã.

Os eruditos alemães sempre consideraram que o livro de Josué era uma coleção complexa de lendas, histórias de heróis e de mitos locais, de várias partes do país, que tinha sido escrita ao longo de séculos. Os estudiosos bíblicos Albrecht Alt e Martin Noth, em particular, argumentavam que muitas das narrativas preservadas no livro de Josué não eram senão tradições etiológicas, querendo dizer que eram lendas sobre como certas curiosidades naturais ou pontos de referência se tornaram famosos. Por exemplo, o povo que vivia na cidade de Betel e em volta dela durante a Idade do Ferro indubitavelmente notou o imenso cômoro das ruínas da antiga Idade do Bronze, um pouco a leste. Essa ruína era quase dez vezes maior do que sua própria cidade, e os remanescentes de suas fortificações ainda impressionavam. Assim — argumentaram Alt e Noth — as lendas podem ter começado a crescer em torno das ruínas, dos contos de vitórias de antigos heróis, que explicavam como foi possível tamanha destruição em uma cidade tão grande.

Em outra região do país, o povo que vivia nos contrafortes de Shephelah pode ter ficado impressionado simplesmente pelo tamanho de um imenso bloco de pedra fechando a entrada da misteriosa caverna perto da cidade de Makkedah. Dessa forma, histórias que relacionavam o imenso bloco de pedra com atos heróicos do seu próprio passado nebuloso podem ter aparecido: a pedra selava a caverna onde cinco reis antigos se esconderam e mais tarde foram enterrados, como é explicado em Josué 10,16-27. De acordo com esse ponto de vista, as histórias bíblicas, que terminam com a observação de que certo ponto de referência ainda podia ser visto 'até mesmo hoje', eram talvez lendas desse tipo. Num determinado ponto, essas histórias individuais foram coletadas e relacionadas a uma única campanha de um grande líder mítico da conquista de Canaã.

Ao contrário de sua própria avaliação a respeito do caráter lendário, abundante, do livro de Josué, Alt e Noth consideram que o primeiro capítulo do Juízes possui núcleo confiável de memórias das antigas vitórias de milícias, amplamente espalhadas pelas áreas montanhosas do país entre as várias cidades que as dominavam. De fato, a situação caótica da destruição das cidades de Canaã em alguns lugares, e sua sobrevivência em outros, corresponde mais à evidência arqueológica. Ainda assim, não existe razão para que a narrativa da conquista no livro de Josué não possa também incluir memórias e lendas do povo, que comemoravam a época de transformação histórica. Essas memórias podem nos oferecer relances desconexos, de violência, paixão e euforia diante da destruição daquelas cidades e da horrível matança de seus habitantes que, sabidamente, ocorreu. Tais experiências, marcadas a ferro e fogo, jamais teriam sido esquecidas e, de fato, se essas memórias vivas de tempos passados ficam progressivamente vagas ao longo dos séculos, podem ter se transformado em matéria-prima para nova narração muito mais elaborada. Portanto, não existe razão

para supor que o incêndio de Hazor por forças hostis, por exemplo, nunca tenha acontecido. Mas o que era na verdade uma série caótica de insurreições, causada por muitos fatores diferentes, e também por inúmeros grupos distintos, tornou-se, muitos séculos depois, uma saga brilhantemente elaborada a respeito de uma conquista territorial sob as bênçãos e o comando direto de Deus. A produção literária dessa saga realizou-se com propósitos muito diferentes da comemoração de lendas locais; foi, como veremos, passo importante para a criação da identidade pan-israelita.

De volta para o futuro novamente?

Esse quadro básico de gradual acumulação de lendas e histórias — e sua eventual incorporação numa única saga, coerente com um perfil teológico definido — foi produto daquele período extraordinariamente criativo de produção literária no reino de Judá, no século VII a.C. Talvez a pista mais impressionante de que o livro de Josué foi escrito nessa época seja a lista de cidades do território da tribo de Judá, feita com detalhes por Josué (15,21-62), e que corresponde às fronteiras do reino de Judá durante o reinado de Josias. Além disso, os nomes de lugares mencionados na lista respondem ao padrão de povoamento do século VII a.C., na mesma região; e alguns dos lugares *somente* foram ocupados nas décadas finais do século VII a.C.

Mas a geografia não é o único elo com a era de Josias. A ideologia da reforma religiosa e as aspirações territoriais características do período são também evidentes. Há muito tempo os eruditos bíblicos consideram o livro de Josué uma parte da chamada história deuteronomista, a compilação de sete livros de material bíblico, do Deuteronômio ao livro 2º Reis, reunido durante o reinado de Josias. A história deuteronomista retorna repetidas vezes à idéia de que

toda a terra de Israel deveria ser governada pelo líder escolhido divinamente entre todo o povo de Israel, que segue, com rigor, as leis entregues por Deus no Sinai, e as advertências ainda mais austeras contra a idolatria feitas por Moisés, no livro do Deuteronômio. As inflexíveis mensagens teológicas transmitidas pelo Deuteronômio, a linguagem e o estilo são encontrados em todo o livro de Josué, em particular em passagens onde as histórias de batalhas individuais estão entrelaçadas na narrativa maior. E o completo plano de batalha do livro de Josué combina muito melhor com as realidades do século VII do que com a situação da Idade do Bronze posterior.

As primeiras duas batalhas desse livro, em Jericó e em Hai (isso é, na área de Betel), foram combatidas em territórios que eram o primeiro alvo do expansionismo de Josias depois da retirada da Assíria da província de Samaria. Jericó era o posto fronteiriço mais a sudoeste do reino de Israel ao norte e da posterior província assíria, situada do outro lado de um baixio estratégico do rio Jordão. Betel era o principal centro de culto, muito odiado pelo reino do norte, e foco de nova colonização assíria de povos não israelitas.* Os dois lugares foram alvos posteriores da atividade de Josias: Jericó e sua região floresceram depois da conquista de Judá, e o templo do norte em Betel foi completamente destruído.

* A história do povo de Gabaon, os gabaonitas, que "vieram de uma terra distante" e procuraram fazer aliança com os invasores israelitas (Josué 9,3-27), pode também refletir uma adaptação de antiga tradição da realidade do século VII. Expandindo-se para o norte, na área de Betel, depois da retirada da Assíria, Judá enfrentava o problema de como integrar os descendentes dos deportados trazidos de longe e estabelecidos ali pelos assírios, poucas décadas antes. A menção de Avim (ou Avim Fara) nessa área, em Josué 18,23, relembra o nome Avva (Ava), um dos lugares de origem dos deportados citados no 2º Reis 17,24. Na época de Josias, a questão especialmente crucial era como absorver aqueles que eram solidários a Judá na comunidade. A antiga narrativa dos gabaonitas pode prover um contexto 'histórico', sobre o qual a história deuteronomista explicou como isso deveria ser feito.

Assim, também a história da conquista de Shephelah tem paralelos com a renovada expansão israelita nessa região muito importante e fértil. Essa área — a tradicional cesta de pão de Judá — fora conquistada pelos assírios poucas décadas antes e concedida às cidades da Filistéia. De fato, o 2º livro dos Reis, 22,1 nos diz que a mãe de Josias nascera numa cidade chamada Bascat. Esse lugar só é mencionado mais uma vez na Bíblia, na lista de cidades da tribo de Judá, que data do tempo de Josias (Josué 15,39). Ali, Bascat aparece entre Lachish e Eglon, as duas cidades de Canaã que desempenham papel fundamental na narrativa da conquista de Shephelah por Josué.

A saga da campanha de Josué então se volta para o norte, expressando uma visão da futura conquista territorial do século VII. A referência a Hazor relembra não apenas sua reputação como a mais proeminente das cidades-Estado de Canaã, mas também as realidades de um século antes, quando a citada cidade era o mais importante centro do reino de Israel, no norte, e, um pouco mais tarde, influente centro regional do império assírio, com um palácio impressionante e uma fortaleza. Não menos significativa é a menção de Naphot Dor, aludindo, possivelmente, aos dias em que a cidade costeira de Dor servia como capital de uma província assíria.

Em resumo, os territórios do norte descritos no livro de Josué correspondem ao reino de Israel derrotado e às províncias assírias posteriores, que Judá acreditava que faziam parte da herança determinada divinamente para o povo de Israel, a ser reclamada, em breve, por um 'novo' Josué.

Nova conquista da Terra Prometida?

Na época da coroação de Josias, em 639 a.C., a idéia de santidade e de unidade da terra de Israel — conceito que seria enfatizado

com grande paixão pelo livro do Deuteronômio — estava longe de ser concretizada. Exceto pelo pequeno centro do reino de Judá (território tradicional, por direito de nascimento, das tribos de Judá e de Simeão, além de uma estreita faixa da tradicional terra de Benjamin, igualmente ao norte), a vasta maioria da Terra Prometida estivera sob domínio de um poder estrangeiro, a Assíria, durante quase um século. E Judá também era vassalo da Assíria.

A explicação da Bíblia para essa situação infeliz era tão sombria como simples. Em tempos recentes, o povo de Israel não tinha cumprido as leis da Aliança com Deus, o pré-requisito fundamental para sua posse sobre a terra. Eles não tinham erradicado todos os traços da idolatria pagã; não tinham cessado de fazer oferendas aos deuses de outros povos em suas tentativas de conseguir riqueza por meio do comércio ou de alianças políticas; não tinham seguido fielmente as leis de pureza em sua vida pessoal; e não tinham sequer se importado em oferecer o menor conforto aos seus irmãos israelitas que se encontravam destituídos, escravizados ou profundamente endividados. Numa palavra, eles tinham deixado de ser uma comunidade sagrada. Apenas a escrupulosa fidelidade e conformação à legislação do 'livro da Lei', recentemente descoberto, poderia superar os pecados das gerações anteriores e permitir-lhes ganhar a posse de toda a terra de Israel.

Poucos anos mais tarde, os assírios se retiraram e a unificação de todos os israelitas pareceu possível. O livro de Josué oferecia um épico inesquecível com uma lição clara, como quando o povo de Israel *seguia* estritamente a Lei da Aliança com Deus e nenhuma vitória podia lhe ser negada. Esse ponto foi marcado com algumas das lendas populares mais brilhantes — a queda das muralhas de Jericó, o sol permanecendo parado diante de Gabaão, a rota dos reis de Canaã até o estreito ascendente em Bet Horon — re-

modeladas num só épico, contra um pano de fundo altamente familiar e sugestivo do século VII, e que tinham ocorrido nos lugares que inspiravam a maior preocupação da ideologia deuteronomista. Lendo e recitando esses relatos, os judeus do final do século VII a.C. teriam visto a expressão de seus desejos mais profundos e crenças religiosas.

Nesse sentido, o livro de Josué é uma clássica expressão de anseios e fantasias de um povo, num determinado tempo e lugar. A eminente figura de Josué é usada para evocar o retrato metafórico de Josias, o futuro salvador de todo o povo de Israel. De fato, o erudito bíblico americano Richard D. Nelson demonstrou como a figura de Josué é descrita na história deuteronomista em termos usualmente reservados a um rei. A incumbência ordenada por Deus a Josué na sua assunção de liderança (Josué 1,1-9) é composta na fraseologia de uma posse de rei. A garantia da lealdade do povo para a completa obediência a Josué, como sucessor de Moisés (Josué 1,16-18), relembra o costume da deferência pública a um rei recém-coroado. E Josué conduz a cerimônia da Aliança renovada (Josué 8,30-35), um papel que se tornou prerrogativa dos reis de Judá. Ainda mais reveladora é a passagem na qual Deus ordena a Josué que medite sobre o 'livro da Lei', dia e noite (Josué 1,8-9), num paralelismo incomum à descrição bíblica de Josias como rei excepcionalmente preocupado com o estudo da Lei, alguém "que se voltou para o Senhor com todo o seu coração e com toda a sua alma e com toda a sua força, em toda a fidelidade à Lei de Moisés" (2º Reis 23,25).

Simplesmente não existem paralelos convencionais entre os justos e pios personagens bíblicos, mas paralelos diretos na fraseologia e na ideologia, sem mencionar os idênticos objetivos territoriais de Josué e Josias. Por certo, a expansão de Josias, ou o desejo de anexação dos territórios do reino do norte nas montanhas, despertou

grandes esperanças, mas ao mesmo tempo apresentou sérias dificuldades práticas. O imenso desafio militar era real. Havia a necessidade de provar aos residentes nativos das terras montanhosas do norte que eles verdadeiramente faziam parte do grande povo de Israel, que lutou junto com o povo de Judá para herdar sua Terra Prometida. E também havia o problema do casamento com mulheres estrangeiras, que deve ter sido prática comum para os israelitas que sobreviveram nos territórios do reino do norte, entre os quais os assírios tinham fixado estrangeiros deportados.

É o rei Josias que se oculta por trás da máscara de Josué, declarando que o povo de Israel deveria permanecer inteiramente à parte da população nativa. Assim, o livro de Josué enfatiza, de modo brilhante, a mais profunda e urgente das preocupações do século VII. Como veremos mais tarde, o poder desse épico iria durar ainda muito tempo depois de ter fracassado, tragicamente, o plano ambicioso e piedoso do rei Josias para reconquistar a terra de Canaã.

IV

Quem eram os israelitas?

A Bíblia não deixa muito espaço para dúvida ou ambigüidade sobre as excepcionais origens do povo de Israel. Como descendentes diretas e lineares dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, as 12 tribos de Israel são o resultado biológico, ao longo de muitas gerações, dos 12 filhos de Jacó. Apesar dos 430 anos de cativeiro no Egito, os israelitas são descritos como aqueles que nunca esqueceram suas raízes em Canaã ou sua herança comum. De fato, a Bíblia enfatiza que a manutenção estrita, por parte de Israel, de sua maneira diferenciada de viver e de sua relação especial com Deus seria a chave para o seu futuro. No Deuteronômio, Moisés promete à nação israelita que se ela observar as leis da Aliança, se se abstiver de se casar com membros de diferentes grupos étnicos, raciais ou religiosos e, escrupulosamente, se evitar envolver-se com as práticas pagãs de Canaã, ela terá assegurada sua posse, para sempre, da Terra Prometida. Uma vez que estivesse concluída a grande conquista de Canaã, o livro de Josué relata em detalhes como o líder israelita dividiria a terra — agora inteiramente limpa da população nativa de Canaã — entre as tribos israelitas vitoriosas, como sua herança eterna.

Ainda assim, no livro de Josué e no livro seguinte, o dos Juízes, existem algumas fortes contradições sobre esse quadro de tribos herdando toda a terra de Israel. Embora o livro de Josué declare num certo ponto que os israelitas tomaram posse de toda a terra que Deus prometera e que derrotara todos os seus inimigos (Josué 21, 43-44), outras passagens nesse livro e no livro dos Juízes deixam claro que muitos cananeus e muitos filisteus coabitavam com os israelitas em estreita proximidade. Como no caso de Sansão, não se ouvia falar de casamentos com estrangeiros. E também existiam problemas entre as famílias. No livro dos Juízes, as tribos de Israel se unem para fazer guerra contra a tribo de Benjamin, jurando que jamais casariam com nenhum de seus membros (Juízes 19-21). Finalmente, parece que as diferentes tribos foram deixadas para resolver seus problemas locais, sob a liderança de seus próprios líderes carismáticos. A própria Canção de Débora (Juízes 5) enumera as tribos que eram fiéis e observavam cuidadosamente o chamado para se unir em torno da causa de Israel, e quais tribos preferiam ficar em suas terras e lares.

Se, como a arqueologia sugere, as sagas dos patriarcas e do Êxodo foram lendas compiladas em períodos posteriores, e se não existe evidência convincente da invasão unificada de Canaã sob a liderança de Josué, o que fazemos a respeito das pretensões dos israelitas sobre sua antiga nacionalidade? Quem eram essas pessoas que traçavam suas tradições em acontecimentos históricos e religiosos de um longínquo passado compartilhado? Uma vez mais, a arqueologia pode oferecer respostas surpreendentes. Escavações em antigas vilas israelitas, com suas cerâmicas, casas, silos de grãos, podem nos ajudar a reconstruir o dia-a-dia de suas vidas e relações culturais. E, surpreendentemente, a arqueologia revela que o

povo que vivia nessas aldeias era formado de habitantes nativos de Canaã, os quais só aos poucos desenvolveram a identidade étnica que pôde ser denominada israelita.

Herdando a Terra Prometida

Uma vez finalizada a grande conquista de Canaã, o livro de Josué nos informa que "a terra descansou da guerra" (Josué 11,23). Todos os povos de Canaã e outros povos nativos que ali viviam tinham sido completamente destruídos. Josué reuniu as tribos para dividir a terra; Rúben, Gad e metade da tribo de Manassés receberam territórios a leste do rio Jordão, enquanto os outros receberam suas partes a oeste; Neftali, Aser, Zabulon e Issacar se estabeleceram nas regiões montanhosas e nos vales da Galiléia; Efraim, Benjamin e a outra metade da tribo de Manassés receberam a parte maior da região montanhosa central, que se estendia do vale de Jezrael ao norte, até Jerusalém, no sul. A Judá foram concedidas as terras montanhosas ao sul, de Jerusalém ao vale de Bersabéia, no sul. Simeão herdou a zona árida do vale de Bersabéia e a planície costeira vizinha. Embora Dan tenha inicialmente recebido como herança a planície costeira, a tribo mudou seu lar para uma área ao norte do país. Com essa última migração, o mapa da Terra Santa ficou determinado.

Foi mesmo assim? Numa contradição intrigante, o livro de Josué relata que vastos territórios dentro de Canaã, situados fora das áreas herdadas pelas tribos, ainda tinham que ser conquistados; incluíam "todas as regiões dos filisteus", ao longo da costa ao sul do país, a costa fenícia, no extremo norte, e a área do vale Beqa, no nordeste (Josué 13,1-6). O livro dos Juízes vai mais longe, listando importantes enclaves cananeus, de mais da metade dos territórios das tribos, que não tinham sido conquistados. As gran-

des cidades da planície costeira e dos vales do norte de Canaã, como Megiddo, Betsã, Dor e Gezer foram listadas no livro dos Juízes como não conquistadas, embora seus governantes tenham sido incluídos, no livro de Josué, na lista de reis cananeus derrotados. Além disso, os amonitas e os moabitas, que habitavam o outro lado do rio Jordão, permaneceram hostis. E os violentos madianitas e amalequitas do deserto, povos que atacavam de surpresa montados em camelos, sempre se mantiveram como ameaça ao povo de Israel. Assim, o perigo que os israelitas, recentemente assentados na Terra Santa, enfrentavam era militar e também religioso. Inimigos externos ameaçavam sua segurança física, e os nativos de Canaã, que ficaram na terra, representavam o perigo mortal de seduzir os israelitas para a apostasia, abalando, dessa maneira, a solene aliança de Israel com Deus.

O palco estava montado para muitos anos de lutas prolongadas. Seguindo o livro de Josué, o Juízes apresenta uma coleção extraordinariamente rica de emocionantes narrativas de guerra, e contos de heroísmo individual em batalhas entre os israelitas e seus vizinhos. Esse livro contém alguns dos personagens mais pitorescos e imagens inesquecíveis da Bíblia. Otoniel, um calebita, derrota sozinho as forças do misterioso inimigo Cusã-Rasataim, 'rei da Mesopotâmia' (Juízes 3,7-11). Aod, da tribo de Benjamin, destemidamente assassina Eglon, o poderoso e comicamente obeso rei de Moab, em seus aposentos privados (3,12-30). Samgar fere seiscentos filisteus com uma aguilhada de bois (3,31). Débora e Barac levantam as tribos israelitas contra a ameaça dos reis cananeus, que ainda permaneciam no norte, e a heróica Jael, mulher de Héber, o quenita, mata o general cananeu, Sísara, enfiando uma estaca em sua cabeça enquanto ele dormia (4,1-5,31). Gedeão, o manassita, purifica a terra da idolatria e protege seu

povo contra os invasores madianitas do deserto (6,1;8,28). E, naturalmente, existe a famosa saga de Sansão, o herói de Dan, traído e tosquiado pela tentadora filistina Dalila, que se condena à própria morte em Gaza, cego e humilhado, derrubando os pilares do grande templo filisteu do deus Dagon (13,1;16,31).

O significado teológico desse antigo período do povoamento de Canaã é bastante claro no próprio começo do livro dos Juízes, em sua sóbria apreciação da apostasia e da punição. Se o povo de Israel permanecer afastado da população nativa, será recompensado. Se for tentado a assimilar os modos e costumes dos nativos, a punição divina será imediata e dura. Mas eles não ouvem. Só a intervenção de líderes justos, sob inspiração, chamados 'juízes', salva o povo de Israel de perder tudo, pelo menos temporariamente:

> Então os filhos de Israel fizeram o mal diante dos olhos do SENHOR, e serviram aos Baals; e abandonaram o SENHOR, o Deus dos seus pais, que os tinha tirado da terra do Egito; e serviram outros deuses estranhos, entre os deuses dos povos que habitavam ao seu redor, e os adoraram; e provocaram a ira do SENHOR. Eles abandonaram o SENHOR para servir a Baal e as astartes. Então, a ira do SENHOR foi lançada contra Israel, e ele os entregou aos saqueadores; e eles os capturaram e os venderam aos inimigos, que viviam ao seu redor, de modo que não puderam se defender desses inimigos. Para qualquer lugar que marchassem, a mão do SENHOR estava contra eles pelo mal que fizeram, como o SENHOR os havia admoestado, e como o SENHOR lhes havia jurado; e sua aflição era extrema. Então o SENHOR suscitou os juízes, que os salvaram do poder daqueles que os haviam oprimido. E ainda assim eles não ouviram os seus juízes; e eles se prostituíram a outros deuses e os adoraram; e logo abandonaram o caminho por onde seus pais tinham andado, e que tinham obedecido aos mandamentos do SENHOR, e eles não o fizeram. E quando o SENHOR conclamava os juízes, o SENHOR estava com eles; e ele os salvou das mãos dos seus inimigos, em todos os dias do

julgamento; porque o SENHOR se comovia com piedade pelos seus gemidos, por causa daqueles que os afligiam e os oprimiam. Mas, sempre que morriam os juízes, os filhos de Israel viraram as suas costas, e se comportaram pior que os seus pais, seguindo e servindo a outros deuses, e os adorando; eles não abandonaram nenhuma das suas práticas, nem seus modos teimosos e desobedientes. (Juízes 2,11-19)

Será que a Bíblia relata uma versão da história como verdadeiramente aconteceu? Será que os israelitas adoraram um único Deus durante séculos, mas algumas vezes resvalavam para o politeísmo de seus vizinhos? Mais especificamente, como eles viviam? Como era sua cultura? Além dos relatos da luta contínua contra a idolatria, a Bíblia nos conta muito pouco sobre a vida diária dos israelitas. Do livro de Josué, aprendemos melhor sobre as fronteiras precisas das terras distribuídas entre as tribos. No livro Juízes, lemos sobre as batalhas com os inimigos de Israel, mas pouco nos é informado sobre o tipo de povoamento que os israelitas escolheram para estabelecer e como se sustentavam. Depois de séculos como trabalhadores imigrantes no Egito e de quarenta anos de permanência no desolado deserto do Sinai, eles não deviam estar bem preparados para começar a trabalhar a terra dos vales estreitos e dos campos escarpados das terras montanhosas de Canaã. Como eles aprenderam a se transformar em agricultores produtivos e tão rapidamente se adaptaram às rotinas e às lutas de uma vida de colonos em aldeias?

Imigrantes do deserto?

Sabemos, pela estela de Merneptah, que existiu um povo chamado Israel vivendo em Canaã por volta de 1207 a.C. Até muito recentemente, a despeito de incertezas sobre a precisão histórica do Êxodo e das crônicas das conquistas, poucos historiadores bíblicos e

arqueólogos duvidavam que os israelitas foram um povo imigrante, que entrou em Canaã vindo de terras estrangeiras, pelo sul.

A diferença aparente entre os cananeus e os israelitas era mais nítida na esfera da cultura material. Imediatamente acima das camadas de destruição de várias cidades da Idade do Bronze posterior, os arqueólogos encontraram, com certa regularidade, fossos espalhados ao acaso e uma cerâmica grosseira, remanescentes visíveis do que eles interpretaram como os acampamentos temporários dos 'seminômades'. Muitos especialistas acreditavam ter reconhecido padrão familiar nesses sítios arqueológicos, ou seja, um movimento de massa de habitantes deslocados do deserto, que invadiram uma terra já povoada e depois começaram a se instalar, adotando aos poucos uma maneira sedentária de vida. Especialistas familiarizados com os ataques-surpresa de beduínos nas regiões agrícolas do Oriente Médio acreditavam que sempre existiu conflito entre os nômades do deserto e os camponeses estabelecidos, uma luta constante entre o deserto e o arado. Embora os israelitas possam não ter marchado sobre Canaã como um exército unificado, os sinais de sua chegada pareceram muito claros. Em comparação com os edifícios monumentais, os objetos importados de luxo e os vasos de requintada cerâmica descobertos nos planos horizontais de cidades canaanitas precedentes, os acampamentos e implementos rudimentares dos israelitas pareciam pertencer a um nível de civilização mais baixo do que os remanescentes da população que eles substituíram.

Essa comparação de estilos de vida deu origem ao que ficou conhecido como modelo de 'infiltração pacífica', enunciado pela primeira vez pelo erudito bíblico Albrecht Alt, por volta do ano 1920. Alt sugeriu que os israelitas eram pastores que perambulavam com seus rebanhos, em migrações sazonais fixas, entre a margem

do deserto e as terras povoadas. Em algum momento perto do final da Idade do Bronze posterior — por razões que a ele não estavam inteiramente claras — os israelitas começaram a se estabelecer nas regiões montanhosas pouco povoadas de Canaã.

De acordo com Alt, no começo o processo foi realmente gradual e muito pacífico. Os pastores migrantes israelitas derrubaram florestas e limparam áreas para começar a praticar a agricultura sazonal em pequena escala, junto com o pastoreio de seus rebanhos. Com o tempo, adotaram estilo de vida sedentário, instalando vilas permanentes e concentrando a maior parte de sua energia na agricultura. Foi só mais tarde, quando o número de assentados aumentou e sua necessidade por mais terras e mais água cresceu — assim afirma a teoria —, que os problemas dos israelitas com os cananeus começaram. Conflitos sobre direito a terras e à água eventualmente provocaram escaramuças locais, que se transformaram em *verdadeiro* pano de fundo para as lutas entre os israelitas e seus vizinhos, tão vivamente relatadas pelo livro dos Juízes (*ver* apêndice C).

Portanto, assumiu-se que o povo israelita era formado por grupos espalhados de pastores migrantes, ao invés de compor um exército unificado. A estela 'Israel' de Merneptah não oferece nenhuma informação adicional sobre a exata localização, o tamanho ou a natureza desse povo. Ainda assim, outros registros egípcios disponíveis — embora forneçam apenas pequeno traço do que deve ter sido um relato muito mais completo — mencionam dois grupos de forasteiros que escolheram viver, ou foram obrigados a viver, às margens da sociedade urbana de Canaã. Esses dois grupos são de interesse específico na busca pelos antigos israelitas.

O primeiro grupo são os *hapiru* (ou *habiru*), descrito nas cartas de Tell el-Amarna, do século XIV a.C. (e também em outros textos da Idade do Bronze), por uma variedade de maneiras nada li-

sonjeiras. Vivendo isolados e alijados da sociedade cananéia, desenraizados de seus lares pela fome, pelas guerras ou pelos altos impostos, eles são descritos como uma espécie de proscritos ou bandidos e, algumas vezes, como soldados mercenários. Em um caso, sabe-se que estiveram no próprio Egito como operários contratados, trabalhando para a construção de projetos do governo. Em resumo, eles eram refugiados ou rebeldes foragidos do sistema, vivendo à margem da sociedade urbana. Ninguém no poder parecia gostar deles; a pior coisa que um rei local podia dizer sobre um vizinho real era que "ele se uniu aos *hapiru*". No passado, os estudiosos sugeriram que a palavra *hapiru* (e sua forma alternativa *habiru*, no plural *habiri*) tinha conexão lingüística direta com a palavra *ibrî* (ou *hâibrî*), como os próprios hebreus se chamavam, segundo as fontes mais antigas, e que, conseqüentemente, o grupo *hapiru*, citado em fontes egípcias, era composto pelos antigos israelitas. Hoje sabemos que essa associação não é tão simples. O uso muito difundido do termo, ao longo de tantos séculos e em todos os territórios do Oriente Próximo, sugere que tivesse mais significado socioeconômico do que especificasse determinado grupo étnico. Todavia, uma conexão não pode ser completamente descartada. É possível que o fenômeno do *hapiru* possa ter sido lembrado em séculos posteriores e assim incorporado nas narrativas bíblicas.

O segundo grupo mencionado nos textos egípcios era o *shosu*, aparentemente formado por pastores nômades de carneiros e cabras que viviam, em particular, nas regiões fronteiriças entre Canaã e a Transjordânia. Relato de uma incursão egípcia contra rebeldes no sul de Canaã, na época de Ramsés III, começo do século XII a.C., oferece boa descrição desse povo. O escritor egípcio descreve a pilhagem das "tendas dos seus acampamentos, de pessoas, das suas posses e também do seu gado, sendo eles em número

indefinido". Com certeza eles constituíam elemento problemático e incontrolável, com grande e significativa presença no deserto e nas extremidades montanhosas. Também eram conhecidos por terem migrado ocasionalmente para o delta leste do Egito, como atesta um papiro do século XIII que registra seus movimentos através das fortalezas da fronteira egípcia.

Poderia um desses dois grupos ter sido o misterioso 'Israel', simplesmente chamado por outro nome?

Camponeses desenraizados?

A teoria da infiltração pacífica de Alt foi ferozmente atacada na década de 1970 por causa do aparecimento de dados etnográficos bem detalhados e de outras teorias antropológicas sobre a relação entre os pastores nômades e as comunidades sedentárias no Oriente Médio. A principal crítica das primeiras idéias da luta entre o deserto e o arado era que os fazendeiros e os pastores eram muito mais integrados e muito menos alheios uns aos outros. Essencialmente, eles constituíam uma única sociedade. E assim, durante as décadas de 1960 e 1970, surgiu outra teoria excepcional sobre as origens israelitas.

Enunciada primeiro pelo erudito bíblico americano George Mendenhall e elaborada mais tarde pelo historiador bíblico e antropólogo americano Norman Gottwald, essa teoria sugere que os antigos israelitas não eram nem invasores que atacavam de surpresa nem nômades que se infiltravam em terras estrangeiras, mas camponeses rebeldes que fugiram das cidades de Canaã para as regiões montanhosas despovoadas. Mendenhall e Gottwald argumentaram, com base nas evidências contidas em documentos egípcios (principalmente as tabuletas de Tell el-Amarna), que o território de Canaã, na Idade do Bronze posterior, era uma sociedade muito estratificada

com tensão social crescente e desigualdade econômica progressiva. A elite urbana controlava a terra, a riqueza e o comércio; os camponeses das aldeias eram privados tanto das riquezas como dos direitos civis. Com a deterioração da situação em Canaã, na fase tardia da Idade do Bronze posterior, os impostos pesados, os maus-tratos dos proprietários das terras e o constante abuso das autoridades — local e egípcia —, tornaram-se insuportáveis.

Assim, Mendenhall e Gottwald teorizaram que para muitos não havia outra solução senão abandonar seus lares e procurar novas fronteiras. Alguns podem ter-se transformado em *hapiru*, isso é, o povo que vivia à margem da sociedade, causando problemas para as autoridades. Muitos se restabeleceram nas florestas relativamente despovoadas das regiões montanhosas, longe do controle cananeu e egípcio. E, nesse novo lar, esses camponeses rebeldes criaram uma sociedade mais igualitária, menos estratificada e menos rígida. Fazendo isso, se transformaram nos 'israelitas'.

Gottwald sugeriu ainda que as novas idéias de igualitarismo foram importadas para Canaã por um pequeno grupo de pessoas que veio do Egito e se estabeleceu nas montanhas. Esse grupo pode ter sido influenciado pelas idéias egípcias não ortodoxas sobre religião, como as que dominaram a revolução monoteísta de Akhenaton, no século XIV a.C. Assim, esse novo grupo teria sido o núcleo em torno do qual os novos assentamentos nas montanhas se cristalizaram. O aparecimento do antigo Israel foi, portanto, uma revolução social dos desprivilegiados contra os seus senhores feudais, estimulada pela chegada de nova ideologia visionária.

Infelizmente, essa teoria não é sustentada por nenhuma evidência arqueológica — e, de fato, muito da evidência a contradiz de forma categórica. Como vimos, a cultura material das novas vilas era bem distinta da cultura das planícies cananéias; se os co-

lonizadores tivessem sido refugiados das planícies, esperaríamos ver pelo menos maior semelhança nos estilos de arquitetura e cerâmica. Mais importante, tinha ficado claro em recentes estudos arqueológicos das cidades da Idade do Bronze posterior que o setor rural da sociedade cananéia tinha começado a empobrecer desde o século XVI a.C. De fato, essa zona rural enfraquecida e menos povoada — e a conseqüente queda da produção agrícola — pode ter desempenhado um papel no colapso da cultura urbana. Mas certamente não deve ter suprido a energia por detrás da nova onda vigorosa de assentamentos nas regiões montanhosas. Por fim, mesmo depois da Idade do Bronze posterior e da destruição dos centros urbanos cananeus, a maioria das cidades das planícies — poucas, como eram — conseguiu sobreviver e continuar sua existência como antes. Isso é evidente no coração da cultura cananéia: nos vales de Jezrael e da Jordânia, e na planície costeira do sul da Filistéia. Por conseguinte, não vemos, de fato, hordas de pessoas desenraizadas, abandonando suas vilas nas planícies em busca de outra vida na fronteira montanhosa. A resposta para a questão — "Quem eram os israelitas?" — tem que vir de outro lugar.

Repentina ruptura arqueológica

Antigas identificações e teorias sociológicas mais amplas sobre os primeiros israelitas baseiam-se na decifração de inscrições fragmentadas e espalhadas e na interpretação subjetiva da narrativa bíblica, não na arqueologia, primariamente. O triste fato foi que, durante décadas, os arqueólogos procuraram pistas para as origens dos israelitas em todos os lugares errados. Como muitos consideraram verdadeira a narrativa de Josué, concentraram quase todos os seus esforços em escavar os principais montes artificiais das ci-

dades cananéias, como Jericó, Betel, Lachish e Hazor. Hoje, sabemos que essa estratégia era um engano, pois mesmo quando a maioria desses montes artificiais revelou grande quantidade de dados sobre a cultura urbana da Idade do Bronze posterior, quase nada nos disse sobre os israelitas.

Essas grandes cidades cananéias situavam-se ao longo da planície costeira e nos vales, longe das regiões montanhosas e cobertas de florestas de onde os antigos israelitas emergiram. Antes do final da década de 1960, apenas um extensivo levantamento topográfico e arqueológico foi realizado para buscar indícios de sítios meramente israelitas, empreendido pelo arqueólogo israelita Yohanan Aharoni numa região marginal, no extremo norte da área de controle israelita posterior, nas montanhas escarpadas e cobertas de florestas da alta Galiléia. Aharoni descobriu que a área estava vazia de sítios da Idade do Bronze posterior e que tinha sido povoada pelo corte de sítios pequenos e pobres da Idade do Ferro I (por volta dos séculos XII e XI a.C.), por ele identificados com os antigos colonizadores das tribos de Neftali e Asser. O trabalho de campo de Aharoni na alta Galiléia pareceu, por conseguinte, prover suporte para a teoria da infiltração pacífica. O único problema: o levantamento arqueológico ocorreu muito ao norte, longe do centro do assentamento israelita.

Surpreendente como possa parecer, esse povoado israelita nas regiões montanhosas do oeste da Palestina, entre os vales de Jezrael e de Bersabéia, era virtualmente uma terra arqueológica desconhecida. A ausência de exploração na região montanhosa central não se deveu apenas a alguma preferência específica dos estudiosos. Entre os anos de 1920 e 1967, a guerra e a agitação política no Oriente Médio desencorajaram quaisquer investigações arqueológicas extensivas nessa zona central do país. Mas, mais tarde, depois da guerra de

1967, a paisagem arqueológica mudou completamente. Nova geração de arqueólogos israelitas, influenciados por outras tendências do mundo da arqueologia, ocupou o campo com nova metodologia de investigação: seu objetivo era explorar, mapear e analisar as antigas paisagens da área montanhosa central, não apenas escavar.

Começando na década de 1940, os arqueólogos tinham reconhecido a importância de estudos regionais que examinavam padrões de povoamento ao longo do tempo. Escavações num único sítio produziram imagens muito localizadas da cultura material de antigas populações, desenterrando a seqüência de estilos de cerâmica, jóias, armas, casas e túmulos de uma comunidade específica. Mas os levantamentos regionais, nos quais os sítios primitivos de uma grande área eram mapeados e datados por meio de pedaços de cerâmica característica, recolhidos na superfície, trocaram a profundidade pela amplitude. Esses levantamentos revelaram onde os antigos povos se fixaram e o tamanho desses povoamentos. A escolha de certos nichos topográficos (tais como os cumes da região montanhosa em vez dos vales), de certos nichos econômicos (como o cultivo de grãos em vez da horticultura) e da facilidade de acesso a estradas principais e a fontes de água mostra muito mais sobre o estilo de vida e, em última análise, sobre a identidade social da população de grandes áreas do que de comunidades individuais. Não menos importante, esses levantamentos que mapearam diferentes épocas dos sítios permitem que os arqueólogos tracem as mudanças na história demográfica de determinada região durante longos períodos de tempo.

Nos anos posteriores a 1967, a região central do povoamento israelita — os tradicionais territórios das tribos de Judá, Benjamin, Efraim e Manassés — foi pesquisada por meio de intensos levantamentos. Equipes de arqueólogos e estudantes varreram virtualmente

cada vale, espinhaço e declive, procurando traços de muralhas e de fragmentos espalhados de cerâmica. O trabalho do campo foi lento; por dia, se fazia em média cerca de 1,5 quilômetro quadrado. A informação sobre quaisquer sinais de ocupação da Idade da Pedra até o período otomano foi registrada, a fim de estudar a história do povoamento de longa duração da região montanhosa do país. Empregaram-se métodos estatísticos para calcular o tamanho de cada povoado, em cada período determinado de ocupação. A informação do meio ambiente sobre cada sítio foi coletada e analisada, de modo a se reconstruir a paisagem natural em várias eras. Em poucos casos promissores, foram realizadas também escavações.

Esses levantamentos topográficos e arqueológicos revolucionaram o estudo do antigo Israel. A descoberta de remanescentes de uma densa rede de aldeias nas regiões montanhosas — todas aparentemente estabelecidas num espaço de tempo de poucas gerações — indicou que houve dramática transformação social na área central montanhosa de Canaã, por volta de 1200 a.C. Não existem sinais de invasão violenta ou mesmo da infiltração de um grupo étnico definido. Ao contrário, parece ter sido uma revolução no estilo de vida. Das regiões montanhosas de Judá, ao sul, às colinas da Samaria, ao norte, antes com povoamento disperso, longe das cidades cananéias que estavam em processo de colapso e desintegração, cerca de 250 comunidades se instalaram repentinamente nas colinas. Esses foram os primeiros israelitas.*

* Embora não seja possível saber se nessa época formaram-se por completo identidades étnicas, identificamos essas vilas diferenciadas nas montanhas como 'israelitas', porque muitas delas foram ocupadas sem interrupção até o período das monarquias, época da qual temos fontes abundantes, bíblicas e extrabíblicas, que testemunham que esses habitantes se denominavam, intencionalmente, israelitas.

Vida nas regiões montanhosas

As escavações de alguns sítios da curta Idade do Ferro I, descobertos durante os levantamentos, mostraram o quão surpreendentemente uniforme foi a repentina onda de assentamentos nas montanhas. A aldeia típica localizava-se em geral no topo de uma colina ou no cume de uma escarpa, com ampla vista para a paisagem ao redor. Era instalada numa área aberta, cercada por florestas naturais, repleta de árvores de carvalho e de terebintino. Em alguns casos, foram encontradas aldeias instaladas na margem de vales estreitos entre as montanhas, presumivelmente para ter acesso fácil aos campos agrícolas; em vários outros, essas aldeias eram construídas na parte mais a leste das terras férteis, dando vista para o deserto, próximas de terra boa para pasto. Mas, em todos esses exemplos, as aldeias pareciam auto-suficientes. Seus habitantes tiravam água de fontes vizinhas ou estocavam a água da chuva em cisternas cortadas na rocha e estucadas, para usar durante o ano inteiro. Mais surpreendente de tudo era a pequena extensão desses povoamentos. Na maioria dos casos, não mediam mais do que um único acre e abrigavam, de acordo com as estimativas, cerca de cinqüenta adultos e cinqüenta crianças. Mesmo os povoados maiores nas regiões montanhosas possuíam apenas 3 ou 4 acres, com população de poucas centenas de habitantes. A população inteira dessas vilas nas montanhas, no auge do processo de povoamento, por volta de 1000 a.C., não devia ser superior a 45 mil pessoas.

Em contraste com a cultura das cidades cananéias e das vilas nas planícies, as das montanhas não tinham prédios públicos, palácios, depósitos ou templos. Sinais de alguma espécie sofisticada de arquivamento de registros tais como escritos, selos ou impressão de

selos, eram quase inexistentes. Não havia itens de luxo: nada de cerâmicas importadas e quase nenhuma jóia. De fato, as casas das aldeias eram quase do mesmo tamanho, sugerindo que a riqueza era distribuída uniformemente entre as famílias; eram construídas de rochas não talhadas, com grosseiros pilares de pedra, empilhadas para dar suporte ao telhado ou a um andar superior. O prédio comum, com cerca de 180 metros quadrados, abrigava de quatro a

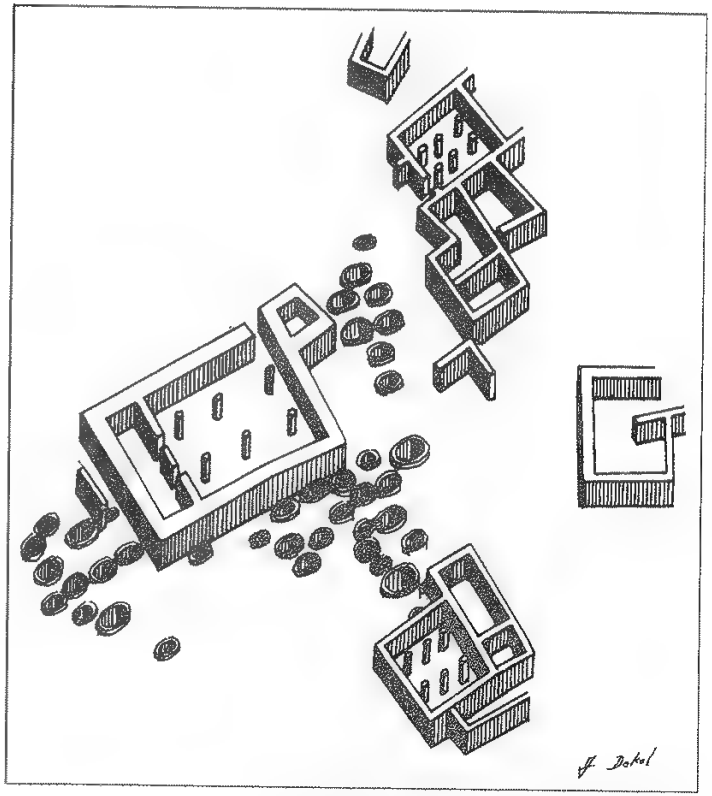

Figura 10 — Setor escavado de Izbet Sartah, vila do final da Idade do Ferro I nas colinas ocidentais, mostrando casas com pilastras e silos de grãos

cinco pessoas, o tamanho de uma família nuclear. Em muitos casos, eram cavados buracos entre as casas, os quais tinham seu interior forrado com pedras para estocar grãos (figura 10). Esses silos e grande número de lâminas de foices e de pedras de moer, encontrados em todas as casas, indicam que o cultivo de grãos era uma das principais preocupações dos aldeãos. Também era importante a criação de rebanhos; pátios cercados perto das casas pareciam ser usados para manter os animais em segurança durante a noite.

As facilidades da vida eram modestas. A cerâmica era básica e grosseira, sem vasos ornamentados ou muito decorados. Os objetos de uso caseiro, que incluíam muitas jarras para estocar alimentos e potes para cozinhar, davam a impressão de ser utensílios fundamentais do cotidiano; parece que as jarras eram usadas para estocar água, óleo e vinho. Quase nada se sabe a respeito de funerais, e isso talvez possa ser explicado pelo fato de os túmulos serem simples e os mortos enterrados sem maiores cerimônias. Da mesma maneira, não existe indicação de culto; altares não foram encontrados nos povoados, de modo que crenças religiosas específicas são desconhecidas. Em um caso, foi achada, num pequeno sítio no topo de uma colina, na região montanhosa do norte escavada por Amihai Mazar, da Universidade Hebraica, uma figura de touro em bronze, sugerindo a adoração religiosa das tradicionais deidades cananéias. Em outro sítio, no monte Ebal, Adam Zertal, da Universidade de Haifa, descobriu uma estrutura incomum de pedras, que identificou como um antigo altar israelita, mas a função precisa desse sítio e de seus recintos murados é questionável.

É também digno de nota — em contraste com os relatos da Bíblia sobre conflitos permanentes entre os israelitas e seus vizinhos — o fato de as aldeias não serem fortificadas. Ou os habitantes se sentiam seguros em seus remotos povoados, ou não precisavam investir em defesa, ou não tinham os meios ou organização adequada para realizar tal trabalho. Nenhuma arma, como espadas ou lanças, foi desenterrada, embora esses achados sejam típicos nas cidades das planícies. Não havia sinais de incêndios ou de destruição repentina que pudesse indicar ataque violento.

Uma vila da Idade do Ferro I — Izbet Sartah — localizada nas margens ocidentais das montanhas, com vista para a planície costeira, foi quase inteiramente escavada e, assim, ofereceu informação suficiente para a reconstrução confiável de sua economia de subsistência. Análise pormenorizada das escavações de Baruch Rosen, especialista israelense em produção agrícola antiga e nutrição, sugeriu que a aldeia (com população estimada de cem habitantes) possuía cerca de 800 acres de terra ao redor, dos quais 450 eram cultivados e o restante utilizado para pastagem de animais. Sob as condições do início da Idade do Ferro aqueles campos deviam produzir mais de 53 toneladas de trigo e 21 toneladas de cevada por ano, com o auxílio de cerca de quarenta bois para arar a terra. Além disso, parece que os habitantes mantinham um rebanho de cerca de trezentos carneiros e cabras. (Observa-se, entretanto, que essa aldeia estava situada numa área fértil nos contrafortes das montanhas; mas a maioria das aldeias nas regiões montanhosas não era tão 'rica'.)

Tudo isso demonstra que os antigos israelitas não lutavam, por exemplo, contra outros povos, mas com o terreno rochoso, as densas florestas das montanhas e o difícil e algumas vezes imprevisível meio ambiente. Assim, parecem ter vivido relativamente em paz e eram capazes de manter uma economia auto-suficiente; ficavam bem isolados das tradicionais rotas comerciais e as remotas aldeias que habitavam eram distantes umas das outras; não existe indicação de nenhum tipo de comércio de produtos realizado entre as aldeias das montanhas. Não é nada surpreendente, portanto, que

não haja aí indícios de estratificação social significativa, sinal de prédios administrativos públicos para funcionários, grandes residências para dignitários ou produtos especializados de artesãos altamente qualificados.

Os primeiros israelitas apareceram por volta de 1200 a.C., como pastores e agricultores nas montanhas. Sua cultura era simples e de subsistência. Isso é tudo o que sabemos. Mas de onde eles vieram?

Novas pistas para as origens israelitas

Como acabou acontecendo, a resposta para a questão das origens israelitas encontra-se em remanescentes arqueológicos de seus assentamentos mais antigos. A maioria das aldeias escavadas nas montanhas forneceu indícios a respeito da vida israelita durante várias décadas, ou mesmo um século depois de terem sido criadas. As casas e os pátios foram aumentados ou reformados ao longo daqueles anos. Em apenas alguns casos, os remanescentes do assentamento original foram preservados intactos por baixo de construções posteriores. Um desses casos foi o sítio de Izbet Sartah, já mencionado.

A fase mais antiga desse sítio tinha um plano altamente incomum, muito diferente do agrupamento posterior de casas retangulares sobre pilares erigidas em outra época. O primeiro assentamento estava construído em formato oval, com uma fileira de salas conectadas umas às outras, criando uma espécie de cinturão contínuo, que protegia um grande pátio interior (figura 11); esse pátio interior cercado sugere que os habitantes tinham rebanhos, provavelmente carneiros e cabras. A descoberta de uns poucos silos, de lâminas de foices e de pedras de moer indica que eles também cultivavam grãos.

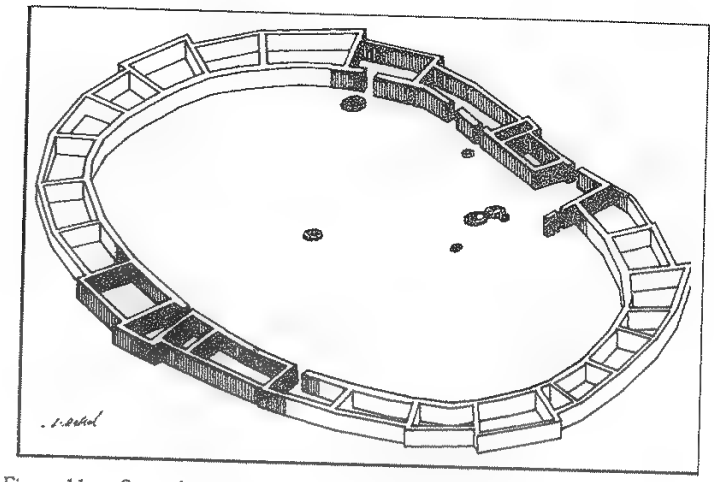

Figura 11 — Setor do início da Idade do Ferro I de Izbet Sartah. O formato oval indica a origem pastoril dos habitantes

Sítios ovais semelhantes foram encontrados nas regiões montanhosas centrais e nas montanhas do Neguev, ao sul; outros sítios parecidos, que datam de outros períodos, foram descobertos no Sinai, na Jordânia e em outras áreas do Oriente Médio. Em geral, esse tipo de cercado parece ser característico de assentamentos nas montanhas e nas fronteiras do deserto. O plano dessa mesma vila da Idade do Ferro I é similar não apenas aos dos sítios nas regiões de estepes, das idades do Bronze e do Ferro, mas também aos acampamentos de beduínos descritos e mesmo fotografados por viajantes nos desertos da Judéia, da Transjordânia e do Sinai, no final do século XIX e começo do século XX (figura 12). Nesse tipo de acampamento, uma fileira de tendas cerca um pátio aberto, onde os rebanhos são mantidos à noite. Os sítios das montanhas da Idade do Ferro e do Neguev são estranhamente parecidos em forma, tamanho e número de unidades. Apesar de nos antigos povoados as paredes de pedras substituírem as tendas

portáteis, o formato sugere claramente a mesma função em ambos os tipos de assentamento. O povo que vivia nesses assentamentos — no passado e no presente — era constituído de pastores, primariamente preocupados em proteger seus rebanhos. Tudo isso indica que uma grande proporção dos primeiros israelitas foi de pastores nômades.

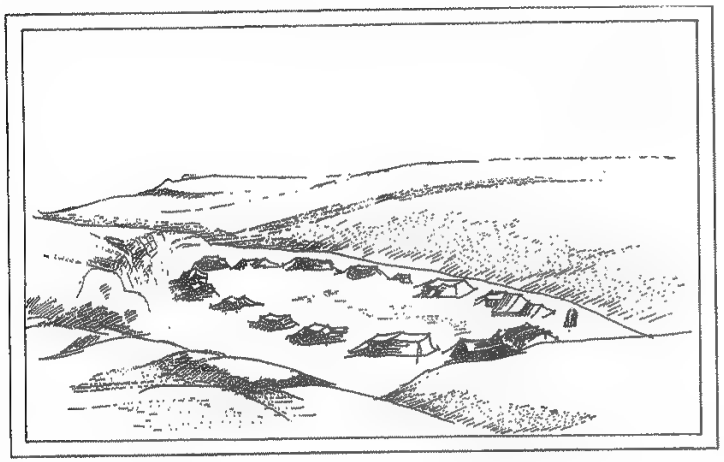

Figura 12 — Acampamento oval de beduínos perto de Jericó, como mostrado num desenho do século XIX

Mas eles eram pastores nômades passando por transformação profunda. A presumida mudança dos antigos acampamentos de tendas para aldeias de conformação semelhante construídas com pedras e mais tarde para casas retangulares sobre pilares, mais duradouras, indica que eles abandonaram seu estilo migratório de vida, desistiram da maioria de seus animais e adotaram a agricultura permanente. Transformações como essas ainda podem ser observadas no Oriente Médio; beduínos, quando em processo de estabelecimento, freqüentemente substituem suas tendas por es-

truturas de formas semelhantes, construídas com pedras ou tijolos. Eles também tendem a manter a conformação do tradicional acampamento de tendas no seu primeiro assentamento permanente. Mais tarde, abandonam aos poucos essa tradição e mudam para vilas sedentárias regulares. Evolução muito semelhante é aparente nos remanescentes das aldeias das montanhas na Idade do Ferro.

Há outra pista que aponta na mesma direção: os tipos de lugar que os colonos escolhem para seu primeiro assentamento sugerem formação de nomadismo pastoral. Muitos dos povoados do começo da atividade nas montanhas na Idade do Ferro eram localizados na parte leste da região, não muito longe das margens do deserto. Estabelecendo povoados nessa área, os colonos podiam continuar a pastorear carneiros e cabras, enquanto aos poucos mudavam para a agricultura como seu principal meio de sustento. Somente mais tarde eles começaram a se expandir para o oeste, que é menos hospitaleiro para a agricultura e para o pastoreio e mais adequado ao cultivo de oliveiras e videiras.

Supostamente, muitos dos antigos israelitas eram nômades, que de forma progressiva se tornaram fazendeiros. Ainda assim, os nômades tinham que vir de algum lugar. Aqui também evidências arqueológicas recentes têm algo a dizer.

Ciclos ocultos de Canaã

Novos e amplos levantamentos realizados nas últimas décadas coletaram informação sobre a natureza da ocupação humana nessa região, ao longo dos milênios; a principal surpresa deveu-se à constatação de que a grande onda de pastores se estabelecendo e

Tabela 3 — Ondas de assentamento nas regiões montanhosas

IDADE	PERÍODO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Antiga Idade do Bronze	3500-2200 a.C.	Primeira onda de assentamentos; cerca de cem assentamentos registrados
Idade intermediária do Bronze	2200-2000 a.C.	Crise nos assentamentos; maioria deserta
Idade do Bronze média	2000-1550 a.C.	Segunda onda de assentamentos; cerca de 220 assentamentos registrados
Idade do Bronze posterior	1550-1150 a.C.	Crise nos assentamentos; somente cerca de 25 assentamentos registrados
Idade do Ferro I	1150-900 a.C.	Terceira onda de assentamentos; cerca de 250 assentamentos registrados
Idade do Ferro II	900-586 a.C.	Sistema de assentamentos se desenvolve; mais de quinhentos sítios (séc.XVIII a.C.)

se tornando fazendeiros sedentários, no século XII a.C., não constituía acontecimento excepcional. De fato, evidências arqueológicas indicam que antes do século XII a.C. existiram duas ondas de assentamentos semelhantes nas montanhas e que ambas foram seguidas de eventual retorno dos habitantes a um modo de vida pastoral e disperso.

Agora, sabemos que a primeira ocupação das montanhas aconteceu na antiga Idade do Bronze e que teve início mais de 2 mil anos antes do aparecimento do antigo Israel, por volta de 3500 a.C. No auge dessa onda de assentamento existiam quase cem aldeias e cidades maiores espalhadas pelas escarpas centrais da região. Passados mais de mil anos, por volta de 2200 a.C., a maioria dos povoados nas montanhas foi abandonada, e a região se transformou novamente em área de fronteira. Então, uma segunda onda de assentamentos, mais sólida que a primeira, começou a crescer na Idade do Bronze média, logo depois do ano 2000 a.C.

Esse movimento principiou com o estabelecimento de pequenas aldeias espalhadas, que aos poucos cresceram e evoluíram numa complexa rede de cerca de 220 assentamentos, abrangendo aldeias, cidades e centros regionais fortificados. A população dessa segunda onda de assentamentos foi estimada em cerca de 40 mil colonos. Muitos dos maiores centros fortificados desse período — Hebron, Jerusalém, Betel, Silo e Shechem — iriam se transformar em importantes centros no período dos israelitas. Ainda assim, esse segundo movimento de assentados nas regiões montanhosas terminou em algum momento do século XVI a.C.; dessa vez, as regiões montanhosas permaneceriam uma fronteira pouco povoada durante os quatro séculos seguintes.

Por fim — como uma terceira onda significativa — o primeiro assentamento israelita começou por volta de 1200 a.C. (figura 13). Como os que o antecederam, iniciou-se com inúmeras pequenas comunidades rurais e uma população de cerca de 45 mil colonos em 250 sítios. Gradualmente, o assentamento evoluiu para um sistema maduro de grandes cidades, centros comerciais de tamanho médio e pequenas aldeias. No auge dessa onda de assentamentos, depois do estabelecimento dos reinos de Judá e de Israel, esse terceiro movimento compreendia mais de quinhentos sítios, com população estimada de 160 mil habitantes.

Esse crescimento populacional sensível tornou-se possível por causa do completo aproveitamento do potencial agrícola da região. As terras montanhosas ofereciam excelente terreno para o cultivo de oliveiras e videiras, setores mais lucrativos da tradicional economia do Oriente Médio. Em todos esses três períodos de amplo assentamento nas regiões montanhosas, o *superavit* de vinho e de azeite parece ter sido enviado para as planícies ou mesmo exportado para além das fronteiras de Canaã, para o Egito em par-

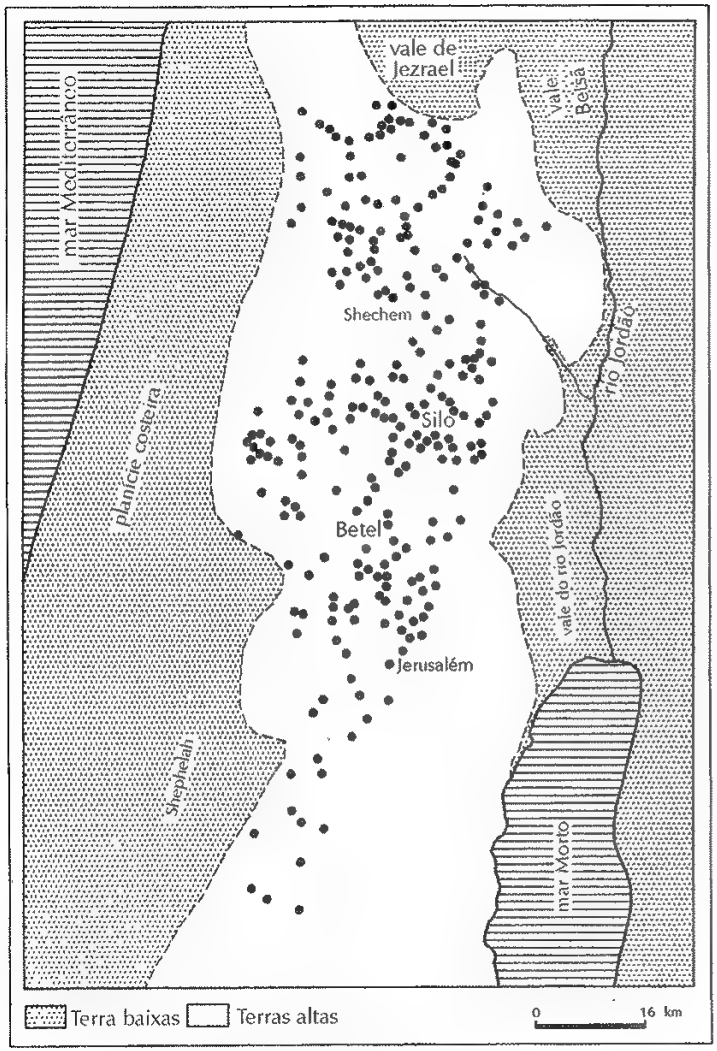

Figura 13 — Sítios da Idade do Ferro I nas regiões montanhosas centrais

ticular. Recipientes e vasos de armazenamento da antiga Idade do Bronze, encontrados no Egito, foram analisados, e descobriu-se que tinham sido feitos com o barro das montanhas de Canaã. Em uma circunstância excepcional, um jarro cananeu continha restos de sementes de uva.

Assim, as analogias entre os padrões de assentamento das três maiores ondas são claras. Em muitos casos específicos, os sítios foram ocupados nos três períodos. Não menos importante, os padrões totais de assentamento em todos os períodos partilham certas características. A primeira parece ser que a parte sul das montanhas era sempre menos povoada que a norte, resultado, como veremos, das muitas diferenças de seu meio ambiente natural; a segunda mostra que cada nova onda de crescimento demográfico iniciava-se a leste, expandindo-se, aos poucos, para oeste. Por fim, cada um dos três movimentos pode ser caracterizado por culturas materiais bem semelhantes — cerâmica, arquitetura e planejamento urbano da aldeia — que, provavelmente, eram resultantes de condições ambientais e econômicas análogas.

Nos períodos entre picos de assentamento, quando as cidades, vilas e mesmo a maioria das aldeias foram abandonadas, as regiões montanhosas jamais ficaram inteiramente desertas. Indício fundamental para essa afirmação vem de fonte inesperada, não de inscrições ou de prédios desenterrados, mas de rigorosa análise de ossos de animais. Ossos encontrados em sítios que floresceram durante períodos de intenso assentamento nas regiões montanhosas pertencem a gado bovino, numa proporção relativamente grande, o que em geral revela amplo cultivo dos campos e o uso do arado. De fato, essas proporções são similares às que se vêem hoje nas comunidades tradicionais de aldeias no Oriente Médio com agricultura intensiva.

Entretanto, uma diferença significativa pode ser observada nos ossos coletados em alguns sítios das regiões montanhosas, as quais continuaram sendo ocupadas nos períodos intermediários entre as maiores ondas de assentamento; o número de cabeças de gado é mínimo, mas existe excepcional quantidade de carneiros e cabras. Essa característica é semelhante à composição dos rebanhos entre os povos beduínos. Para os pastores que se ocupam apenas marginalmente com a agricultura sazonal e passam longo tempo procurando pastos frescos e verdejantes, o pesado gado bovino, de lenta movimentação, constitui problema, pois não pode andar tão rápido e para distâncias maiores, como carneiros e cabras. Assim, nos períodos de intenso assentamento nas regiões montanhosas, número maior de colonos se ocupava com a agricultura; nos períodos de crise, os colonos praticavam o pastoreio de carneiros e cabras.

Essas flutuações significativas são comuns? No Oriente Médio, as pessoas sempre tiveram o conhecimento prático e técnico de mudar rapidamente de uma vida estabelecida de aldeia para a vida pastoral nômade — ou de volta do pastoreio para a agricultura sedentária — de acordo com as condições políticas, econômicas ou mesmo climáticas do momento. Muitos grupos em toda a região têm sido capazes de mudar seu estilo de vida conforme o interesse da situação, e a via de acesso ligando a vida de aldeia e o nomadismo pastoral sempre teve mão dupla. Estudos antropológicos da história dos assentamentos na Jordânia, no sudoeste da Síria e no meio do vale do Eufrates no século XIX e no começo do século XX mostram exatamente isso. O aumento progressivo de impostos e a ameaça de recrutamento para o exército otomano foram alguns dos fatores que fizeram incontáveis famílias de aldeias abandonarem suas casas nas regiões agrícolas e desaparecerem no deserto. Ali, elas se ocupavam com o pastoreio, que sempre foi um modo de vida mais resiliente, embora menos confortável.

Processo oposto ocorre em ocasiões em que melhoram as condições econômicas e de segurança. Comunidades sedentárias são criadas ou recebem a adesão de antigos nômades, que desempenham papel especializado numa sociedade dimórfica, ou seja, de duas formas. Um segmento dessa sociedade se especializa na agricultura, enquanto o outro continua o pastoreio tradicional de carneiros e cabras.

Esse padrão tem significado especial para a questão: quem foram os primeiros israelitas? Isto é, porque os dois componentes da sociedade do Oriente Médio — fazendeiros e pastores nômades — sempre mantiveram relação econômica interdependente, mesmo quando, algumas vezes, havia tensões entre os dois grupos. Os nômades precisam dos mercados de aldeias estabelecidas para obter grãos e demais produtos agrícolas, enquanto os fazendeiros são dependentes dos nômades para o suprimento regular de carne, produtos lácteos e couro. Entretanto, os dois lados da troca não são inteiramente iguais: os aldeãos podem confiar nos seus próprios produtos para sobreviver, enquanto os pastores nômades não podem sobreviver por completo com os produtos de seus rebanhos; precisam de grãos para suplementar e equilibrar sua dieta de carne, de leite e de alta taxa de gordura. Enquanto existissem aldeãos para comerciar, os nômades podiam se concentrar no pastoreio de seus rebanhos. Mas, quando o grão não podia ser obtido em troca dos produtos animais, os pastores nômades se viam forçados a produzi-los, eles mesmos.

Aparentemente, foi isso que provocou a repentina onda de assentamento nas regiões montanhosas. Em Canaã, na Idade do Bronze posterior, em particular, a existência de grande população de pastores nômades em regiões montanhosas e nas margens do deserto só era possível enquanto as cidades-Estado e as vilas cananéias estivessem produzindo *superavit* adequado de grãos para

o comércio. Essa era a situação durante os três séculos de domínio egípcio sobre Canaã. Mas, quando o sistema político entrou em colapso no século XII a.C., a rede econômica parou de funcionar. É razoável assumir que os aldeãos de Canaã foram forçados a se concentrar na subsistência local e não mais produziram *superavit* significativo de grãos, além do que lhes era necessário. Dessa maneira, os pastores das montanhas e do deserto tiveram que se adaptar às novas condições e produzir seus próprios grãos. Em breve, as exigências de atividade agrícola provocariam redução na escala das migrações sazonais. Então, os rebanhos tiveram que ser reduzidos, à medida que os períodos migratórios foram, lentamente, diminuindo, e, com cada vez mais esforços investidos na agricultura, ocorreu a mudança permanente para a vida sedentária.

O processo aqui descrito é, de fato, o oposto do que está na Bíblia: a emergência do antigo Israel foi o resultado do colapso da cultura cananéia, e não a sua causa. E a maioria dos israelitas não chegou de fora de Canaã, surgiu do interior da própria região. Não houve êxodo em massa do Egito. Não houve uma violenta conquista de Canaã. A maioria das pessoas que formou o antigo Israel era a população local, as mesmas pessoas que vemos nas regiões montanhosas através das idades do Bronze e do Ferro. Os antigos israelitas eram — ironia das ironias — eles próprios, originalmente cananeus.

Em que sentido o antigo Israel foi excepcional?

Nas áreas mais férteis da região montanhosa a leste do Jordão, vemos as mesmas variações na atividade sedentária, as mesmas crises na Idade do Bronze posterior e exatamente a mesma onda de assentamentos na Idade do Ferro I. Levantamentos arqueológicos realizados na Jordânia revelaram que a história do assentamento

nos territórios de Amon, Moab e Edom foi bem semelhante à do antigo Israel. Podemos pegar nossa descrição arqueológica de uma típica aldeia israelita das áreas montanhosas a oeste, na Jordânia, e usá-la para uma antiga aldeia moabita, quase sem nenhuma alteração. Aquelas pessoas viviam em povoados do mesmo tipo, em casas parecidas, usavam tipos semelhantes de cerâmica e tinham um modo de vida quase idêntico. Ainda da Bíblia e de outras fontes históricas, sabemos que as pessoas que viviam nas aldeias da Idade do Ferro I a leste do Jordão não se tornaram israelitas; ao contrário, formaram mais tarde os reinos de Amon, Moab e Edom. Desse modo, há alguma coisa específica nas vilas das pessoas que formaram o antigo Israel que as distinguia das dos seus vizinhos? Podemos dizer como sua etnia e sua nacionalidade se cristalizaram?

Hoje, como no passado, as pessoas demonstram sua etnia de muitas maneiras diferentes: na língua que falam, na religião, no modo de vestir, nas práticas funerárias e nos elaborados tabus dietéticos. A simples cultura material deixada pelos pastores e fazendeiros das montanhas, que se tornaram os primeiros israelitas, não oferece nenhuma indicação precisa de seu dialeto, de seus rituais religiosos, de seus costumes ou de suas práticas fúnebres. Mas descobriu-se detalhe muito interessante sobre seus hábitos dietéticos; os ossos recuperados nas escavações de pequenas vilas israelitas antigas nas regiões montanhosas diferem daqueles dos assentamentos em outras partes do país num aspecto significativo: não foram encontrados ossos de porco. Os conjuntos de ossos de antigos assentamentos nas regiões montanhosas continham remanescentes de porcos, e condição idêntica ocorre para os assentamentos posteriores da mesma região, na pós-Idade do Ferro. No entanto, ao longo da Idade do Ferro — a era das monarquias israelitas — os porcos não eram cozidos e comidos, ou mesmo

criados, nas regiões montanhosas. A informação comparativa de assentamentos do mesmo período — a Idade do Ferro I — na costa filistéia mostra número surpreendentemente grande de ossos de porcos entre os ossos de animais que foram recuperados. Embora os antigos israelitas não comessem porcos, sabe-se que os filisteus comiam (pelo que podemos dizer de informações pouco detalhadas), do mesmo modo que os amonitas e moabitas a leste do Jordão.

A proibição ao porco não pode ser explicada apenas por razões ambientais ou econômicas. De fato, pode ser a única pista disponível para uma identidade específica, partilhada entre os aldeãos das regiões montanhosas a oeste do Jordão. Talvez os proto-israelitas tenham parado de comer porco só porque as pessoas que os cercavam — seus adversários — assim o faziam e eles tenham começado a se perceber diferentes. Práticas culinárias e costumes dietéticos distintos são duas das maneiras pelas quais são formadas as fronteiras étnicas. O monoteísmo e as tradições do Êxodo e da Aliança parece que vieram mais tarde. Na metade do milênio antes de o texto bíblico ser composto, os israelitas, com suas leis detalhadas e regras dietéticas, escolheram — por razões que não estão absolutamente claras — não comer porco. Fazendo o mesmo, os judeus modernos estão dando continuidade à prática arqueológica documentada mais antiga do povo de Israel.

Livro dos Juízes e Judá no século VII

Jamais saberemos até que ponto as narrativas do livro dos Juízes são baseadas em memórias autênticas de heróis locais e conflitos de aldeias, preservadas através dos séculos na forma de poemas épicos ou em contos populares. Ainda assim, a confiabilidade do livro dos Juízes não pode ser estimada pela possível inclusão de

contos heróicos de eras anteriores. Sua característica significativa é o padrão literário como um todo, que descreve a história de Israel no período após a conquista, como um ciclo repetido de pecado, de retribuição divina e de salvação (2,11-19). Somente no último verso (21,25) há sugestão de que o ciclo pode ser quebrado, com o estabelecimento da monarquia.

É claro que essa interpretação teológica dos contos no livro dos Juízes foi desenvolvida através de séculos posteriores aos eventos que parece descrever. Embora as histórias individuais do conflito israelita contra os filisteus, os moabitas, os madianitas e os amonitas apresentem cenários e personagens muito diferentes, todas elas sempre ilustram uma relação desconfortável entre Deus e seu povo. YHWH é descrito como deidade irada e decepcionada, que libertou os israelitas do cativeiro no Egito e lhes concedeu a Terra Prometida como herança eterna, mas descobriu que eles eram pessoas pecadoras e ingratas. Repetidamente eles traíram YHWH, seguindo e adorando deuses estrangeiros. Assim, YHWH puniu-os, entregando-os nas mãos de seus inimigos, para que pudessem sentir a dor da violência e o sofrimento, e implorar por ajuda a YHWH. Aceitando seu arrependimento, YHWH então os salvaria, incumbindo um líder justo, escolhido entre eles, para conduzi-los ao triunfo contra seus adversários. A teologia, não a história, é central, fundamental. Pacto, aliança, promessa, apostasia, arrependimento e redenção constituem a seqüência cíclica que passa por todo o livro dos Juízes. E assim deve ter parecido ao povo de Judá no século VII a.C., que seqüência idêntica lhe havia sido aplicada.

Estudiosos bíblicos há muito reconheceram que o livro dos Juízes é parte da história deuteronomista que, como argumentamos, é a maior expressão das esperanças e aspirações políti-

cas dos israelitas, compiladas em Judá na época do rei Josias, no século VII a.C. Os relatos do antigo assentamento israelita nas regiões montanhosas ofereciam uma lição ao povo, com nítido destaque para os assuntos contemporâneos. Como Josias e seus seguidores olhavam para o norte, com a visão de unificar a terra de Israel, esses relatos enfatizavam que só a conquista, sem obediência contínua, irrestrita e exclusiva a YHWH, não tinha valor. O movimento deuteronomista viu a população pagã dentro da terra de Israel e em todos os reinos vizinhos como perigo mortal. O código de leis do Deuteronômio e as lições reais da história deuteronomista deixaram claro que o povo de Israel tinha que resistir à tentação da idolatria, para não sofrer novas calamidades.

O capítulo de abertura do livro dos Juízes estabelece nítida conexão entre o passado e o presente. Embora muitos estudiosos tenham considerado que foi acréscimo posterior, o historiador bíblico Baruch Halpern especificou que ele pertence à história deuteronomista original. Esse capítulo nos conta como as tribos que compunham o âmago do reino do Sul — Judá e Simeão — realizaram completamente sua missão sagrada, conquistando todas as cidades cananéias em seu território. Dessa maneira, o reino de Judá foi protegido do perigo imediato da idolatria no seu próprio meio. Mas esse não foi o caso das tribos que mais tarde compuseram o âmago do reino de Israel, ao norte. Relata-se que todas fracassaram em suas tentativas de eliminar os cananeus e seus enclaves, os quais permaneceram em cada um dos territórios tribais, que aparecem detalhadamente listados (Juízes 1,21,27-35). Não é de estranhar, portanto, que o piedoso reino de Judá tenha sobrevivido, e que o apóstata reino de Israel tenha sido destruído. De fato, a maioria das narrativas do livro dos Juízes trata do pecado e

da punição das tribos do norte. Nenhum relato, mesmo simples, acusa explicitamente o reino de Judá de idolatria.

Mas, de modo implícito, o livro dos Juízes oferece uma saída do ciclo interminável de pecado e de retribuição divina, sugerindo que esse ciclo já tinha sido quebrado antes, uma vez. Repetidamente, como um mantra, ele recita a sentença "Naqueles dias não havia nenhum rei em Israel; todo homem fazia o que era certo aos seus próprios olhos" (Juízes 21,25). Isso é uma advertência de que logo depois do período dos juízes viria um grande rei para governar sobre todas as tribos de Israel, o piedoso Davi, que firmou aliança eterna com Deus. Esse rei baniria a influência de deuses estrangeiros dos corações e das práticas diárias dos israelitas; estabeleceria uma única capital em Jerusalém e designaria um lugar permanente para a Arca da Aliança. Um Deus, a adoração em um único Templo, localizado na única capital, sob o governo de um rei da dinastia de Davi, eram as chaves para a salvação de Israel, tanto na época do rei Davi como na época do novo Davi, o rei Josias. Erradicando todos os sinais da adoração aos mesmos deuses estrangeiros que tinham levado Israel a pecar no passado, Josias encerraria o ciclo aparentemente interminável de apostasia e desastre, e conduziria Judá a uma era de ouro, de prosperidade e esperança.

Entretanto, como sabemos agora, o quadro comovedor dos honrados juízes israelitas — embora arrebatador e poderoso — tem muito pouco a ver com o que aconteceu verdadeiramente nas regiões montanhosas de Canaã, na primeira Idade do Ferro. A arqueologia revelou que as complexas transformações sociais ocorridas entre o povo pastoral das montanhas cananéias foram — muito mais do que os conceitos bíblicos posteriores de pecado e de redenção — as influências de formação fundamentais para o nascimento de Israel.

V

Memórias de uma era de ouro?

No Templo e no palácio real de Jerusalém, o Israel bíblico encontrou seu foco espiritual permanente depois de séculos de lutas e de peregrinação. Como narra o livro de Samuel, a unção de Davi, filho de Jessé, como rei sobre todas as tribos de Israel, concluiu um processo que teve início com a promessa original de Deus a Abraão tantos séculos antes. Naquele momento, ao caos violento do período dos juízes seguiu-se um tempo no qual as promessas de Deus poderiam ser realizadas com segurança, sob a condução de um rei justo e honrado. Embora a primeira escolha para o trono de Israel tenha sido o taciturno e belo Saul, da tribo de Benjamin, foi Davi, seu sucessor, quem se tornou a principal figura da antiga história israelita; e sobre esse fabuloso rei Davi inúmeras histórias foram escritas. Entre elas, estava a do assassinato do poderoso Golias, atingido por Davi com o arremesso de uma só pedra; sua aprovação na corte real em virtude da habilidade como harpista; suas aventuras como rebelde e flibusteiro; sua lasciva perseguição a Betsabéia; e a conquista de Jerusalém e de um vasto império. Seu filho, Salomão, por sua vez, é lembrado como o mais sábio dos reis e o maior entre os construtores de prédios e monumentos. As histórias descrevem seus brilhantes

julgamentos, sua inimaginável riqueza e a construção do grande Templo em Jerusalém.

Durante séculos, os leitores da Bíblia no mundo inteiro consideraram a era de Davi e de Salomão como a era de ouro na história de Israel. Até recentemente, muitos estudiosos concordavam que a monarquia unificada foi o primeiro período bíblico que podia ser considerado histórico de fato. Diferente das memórias nebulosas das peregrinações dos patriarcas, ou do miraculoso êxodo do Egito, ou das visões sangrentas dos livros de Samuel e dos Juízes, a história de Davi era uma saga muito realista de manobra política e intriga dinástica. Embora inúmeros detalhes das primeiras aventuras de Davi sejam claras elaborações lendárias, durante muito tempo os estudiosos acreditaram que a história de sua ascensão entrelaçava-se perfeitamente com a realidade arqueológica. Os dispersos assentamentos iniciais dos israelitas em suas aldeias nas regiões montanhosas fundiram-se, aos poucos, em formas centralizadas de organização. E a ameaça a eles imposta pelas cidades da costa filistéia teria provocado a crise que precipitou o aparecimento da monarquia israelita. De fato, arqueólogos identificaram níveis acentuados de destruição de antigas cidades filistéias e cananéias, que acreditavam marcar a trilha das amplas conquistas de Davi. E os impressionantes portões e palácios descobertos em vários sítios importantes em Israel eram considerados indicações das muitas atividades de construção de Salomão.

Ainda assim, muitas teses da arqueologia que antes defendiam e sustentavam as bases históricas das narrativas de Davi e de Salomão foram recentemente questionadas. A verdadeira extensão do 'império' de Davi é discutida de forma calorosa. Escavações em Jerusalém não conseguiram produzir evidências arqueo-

lógicas de que tenha sido uma grande cidade no tempo de Davi ou de Salomão. E, hoje, os monumentos atribuídos a Salomão são mais plausivelmente relacionados com outros reis. Então, a reconsideração da evidência produzida tem enormes implicações. Se os patriarcas não existiram, nem o Êxodo, nem a conquista de Canaã, nem a monarquia unificada sob a liderança de Davi e de Salomão, podemos dizer que o antigo Israel bíblico, como descrito nos cinco livros de Moisés e nos livros de Josué, dos Juízes e de Samuel, jamais existiu?

Dinastia real para Israel

O épico bíblico da transformação de Israel, do período dos Juízes até a época da monarquia, começa com grande crise militar. Como descrito em 1º Samuel 4;5, os exércitos unificados filisteus atacaram as tropas israelitas numa batalha e carregaram a Arca da Aliança com Deus como pilhagem de guerra. Sob a liderança do profeta Samuel, sacerdote do santuário de Silo (localizado a meio caminho entre Jerusalém e Sechem), os israelitas mais tarde recuperaram a arca, que foi levada e instalada na vila de Cariat-Iarim, a oeste de Jerusalém. Mas os dias dos Juízes tinham acabado. As ameaças militares enfrentadas agora pelo povo de Israel exigiam liderança de tempo integral. Os anciãos de Israel se reuniram na casa de Samuel, em Rāmā, ao norte de Jerusalém, e pediram-lhe que indicasse um rei para Israel, "como em todas as nações". Embora Samuel tivesse advertido sobre os perigos da monarquia em uma das passagens antimonárquicas mais eloqüentes da Bíblia (1 Samuel 8,10-18), Deus o instruiu a fazer o que o povo pedia. E Deus revelou a Samuel sua escolha: o primeiro rei de Israel deveria ser Saul, filho de Cis, da tribo de Benjamin. Saul era um belo

jovem e bravo guerreiro, cujas hesitações íntimas e violações ingênuas das leis divinas sobre o sacrifício, a pilhagem de guerra e outras injunções sagradas (1 Samuel 15,10-26) provocariam sua rejeição definitiva e seu eventual suicídio trágico no monte Gilboa, quando os israelitas foram atacados pelos filisteus.

Mesmo quando Saul ainda governava como rei de Israel, permaneceu alheio ao fato de seu sucessor já ter sido escolhido. Deus instruiu Samuel a procurar a família de Jessé, em Belém, "porque eu escolhi um rei para mim, entre os seus filhos" (1 Samuel 16,1). O mais jovem daqueles filhos era um belo pastor de cabelo ruivo, chamado Davi, que finalmente traria a salvação para Israel. Primeiro, aconteceu assombrosa demonstração da bravura de Davi no campo de batalha. Os filisteus se reuniram de novo para recomeçar a guerra contra Israel, e os dois exércitos se enfrentaram no vale de Elá, em Shephelah. A arma secreta dos filisteus era o guerreiro gigante Golias, que zombou do Deus de Israel e desafiou qualquer soldado israelita para travar um único combate com ele. Apoderou-se de Saul e de seus soldados um grande medo, mas o jovem Davi, enviado por seu pai para levar provisões aos seus três irmãos mais velhos que serviam no exército de Saul, aceitou destemidamente o desafio. Gritando para Golias — "Você veio até mim com uma espada, uma lança e um dardo; mas eu venho em nome do Senhor" (1 Samuel 17:45) —, Davi pegou de sua algibeira de pastor uma pequena pedra e a atirou com mira mortal na fronte de Golias, matando-o. Os filisteus foram derrotados. Davi, o novo herói de Israel, tornou-se amigo de Jônatas, filho de Saul, e casou com Micol, a segunda filha do rei. Davi foi aclamado por toda a população o maior herói de Israel, ainda maior que o rei. Os gritos entusiasmados de seus admiradores, "Saul matou mil, mas Davi matou dez mil!" (1 Samuel 18:7) provocaram o ciúme do rei Saul.

Era apenas uma questão de tempo até que Davi tivesse a força para contestar a liderança de Saul e exigir o trono de Israel.

Escapando da fúria assassina de Saul, Davi tornou-se líder de um bando de fugitivos e mercenários, e de pessoas desiludidas e endividadas que a ele acorreram. Davi e seus homens percorreram os contrafortes do Shephelah, no deserto de Judá e nas margens das colinas de Judá ao sul, regiões essas localizadas bem longe dos centros de poder do reino de Saul até o norte de Jerusalém. Tragicamente, numa batalha contra os filisteus, bem longe, ao norte, no monte Gilboa, os filhos de Saul foram mortos pelo inimigo, e Saul tirou a própria vida. Davi se dirigiu à antiga cidade de Hebron, em Judá, onde foi proclamado rei pelo povo de Israel. Esse foi o início do grande Estado e da linhagem de Davi, a origem da gloriosa monarquia unificada.

Depois que Davi e seus homens dominaram os bolsões remanescentes de oposição entre os seguidores de Saul, os representantes de todas as tribos se reuniram como convinha em Hebron, para declarar Davi rei sobre todas as tribos e terras de Israel. Depois de reinar durante sete anos em Hebron, Davi se mudou para o norte para conquistar a fortaleza jebuséia de Jerusalém — até então não reclamada por nenhuma das tribos de Israel — e ali instalar a capital do reino. Ele ordenou que a Arca da Aliança fosse trazida de Cariat-Iarim.

Davi, então, recebeu uma surpreendente e incondicional promessa de Deus:

> Assim diz o SENHOR dos exércitos: Eu te tirei das pastagens, quando seguias teu rebanho, para que possas ser o chefe do meu povo de Israel; e estive contigo em todos os momentos, e exterminei todos os teus inimigos diante de ti; e farei do seu nome um grande nome, como o nome de todos os grandes da Terra. E eu indicarei um lugar para o meu povo de Israel, e o estabelecerei para que possa habitar em sua própria terra, e não

> mais ser perturbado; e os homens violentos e iníquos não mais o afligirão, como anteriormente, no tempo em que coloquei os juízes como mentores de meu povo Israel; e eu lhe darei a paz e o descanso dos seus inimigos. Além disso, o SENHOR anuncia que constituirá a tua casa. Quando os teus dias estiverem realizados, e tu descansares com teus antepassados, eu cuidarei dos teus filhos para ti, os filhos que serão gerados do teu corpo, e firmarei seu reino. Eles construirão uma casa para o meu nome, e eu estabelecerei seu reinado para todo o sempre. Quando eles cometerem iniqüidades, eu os castigarei com o bordão dos homens, com as correias dos filhos dos homens; mas eu jamais lhes retirarei meu inabalável e imutável amor, como o tirei de Saul, a quem expulsei antes de ti. E eu garantirei tua casa e teu reino para sempre diante de mim; e teu trono estará seguro para todo o sempre. (II Samuel 7,8-16)

Logo a seguir, Davi iniciou suas guerras radicais de libertação e expansão. Numa série de batalhas fulminantes, ele destruiu o poder dos filisteus, e derrotou os amonitas, os moabitas e os edomitas na Transjordânia, concluindo suas campanhas com a subjugação dos arameus do norte. Retornando em triunfo a Jerusalém, Davi agora governava um vasto território, muito mais extenso que o herdado pelas tribos de Israel; mas não teve paz no seu tempo de glória. Conflitos dinásticos — incluindo a revolta de seu filho Absalão — provocaram enorme preocupação quanto à continuação de sua dinastia. Um pouco antes da morte de Davi, o sacerdote Sadoc ungiu Salomão como próximo rei de Israel.

Salomão, a quem Deus deu "sabedoria e compreensão além da medida", consolidou a dinastia davídica e organizou seu império, que então se estendia do Eufrates até à terra dos filisteus e a fronteira do Egito (1 Reis 4,24). Sua imensa riqueza resultou de sofisticado sistema de impostos e de trabalho forçado, exigido de cada uma das tribos de Israel, e das expedições comerciais a países exóticos do sul. Em reconhecimento a sua fama e a sua visão, a lendá-

ria rainha de Sabá o visitou em Jerusalém, com uma caravana repleta de presentes deslumbrantes.

As maiores realizações de Salomão foram as construções que empreendeu. Em Jerusalém, edificou um magnífico templo, ricamente decorado, para YHWH, inaugurando-o com grande pompa, e construiu ao lado um belo palácio; fortificou Jerusalém e também importantes cidades provinciais, como Hazor, Megiddo e Gezer, e manteve estábulos com 40 mil baias de cavalos para seus 1.400 cavaleiros. Ele assinou tratado com Hirão, rei de Tiro, que enviou toras de cedro do Líbano para a construção do Templo em Jerusalém e se tornou sócio de Salomão em aventuras comerciais estrangeiras. A Bíblia resume a reputação de Salomão: "Eis que o rei Salomão excedeu todos os reis da terra, em riqueza e em sabedoria. E a terra inteira buscou a presença de Salomão, para ouvir a sabedoria que Deus colocou em sua mente". (1 Reis 10,23-24)

Davi e Salomão existiram?

Esta questão, colocada assim, pode soar intencionalmente provocativa. Davi e Salomão são dois ícones tão fundamentais para o judaísmo e o cristianismo, que as recentes asserções de críticos bíblicos radicais, de que o rei Davi não é "senão uma figura tão histórica como o rei Artur", foram recebidas com desprezo em muitos círculos religiosos e eruditos, como afronta. Historiadores bíblicos, como Thomas Thompson e Niels Peter Lemche, da Universidade de Copenhague, e Philip Davies, da Universidade de Sheffield, apelidados de 'minimalistas bíblicos' por seus detratores, argumentaram que a existência de Davi, de Salomão e da monarquia unificada de Israel e, de fato, a descrição inteira da história de Israel na Bíblia não passam de construções ideológicas elaboradas

com habilidade, produzidas por círculos sacerdotais em Jerusalém, depois do exílio na Babilônia, ou mesmo em tempos helenísticos.

Mesmo do ponto de vista puramente literário e arqueológico, os minimalistas têm alguns pontos a seu favor. A leitura cuidadosa das descrições bíblicas sobre o tempo de Salomão sugere, de forma clara, que esse é um retrato do passado idealizado, de uma gloriosa era de ouro. Os relatos da fabulosa riqueza de Salomão (tornando a "prata tão comum em Jerusalém como a pedra", de acordo com 1º Reis 10,27) e de seu lendário harém (abrigando setecentas esposas e princesas e trezentas concubinas, de acordo com 1º Reis 11,3) são exagerados demais para serem verdadeiros. Além disso, apesar de toda a sua celebrada riqueza e poder, nem Davi nem Salomão são mencionados em nenhum texto conhecido do Egito ou da Mesopotâmia. E não existe nenhuma evidência arqueológica dos famosos projetos de construção de Salomão em Jerusalém. Escavações do século XIX e começo do século XX em volta do monte do Templo em Jerusalém não produziram sequer um traço do fabuloso Templo de Salomão ou do complexo do palácio. E, enquanto certos níveis e estruturas em sítios de outras regiões do país foram devidamente associados à era da monarquia unificada, o estabelecimento de suas datas, como veremos, está longe de ser evidente.

Por outro lado, fortes argumentos têm sido defendidos para contrapor algumas das objeções dos minimalistas. Muitos eruditos discutem que remanescentes arqueológicos da época de Salomão estão faltando, em virtude de terem sido erradicados, por exemplo, pelas maciças construções de Herodes no monte do Templo, no antigo período romano. Além disso, a ausência de referências externas a Davi e a Salomão em antigas inscrições é bem compreensível, pois a era na qual se acredita que eles governaram (c.1005-930 a.C.) foi o período de declínio dos grandes impérios do Egito e

da Mesopotâmia. Portanto, não surpreende a inexistência de referências a Davi e a Salomão nos escassos textos egípcios e mesopotâmicos, seus contemporâneos.

Ainda assim, no verão de 1993, no sítio bíblico de Tel Dan, ao norte de Israel, descobriu-se um fragmento de artefato que mudaria para sempre a natureza do debate. Trata-se da inscrição 'Casa de Davi', parte de um monumento de basalto negro, encontrado quebrado e reutilizado num estrato posterior como pedra de construção. Escrito em aramaico, a língua de reinos arameus na Síria, relata detalhes de uma invasão de Israel por um rei arameu, cujo nome não é mencionado nos pedaços achados até agora. Mas dificilmente se pode questionar que o fragmento conta a história do ataque de Hazael, rei de Damasco, ao reino de Israel, ao norte, por volta de 835 a.C. Essa guerra ocorreu na época que Israel e Judá eram reinos separados, e o resultado foi uma amarga derrota para ambos.

A parte mais importante da inscrição é a descrição ostentosa de Hazael a respeito de seus inimigos:

> (Eu matei Jo)rão filho de (Acab) rei de Israel, e (eu) matei (Acaz)iahu filho do (rei Jorão) da Casa de Davi. E eu coloquei (suas cidades em ruínas e transformei) sua terra em (desolação).

Esse é um indício dramático da fama da dinastia de Davi, menos de cem anos depois do reinado de Salomão, filho de Davi. O fato de o reino de Judá (ou talvez sua capital Jerusalém) ser referido com apenas uma menção à dinastia reinante é evidência clara de que a reputação de Davi não foi invenção literária de um período bem posterior. Além disso, o erudito francês André Lemaire sugeriu, recentemente, que uma referência semelhante à casa de Davi pode ser encontrada na famosa inscrição de Mesha, rei de Moab, do século IX a.C. Portanto, a casa de Davi era conhecida em toda a região;

isso confirma a descrição bíblica de uma figura chamada Davi, que se tornou o fundador de uma dinastia de reis judaicos em Jerusalém.

A questão que temos que enfrentar, portanto, não é mais sobre a mera existência de David e Salomão; agora precisamos analisar se as arrebatadoras descrições da Bíblia a respeito de grandes vitórias militares de Davi e notáveis projetos de construção de Salomão são consistentes com as evidências arqueológicas.

Novo olhar sobre o reino de Davi

Já vimos que o primeiro estágio do assentamento israelita nas regiões montanhosas de Canaã foi um fenômeno gradual e regional, no qual grupos de pastores se estabeleceram em áreas pouco povoadas e formaram comunidades de aldeias auto-suficientes. Com o tempo, em virtude do crescimento da população da montanha, foram criadas outras aldeias em regiões previamente despovoadas, as quais se estenderam das estepes a leste e dos vales do interior aos nichos rochosos e escarpados das montanhas, a oeste. Nesse estágio, começou o cultivo de oliveiras e vinhas, especialmente nas regiões montanhosas ao norte. Com a progressiva diversidade entre a localização e as colheitas produzidas pelas várias aldeias em todas as regiões montanhosas, o velho regime de auto-suficiência não pôde ser mantido. Os aldeãos que se concentraram nos pomares e vinhas necessariamente tiveram que trocar seu *superavit* de vinho e azeite de oliva por outras mercadorias, como os grãos. Com a especialização, veio a ascensão de classes de administradores e comerciantes, soldados profissionais e, eventualmente, reis.

Padrões similares de assentamento em regiões montanhosas e de gradual estratificação social têm sido descobertos por arqueólogos trabalhando na Jordânia, nas antigas terras de

Amon e Moab. Um processo de transformação social, razoavelmente uniforme, pode ter acontecido em muitas regiões montanhosas do Levante, tão logo se libertaram do controle dos impérios da Idade do Bronze e dos reis das cidades-Estado das planícies costeiras.

Numa época em que o mundo inteiro voltava à vida, na Idade do Ferro, os reinos emergentes temiam seus vizinhos e, aparente-

REI	PERÍODO*	TESTEMUNHO BÍBLICO	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Saul	c.1025-1005a.C.	Primeiro rei, indicado pelo profeta Samuel	Continuação do sistema de assentamento nas regiões montanhosas, na Idade do Ferro I
Davi	c.1005-970a.C.	Conquista Jerusalém tornando-a sua capital; estabelece vasto império, abrangendo a maioria dos territórios da terra de Israel	Nenhuma evidência para as conquistas de Davi ou para seu império; nos vales, a cultura canaanita se mantém, ininterrupta; nas regiões montanhosas, continuação do sistema de assentamento da Idade do Ferro I
Salomão	c.970-931a.C.	Constrói o Templo e o palácio em Jerusalém; ativo também em Megiddo, Hazor e Gezer	Nenhum sinal de arquitetura monumental ou de cidade importante em Jerusalém; nenhum sinal de construções em larga escala em Megiddo, Hazor e Gezer; no norte, continua a cultura material de Canaã

* De acordo com *The chronology of the kings of Israel and Judah*, de Galil.

Tabela 4 — Reis da monarquia unificada

mente, se distinguiam uns dos outros por costumes étnicos diferenciados e pela adoração de deidades nacionais. Ainda assim, o processo de especialização, de organização e de identidade de grupo está muito longe da formação de um vasto império. As amplas conquistas do tipo atribuído a Davi exigiriam enorme organização e maior efetivo militar de homens e armas. Desse modo, o interesse erudito começou a se concentrar na evidência arqueológica da população, dos padrões de assentamento e nos recursos econômicos e organizacionais na região da sede de Davi, em Judá, a fim de constatar se a descrição bíblica pode fazer sentido histórico.

Recentes levantamentos arqueológicos nas regiões montanhosas ofereceram outros indícios do caráter excepcional do reino de Judá, que ocupa a parte sul das montanhas e se estende, aproximadamente, de Jerusalém às margens do Neguev, ao norte. O reino forma unidade ambiental homogênea, de terreno escarpado, de difícil comunicação, e de escassos recursos pluviométricos, bem imprevisíveis. Em contraste com as regiões montanhosas ao norte, com seus amplos vales e rotas naturais por terra para as regiões vizinhas, Judá sempre foi, sob o aspecto agrícola, marginal e isolado das regiões vizinhas pelas barreiras topográficas que o rodeiam por todos os lados, exceto no norte.

A leste e ao sul, Judá faz fronteira com as zonas áridas do deserto da Judéia e do Neguev. A oeste — na direção dos contrafortes férteis e prósperos de Shephelah e da planície costeira — a escarpa central desce abruptamente, de tal forma que na direção oeste de Hebron o viajante se vê forçado a descer mais de 330 metros de declives rochosos, numa distância de apenas 5 quilômetros. Mais para o norte, a oeste de Jerusalém e de Belém, o declive é mais moderado, mas é mais difícil ainda de ser percorrido, pois é formado por uma série de longas escarpas estreitas, separadas por ravinas profundas. Hoje, o platô plano central, de Jerusalém até Belém e

Hebron, é cruzado por estradas e muito cultivado; mas foi necessário esperar um milênio de trabalho concentrado para limpar suficientemente o terreno rochoso, a fim de permitir essas atividades. Na Idade do Bronze e no começo da Idade do Ferro, a área era rochosa e coberta por mata densa e florestas, com muito poucas áreas disponíveis ao cultivo agrícola. Poucas povoações foram estabelecidas ali à época do assentamento israelita; o meio ambiente de Judá era muito mais adequado para o pastoreio de carneiros e cabras.

O sistema de assentamento de Judá nos séculos XII e XI a.C. continuou a se desenvolver no século X com o crescimento gradual do número de aldeias e de seu tamanho, mas a natureza do sistema não mudou significativamente. Ao norte de Judá, extensos pomares e vinhas prosperaram nos declives ocidentais das regiões montanhosas; em Judá isso não aconteceu, em virtude da natureza proibitiva do terreno. Pelo que se pode constatar a partir dos levantamentos arqueológicos, o reino de Judá permaneceu relativamente desocupado de uma população permanente, muito isolado e marginal durante e logo depois do tempo presumido de Davi e Salomão, sem grandes centros urbanos e sem hierarquia articulada de vilas, aldeias e cidades.

Em busca de Jerusalém

Durante séculos, a imagem de Jerusalém no tempo de Davi e, mais ainda, no tempo do seu filho Salomão tem sido assunto para criação de mitos e fantasia. Peregrinos, cruzados e visionários de toda espécie espalharam histórias fabulosas e lendárias sobre a grandeza da cidade de Davi e do Templo de Salomão. Portanto, não foi por acidente que os remanescentes desse Templo situavam-se entre os primeiros desafios enfrentados por arqueólogos bíblicos no

século XIX. A busca dificilmente seria simples e pouco produtiva, em geral, em virtude da natureza do sítio.

Habitada continuadamente e muito reconstruída, Jerusalém situa-se numa depressão oblonga a leste da bacia hidrográfica das montanhas da Judéia, bem perto da margem do deserto do mesmo nome. No centro de sua parte histórica está a Cidade Velha, circundada por muralhas otomanas. O quarteirão cristão está localizado a noroeste da Cidade Velha, em torno da igreja do Santo Sepulcro. O quarteirão judaico fica no sudeste, diante do Muro das Lamentações e do monte do Templo, que cobre o lado mais a leste da cidade otomana. Para o sul do monte do Templo, fora das muralhas da cidade otomana, estende-se a escarpa longa, estreita e relativamente baixa da cidade de Davi, o velho cômoro da Jerusalém da Idade do Bronze e da antiga Idade do Ferro. Ele está isolado das colinas vizinhas por duas ravinas; é a ravina do leste, o vale Kidron, que o separa da vila de Siloam, onde se situa a principal fonte de água da Jerusalém bíblica, a fonte de Gion.

Jerusalém foi escavada repetidas vezes — e com um período de investigações intensas, em particular, dos remanescentes das idades do Bronze e do Ferro, nas décadas de 1970 e 1980, sob a direção de Yigal Shiloh, da Universidade Hebraica — na cidade de Davi, coração urbano original de Jerusalém. Surpreendentemente, como indicou o arqueólogo da Universidade de Tel Aviv, David Ussishkin, o trabalho de campo ali e em outras partes da Jerusalém bíblica não produziu evidência significativa de ocupação no século X a.C. Não existem sinais da arquitetura monumental nem de fragmentos da cerâmica mais comum. Os tipos de cerâmica do século X, que são tão característicos em outros sítios, são raros em Jerusalém. Alguns eruditos argumentaram que as construções maciças posteriores em Jerusalém apagaram

todos os outros traços da cidade mais antiga. Ainda assim, escavações na cidade de Davi revelaram achados impressionantes da Idade do Bronze média e dos últimos séculos da Idade do Ferro, mas nada do século X. A análise mais otimista sobre essa evidência negativa é de que a cidade de Jerusalém, no século X, era limitada em extensão e talvez nada mais que uma típica aldeia de região montanhosa.

Essa avaliação modesta se entrosa bem com o padrão bastante escasso de assentamento do resto do reino de Judá no mesmo período, formado de apenas cerca de vinte pequenas aldeias e uns poucos milhares de habitantes, muitos dos quais eram pastores nômades. De fato, é altamente improvável que essa região pouco povoada de Judá e a pequena aldeia de Jerusalém pudessem ter se transformado no centro de um grande império, que se estendia do mar Vermelho, no sul, até a Síria, no norte. Será que mesmo o mais carismático de todos os reis poderia ter congregado os homens e armas necessários para conquistar e manter o domínio sob territórios tão vastos? Não existe nenhuma indicação arqueológica da riqueza, do efetivo e do nível de organização que seriam exigidos para apoiar grandes exércitos — mesmo que por breve período de tempo — num campo de batalha. Ainda que os relativamente poucos habitantes de Judá tivessem sido capazes de realizar ataques repentinos e fulminantes nas regiões vizinhas, como poderiam ter sido capazes de administrar o extenso e ainda mais ambicioso império de Salomão, o filho de Davi?

Quão vastas foram as conquistas de Davi?

Durante décadas, os arqueólogos acreditaram que as evidências descobertas em muitas escavações fora de Jerusalém confir-

mavam o relato da Bíblia sobre uma enorme monarquia unificada (figura 14). A mais proeminente entre todas as vitórias de Davi, de acordo com a Bíblia, ocorreu contra as cidades filistéias, uma quantidade das quais tem sido extensivamente escavada. O primeiro livro de Samuel oferece muitos detalhes dos encontros entre israelitas e filisteus: como os exércitos filisteus capturaram a Arca da Aliança na batalha de Ebenezer; como Saul e seu filho Jônatas morreram durante as guerras contra os filisteus; e, naturalmente, como o jovem Davi derrubou Golias. Enquanto alguns dos detalhes dessas histórias são, sem dúvida, lendários, as descrições geográficas são bastante acuradas. Mais importante, a gradual propagação da decorada cerâmica filistéia, de inspiração egéia, nos contrafortes e tão para o norte, como no vale de Jezrael, provê evidência para a expansão progressiva da influência daquele povo em todo o país. E, quando a evidência de destruição das cidades das planícies — por volta de 1000 a.C. — foi descoberta, pareceu confirmar a extensão das conquistas de Davi.

Um dos melhores exemplos dessa linha de raciocínio é o caso de Tel Qasile, pequeno sítio nos arredores ao norte da moderna Tel Aviv, escavado, primeiramente, pelo arqueólogo bíblico e historiador israelense Benjamin Mazar, em 1948-1950. Mazar descobriu uma próspera cidade filistéia, inteiramente desconhecida nos registros bíblicos. A última camada, que continha uma cerâmica filistéia característica com outras marcas e selos dessa cultura, foi destruída pelo fogo. E embora não existisse nenhuma referência específica na Bíblia sobre a conquista dessa área por Davi, Mazar não hesitou em concluir que Davi arrasara o assentamento em suas guerras contra os filisteus.

E assim aconteceu em todo o país, com o destrutivo trabalho de Davi sendo visto em todas as camadas de cinza e em todas as

pedras tombadas em sítios da Filistéia até o vale Jezrael e mais além. Em quase todos os casos onde uma cidade com a cultura de Canaã ou da Filistéia foi atacada, destruída ou mesmo remodelada, as arrebatadoras conquistas do rei Davi foram percebidas como a causa.

Os israelitas das regiões montanhosas centrais poderiam ter estabelecido controle não apenas sobre pequenos sítios, como Tel Qasile, mas também sobre grandes centros 'cananeus', como Gezer, Megiddo e Betsã? Teoricamente, sim. Na história existem alguns exemplos de povos rurais que exerceram controle sobre grandes cidades, especialmente em situações em que opressores das montanhas ou chefes proscritos de tribos usavam a ameaça de violência e a promessa de proteção paternal, para garantir tributos e manifestação de lealdade de fazendeiros e mercadores das cidades das planícies. Mas, na maioria dos casos, essas não eram vitórias militares inequívocas, nem o estabelecimento de um império formalizado e burocrático, mas demonstração de maneiras mais sutis de liderança, na qual um chefe proscrito das montanhas oferece uma espécie de segurança para as comunidades das planícies.

Estábulos, cidades e portões do rei Salomão?

O cerne do debate ocorreu não sobre a evidência das conquistas de Davi, mas sobre sua conseqüência. Salomão estabeleceu glorioso domínio sobre o reino conquistado por Davi? Embora não exista traço do Templo de Salomão e o palácio em Jerusalém jamais tenha sido identificado, existiam muitos outros lugares para os estudiosos procurarem. A narrativa bíblica descreve a reconstrução das cidades de Megiddo, Hazor e Gezer ao norte por Salomão (1 Reis 9,15). Quando uma dessas cidades, Megiddo, foi escavada

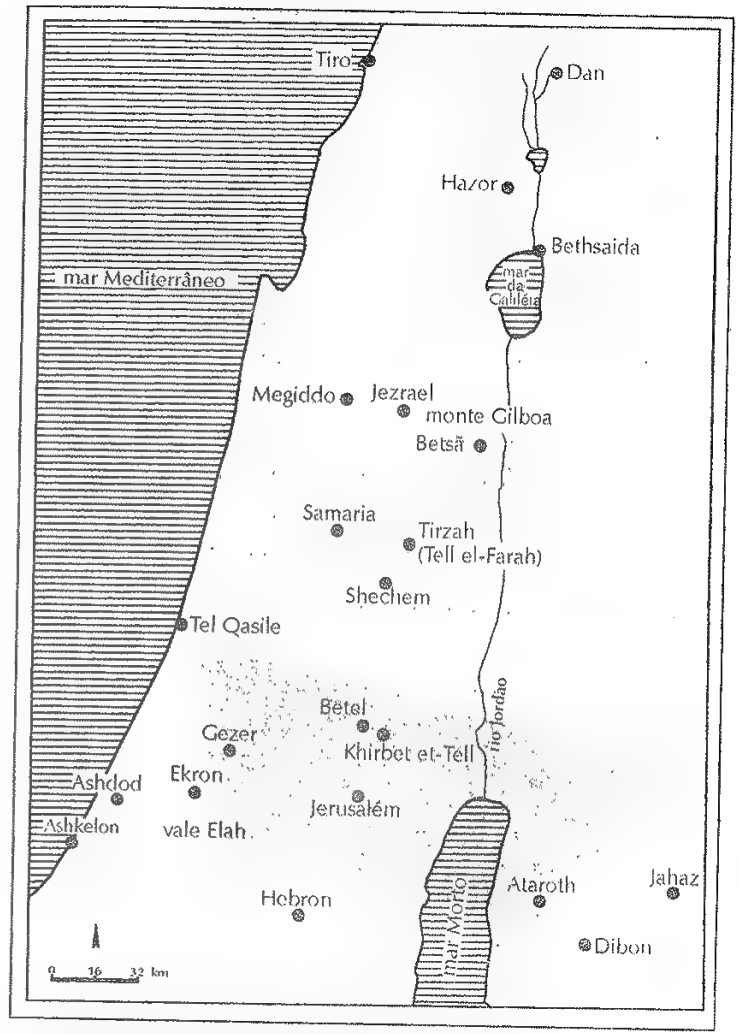

Figura 14 — Principais sítios do período monárquico

por uma expedição do Instituto Oriental da Universidade de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930, alguns dos mais impressionantes remanescentes da Idade do Ferro foram atribuídos a Salomão.

Localizada num ponto estratégico, onde uma estrada internacional do Egito, no sul, até a Mesopotâmia e a Anatólia, no norte, desce das colinas para o vale de Jezrael, Megiddo era uma das cidades mais importantes do Israel bíblico. E além do livro 1º Reis 9,15, ela também é mencionada em 1º Reis 4,12 na lista dos distritos do Estado salomônico. O nível da cidade, chamado estrato IV — o último a ser quase totalmente exposto na área inteira do antigo cômoro —, continha dois conjuntos de grandes prédios públicos, cada um formado por uma série de câmaras longas, ligadas umas às outras numa fileira. Cada uma das câmaras individuais dividia-se em três corredores estreitos, separados um do outro por uma divisória de paredes baixas de pilares de pedra e cochos (figura 15).

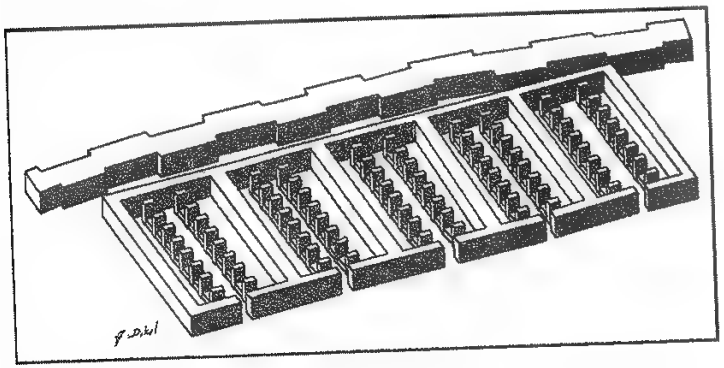

Figura 15 — Conjunto de edifícios com pilares em Megiddo, identificados como estábulos

Um dos diretores da expedição, P. L. O. Guy, identificou esses edifícios como estábulos, datados do tempo de Salomão. Sua inter-

pretação baseou-se na descrição bíblica das técnicas de construção salomônica em Jerusalém (1 Reis 7,12), na referência específica às atividades de construção de Salomão em Megiddo, em 1º Reis 9,15, e na menção das cidades salomônicas para bigas e cavaleiros, em 1º Reis 9,19. Guy resumiu, assim, sua identificação: "Se nos perguntarmos quem, em Megiddo, imediatamente depois da derrota dos filisteus pelo rei Davi, construiu uma cidade com tantos estábulos, com a ajuda de habilidosos pedreiros estrangeiros, eu acredito que encontraremos a resposta na Bíblia... se lermos a história de Salomão, seja nos livros dos Reis ou nas Crônicas, ficamos espantados pela freqüência com que as bigas e os cavalos são citados".

A evidência aparente da grandeza do império salomônico foi intensificada, de modo significativo, na década de 1950, com as escavações de Yigael Yadin, em Hazor. Yadin e sua equipe descobriram uma grande cidade pertencente à Idade do Ferro e com um planejamento peculiar: havia uma torre e três câmaras de cada lado do portão, originando, neste caso a expressão 'portão de seis câmaras' (figura 16). Yadin ficou estupefato. Um portão semelhante — tanto no desenho como no tamanho — fora descoberto vinte anos antes pela equipe do Instituto Oriental, da Universidade de Chicago, em Megiddo! Talvez fosse esse o sinal, e não os estábulos, da presença de Salomão nas terras de Israel.

Assim, Yadin foi escavar Gezer, a terceira cidade mencionada em 1º Reis 9,15, como sendo reconstruída por Salomão, mas não em campo, na biblioteca. Gezer tinha sido escavada no começo do século pelo arqueólogo britânico R. A. S. Macalister. Enquanto folheava as páginas dos relatórios de Macalister, Yadin ficou pasmo. No plano de um edifício que Macalister tinha identificado como um 'castelo macabeu', datado do século II a.C., Yadin pôde facilmente reconhecer no contorno de um dos lados o mesmo tipo

de estrutura de portão encontrado em Megiddo e em Hazor. Yadin não hesitou; argumentou que um arquiteto real de Jerusalém desenhara um plano-mestre para as cidades muradas de Salomão, e que esse plano-mestre tinha sido utilizado nas cidades provinciais, desta forma:

> Não existe exemplo na história da arqueologia em que uma passagem bíblica tenha ajudado dessa maneira a identificar e datar estruturas em vários montes artificiais, formados por restos de antigas povoações, na Terra Santa, como essa do livro 1º Reis 9,15... Nossa decisão de atribuir aquela camada (em Hazor) a Salomão foi baseada primariamente na passagem 9,15 do livro 1º Reis, na estratigrafia e na cerâmica. Mas quando, além disso, encontramos naquele estrato um portão de 'seis câmaras', duas torres, conectado à casamata da muralha, idêntico em plano e nas medidas ao portão de Megiddo, tivemos certeza de que tínhamos identificado com êxito a cidade de Salomão.

Bom demais para ser verdade?

As descobertas salomônicas de Yadin não tinham terminado. No começo da década de 1960, ele foi a Megiddo com uma pequena equipe de estudantes a fim de analisar e esclarecer a uniformidade dos portões salomônicos, que em Gezer e em Hazor eram conectados à casamata oca da fortificação mas que só em Megiddo ligava-se a uma parede sólida. Yadin tinha certeza de que a equipe de escavação de Megiddo tinha atribuído, erroneamente, a parede sólida ao portão, deixando escapar uma casamata subjacente na parede. Como o portão havia sido completamente descoberto pela equipe da Universidade de Chicago, Yadin escolheu escavar o lado leste desse portão, onde a equipe americana havia localizado um aparente conjunto de estábulos, atribuídos a Salomão.

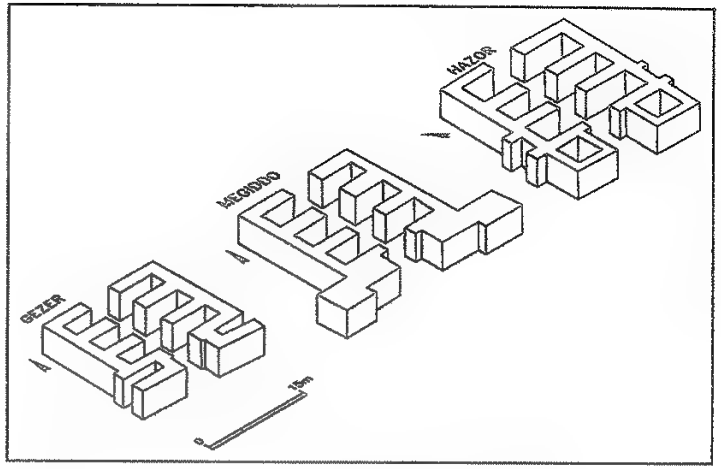

Figura 16 — Portões de 'seis câmaras', em Megiddo, Hazor e Gezer

O que ele encontrou revolucionou a arqueologia bíblica por uma geração. Sob os estábulos, Yadin descobriu remanescentes de um belo palácio, medindo 558 metros quadrados, construído com grandes blocos de cantaria (figura 22, p. 259); estava edificado na extremidade norte do cômoro e conectado a uma fileira de salas, que Yadin interpretou como sendo a desaparecida casamata murada, ligada ao portão de seis câmaras. Um palácio mais ou menos semelhante, também construído com belos blocos revestidos, tinha sido descoberto pela equipe do Instituto Oriental no lado sul do cômoro e também jazia sob a cidade de estábulos. O estilo arquitetônico dos dois edifícios era intimamente análogo a um estilo diferenciado e comum aos palácios da Síria na Idade do Ferro, conhecidos como *bit hilani*, os quais consistiam de entrada monumental e fileiras de pequenas câmaras em torno de uma sala oficial de recepção. Esse estilo teria sido, portanto, apropriado para a residência de um funcionário local, talvez o governador regional, Baana, filho de Ailud

(1 Reis 4,12). Um estudante da equipe de Yadin, David Ussishkin, comprovou de imediato a conexão desses edifícios com Salomão, demonstrando que a descrição bíblica do palácio que Salomão construíra em Jerusalém cabia perfeitamente para os de Megiddo.

A conclusão parecia inevitável. Os dois palácios e o portão representavam a presença de Salomão em Megiddo, enquanto os estábulos pertenciam efetivamente a uma cidade posterior, construída pelo rei Acab, do reino de Israel, no começo do século IX a.C. Essa última conclusão constitui alicerce fundamental na teoria de Yadin, já que uma inscrição assíria do século IX descrevia a tropa de bigas do rei Acab, de Israel.

Para Yadin e muitos outros, a arqueologia parecia servir à Bíblia mais acuradamente do que nunca. A Bíblia descreveu a expansão territorial do rei Davi: de fato, antigas cidades de Canaã e da Filistéia tinham sido destruídas pelo fogo por todo o país. A Bíblia contou as atividades de construção de Salomão em Hazor, Megiddo e Gezer; seguramente, os portões similares revelaram que as três cidades foram construídas ao mesmo tempo, com um plano unificado. A Bíblia diz que Salomão foi aliado de Hirão, rei de Tiro, e que ele era grande construtor; de fato, os magníficos palácios de Megiddo mostram influência do norte em sua arquitetura e eram os prédios mais bonitos achados no estrato da Idade do Ferro, em Israel.

Por muitos anos, os portões de Salomão simbolizaram o mais importante suporte da arqueologia para a Bíblia. Ainda assim, questões básicas de lógica histórica posteriormente enfraqueceram seu significado. Em nenhum outro lugar da região — da Turquia Oriental ao norte, através da Síria, até a Transjordânia, ao sul — existia algum sinal de instituições reais desenvolvidas de modo tão similar ou de construções monumentais no século X a.C. Como vimos, a terra natal de Davi e Salomão, em Judá, era conspicuamente subdesenvolvida, e não existe nenhuma evidência de riqueza de um grande império, gerada e fluindo dali. E existe um problema cronológico ainda mais perturbador: os palácios *bit hilani* da Idade do Ferro na Síria — que supostamente seriam os protótipos para os palácios de Salomão em Megiddo — aparecem pela primeira vez na Síria no século IX a.C., pelo menos meio século *depois* do tempo de Salomão. Como seria possível que os arquitetos de Salomão adotassem estilo arquitetônico ainda desconhecido? Finalmente, existe a questão do contraste entre Megiddo e Jerusalém: é possível que um rei que construiu palácios fabulosos de cantaria numa cidade provincial tenha governado de uma pequena aldeia, remota e subdesenvolvida? Como acabou acontecendo, sabemos agora que a evidência arqueológica para a vasta extensão das conquistas de Davi e para a grandeza do reino de Salomão resultou de datas erradas, incorretamente determinadas.

Questões de datas

A identificação de remanescentes do período de Davi e Salomão — e, de fato, de reinados dos monarcas que os sucederam no século seguinte — fundamentava-se em duas classes de evidência; o fim da cerâmica filistéia característica (datado em torno de 1000 a.C.) estava rigorosamente vinculado às conquistas de Davi, e a construção dos portões monumentais e dos palácios em Megiddo, Hazor e Gezer estava relacionada com o reinado de Salomão. Nos últimos anos, ambos os apoios começaram a desmoronar (*ver* apêndice D).

Em primeiro lugar, não é mais possível ter certeza de que a característica cerâmica filistéia não tenha continuado pelo século X — muito tempo depois da morte de Davi — e, conseqüentemente, não teria utilidade para o propósito de datar e, muito me-

nos, de atestar as supostas conquistas de Davi. Segundo, renovadas análises dos estilos arquitetônicos e das formas da cerâmica nos famosos níveis de Salomão, em Megiddo, Hazor e Gezer indicam que pertencem, verdadeiramente, ao começo do século IX a.C., décadas depois da morte de Salomão.

Uma terceira classe de evidência, as técnicas de datação mais precisas de laboratório, com o carbono 14, parece decidir agora esse caso. Até pouco tempo atrás, era impossível usar a datação com radiocarbono para períodos relativamente modernos, como a Idade do Ferro, porque sua ampla margem de probabilidade com freqüência estendia-se além de um século ou mais. Mas aperfeiçoamentos e refinamentos do sistema de datação com carbono 14 reduziram progressivamente a margem de incerteza. Um número de amostras de importantes localidades incluídas no debate sobre o século X foi testado e parece fortalecer a nova cronologia.

O sítio em Megiddo, em particular, gerou algumas contradições assombrosas para as interpretações consagradas. Quinze amostras de madeira foram retiradas de grandes vigas do telhado que desmoronou no terrível incêndio e na destruição atribuída a Davi. Como algumas das vigas poderiam ter sido usadas em edifícios anteriores, apenas as últimas datas nas séries poderiam indicar, com segurança, quando tinham sido construídas as estruturas. De fato, a maioria das amostras foi atribuída ao século X, muito tempo depois da época de Davi. Os palácios imputados a Salomão, construídos duas camadas sobre a destruição, teriam sido edificados muito tempo depois.

A confirmação dessas datas ocorreu por testes do estrato paralelo, em lugares proeminentes como Tel Dor, na costa mediterrânea, e em Tel Hadar, na costa do mar da Galiléia. Análises e leituras isoladas de vários outros sítios bem menos conhecidos, como Ein Hegit, perto de Megiddo, e Tel Kinneret, na costa norte do mar da Galiléia,

também confirmam essas datas. Por fim, uma série de amostras da destruição de um estrato em Tel Rehov, próximo a Belém, contemporâneo da cidade de Megiddo, supostamente construído por Salomão, confirmou as datas de meados do século IX, muito tempo depois de sua noticiada destruição pelo faraó Sisac, em 926 a.C.

Essencialmente, a arqueologia datou, de modo equivocado, vários remanescentes dos períodos de Davi e de Salomão, com margem de erro de um século inteiro. Os achados pertencentes à época um pouco anterior a Davi, final do século XI, são de meados do século X, e aqueles datados da época de Salomão pertencem ao começo do século IX a.C. As novas datas situam o aparecimento das estruturas monumentais, das fortificações e de outros sinais de um Estado bem organizado precisamente na mesma época que apareceram, pela primeira vez, no Levante. Elas retificam a disparidade de datas entre as estruturas dos palácios *bit hilani* em Megiddo e seus paralelos na Síria. E nos permitem, enfim, compreender por que os achados do século X, em Jerusalém e em Judá, são tão escassos. A razão é que Judá, naquele tempo, ainda era uma região remota e subdesenvolvida.

Definitivamente, não há razão para duvidar da historicidade de Davi e de Salomão. Ainda assim, subsistem razões de sobra para questionar a extensão e o esplendor do reinado de ambos. Se não existiu um grande império, se não existiram grandes monumentos, se não existiu uma capital magnífica, *qual foi* a natureza do reinado de Davi?

Legado de Davi: de chefe proscrito da Idade do Ferro à dinastia mítica

A cultura material das regiões montanhosas no tempo de Davi permaneceu simples. A terra era esmagadoramente rural, sem

nenhum traço de documentos escritos, de inscrições ou mesmo de sinais do tipo alfabetização generalizada, que seriam necessários para o funcionamento de uma monarquia característica. Do ponto de vista demográfico, é improvável que as áreas de assentamentos israelitas tenham sido homogêneas. É difícil constatar qualquer indício de cultura unificada ou de um Estado administrado de um centro. A área ao norte de Jerusalém era povoada de forma densa, enquanto a área ao sul de Jerusalém — o eixo do futuro reino de Judá — ainda era de povoamento esparso. A própria Jerusalém era, quando muito, pouco mais que uma aldeia típica de regiões montanhosas. Não podemos afirmar nada mais que isso.

As estimativas de população para as fases posteriores ao período dos assentamentos israelitas se aplicam, também, ao século X a.C. Essas estimativas dão idéia da escala de possibilidades históricas. De um total de aproximadamente 45 mil pessoas morando nas regiões montanhosas, 90 por cento devem ter habitado as vilas do norte. Essa porcentagem teria deixado cerca de 5 mil pessoas espalhadas entre Jerusalém e Hebron, e cerca de vinte pequenas aldeias em Judá, com grupos adicionais permanecendo, talvez, como pastores nômades. Uma sociedade pequena e isolada como essa, por certo, teria alimentado, com carinho, a memória de um líder extraordinário como Davi, enquanto seus descendentes continuavam a governar em Jerusalém, durante os quatro séculos seguintes. No começo, no século X, o domínio de Davi não se estendia sobre nenhum império, sobre cidades palacianas e sobre nenhuma capital espetacular. Sob o aspecto arqueológico, não nos é possível dizer nada sobre Davi e Salomão, exceto que existiram, e que sua lenda permaneceu e resistiu aos tempos.

Ainda assim, a fascinação da história deuteronomista do século VII a.C. pelas memórias de Davi e Salomão — e, de fato, a

aparente e constante veneração desses personagens pelos judaicos — pode ser a melhor, se não a única evidência para a existência de algum tipo de antigo Estado unificado israelita. O fato de os deuteronomistas usarem a monarquia unificada como ferramenta muito poderosa de propaganda política sugere que, no seu tempo, o episódio de Davi e Salomão, como governantes de um território relativamente maior nas regiões montanhosas centrais, permanecia vivo e amplamente verossímil.

É possível que, por volta do século VII a.C., as condições em Judá tenham mudado um pouco além de uma avaliação. Jerusalém era, então, uma cidade relativamente grande, dominada por um templo ao Deus de Israel, que servia como único santuário nacional. As instituições da monarquia, um exército profissional e a administração tinham atingido nível de sofisticação que se comparava à complexidade das instituições das realezas dos Estados vizinhos, chegando mesmo a excedê-la. E novamente podemos ver as paisagens e os costumes de Judá, no século VII, como cenário para um conto bíblico inesquecível, dessa vez uma mitológica era de ouro. A deslumbrante e luxuosa visita da rainha de Sabá a Jerusalém (1 Reis 10,1-10) e o comércio de mercadorias raras com mercados distantes como a terra de Ofir, ao sul (1 Reis 9,28), sem dúvida refletem a participação de Judá no lucrativo comércio do século VII. O mesmo é verdadeiro para a descrição da construção de Tamar no deserto (1 Reis 9,18) e para as expedições comerciais para terras distantes, a partir de Ezion-geber, no golfo de 'Aqaba (1 Reis 9,26), dois sítios que foram analisados e identificados com segurança e que não eram habitados antes do final dos tempos monárquicos. E a guarda real de Davi, formada por cereteus e feleteus (2 Samuel 8,18), anteriormente assumida pelos estudiosos como de origem egéia, poderia ser compreendida no cenário

do serviço de gregos mercenários, a mais adiantada força combatente do seu tempo, no exército do Egito e, talvez, no exército judaico, no século VII.

No final dos tempos monárquicos, elaborada teologia tinha sido desenvolvida em Judá e em Jerusalém, para validar a conexão entre o herdeiro de Davi e o destino do povo de Israel. De acordo com a história deuteronomista, o piedoso Davi foi o primeiro a parar o ciclo de idolatria (pelo povo de Israel) e da retribuição divina (por YHWH). Graças a sua devoção, fidelidade e integridade, YHWH o ajudou a completar o trabalho inacabado de Josué, ou seja, conquistar o resto da Terra Prometida e estabelecer um império glorioso sobre todos os vastos territórios prometidos a Abraão. Essas eram esperanças teológicas, não retratos históricos acurados. Constituíam elemento central da visão influente do renascimento nacional no século VII, que buscava reunir o povo espalhado, disperso e desconfiado, para provar-lhe que havia vivenciado uma história emocionante e arrebatadora sob a intervenção direta de Deus. O épico glorioso da monarquia unificada era — como as narrativas dos patriarcas e as sagas do Êxodo e da conquista de Canaã — uma brilhante composição que entrelaçou antigos contos heróicos e lendas, numa profecia coerente e persuasiva para o povo de Israel, no século VII a.C.

Para o povo de Judá do tempo que o épico bíblico foi elaborado pela primeira vez, um novo Davi tinha assumido o trono, com a intenção de restaurar a glória de seus distantes antepassados. Esse foi Josias, descrito como o mais dedicado de todos os reis de Judá; ele foi capaz de retornar ao tempo da monarquia unificada no seu próprio tempo. Purificando Judá da abominação da idolatria — introduzida em Jerusalém por Salomão, com seu harém de mulheres estrangeiras (1 Reis 11,1-8) —, Josias pôde anular as

transgressões que tinham provocado a destruição do 'império' de Davi. O que os historiadores do Deuteronômio queriam dizer é simples e convincente: ainda há uma maneira de recuperar a glória do passado.

Assim, Josias iniciou a instituição de uma monarquia unificada, que relacionaria Judá aos territórios do antigo reino do norte, por meio das instituições da realeza, das forças militares e de uma sincera devoção a Jerusalém, que é tão fundamental à narrativa bíblica de Davi. Como monarca sentado no trono de Davi em Jerusalém, Josias era o único herdeiro legítimo do império davídico, ou seja, de seus territórios. Ele iria 'recuperar' os territórios do reino do norte, então destruído, o reino que tinha nascido dos pecados de Salomão. E as palavras do livro 1º Reis 4,25, que "Judá e Israel habitaram em segurança, de Dan e até mesmo Bersabéia", resumem aquelas esperanças de expansão territorial e a busca por tempos prósperos e pacíficos, semelhantes aos do passado mítico, quando um rei governou de Jerusalém sobre todos os territórios reunidos de Judá e de Israel.

Como vimos, a realidade histórica do reino de Davi e de Salomão era bem diferente do relato. Era parte da grande transformação demográfica, que culminaria na emergência dos reinos de Judá e de Israel, numa seqüência muito diversa daquela narrada na Bíblia. Por enquanto, examinamos a versão bíblica da história formadora de Israel, escrita no século VII a.C., e oferecemos exemplos da realidade arqueológica que a confirmam. Agora é hora de contar outra história. Nos capítulos seguintes, apresentaremos os principais contornos da ascensão, da queda e do renascimento de um Israel muito díspar.

Parte 2

Ascensão e queda do antigo Israel

VI

Um Estado, uma nação, um povo?

cerca de 930-720 a.C.

O curso da história de Israel — os livros dos Reis nos informam, circunspectamente — movimenta-se com inevitabilidade quase trágica, da unificação à cisão e da cisão à catástrofe nacional. Depois dos gloriosos reinos de Davi e de Salomão, quando Israel era governado de Jerusalém e passou por um período de inédita prosperidade e poder, as tribos das regiões montanhosas do norte e da Galiléia — resistindo às exigências de impostos do filho de Salomão, Roboão — libertaram-se raivosamente do controle do reino. O que se segue são dois séculos de divisão e de ódio entre irmãos, com o reino independente de Israel, ao norte, e o de Judá, ao sul, decididos, de modo intermitente, a atacar um ao outro com violência. É um conto de separação trágica, e de violência e idolatria no reino do norte, onde, de acordo com os relatos bíblicos, foram fundados centros de culto religioso para competir com o Templo de Jerusalém. As novas dinastias de israelitas do norte, rivais da casa de Davi, chegaram ao poder de forma sangrenta, uma após outra. Com o tempo, os habitantes do norte pagaram por seus pecados com a punição definitiva, a destruição do seu Estado e o exílio de suas dez tribos.

Essa visão é fundamental para a teologia da Bíblia e para a esperança bíblica por uma eventual reunificação de Judá e Israel, sob o

domínio da dinastia de Davi. Mas não é simplesmente a representação acurada da realidade histórica. Como vimos, não há nenhuma evidência definitiva da existência histórica de uma enorme monarquia unificada, centralizada em Jerusalém, que abrangesse toda a terra de Israel. Pelo contrário, as evidências revelam complexa transformação demográfica nas regiões montanhosas, nas quais a consciência étnica unificada estava apenas começando, aos poucos, a se fundir.

E aqui chegamos, talvez, ao confronto mais perturbador entre os achados arqueológicos e a Bíblia. Se não existiu um Êxodo, nem uma conquista de Canaã, nem uma monarquia unificada, o que devemos fazer quanto ao desejo bíblico pela reunificação? Como devemos abordar e analisar o longo e difícil relacionamento entre os reinos de Judá e de Israel, durante quase duzentos anos? Há uma boa razão para sugerir que *sempre* existiram duas entidades distintas de regiões montanhosas, das quais a do sul sempre foi a mais pobre, mais fraca, mais rural e menos influente, até que ascendeu, repentinamente, a uma proeminência espetacular, *depois* da queda do reino de Israel, ao norte.

Conto de 12 tribos e dois reinos

Na Bíblia, as tribos do norte são retratadas consistentemente como omissas, medrosas, pusilânimes, com pronunciada tendência ao pecado. Isso está claro, em particular, no livro dos Juízes, no qual as tribos individuais lutam com os povos idólatras que as rodeiam. Entre os descendentes dos 12 filhos de Jacó, somente as tribos de Judá e de Simeão conseguiram conquistar todos os enclaves dos territórios de Canaã, sua herança concedida por Deus. Como resultado, no sul não existiam mais cananeus, ou mulheres cananéias com quem pudessem casar, e que fossem capazes de exercer qualquer tipo de influência sobre eles. As tribos do norte são outra história. Benjamin, Manassés, Efraim, Zabulon, Asser, Neftali e Dan não realizaram o que lhes cabia, não eliminaram os cananeus; e, por essa falha, seriam seduzidos e tentados repetidas vezes.

No texto não há nenhum questionamento sobre o fato de as tribos do norte serem mais numerosas e ocuparem vasto território, e com certeza não é por acidente que se diz que o primeiro rei de Israel, Saul, da tribo de Benjamin, governou sobre os territórios do norte, nas regiões montanhosas. Mas Saul violou as leis do culto, e foi levado ao suicídio depois da derrota de suas forças pelos filisteus. Deus retirou suas bênçãos desse líder ungido das tribos do norte, e os anciãos dessas tribos recorreram a Davi, o rei-herói-proscrito de Judá, e o proclamaram rei sobre toda a terra de Israel. No entanto, apesar de sua riqueza e de sua força, as tribos do norte eram descritas no livro 1º Reis como meros súditos coloniais, e tratadas como tal por Davi e Salomão. As grandes capitais regionais de Salomão e as cidades-armazéns de Gezer, Megiddo e Hazor foram construídas em seu meio, o povo do norte pagava impostos e era recrutado para trabalhar nas obras públicas pelos funcionários de Salomão. Alguns membros das tribos do norte — como Jeroboão, filho de Nabat, da tribo de Efraim — serviram na corte de Salomão, em posições de destaque. Mas o reino de Judá é descrito como a facção mais forte, tendo como súditos as tribos do norte.

Depois da morte de Salomão e da ascensão do seu filho Roboão, as tribos do norte apelaram para uma redução de suas obrigações. Mas o arrogante rei dispensou os conselhos de seus assessores moderados e respondeu-lhes com as palavras agora famosas: "Meu pai tornou vosso jugo pesado, mas eu ainda o aumentarei; meu pai vos castigou com açoites, mas eu vos castigarei com escorpiões"

(1 Reis 12,14). A bandeira da rebeldia foi desfraldada, enquanto os do norte se uniram com o grito de separação: "E quando Israel viu que seu rei não lhes deu atenção, respondeu-lhe: 'Que parte temos com Davi? Não temos herança com o filho de Jessé. Olha para as tuas tendas, ó Israel! E agora cuida da tua própria casa, Davi'. E assim Israel voltou para as suas tendas" (1 Reis 12,16). Os do norte apedrejaram o feitor de Roboão até a morte, e o rei Roboão fugiu aterrorizado para a segurança de Jerusalém.

Os do norte se reuniram para proclamar um monarca para eles próprios, e escolheram Jeroboão, filho de Nabat, que tinha servido na corte de Salomão. A monarquia unificada de Davi e Salomão foi completamente destruída. Dois Estados independentes foram criados: Judá, que era governado de Jerusalém pela dinastia davídica, com seu território limitado ao sul pelas regiões montanhosas centrais; e Israel, que controlava vastos territórios ao norte. A primeira capital do norte foi estabelecida em Tersa, localizada a nordeste de Shechem. O novo rei, Jeroboão, decidiu rivalizar com Templo em Jerusalém, e ordenou que dois bezerros de ouro fossem confeccionados, e instalados em santuários nos cantos mais extremos do seu reino, em Betel, no sul, e em Dan, no norte.

Assim começou o período turbulento, fatal e profético da história bíblica de Israel; da solidariedade familiar do período dos patriarcas, da solidariedade espiritual do êxodo e da unidade política da monarquia unificada, o povo de Israel estava agora mortalmente dividido em dois.

Esquema equivocado de evolução?

Do mesmo modo, arqueólogos e historiadores bíblicos, em geral, consideraram verdadeira a narrativa bíblica da ascensão e da

desintegração da monarquia unificada. A unidade étnica e a diferenciação do povo de Israel, como um todo, eram dadas como certas. E a maioria dos historiadores bíblicos acreditava que a seqüência histórica tinha ocorrido exatamente como a Bíblia descrevia (menos, é claro, os mitos ocasionais que criara e as hipérboles heróicas). Tivesse sido por meio de conquistas ou da infiltração pacífica, os israelitas se estabeleceram nas regiões montanhosas desabitadas. No começo, eles se organizaram como uma espécie de sociedade igualitária, com heróis militares carismáticos que os salvaram de seus inimigos. Então, por causa da ameaça dos filisteus, em particular, que era muito mais perigosa que outras ameaças locais, eles optaram por uma monarquia, organizaram um exército forte e se expandiram para estabelecer um formidável império sob o governo de Davi e de Salomão. Era um relato sobre a constante evolução política de um povo unificado, de tribos para um Estado unificado, um processo evolutivo essencialmente concluído no tempo de Salomão, no século X a.C.

A destruição da monarquia unificada foi vista, em conseqüência, como um desafortunado *post scriptum* de uma história que já seguira seu curso. Parecia como se apenas a arrogante e mal aconselhada tirania do filho de Salomão, Roboão, tivesse destruído a grandeza progressiva do império do pai. Essa visão da monarquia unificada e de sua destruição pareceu ser confirmada pelos achados arqueológicos. Os estudiosos acreditaram que a construção das grandes cidades 'salomônicas', com seus portões e seus palácios, era evidência indiscutível de um Estado completamente desenvolvido, por volta do século X a.C., e do controle férreo que Jerusalém exercia no norte. Por volta da década de 1980, apesar da compreensão de que o período inicial da história israelita teria se tornado de alguma maneira matizado, deu-se como certo que a

monarquia unificada de Davi e de Salomão — e sua repentina destruição — eram fatos históricos.

Traçando a história subseqüente dos dois Estados-irmãos, de Judá e de Israel, os eruditos seguiram a história bíblica quase palavra por palavra, com a maioria assumindo que os dois Estados sucessores partilhavam nível bem idêntico de política organizacional e de complexidade. Como tanto Judá quanto Israel tinham suas origens na monarquia completamente estabelecida de Salomão, os dois teriam herdado, do mesmo modo, as instituições desenvolvidas da corte monárquica, da administração fiscal e da força militar. Como resultado, acreditou-se que os dois reinos independentes haviam competido um com o outro, lutado um contra o outro e ajudado um ao outro, dependendo das circunstâncias políticas mutáveis da região, mas sempre em termos mais ou menos iguais. É natural que certas diferenças regionais tenham ficado aparentes. Mas a maioria dos estudiosos concluiu que o resto da história dos reinos israelitas era de crescimento populacional, de intensos projetos de obras públicas e de guerras intermitentes, mas sem qualquer desenvolvimento social sensível.

Esse quadro, admitido e aceito amplamente, parece que estava errado.

O norte contra o sul através dos milênios

Intensivos levantamentos arqueológicos nas regiões montanhosas centrais, na década de 1980, abriram perspectivas para a compreensão do caráter e das origens dos dois Estados, de Judá e de Israel. As novas perspectivas divergiam, de forma dramática, dos relatos bíblicos. Os levantamentos mostraram que a emergência dos israelitas nas regiões montanhosas não tinha sido acontecimento

excepcional, mas, de fato, apenas uma de uma série de oscilações demográficas que podiam ser traçadas de um século antes.

Em cada uma das duas ondas anteriores de assentamento — na antiga Idade do Bronze (c.3500-2200 a.C.) e na Idade do Bronze média (c.2000-1550a.C.) — a população nativa das regiões montanhosas mudou de pastoral para agrícola sazonal, para aldeias permanentes, para economias complexas de terras montanhosas, de maneira espantosamente similar ao processo de assentamento israelita na Idade do Ferro (1150-900 a.C.). Mas, ainda mais surpreendente, os levantamentos (e a informação histórica fragmentada) indicaram que em cada onda de assentamento nas regiões montanhosas sempre pareceram existir duas sociedades distintas nas montanhas — no norte e no sul — ocupando mais ou menos as áreas dos futuros reinos de Judá e de Israel.

Um mapa dos sítios nas regiões montanhosas da antiga Idade do Bronze, por exemplo, mostra, de forma clara, dois sistemas diferentes de assentamento regional, com uma linha divisória entre ambos, correndo aproximadamente entre Shechem e Jerusalém, divisa que mais tarde indicaria a fronteira entre Israel e Judá. Como o posterior reino de Israel, o assentamento do norte era denso e possuía complexa hierarquia de sítios pequenos, médios e grandes, todos dependentes da agricultura sedentária. A região do sul, como mais tarde o reino de Judá, era bem pouco povoada e apresentava principalmente sítios menores, sem aquela variedade de tamanhos. O sul também tinha número relativamente maior de sítios arqueológicos, apenas com fragmentos espalhados de cerâmica, sem remanescentes de construções; isso sugere significativa população de grupos migratórios de pastores.

As regiões do norte e do sul eram dominadas, de modo individual, por um único núcleo, que parecia ser o foco de uma centra-

lização regional, política e econômica, e talvez também de práticas religiosas regionais. No sul, na antiga Idade do Bronze, existia um sítio grande chamado Khirbet et-Tell (a bíblica Ai), situado a nordeste de Jerusalém. Cobria área de cerca de 25 acres, que representa 1/5 completo de toda a superfície construída nas regiões montanhosas do sul. Suas impressionantes fortificações e seu templo monumental enfatizam sua condição superior, numa região de maioria rural e pastoral. No norte, existiam poucos sítios centrais, mas havia um fundamental, o Tell el-Farah, próximo a uma grande fonte de água fresca, num lugar que vigiava e guardava a principal estrada, em descida para o vale do Jordão, e que parece ter controlado as ricas terras cultivadas da região. Não é pura coincidência — como veremos — que essa cidade, mais tarde conhecida como a bíblica Tersa, tenha se tornado a primeira capital do reino do norte de Israel.

No período seguinte, a Idade do Bronze média, a onda de assentamentos nas regiões montanhosas possuía as mesmas características. Existiam poucos sítios de assentamento permanente no sul, a maioria muito pequena, e havia grande número de grupos de pastores, evidenciado por seus cemitérios isolados, não relacionados com sítios sedentários. O norte tinha denso povoamento, com fazendeiros estabelecidos numa proporção bem maior que os pastores. O núcleo urbano mais importante no sul era, então, Jerusalém, pesadamente fortificada (como Ai tinha sido na antiga Idade do Bronze), seguida por um centro secundário, Hebron, também fortificado. O maior centro do norte era Shechem. Escavações no sítio de Tell Balatah, nos arredores sul da cidade, revelaram imponentes fortificações e um grande templo.

Além das indicações arqueológicas da divisão norte-sul, existe alguma evidência textual importante do Egito. Uma dessas fontes

são os chamados textos de execração, inscrições ofensivas gravadas em fragmentos de cerâmica e em estatuetas de prisioneiros de guerra, que deveriam ser quebrados e enterrados numa cerimônia a fim de causar infortúnio aos inimigos do Egito. Como antigas versões das bonecas de vodu, cobertas por muitos rabiscos ameaçadores, esses textos oferecem traços da geografia política de Canaã durante aquela época, em particular daqueles lugares e povos que os egípcios consideravam assustadores. Os textos mencionam grande número de cidades costeiras e nas planícies, mas apenas dois centros nas regiões montanhosas: Shechem e (de acordo com a maioria dos eruditos) Jerusalém.

Outra referência egípcia às regiões montanhosas acrescenta mais informação a esse quadro. Trata-se de inscrição que registra as aventuras de um general egípcio, chamado Khu-Sebek, que liderou campanha militar egípcia nas regiões montanhosas de Canaã, no século XIX a.C. As inscrições se referem à 'terra' de Shechem, em vez de cidade, e mencionam *Shechem* como um paralelo a *Retenu*, um dos nomes egípcios para toda a terra de Canaã. Isso parece indicar que já no começo do segundo milênio a.C. Shechem — um dos mais importantes centros do reino de Israel — era o eixo de uma grande entidade territorial.

Não temos notícia textual sobre os territórios do sul na Idade do Bronze média, mas existe abundante informação sobre sua extensão no período seguinte — a Idade do Bronze posterior. As cartas de Tell el-Amarna do século XIV a.C. confirmam a divisão das regiões montanhosas entre duas cidades-Estado, ou verdadeiramente entre dois antigos Estados territoriais, Shechem e Jerusalém (figura 17). Um número de cartas refere-se, por nome, aos governantes dessas duas cidades-Estado — um rei chamado Abdi-Heba, que governou em Jerusalém, e outro chamado Labayu, que governou

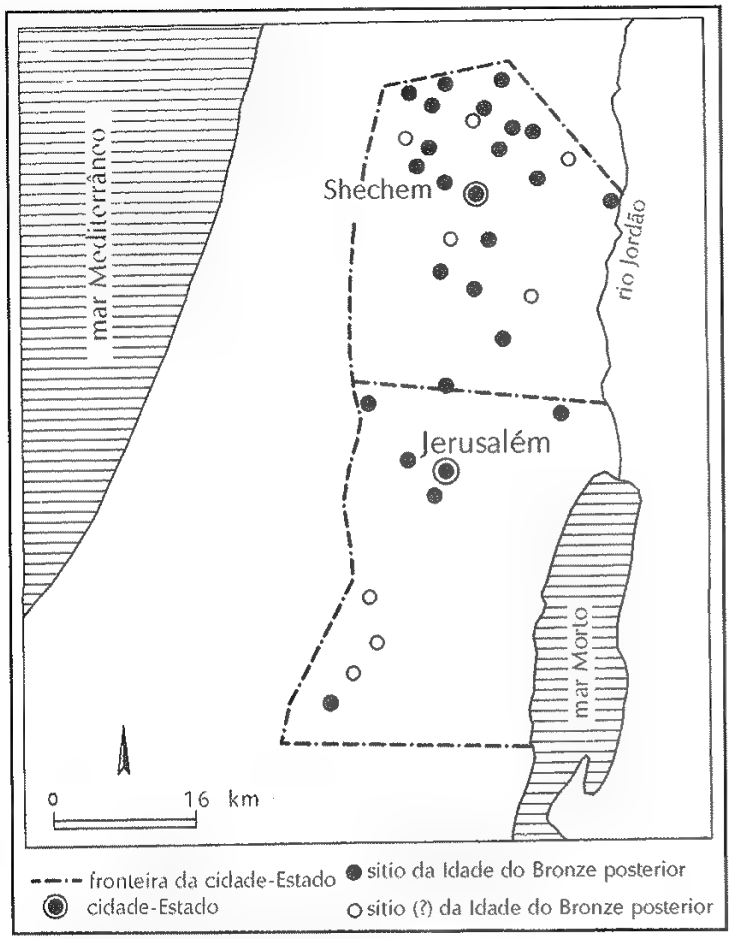

Figura 17 — As duas unidades políticas nas regiões montanhosas no século XIV a.C. (período Amarna)

em Shechem —, e cada um controlava um território de cerca de 2.600 quilômetros quadrados. Essas eram as maiores áreas submetidas a um só governante local, porque nessa época a planície costeira e os vales de Canaã eram divididos em muitas cidades-Estado pequenas, cada uma dominando um território também pequeno, com população relativamente densa. Embora essas unidades políticas nas regiões montanhosas fossem bem maiores, sua população era muito menor.

Shechem e Jerusalém, Israel e Judá, sempre foram territórios distintos e rivais. E há boa razão para diferenças entre eles: norte e sul ocupavam zonas ambientais muito diferentes.

Dois mundos nas regiões montanhosas

À primeira vista, as regiões montanhosas entre os vales de Jezrael e de Bersabéia parecem formar um bloco homogêneo, sob o aspecto geográfico. Mas os detalhes ambientais e topográficos oferecem quadro diverso. O norte e o sul possuem ecossistemas específicos que diferem em quase todos os aspectos: topografia, formação de rochas, clima, vegetação e recursos econômicos potenciais. Judá sempre foi a parte mais remota da região montanhosa, isolada por barreiras topográficas e climáticas. Em contrapartida, a parte norte dessa região consistia de uma colcha de retalhos de vales férteis, aninhados entre os declives montanhosos adjacentes. Alguns desses vales ofereciam terra cultivável em quantidade suficiente para o sustento dos habitantes de várias aldeias. Assim, a região era relativamente produtiva, com os vales interiores e a terra marginal a leste, contígua ao deserto, lavradas, em primeiro lugar, para a plantação de grãos, enquanto as áreas montanhosas eram cultivadas com oliveiras e vinhas. Embora um viajante casual

que passe hoje por essa região possa considerar sua aparência mais montanhosa que o sul, a comunicação e o transporte de produtos agrícolas era incomensuravelmente mais fácil.

Os declives a oeste eram bem mais moderados e, de fato, simplificavam mais que obstruíam a passagem e a descida para as cidades da planície costeira mediterrânea. Na extremidade norte dessa região, desdobra-se a extensão do vale de Jezrael, larga área agrícola muito rica, que também servia como a maior rota de comércio e comunicação por terra entre o Egito e a Mesopotâmia. No leste, a área das estepes desérticas era menos árida e menos acidentada que o extremo sul, possibilitando movimentação até certo ponto livre de pessoas e de mercadorias entre o espinhaço central, o vale do Jordão e as regiões montanhosas da Transjordânia, para leste.

Qualquer unidade territorial estabelecida nas regiões montanhosas do norte teria potencial econômico muito maior que as do sul. Ainda que o processo básico de assentamento nas áreas montanhosas em ambas as regiões fosse similar — mudando do pastoreio e da agricultura sazonal para uma dependência maior numa agricultura especializada — o norte tinha mais recursos e clima adequado para sua exploração. Nos estágios iniciais de cada onda de assentamentos, quando o volume da população das áreas montanhosas estava concentrado nas margens mais a leste das estepes e dos vales montanhosos orientais, os assentamentos mantiveram economia equilibrada e essencialmente auto-suficiente. Cada comunidade das vilas abastecia o próprio suprimento de produtos agrícolas e animais. Mas, quando a pressão da população e a tentação das oportunidades econômicas forçaram a expansão para a margem ocidental das regiões montanhosas, os habitantes do norte tinham uma vantagem diferenciada. Eles foram capazes de desenvolver economia especializada e sofisticada, porque os declives

ocidentais dessa região montanhosa ao norte eram menos escarpados e menos rochosos que os declives do sul, e muito mais adequados para plantar oliveiras e vinhas em pequenos lotes, dispostos em terraços nas colinas. A especialização inicial no cultivo de oliveiras e de vinhas encorajou o desenvolvimento de tecnologia para processar, de modo eficiente, esses produtos em azeite e vinho. Isso provocou também o aparecimento de instituições econômicas de mercados, de transporte e de trocas, para que as aldeias que faziam o azeite e o vinho pudessem obter os grãos e os produtos animais, vitais nas trocas de seus próprios produtos.

O que resultou disso foi uma estrutura complexa progressiva nas sociedades das regiões montanhosas ao norte e, eventualmente, a cristalização em algo semelhante a um Estado. O comércio de exportação para os povos das cidades da planície e, mais importante, para os mercados nas grandes cidades do Egito e para os portos da costa fenícia, empurrou os acontecimentos ainda mais para a frente. Assim, no começo da Idade do Ferro, as regiões montanhosas do norte preparavam-se e estabilizavam-se para se tornarem mais ricas e mais populosas que as regiões montanhosas do sul.

Formação do Estado no mundo bíblico

A evolução das regiões montanhosas de Canaã em duas sociedades organizadas foi um desenvolvimento natural. Não existe nenhuma evidência arqueológica de que essa situação no norte e no sul tenha surgido de alguma unidade política anterior, em particular de uma centralizada no sul. Nos séculos X e IX a.C., Judá ainda era muito espalhado no que diz respeito ao povoamento, com número limitado de pequenas aldeias, de fato não muito além de vinte, mais ou menos. Há boa razão para acreditar, tanto pelas estru-

turas diferenciadas dos clãs como pelos achados arqueológicos, que ali o segmento pastoral da população era significativo. E não temos ainda sólida evidência arqueológica — a despeito das incomparáveis descrições bíblicas de sua grandeza — de que Jerusalém não passava de modesta aldeia montanhosa na época de Davi, de Salomão e de Roboão. Ao mesmo tempo, a metade norte das regiões montanhosas — em especial os territórios que sabidamente escaparam da monarquia unificada — era muito ocupada por dúzias de sítios, por um sistema bem desenvolvido de assentamentos que incluía amplos centros regionais, aldeias de todos os tamanhos e pequenas vilas. Resumindo, enquanto Judá ainda era marginal e atrasado, sob o aspecto econômico, Israel florescia.

De fato, Israel caminhava muito bem para se tornar um Estado completamente desenvolvido, a poucas décadas do final presumido da monarquia unificada, por volta de 900 a.C. Por completamente desenvolvido queremos dizer: um território governado por uma máquina burocrática, que se manifesta na estratificação social confirmada pela distribuição de itens de luxo, por grandes projetos de construção e por próspera atividade econômica, incluindo o comércio com as regiões vizinhas e um sistema de assentamento completo e desenvolvido.

Em Israel, os centros administrativos regionais evoluíram no começo do século IX a.C. Eles eram fortificados, possuíam elaborados palácios construídos de blocos de cantaria e com capitéis de pedras decoradas. Os melhores exemplos são encontrados em Megiddo, Jezrael e Samaria. Mas, no sul, o uso de blocos de cantaria e de capitéis de pedra somente aparece no século VII a.C., em tamanhos reduzidos, mostrando menos influência estrangeira e menor qualidade nas técnicas de construção. Existe também grande diferença no planejamento e no desenvolvimento das cidades que sediavam as capitais;

Samaria, capital do reino do norte, foi instalada como um grande e suntuoso centro de governo, no começo do século IX, e Jerusalém só foi completamente urbanizada no final do século VIII a.C.

Além disso, a indústria do azeite progrediu em Israel desde o começo do século IX. Mas, em Judá, o sistema de produção do azeite de oliva mudou de indústria privada, caseira e local para indústria estatal apenas no século VII a.C. Finalmente, devemos olhar e analisar a história dos assentamentos nas regiões montanhosas, em que o norte foi assentado antes de Judá e atingiu níveis populacionais muito elevados. Em resumo, é seguro dizer que o reino de Israel emergiu como Estado completamente desenvolvido ao norte não muito depois do começo do século IX a.C., tempo em que a sociedade e a economia de Judá apenas tinham mudado um pouco de suas origens nas regiões montanhosas. Essa informação é corroborada também pelo registro histórico. No próximo capítulo, vamos ver como o reino do norte, de repente, apareceu no cenário do antigo Oriente Próximo como poder regional influente, na coalizão que confrontou o rei assírio Salmanasar III na batalha de Qarqar, no ano 853 a.C.

Não há dúvida de que os dois Estados da Idade do Ferro — Israel e Judá — tinham muito em comum. Ambos veneravam YHWH (entre outras deidades). Seus povos partilhavam inúmeras lendas, heróis e contos sobre eventos de seu passado distante. Eles também falavam a mesma língua, ou dialetos do hebraico, e por volta do século VIII a.C. ambos usavam a mesma escrita. Mas também eram muito diferentes, entre si, em sua composição demográfica, potencial econômico, cultura material e relacionamento com seus vizinhos. Resumindo, Israel e Judá vivenciaram histórias bem diferentes e desenvolveram culturas distintas. De certo modo, Judá era um pouco mais que a hinterlândia rural de Israel.

Começa a era de Israel

Do início ao fim de todos os milênios da história humana de Canaã, as regiões montanhosas ao norte podem ter sido mais ricas que as do sul, mas não eram nem mais prósperas nem mais urbanizadas que as cidades-Estado das planícies e das regiões costeiras canaanitas. O que tornou possível a independência inicial das regiões montanhosas foi o fato de, como vimos, o sistema das cidades-Estado de Canaã ter sofrido uma série de rebeliões destrutivas na Idade do Bronze posterior; seja por causa dos ataques e depredações dos Povos do Mar, seja por causa de rivalidades entre as cidades ou em virtude da inquietação social, a realidade é que a economia da planície foi atingida de forma bem dura.

Com o tempo, os habitantes cananeus das planícies voltaram a prosperar. Por volta do século XI a.C., os filisteus, que antes tinham se estabelecido ao longo da costa sul, consolidaram o poder de suas cidades. Os fenícios, sucessores dos cananeus que viviam nas zonas costeiras, ocuparam os portos do norte. Nos vales ao norte, enquanto lugares influentes como Megiddo foram destruídos ao longo do século XII a.C., a vida continuou, sem interrupção, nas áreas rurais menos urbanizadas. Depois de algumas décadas de abandono, mesmo os lugares mais importantes foram reocupados, aparentemente pela mesma população — os habitantes locais cananeus das planícies —, e vários centros cananeus de prestígio foram revigorados e continuaram a prosperar no século X a.C.

Bom exemplo desse processo é Megiddo; poucas décadas depois da destruição dessa cidade da Idade do Bronze posterior, com seu palácio elaborado, o assentamento no local foi retomado de maneira modesta. Poucas décadas depois, começaram a aparecer sinais de construções e de crescimento populacional, até que

Megiddo tornou-se de novo uma sólida cidade (em arqueologia, estrato VIA), com quase todas as características de sua antiga cultura cananéia. Os estilos de cerâmica pareciam os do século XII a.C.; o tamanho e o planejamento urbano da cidade eram semelhantes aos da última cidade da Idade do Bronze posterior, em Megiddo; e, mais importante, o templo cananeu ainda funcionava. Escavações em outros sítios relevantes, nos vales e na zona costeira ao norte, tais como Tel Dor (na costa oeste de Megiddo) e Tel Rehov (ao sul do mar da Galiléia), revelaram quadro análogo, de continuação do mundo cananeu de cidades-Estado, com grandes cidades ou metrópoles dominando a próspera zona rural.

Mas esse último florescimento de Canaã não durou muito. As cidades do norte seriam destruídas pela violência e pelo fogo. A devastação foi tão esmagadora que jamais se recuperaram do choque. Esse foi o suspiro final de Canaã. O que aconteceu?

O Egito, que tinha passado por longo período de declínio e afastamento do cenário internacional, restaurava, afinal, seu poder sobre as terras do norte. Perto do fim do século X a.C., o faraó Sesac, fundador da XXII dinastia (conhecida como Sheshonq nas inscrições egípcias), lançou um ataque agressivo ao norte. Essa invasão egípcia é citada na Bíblia sob a perspectiva particular judaica, numa passagem que oferece a mais antiga correlação entre registros históricos externos e o texto bíblico: "No quinto ano de Roboão, Sesac, rei do Egito, avançou contra Jerusalém; ele levou o tesouro da casa do Senhor, e os tesouros da casa do rei; ele levou tudo. Ele também levou as armaduras de ouro que Salomão havia feito" (I Reis 14,25-26). Mesmo assim sabemos agora que Jerusalém não teria sido o único alvo, ou mesmo o mais importante. Uma inscrição triunfal, mandada fazer por Sesac nas muralhas do grande templo de Karnak, no Alto Egito, lista cerca de

150 cidades e aldeias devastadas na operação, localizadas ao sul das regiões montanhosas centrais, através do vale de Jezrael e na planície costeira.

As cidades cananéias de Rehov, Betsã, Taanak e Megiddo, outrora famosas, estão listadas pelas forças egípcias como alvos e, de fato, o fragmento de uma estela de vitória com o nome de Sesac foi encontrado em Megiddo, infelizmente no meio de objetos de escavações anteriores, de modo que sua exata conexão arqueológica ficou prejudicada. Densas camadas de conflagração e colapso descobertas nesses e em outros lugares importantes do norte oferecem evidência dramática da destruição total e repentina desse antigo sistema cananeu, no final do século X a.C. Sesac, que invadiu a região em 926 a.C., é o candidato mais provável a ser o causador dessa devastação.* A lista de Karnak e os resultados de escavações recentes parecem indicar que o faraó também atacou um próspero conjunto de aldeias israelitas em desenvolvimento, nas regiões montanhosas.

Mas a campanha militar de Sesac não resultou em controle duradouro de Canaã. Quando a poeira assentou, ficou claro que o ataque nas regiões montanhosas não tinha sido devastador; o abandono de algumas aldeias ao norte de Jerusalém foi o efeito mais visível. Ainda assim, o golpe desferido nas cidades de Canaã, no vale de Jezrael, à época apenas renovadas, foi terminal. Isso teve enormes implicações, pois a destruição dos últimos vestígios do sistema das cidades-Estado de Canaã abriu uma janela de oportunidades para o povo das regiões montanhosas ao norte, que já vivenciava período de intenso crescimento demográfico e econômico. Com isso criou-se outro caminho para o aparecimento de um reino em expansão nas montanhas do norte, em direção às áreas planas adjacentes, bem no final do século X ou, mais provavelmente, no começo do século IX a.C.

* A alternativa de Sesac levanta um problema: por que o rei egípcio destruiria as cidades do vale de Jezrael, se pretendia continuar dominando Canaã? E por que ereguia elaborada estela da vitória numa cidade devastada como Megiddo? Outro possível candidato a ser o agente da destruição das cidades de Canaã é o reino de Israel, em seus primórdios.

Mais longe, para o sul, as regiões montanhosas — poucas vilas em volta de Jerusalém — mantiveram o velho regime de aldeias dispersas e de pastoreio. Apesar das narrativas bíblicas posteriores a respeito do grande império de Davi e de Salomão, que conquistaria e administraria o país do extremo norte, em Dan, ao extremo sul, em Bersabéia, a verdadeira condição de um Estado constituído não chegaria lá por outros duzentos anos.

Quatro profecias auto-realizadas

Por que a Bíblia faz uma narrativa de cisma e de separação entre Israel e Judá em que há tanta discrepância com a evidência histórica? Se os ritmos antigos da vida nas regiões montanhosas de Canaã ditaram duas culturas regionais distintas — e se os Estados de Israel e de Judá eram tão diferentes em sua natureza, desde o começo —, por que foram tão sistemática e convincentemente retratados na Bíblia como Estados gêmeos?

A resposta é insinuada em quatro predições sobre o futuro, de inspiração divina, que foram habilmente entrelaçadas na narrativa da destruição da monarquia unificada e do estabelecimento do reino independente de Israel. Esses oráculos — escritos em forma de comunicação direta entre Deus e um número de profetas — representam os esforços de uma geração posterior de intérpretes judaicos para explicar os inesperados desvios

e reviravoltas da história. O povo de Judá acreditava que Deus tinha prometido a Davi que sua dinastia estaria segura para sempre, com base em Jerusalém. E durante séculos Judá se viu à sombra de Israel, cujos reis não prestavam a menor atenção a Jerusalém. Como isso pôde ter acontecido? A narrativa bíblica atribui a culpa, de forma direta, à infidelidade religiosa de um rei judeu. E promete que a divisão de Israel entre dois reinos rivais será apenas uma punição temporária para os pecados de um membro mais velho e importante da dinastia de Davi, divinamente abençoada.

A primeira profecia culpa, de modo categórico, as transgressões pessoais do filho de Davi, Salomão, pela destruição da unidade de Israel. Embora Salomão seja retratado como um dos maiores reis de todos os tempos, sábio e rico, governando do Eufrates às fronteiras do Egito, ele era também um pecador que trouxe mulheres estrangeiras para o seu harém real, precisamente o tipo de ligação que YHWH tinha proibido aos israelitas, a fim de que casamentos com mulheres idólatras não desviassem o coração deles para a veneração de outros deuses. E é isso que a Bíblia relata, de forma precisa:

> E quando Salomão ficou velho, suas mulheres perverteram o seu coração para venerar outros deuses; e seu coração não foi mais inteiramente verdadeiro ao SENHOR, seu Deus, como fora o coração de Davi, seu pai. E Salomão foi adorar Astarte, a deusa dos sidônios, e Melcom, a abominação dos amonitas. Assim Salomão cometeu o mal diante do SENHOR, e não seguiu inteiramente o SENHOR como seu pai Davi o fizera. Então Salomão construiu um templo para Camos, a abominação de Moab, e para Melcom, a abominação dos amonitas, numa montanha a leste de Jerusalém. E assim ele fez o mesmo para todas as suas mulheres estrangeiras, que acendiam incenso e ofereciam sacrifícios para os seus deuses. (1 Reis 11,4-8)

Assim, a punição era inevitável para o herdeiro de Davi, que "não seguiu inteiramente o SENHOR como seu pai Davi o fizera". Conseqüentemente, YHWH disse a Salomão:

> Visto que procedeste assim, e não guardaste minha aliança e os meus mandamentos que eu te ordenei, eu certamente tirarei o reino de ti, e o darei a um dos teus servos. Contudo não o farei durante os teus dias, por causa do teu pai, Davi, mas é da mão do teu filho que certamente o arrebatarei. Entretanto, não te tirarei todo o reino; mas deixarei uma tribo ao teu filho, por consideração a Davi, meu servo, e por causa de Jerusalém, que eu escolhi. (1 Reis 11,11-13)

Portanto, a promessa original de Deus a Davi ficou comprometida — mas não inteiramente suspensa — em virtude do pecado de Salomão.

A segunda profecia ocupa-se com o 'servo de Salomão' que governaria no lugar de Davi; ele era Jeroboão, o filho de Nabat, da tribo de Efraim, que servira na administração de Salomão como funcionário encarregado do recrutamento entre as tribos do norte para o trabalho forçado. Um dia, saindo de Jerusalém, foi confrontado pelo profeta Aías, de Silo, que rasgou a vestimenta que usava em 12 pedaços, entregando dez deles a Jeroboão. A profecia de Aías foi dramática e decisiva:

> Toma para ti dez pedaços; pois assim disse o Senhor, o Deus de Israel: "Eis que eu arrancarei o reino das mãos de Salomão, e te darei dez tribos (mas ele ficará com uma tribo, em consideração ao meu servo Davi e a Jerusalém, a cidade que escolhi entre todas as tribos de Israel), porque ele me abandonou, e adorou Astarte, deusa dos sidônios; Camos, deus de Moab; e Melcom, deus dos amonitas, e não andou pelos meus caminhos, fazendo o que era justo diante de mim, e observando os meus preceitos e as minhas leis, como o fizera Davi, seu pai. Todavia, eu não tirarei o reino inteiro das tuas mãos; mas o farei governar todos os dias

da tua vida, por causa de meu servo Davi, a quem eu escolhi, e que observou os meus mandamentos e os meus preceitos; mas eu tirarei o reino das mãos do seu filho, e darei dez tribos a ti. Mas ainda darei uma tribo ao filho dele, para que meu servo Davi sempre possa manter uma lâmpada acesa diante de mim, em Jerusalém, a cidade que eu escolhi, para que meu nome seja reverenciado. Quanto a ti, eu tomarei de ti, e tu reinarás sobre tudo o que a tua alma desejar, e tu serás o rei de Israel. E se ouvires tudo que te ordeno, e andares nos meus caminhos, e fizeres o que é justo diante dos meus olhos, mantendo meus mandamentos e meus preceitos, como meu servo Davi o fez, eu estarei contigo, e te edificarei uma casa segura, como construí para Davi. Eu te darei Israel, e humilharei, por causa disso, os descendentes de Davi, mas não para sempre". (1 Reis 11,31-39)

Diferentemente da promessa a Davi, a promessa de Deus a Jeroboão era condicional: YHWH manteria seu reino seguro enquanto ele fizesse o que era justo e honrado aos olhos de Deus. Mas ele não o fez:

Então Jeroboão fortificou Shechem nas terras montanhosas de Efraim, onde habitou, e de onde saiu e fortificou Fanuel. E Jeroboão disse ao seu coração: "Agora o reino voltará para a casa de Davi; se o seu povo for a Jerusalém para oferecer sacrifícios na casa do SENHOR, então o coração do seu povo se voltará novamente para o seu senhor, para Roboão, rei de Judá, e eles me matarão e voltarão para Roboão, rei de Judá". Assim, o rei considerou o que seu coração dissera, e fez dois bezerros de ouro. E ele disse ao seu povo: "Não torneis mais a Jerusalém. Eis aqui os vossos deuses, ó Israel, que te tiraram da terra do Egito". E ele colocou um dos bezerros em Betel, e o outro em Dan. E isso se tornou um pecado, porque o povo foi adorar um deus em Betel, e o outro, em Dan. (1 Reis 12,25-30)

O rei Jeroboão, recentemente ungido, logo recebeu uma chocante visão de condenação. Ele estava no meio de uma cerimônia, oficiando no santuário do bezerro de ouro em Betel, num festival

de outono organizado, talvez, para desviar os peregrinos das celebrações em Jerusalém, quando foi confrontado no altar por uma figura parecida com um profeta, que é identificado no texto bíblico apenas como "um homem de Deus".

E eis que um homem de Deus veio de Judá para Betel, por ordem do SENHOR. Jeroboão estava diante do altar para queimar incenso. E o homem clamou contra o altar, por ordem do SENHOR, e disse: "Oh! altar, altar, assim disse o SENHOR: Eis que nascerá um filho da casa de Davi, de nome Josias; e ele imolará sobre ti os sacerdotes dos lugares altos que agora queimam incenso sobre ti, e ele queimará as ossadas humanas sobre ti". (1 Reis 13,1-2)

Essa é uma profecia incomparável, porque o 'homem de Deus' revelou o nome do rei de Judá que três séculos depois ordenaria a destruição daquele mesmo santuário, matando todos os seus sacerdotes e profanando o altar com os seus restos. É algo como ler a história da escravidão escrita na América colonial do século XVII na qual houvesse uma passagem predizendo o nascimento de Martin Luther King. E isso não é tudo: Jeroboão ficou profundamente abalado pela profecia, e pouco depois seu filho Abias caiu doente. Logo em seguida, a mulher de Jeroboão foi ao antigo lugar do culto em Silo, para falar com o profeta Aías, o mesmo que tinha previsto que Jeroboão reinaria sobre todas as tribos do norte. Aías não teve palavras para consolar a mãe preocupada. Em vez disso, ele fez uma quarta profecia, uma das mais arrepiantes da Bíblia:

"Vai e fala a Jeroboão, assim diz o SENHOR, o Deus de Israel: 'Porque eu te exaltei entre o povo, e fiz de ti o líder sobre meu povo Israel, e dividi o reino da casa de Davi, e o dei a ti; e ainda assim, tu não tens sido como meu servo Davi, que observou os meus mandamentos, e me seguiu com

todo o seu coração, fazendo somente o que era justo diante dos meus olhos; mas tu fizeste um mal muito maior que todos os que te antecederam, e fabricaste outros deuses fundidos para ti, provocando a minha ira, virando as costas para mim; por isso, eu farei cair todos os males sobre a casa de Jeroboão, e farei morrer todos os filhos homens de Jeroboão, tanto o encarcerado como o livre, em Israel, e no final de tudo, destruirei a casa de Jeroboão, como um homem queima o esterco até que ele se acabe. Qualquer um que pertença à casa de Jeroboão e que morra na cidade será comido pelos cães, e quem morrer nos campos será comido pelas aves de rapina; porque assim o disse o SENHOR'. Assim, levanta-te e vai para tua casa. Quando teus pés entrarem na cidade, o menino morrerá. E todo Israel o pranteará e o enterrará; porque ele será o único membro da família de Jeroboão que será enterrado, pois só nele, entre todos os da casa de Jeroboão, existe algo que agrada o SENHOR, o Deus de Israel. Além disso, o SENHOR escolherá para Si um rei sobre Israel, que exterminará a casa de Jeroboão. E dessa maneira o SENHOR irá ferir Israel. Como o caniço é levado na água, assim o SENHOR tirará as raízes de Israel da sua boa terra que ele deu aos seus antepassados, e espalhará os filhos de Israel além do Eufrates, porque eles fizeram seus postes sagrados, provocando a ira do SENHOR. E ele desistirá de Israel por causa dos pecados que Jeroboão cometeu e fez Israel cometer". (1 Reis 14,7-16)

A precisão da primeira profecia do 'homem de Deus' denuncia a época em que foi escrita. O rei da casa de Davi, Josias, que conquistou e destruiu o altar em Betel viveu no final do século VII a.C. Por que uma história que tem lugar no século X a.C. precisa usar uma figura de um futuro tão distante? Qual é a razão para descrever o que um rei justo e honrado chamado Josias vai fazer? A resposta é a mesma que sugerimos, explicando por que as histórias dos patriarcas, do Êxodo e da conquista de Canaã são repletas de alusões ao século VII. O fato inevitável é que os livros dos Reis são tanto um apaixonado argumento religioso — escrito no século VII a.C. — como são também obras de história.

Naquele tempo, o reino de Israel não passava de lembrança desbotada, com suas cidades devastadas e grande número de seus habitantes deportado para cantos remotos do império assírio. E, enquanto isso, Judá prosperava, desenvolvendo ambições territoriais e afirmando ser o único herdeiro legítimo dos extensos territórios de Israel. A ideologia e a teologia do historiador da última monarquia estavam baseadas em vários pilares, entre os quais o mais importante era a idéia de que o culto israelita deveria ser totalmente centralizado no Templo de Jerusalém. O centro rival de culto, em Betel, não tão longe de Jerusalém, deve ter sido considerado uma ameaça mesmo antes da destruição do reino do norte. E pior: ainda estava ativo no começo do século VII, talvez atraindo pessoas que viviam nos territórios do antigo reino do norte, a maioria delas israelitas que não tinham sido exiladas. O centro de culto em Betel representava concorrência perigosa para as ambições políticas, territoriais e teológicas de Judá, no tempo do rei Josias. E a inevitabilidade da queda de Israel — e o triunfo de Josias — tornou-se o tema central do relato bíblico.

História que adverte

Assim, por toda a descrição da história do reino do norte, essas são as razões que justificam que o historiador deuteronomista transmita ao leitor uma mensagem dupla, contraditória de alguma maneira. De um lado, ele descreve Judá e Israel como Estados irmãos; de outro lado, desenvolve forte antagonismo entre ambos. A ambição de Josias era se expandir para o norte e apoderar-se dos territórios nas regiões montanhosas que antes tinham pertencido ao reino do norte. Dessa maneira, a Bíblia sustenta essa ambição, explicando que o reino do norte se estabeleceu nos territórios da

mítica monarquia unificada, a qual era governada de Jerusalém; que era um Estado israelita irmão; que seu povo era formado por israelitas que deveriam ter realizado o culto em Jerusalém; que os israelitas ainda vivendo naqueles territórios deveriam voltar seus olhos para Jerusalém; e que Josias, o herdeiro da casa de Davi e da promessa eterna de YHWH a Davi, é o único e verdadeiro legatário dos territórios do reino derrotado de Israel. Por outro lado, os autores da Bíblia precisavam tirar a legitimidade do culto do norte — em especial do santuário em Betel — e demonstrar que as diferenciadas tradições religiosas do reino do norte eram do mal, que deveriam ser apagadas e substituídas pela veneração centralizada no Templo de Jerusalém.

A história deuteronomista conclui tudo isso. No final do livro 2º de Samuel, o piedoso Davi é mostrado estabelecendo um grande império. No começo do livro 1º dos Reis, seu filho Salomão ascende ao trono e continua a prosperar. Mas a riqueza e a prosperidade não eram suficientes. Ao contrário, trouxeram a idolatria. O pecado de Salomão conduziu à morte a era de ouro. Então, YHWH escolheu Jeroboão para liderar o Estado do reino do norte, para ser um segundo Davi. Mas Jeroboão peca ainda mais que Salomão, e o reino do norte perde sua única oportunidade: o restante de sua história é um triste declínio em direção à ruína.

Entretanto, sob a liderança de Josias, chega o momento de Judá ressurgir para a grandeza. Mas, para reviver a era de ouro, esse novo Davi necessita primeiro anular os pecados de Salomão e de Jeroboão. O caminho para a grandeza precisa passar pela limpeza e purificação de Israel, sobretudo a destruição do santuário em Betel. Isso conduzirá à reunificação de todo Israel — povo e território — sob o Templo de YHWH e o trono de Davi, em Jerusalém.

Assim, é essencial lembrar que a narrativa bíblica não considera a divisão da monarquia unificada de Davi e Salomão como o ato final, mas como desgraça temporária. Ainda pode ter um final feliz. Se o povo resolver mudar seus hábitos e viver novamente como um povo sagrado, afastado das seduções e dos ídolos estrangeiros, YHWH vencerá todos os seus inimigos e lhe dará o descanso eterno e a satisfação dentro de sua Terra Prometida.

VII

Primeiro reino esquecido de Israel

884-842 a.C.

Violência, idolatria e ganância foram as marcas de Israel, o reino do norte, como descrito, com detalhes sangrentos, no primeiro e no segundo livro dos Reis. Depois de Jeroboão, os principais vilões da história são os amrides, a grande dinastia do norte fundada por Amri, antigo general israelita cujos sucessores tornaram-se tão poderosos que conseguiram pôr um de seus príncipes no trono de Judá. A Bíblia acusa o casal mais famoso dos amrides — rei Acab e sua notória mulher, Jezabel, princesa fenícia — de cometer, com freqüência, alguns dos maiores pecados bíblicos: introduzir o culto de deuses estrangeiros na terra de Israel, assassinar sacerdotes leais e profetas de YHWH, confiscar, sem motivo, a propriedade de seus súditos e violar as sagradas tradições de Israel com arrogante impunidade.

Os amrides são lembrados entre os mais desprezíveis personagens da história bíblica. Ainda assim, a nova visão arqueológica do reino de Israel oferece perspectiva bem diferente de seus reinados. De fato, se autores e compiladores da Bíblia tivessem sido historiadores, no sentido moderno, poderiam ter dito que Acab foi um rei poderoso, que levou Israel pela primeira vez à proemi-

Tabela 5 — Dinastia amride

REI	PERÍODO*	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Amri	884-873 a.C.	Fundação de Samaria	Citado na estela de Mesha, em Moab	Fundação de Samaria
Acab	873-852 a.C.	Casa com a princesa fenícia Jezabel; constrói casa para Baal, em Samaria; apodera-se das vinhas de Nabot; é confrontado pelo profeta Elias; empreende várias guerras contra os arameus e morre no campo de batalha	Salmanasar III menciona grande força de bigas de Acab, na batalha de Qarqar, em 853 a.C.; possivelmente citado na inscrição Tel Dan	Principal fase de construção em Samaria; conjunto do palácio de Jezrael; palácios de Megiddo; muralha e portão de Hazor
Ocozias	852-851 a.C.	Reinado curto; adoece e morre		
Jorão	851-842 a.C.	Derrota Moab; é ferido na batalha contra Hazael, de Aram-Damasco; profecias de Elias	Mencionado, aparentemente, na inscrição Tel Dan	Destrução do conjunto do palácio de Jezrael; camadas de destruição em outros sítios do norte

* Fontes: *Anchor Bible Dictionnary*; *The chronology of the kings of Israel and Judah*, de Galil.

nência no cenário mundial, e que seu casamento com a filha do rei fenício Etbaal foi um golpe brilhante de diplomacia internacional; que os amrides construíram cidades magníficas para servir como centros administrativos de seu reino em expansão; lembrariam que Acab e seu pai, Amri, conseguiram organizar um dos mais poderosos exércitos na região, com o qual conquistaram extensos territórios no extremo norte e na Transjordânia. Com certeza, também teriam observado que Amri e Acab não eram piedosos, em particular, e que algumas vezes foram extravagantes e agiram com brutalidade. Mas o mesmo poderia ter sido dito a respeito de qualquer outro monarca do antigo Oriente Próximo.

De fato, o reino de Israel, como Estado, usufruiu riqueza natural e intensas e extensas relações comerciais, destacando-se de outros reinos prósperos da região. Como observado no capítulo anterior, Israel tinha a organização necessária para realizar projetos monumentais de obras públicas, para estabelecer um exército profissional e uma burocracia, e para desenvolver complexo conjunto de hierarquia de metrópoles, cidades e aldeias, características que, em última análise, permitiram a instalação do primeiro reino israelita constituído. Tais características, realizações e objetivos foram muito diferentes dos do reino de Judá. Como conseqüência, os amrides ficaram quase totalmente obscurecidos em virtude da condenação da Bíblia, que sustenta as asserções sobre a predominância da dinastia do sul, da casa de Davi, degradando e deturpando quase tudo o que a dinastia do norte realizou.

Ascensão e queda da casa de Amri

Os livros dos Reis oferecem apenas descrição incompleta das primeiras décadas turbulentas do independente reino de Israel. De-

pois de vinte e dois anos de reinado de Jeroboão, seu filho e sucessor, Nadab, foi destronado por um golpe militar, no qual todos os membros sobreviventes de sua casa real foram mortos (cumprindo assim as palavras do profeta Elias, de que nenhum dos filhos de Jeroboão sobreviveria). O novo rei, Baasa, talvez antigo comandante militar, mostrou de imediato sua natureza belicosa, declarando guerra ao reino de Judá e lançando suas forças contra Jerusalém. Mas viu-se rapidamente forçado a retirar sua pressão contra o reino do sul, quando seu próprio reino foi invadido pelo rei de Damasco, Ben-Adad.

Logo depois da morte de Baasa, seu filho Ela foi deposto em outra rebelião militar, na qual a casa de Baasa foi aniquilada (1 Reis 16,8-11). Mas o líder rebelde Zambri, comandante de bigas, reinou só sete dias. O povo de Israel uniu-se para declarar Amri, comandante do exército, o novo rei de Israel. Depois de breve cerco à capital real de Tersa — e do suicídio do usurpador Zambri nas chamas do palácio — Amri consolidou seu poder e estabeleceu a dinastia que governaria o reino do norte nos quarenta anos seguintes.

Nos doze anos do seu reinado, Amri construiu uma capital no lugar chamado Samaria e consolidou as fundações para a continuidade do governo de sua dinastia. Então, o filho de Amri, Acab, subiu ao trono, reinando sobre Israel pelos vinte e dois anos seguintes. A avaliação bíblica de Acab foi ainda mais dura do que o tratamento habitual reservado aos monarcas do norte, detalhando a extensão de suas relações com o exterior e de sua idolatria, com ênfase em sua famosa mulher, estrangeira, que o levou à apostasia:

> E Acab, o filho de Amri, fez o mal diante do SENHOR, mais e maior do que qualquer outro antes dele. E como se para ele tivesse sido uma coisa fácil continuar caminhando na trilha dos pecados de Jeroboão, filho de Nabat, ele tomou como esposa a Jezabel, a filha de Etbaal, rei dos sidônios fenícios, e passou a servir e adorar Baal. Ele ergiu um altar para Baal, no

templo de Baal, que construiu em Samaria. E Acab fez um poste sagrado. Acab ainda fez mais para provocar o SENHOR, o Deus de Israel, para enfurecê-lo mais que qualquer outro dos reis de Israel que o precederam. (1 Reis 16,30-33)

Diz-se que Jezabel apoiava o clero pagão em Samaria, abrigando "quatrocentos e cinqüenta profetas de Baal e quatrocentos profetas de postes sagrados" em seu espaçoso palácio real. E, além disso, ela ordenou que todos os profetas de YHWH no reino de Israel fossem assassinados.

A narrativa bíblica continua, dedicando a maior parte de sua descrição aos crimes e pecados dos amrides e a sua contínua batalha de sagacidade com Elias e seu protegido, Eliseu, dois famosos profetas de YHWH que circulavam por todo o norte. Elias logo confrontou Acab e exigiu que todos os profetas de Baal e dos postes sagrados (ídolos de madeira) "que comiam na mesa de Jezabel" se reunissem no monte Carmelo para uma disputa de vontades sagradas. Ali, na frente de 'todo o povo', cada um dos dois lados construiu um altar para seu deus, sobre o qual sacrificou um touro, bradando que a deidade escolhida consumisse a oferta com o fogo. Enquanto Baal não respondia aos clamores de seus profetas, YHWH enviou imediatamente um grande fogo dos céus para consumir a oferta de Elias. Vendo isso, as testemunhas reunidas prostraram-se. "O Senhor, Ele é Deus", eles exclamaram, e perseguiram os profetas de Baal, assassinando-os no córrego Quison.

A rainha Jezabel reagiu com fúria e Elias, rápido, fugiu para o deserto. Chegando à desolada região de Horeb, a montanha de Deus, ele recebeu o oráculo divino. YHWH falou diretamente com Elias e pronunciou uma profecia de condenação de toda a casa de

Amri. YHWH o instruiu a apontar Hazael como rei de Aram-Damasco, o mais perigoso rival de Israel. Elias também recebeu ordem de ungir Jeú, comandante militar de Acab, o próximo rei de Israel. Por fim, Elias foi instruído a tornar Eliseu o profeta que iria substituí-lo. YHWH tinha determinado que Hazael, Jeú e Eliseu puniriam a casa de Amri por seus pecados: "E aquele que escapar da espada de Hazael será morto por Jeú; e aquele que escapar da espada de Jeú será morto por Eliseu" (1 Reis 19,17).

Ainda assim, YHWH deu uma segunda chance ao reino do norte, ocasião em que socorreu Israel, quando Ben-Adad, rei de Aram-Damasco, invadiu o país e fez cerco a Samaria. Ele deu uma terceira chance quando permitiu que Acab derrotasse Ben-Adad numa batalha perto do mar da Galiléia, no ano seguinte. Mas Acab deu provas de que não merecia a ajuda divina. Ele decidiu poupar a vida de seu inimigo em troca de recompensas terrenas: a devolução das cidades que antes tinham pertencido ao reino de Israel e o direito de 'montar bazares' em Damasco. Um profeta de YHWH disse a Acab que ele pagaria com a vida por não obedecer à ordem de YHWH, de que Ben-Adad fosse morto.

A Bíblia então narra a história sobre a conduta imoral do casal perverso contra seu próprio povo, outro pecado pelo qual pagariam com suas vidas. Também aconteceu que um homem chamado Nabot possuía uma vinha perto do palácio de Acab, em Jezrael, e que a vinha começou a atrapalhar os planos de expansão de Acab. Procurando se apoderar da terra para ampliar as instalações de seu palácio, Acab fez uma oferta que considerou irrecusável a Nabot: ele ficaria com a vinha de Nabot e lhe daria outra muito melhor ou, se Nabot preferisse, Acab poderia pagar-lhe em espécie. Mas Nabot não estava interessado em se desfazer da herança de sua família por nenhum motivo e, teimando, a recusou. Jezabel, mulher de Acab,

tinha outra solução: fabricou uma prova de blasfêmia contra Nabot e presenciou, com satisfação, o povo de Jezrael apedrejar Nabot até a morte. Tão logo Acab se apoderou da vinha, o profeta Elias apareceu mais uma vez em cena. Sua profecia foi aterrorizante:

> Assim diz o Senhor: "Mataste, e te apoderaste do que não é teu?... Por isso, no lugar onde os cães lamberam o sangue de Nabot, cães lamberão o teu sangue... eis que eu trarei a desgraça sobre o mal; no final eu os aniquilarei, e eu cortarei a vida de todo filho varão de Acab, em Israel, cativo ou livre; e eu trarei para a tua casa a destruição que levei à casa de Jeroboão, o filho de Nabat, e como à casa de Baasa, o filho de Aías, pela ira que me provocaste, e porque fizeste Israel pecar. E sobre Jezabel o SENHOR também disse: Os cães comerão Jezabel dentro dos limites de Jezrael. Quem quer que pertença a Acab e que morra na cidade será comido pelos cães; e quem quer que morra no campo aberto será comido pelas aves de rapina". (1 Reis 21,19-24)

Naquele tempo, os reinos de Israel e de Judá tinham feito uma aliança na qual Josafá, rei de Judá, juntaria suas forças às de Acab para atacar Aram-Damasco, em Ramot de Galaad, do outro lado do Jordão. Durante a luta, Acab foi atingido por uma flecha e morreu no campo de batalha; seu corpo foi levado de volta a Samaria, para um enterro real, e quando sua biga estava sendo lavada os cães lamberam o seu sangue, a sombria concretização da profecia de Elias.

Então, o filho de Acab, Ocozias, subiu ao trono e também cometeu pecados graves. Ferido numa queda "através da treliça na sua câmara superior em Samaria", ele enviou mensageiros para consultar Baal Zebub, o deus da cidade filistéia de Acaron, sobre a expectativa de sua recuperação. Mas Elias, castigando-o por ter apelado a um ídolo estrangeiro em vez de a YHWH, anunciou sua morte iminente.

Por fim, Jorão, o irmão de Ocozias e quarto e último rei da dinastia amride, subiu ao trono. Em resposta a uma rebelião de Mesha, rei de Moab, que há muito tempo era vassalo de Israel, Jorão marchou contra Moab, junto com Josafá, rei de Judá, e um rei não identificado, de Edom. O profeta Eliseu prenunciou a vitória somente porque o rei de Judá, o justo Josafá, estava com eles. E, de fato, os moabitas foram vencidos pela aliança de Israel, Judá e Edom e tiveram suas cidades destruídas.

Ainda assim, a dinastia amride não pôde, ao final, escapar de seu destino, a completa ruína. Com a ascensão de Hazael como rei de Damasco, declinou a sorte militar e política da dinastia amride. Hazael derrotou o exército de Israel em Ramot de Galaad, ao leste do Jordão, e o rei israelita, Jorão, foi gravemente ferido no campo de batalha. Naquele momento de crise, Eliseu enviou um dos filhos dos profetas de YHWH para ungir Jeú, o comandante do exército, como rei de Israel, para que ele pudesse, enfim, aniquilar a casa de Acab. E assim aconteceu. Regressando ao palácio dos amrides em Jezrael para cuidar do seu ferimento, na companhia do rei Ocozias de Judá, Jorão foi confrontado por Jeú (simbolicamente, na vinha de Nabot), que o matou com uma flecha no coração. Ocozias tentou escapar, mas foi ferido e morreu na cidade vizinha de Megiddo, para a qual tinha fugido.

O extermínio da família de Acab estava chegando ao seu clímax. Então, Jeú entrou no palácio real de Jezrael e ordenou que Jezabel fosse jogada de uma janela do andar superior do edifício. Jeú mandou que seus servos levassem o corpo dela para ser enterrado, mas eles acharam apenas sua caveira, seus pés e as palmas de suas mãos no pátio; os cães vadios tinham comido a carne do corpo de Jezabel, exatamente como Elias havia profetizado. Enquanto isso, os filhos dos reis de Israel que viviam em Samaria — seten-

ta ao todo — foram assassinados e suas cabeças colocadas em cestas e enviadas para Jeú, em Jezrael. Ele ordenou que as cabeças fossem empilhadas em público, na entrada do portão da cidade, e depois partiu para a Samaria, onde matou todos os membros remanescentes da casa de Acab. Assim, extinguiu-se para sempre a dinastia amride, e a terrível profecia de Elias foi realizada até sua última palavra.

Fronteiras distantes e poder militar

A tragédia da corte da casa de Amri é um clássico literário, repleto de personagens vívidos e de cenas teatrais, nas quais os crimes da família real contra seu próprio povo são punidos com extinção sangrenta. A memória dos reinos de Acab e Jezabel permaneceu clara durante séculos, como podemos constatar, em virtude de sua inclusão num registro tão valioso como a história deuteronomista, compilada mais de duzentos anos depois da decadência daqueles reinos. Ainda assim, a narrativa bíblica é tão repleta de inconsistências e anacronismos e tão influenciada pela teologia dos escritores do século VII a.C. que deve ser considerada mais como romance histórico do que como uma crônica histórica acurada. Entre outras inconsistências, a relatada invasão de Samaria por Ben-Adad, de Damasco, não aconteceu durante o reinado de Acab, mas num período posterior da história do reino do norte. A menção de uma aliança de Israel com um rei não identificado de Edom é também um anacronismo, porque não existe indício de monarquia em Edom senão mais de um século depois do tempo dos amrides. De fato, quando são retirados os anacronismos e as histórias de ameaças feitas e profecias concretizadas, sobra muito pouco material verificável no registro bíblico,

exceto a seqüência dos reis israelitas, alguns de seus mais famosos projetos de construção e as áreas genéricas de atividade militar.

Felizmente existem — pela primeira vez na história de Israel — algumas fontes externas de informação histórica que nos permitem olhar os amrides sob perspectiva diferenciada, como os governantes militares, poderosos, de um dos Estados mais fortes no Oriente Próximo. A chave para essa nova compreensão é o repentino aparecimento de inscrições que se referem, de forma direta, ao reino de Israel. A primeira menção ao reino do norte na época dos amrides não é acidental. O avanço do império assírio para o ocidente, vindo de seu território vital na Mesopotâmia — com sua burocracia desenvolvida e sua longa tradição de registrar os atos de seus governantes em declarações públicas —, influenciou muito a cultura de Estados cristalizados como Israel, Aram e Moab. Começando no século IX a.C., nos registros dos próprios assírios e naqueles dos Estados com poderes menores no Oriente Próximo, nós conseguimos, por fim, testemunho de primeira mão sobre personalidades e acontecimentos descritos no texto bíblico.

No tempo de Salomão e Davi, a organização política na região ainda não tinha alcançado o estágio em que existiam burocracias amplas e inscrições monumentais. Na época dos amrides, um século depois, os processos econômicos internos e as pressões políticas externas tinham provocado o aparecimento de Estados nacionais e territoriais inteiramente desenvolvidos no Levante. Num sentido antropológico, *completamente desenvolvido* implica um território governado por uma complexa estrutura burocrática, que é capaz de organizar projetos de construção de obras públicas, de manter exército permanente e de desenvolver conexões comerciais regulares com regiões vizinhas. É capaz de manter registros de suas ações em arquivos e em ins-

crições monumentais expostas para a visão pública. No século IX e depois, acontecimentos políticos maiores foram registrados em escrita monumental, a partir da perspectiva de cada rei. Essas inscrições são cruciais para estabelecer datas precisas para os acontecimentos e para as personalidades mencionadas na Bíblia. E, para qualquer pessoa que conhece a versão da Bíblia, as inscrições oferecem retrato inesperado da extensão e do poder do reino de Israel.

De todas, a mais valiosa é a estela de Mesha, encontrada em 1868 na superfície de um cômoro remoto em Diban, sul do Jordão, a leste do mar Morto, o local da bíblica Dibon, capital do reino de Moab. Essa monumental inscrição foi muito danificada nas disputas entre exploradores europeus rivais e beduínos locais, mas seus fragmentos sobreviventes foram restaurados para oferecer o que é, até hoje, o mais longo texto extrabíblico jamais encontrado no Levante. É escrito em língua moabita, que tem relação aproximada com o hebreu, e registra os feitos do rei Mesha, que conquistou os territórios ao norte de Moab e estabeleceu sua capital em Dibon. A descoberta da inscrição causou grande excitação no século XIX, porque Mesha é mencionado no livro 2º Reis 3 como vassalo rebelde do reino do norte de Israel.

Nessa inscrição temos, pela primeira vez, o outro lado da história, a primeira descrição não-bíblica sobre os amrides até então encontrada. Os eventos nela registrados aconteceram no século IX a.C., quando, de acordo com seu texto fragmentado, "Amri [era] rei de Israel, e ele oprimiu Moab durante muitos dias [anos]... E seu filho o sucedeu, e ele também disse: Eu humilharei Moab. Nos meus dias [anos], ele falou assim... E Amri se apoderou da terra de Medeba. E ele a habitou nos seus dias [anos], e na soma dos dias [anos] do seus filhos: quarenta anos".

Essa inscrição continua a relatar como Mesha expandiu, aos poucos, seu território em rebelião contra Israel, destruindo os principais assentamentos dos israelitas a leste do Jordão, enquanto fortificava e ornamentava sua própria capital. Embora Mesha mal consiga disfarçar seu desprezo por Amri e por seu filho Acab, nós podemos, todavia, depreender de sua inscrição triunfal que o reino de Israel chegou até o extremo leste e até o sul, a partir de seu território original nas regiões montanhosas centrais.

Da mesma maneira, é possível saber sobre os conflitos com Aram-Damasco a partir da inscrição 'casa de Davi', descoberta na cidade bíblica de Dan em 1993. Embora o nome do monarca que a erigiu não tenha sido encontrado nos fragmentos desenterrados até agora, existe pouca dúvida, no contexto geral, de que ele era o poderoso Hazael, rei de Aram-Damasco. Ele é citado várias vezes na Bíblia, em particular como instrumento de Deus para humilhar a casa de Amri. Segundo a inscrição, parece que Hazael capturou a cidade de Dan, onde ergueu uma estela triunfal por volta de 835 a.C. A inscrição registra as palavras do vitorioso Hazael em sua irada acusação de que "previamente, o rei de I[s]rael entrou na terra do meu pai". Como a inscrição menciona aparentemente o nome do filho e sucessor de Acab, Jorão, a implicação é clara. O reino de Israel, sob o domínio dos amrides, se espalhou através das regiões montanhosas centrais e dos vales de Israel, até a vizinhança de Damasco e em direção ao sul até os territórios de Moab, governando sobre uma população considerável de não-israelitas.

Também ficamos sabendo que esse 'império' amride possuía força militar poderosa. Embora o relato bíblico sobre a dinastia amride enfatize repetidos desastres militares — e não faça qualquer menção à ameaça da Assíria — há alguma evidência marcante do poder dos amrides, deixada pelos próprios assírios. Salmanasar III,

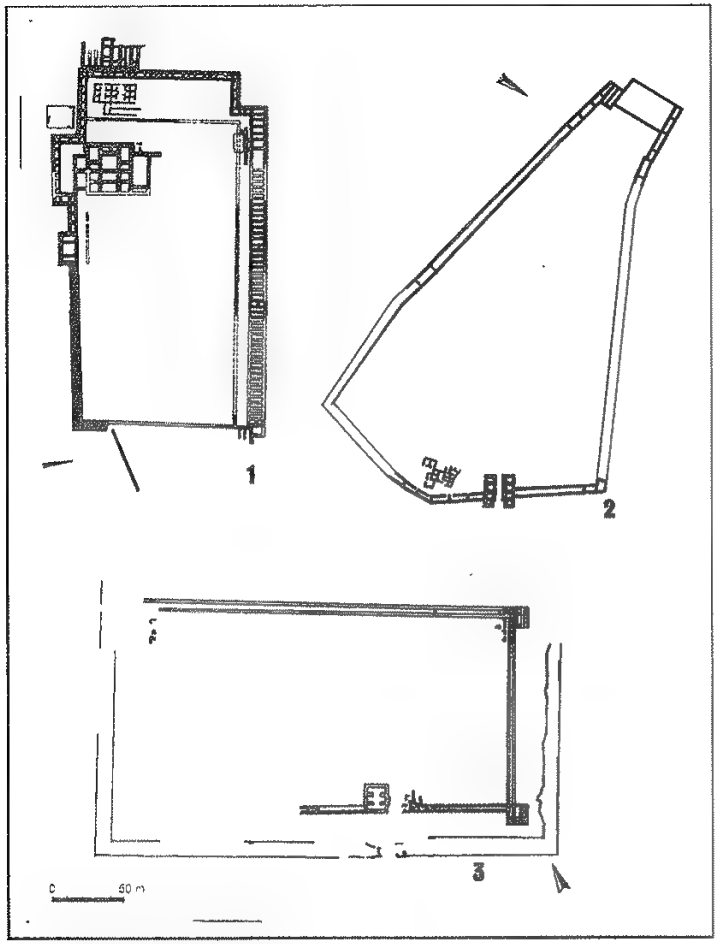

Figura 18 — Planos de três sítios amrides: 1. Samaria; 2. Hazor; 3. Jezrael (os planos são desenhados na mesma escala)

Nota: As plantas de número 1 e 2 são cortesia do professor Zeev Herzog, da Universidade de Tel Aviv.

um dos grandes reis assírios, que governou nos anos 858-824 a.C., oferece talvez o mais claro elogio (se bem que involuntário) do poder dessa dinastia. No ano 853 a.C., Salmanasar liderou uma grande invasão assíria para oeste, a fim de intimidar e, talvez, conquistar os Estados menores da Síria, Fenícia e Israel. Seus exércitos avançados foram confrontados por uma coalizão antiassíria perto de Qarqar, no rio Orontes, Síria ocidental. Salmanasar se vangloria da sua grande vitória em um valioso texto antigo, conhecido como Inscrição Monolítica, encontrado por volta do ano 1840 pelo explorador inglês Austen Henry Layard, no antigo sítio assírio de Nimrud. A pedra escura do monumento, escrita em caracteres cuneiformes, registrou as forças organizadas contra Salmanasar: "1.200 bigas, 1.200 cavaleiros, 20.000 soldados de Hadadezer, de Damasco, a pé, 700 bigas, 700 cavaleiros, 10.000 soldados de Irhuleni, de Hamath, a pé, 2.000 bigas, 10.000 soldados a pé, de Acab, o israelita, 500 soldados de Que, 1.000 soldados de Musri, 10 bigas, 10.000 soldados de Irqanata..."

Não apenas é essa a mais antiga evidência antibíblica sobre um rei de Israel, pela menção das 'armas pesadas' (bigas), como fica claro que Acab era o membro mais poderoso da coalizão antiassíria. E embora o grande Salmanasar tenha clamado vitória, o resultado prático dessa confrontação fala mais alto que a gabolice real. Salmanasar regressou, de imediato, à Assíria e, pelo menos o avanço das tropas para oeste foi bloqueado durante algum tempo.

Assim, aprendemos de três antigas inscrições (ironicamente de três dos mais ferozes inimigos de Israel) a informação que suplementa, de modo tocante, o relato bíblico. Embora a Bíblia fale de um exército arameu sitiando Samaria, Amri e seus sucessores foram, de fato, reis poderosos que expandiram o território de seu reino e mantiveram o que talvez tenha sido um dos maio-

res exércitos permanentes da região. E eles estavam profundamente envolvidos em política internacional (no tempo em que o reino de Judá foi silenciosamente ignorado pela inscrição de Salmanasar), num esforço contínuo para manter sua independência contra rivais regionais e contra a gigantesca ameaça do império assírio.

Palácios, estábulos e cidades-armazéns

A evidência arqueológica também revela que os amrides superaram quaisquer outros monarcas de Israel e de Judá como construtores e administradores; de certa maneira, a deles foi a primeira era de ouro dos reis israelitas. Ainda assim, a descrição do reino amride na Bíblia é bastante vaga e superficial. Exceto pela menção a elaborados palácios em Samaria e em Jezrael, quase não existe referência ao tamanho, à escala e à opulência de seu reinado. No começo do século XX, a arqueologia começou a estabelecer significativa colaboração, à medida que progrediam as maiores escavações no sítio da cidade de Samaria, capital dos amrides. É difícil que exista alguma dúvida sobre se Samaria foi, de fato, construída pelos amrides, pois fontes assírias posteriores chamam o reino do norte de 'a casa de Amri', indicação de que foi ele o fundador de sua capital. O sítio, escavado primeiramente em 1908-1910, por uma expedição da Harvard University, foi explorado depois na década de 1930, por uma equipe formada por americanos, britânicos, judeus e palestinos; esse sítio revelou ainda mais o esplendor da dinastia amride.

Mesmo hoje, o sítio de Samaria impressiona. Situado entre colinas moderadamente onduladas, plantadas com oliveiras e amendoeiras, contempla rica região agrícola. A descoberta de

alguns cacos de cerâmica, algumas paredes e um grupo de instalações cortadas na rocha indicava que tinha sido habitado antes da chegada de Amri; parece ter sido uma pobre aldeia israelita ou uma fazenda do século XI e X a.C. Pode, inclusive, ser a herança de Semer, dono original da propriedade, mencionado no livro 1º Reis 16,24. De qualquer maneira, com a chegada de Amri e de sua corte, por volta de 880 a.C., os edifícios da fazenda foram derrubados, e um opulento palácio, com casas contíguas para servos e o pessoal da corte, foi erguido no alto da colina.

Samaria parece ter sido concebida, desde o início, como a capital pessoal da dinastia amride; foi a grandiosa manifestação arquitetônica do domínio de Amri e de Acab (figura 18,1, página 246). Entretanto, por estar localizada no topo de uma pequena colina, não era o lugar ideal para amplo complexo real. A solução dos construtores para esse problema — inovação audaciosa de Israel na Idade do Ferro — foi realizar maciças operações de transporte de terra, a fim de criar imensa plataforma artificial no topo da colina. Enorme muralha (edificada com salas interligadas, ou casamatas) foi levantada em torno da colina, enquadrando o topo e os declives altos numa grande cerca retangular. Quando a muralha de sustentação estava concluída, turmas de trabalhadores encheram seu interior com milhares de toneladas de terra retiradas dos terrenos contíguos.

A escala desse projeto era enorme. O aterro feito atrás da muralha tinha, em alguns lugares, quase 6 metros de profundidade. Provavelmente foi por esse motivo que a construção da muralha — que cercava e sustentava o conjunto do palácio e dos outros edifícios — utilizou a técnica de casamatas: as câmaras-casamatas (também preenchidas com terra) foram desenhadas com o propósito de

aliviar a imensa pressão do aterro. Uma acrópole real de 5 acres foi criada deste modo. Essa imensa construção de terra e de pedras somente pode ser comparada, em audácia e extravagância (embora talvez não em tamanho), à obra que Herodes, o Grande, realizou quase um milênio mais tarde no monte do Templo, em Jerusalém.

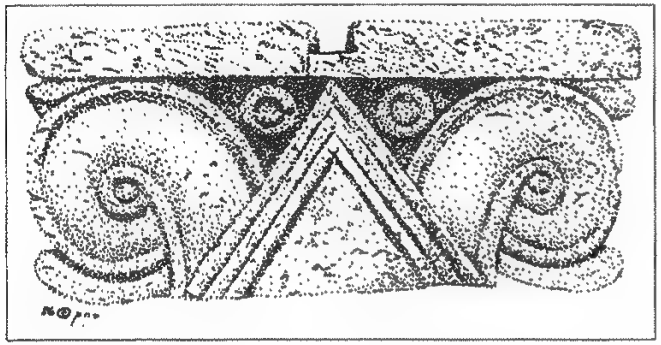

Figura 19 — Capitel proto-eólico. Cortesia da Israel Exploration Society

Elevando-se de um lado dessa plataforma artificial havia um palácio grande e belo, que rivalizava, em escala e grandeza, com os palácios contemporâneos de Estados ao norte da Síria. Embora o palácio amride em Samaria tenha tido apenas algumas partes escavadas, foi desenterrado o suficiente de seu plano arquitetônico para identificar que só o edifício central ocupava cerca de meio acre (2.000 metros quadrados). Com suas paredes externas construídas em pedras de cantaria finamente talhadas e ajustadas, é o maior e mais bonito prédio da Idade do Ferro já desenterrado em Israel. Mesmo a ornamentação arquitetônica era excepcional; capitéis de pedra em estilo antigo incomparável, chamado proto-eólico (por causa da semelhança com o estilo greco-eólico posterior), foram achados no monturo acumulado de séculos posteriores (figura 19). Esses floreados capitéis de pedra talvez adornassem o monumental portão externo do conjunto,

ou uma entrada esmerada para o próprio palácio. Do mobiliário interno sobrou pouca coisa, exceto um número de placas de marfim, intricadamente esculpidas, datando mais ou menos do século VIII a.C., decoradas com motivos fenícios e egípcios. Esses marfins, usados como incrustações no mobiliário do palácio, podem explicar a alusão no livro 1º Reis 22:39 à casa de marfim que Acab teria construído.

Vários prédios administrativos rodeavam o palácio, mas a maior parte da cerca ficava aberta. As casas simples do povo de Samaria agrupavam-se nos declives da colina atrás da acrópole; para visitantes, mercadores e emissários oficiais que lá chegavam, a impressão visual da dinastia amride deveria causar assombro. A enorme plataforma elevada e seu elaborado palácio transmitiam riqueza, poder e prestígio.

Samaria foi apenas o começo da descoberta da grandeza da dinastia; Megiddo veio em seguida. Em meados de 1920, a equipe da Universidade de Chicago descobriu um palácio da Idade do Ferro, construído de blocos de cantaria lindamente revestidos. O primeiro diretor das escavações do Instituto Oriental em Megiddo, Clarence S. Fisher, também trabalhara em Samaria e ficou impressionado pela semelhança da construção; nessa observação, recebeu apoio de John Crowfoot, o líder da expedição conjunta em Samaria que sugeriu que a similaridade das técnicas de construção e o plano geral das duas cidades indicavam ter sido ambas construídas com o patrocínio dos amrides. Mas essa questão da semelhança arquitetônica não foi analisada durante décadas. Os membros da equipe da Universidade de Chicago estavam mais interessados nas glórias de Salomão do que nos pérfidos amrides. Eles ignoraram as similaridades de estilos de construção em Samaria e Megiddo, e dataram os complexos de edifícios com pilares (estábulos, talvez) no estrato subseqüente aos dias da monarquia unificada. No começo da década de 1960, quando Yigael Yadin,

da Universidade Hebraica, esteve em Megiddo, ele datou os palácios — o que tinha sido escavado na década de 1920 e o que ele mesmo desenterrou — da era de Salomão e relacionou os níveis posteriores, contendo os estábulos e outras estruturas, com a era dos amrides.

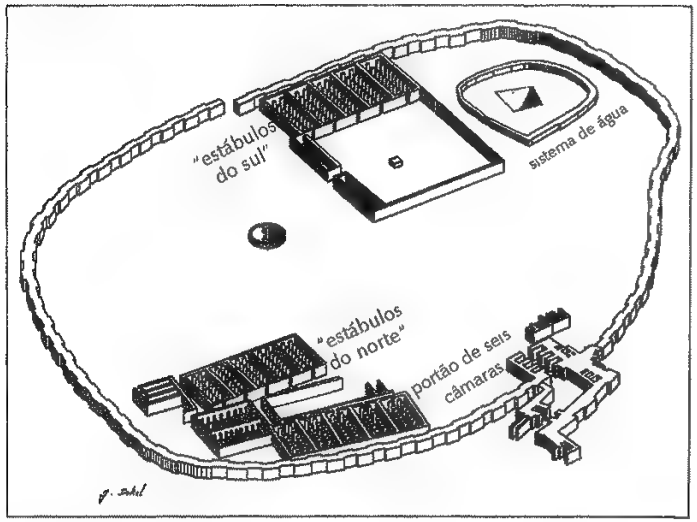

Figura 20 — Megiddo no século VIII a.C.; o portão de seis câmaras (atribuído por Yadin ao nível 'salomônico') pertence, com maior probabilidade, a esse estrato. Cortesia do professor David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv

A cidade impressionava, com certeza (figura 20); sua cerca era uma maciça fortificação e, de acordo com Yadin, estava equipada com enorme portão de seis câmaras na entrada (construído por cima do portão anterior 'salomônico'). As características dominantes no interior da cidade eram duas séries de prédios com pilares, que tinham sido identificados muito antes como estábulos. Ainda assim, Yadin não os relacionou com as descri-

ções bíblicas do grande exército de bigas de Salomão, mas ao de Acab, citado na inscrição de Salmanasar. Mas, como veremos, Yadin não identificou de forma correta a cidade de Acab; é provável que aqueles estábulos tenham pertencido a outro rei israelita, bem posterior.

A cidade de Hazor, ao norte, que Yadin escavou nas décadas de 1950 e 1960, ofereceu aparente indicação adicional do esplendor dos amrides; essa cidade também era circundada por fortificação maciça. No centro dela, Yadin desenterrou um prédio com pilares, cuja forma tinha, de certa maneira, semelhança com os estábulos de Megiddo, divididos em três longos corredores de pilares de pedra. Mas essa estrutura não continha cochos de pedra para alimentação dos animais, de modo que foi identificado como depósito real. Uma imponente cidadela foi descoberta no estreito declive do cômoro, do lado leste, cercada por sólida murada.

Outro sítio importante relacionado com os amrides é a cidade de Dan, no extremo norte das nascentes do rio Jordão. Já citamos as frases iniciais da estela erigida por Hazael, rei de Aram-Damasco, observando que os amrides haviam conquistado antes aquela área dos arameus. As escavações em Dan, dirigidas por Abraham Biran, do Hebrew Union College, descobriram maciças fortificações da Idade do Ferro, um imenso portão bem trabalhado e um santuário com um lugar elevado. Esse grande pódio, medindo cerca de 18 metros de um lado e construído com pedras de cantaria revestidas, foi datado, com as outras estruturas monumentais da cidade, como do tempo da dinastia amride.

Talvez as realizações mais impressionantes de engenharia relacionadas de início com os amrides sejam os enormes túneis sub-

terrâneos de água, cortados através da base rochosa sob as cidades de Megiddo e Hazor. Esses túneis proviam o acesso seguro dos habitantes da cidade à água potável, mesmo em tempos de cerco militar. No antigo Oriente Próximo, esse era um desafio crítico, pois enquanto cidades influentes eram protegidas por elaboradas fortificações, que lhes permitissem resistir a um ataque ou a um cerco do inimigo mais determinado, raramente possuíam fonte natural de água dentro de seus muros. Os habitantes costumavam juntar água da chuva em cisternas, mas não seria suficiente quando o cerco se estendia pelos quentes e secos meses do verão, em particular se a população da cidade estivesse substancialmente maior, por causa dos refugiados.

Como a maioria das cidades antigas localizava-se perto de fontes naturais, o desafio era inventar um acesso seguro à água. Os túneis de água cortados na rocha, em Hazor e Megiddo, estão entre as mais esmeradas soluções para esse problema. Em Hazor, um grande poço vertical foi cortado através dos remanescentes de cidades anteriores, até alcançar a rocha sólida abaixo. Por causa da enorme profundidade, de quase 30 metros, paredes de sustentação foram construídas para evitar que desmoronasse. Largos degraus desciam até o fundo, onde um túnel inclinado, de cerca de 25 metros de comprimento, conduzia a uma espécie de câmara cortada na rocha, como uma piscina, onde a água subterrânea se acumulava. Podemos imaginar a longa procissão de carregadores de água descendo os degraus, caminhando pelo túnel inclinado, a fim de encher seus jarros na caverna escura, e voltando pelas ruas da cidade com o precioso líquido, para manter viva sua população.

O sistema de água de Megiddo (figura 21) consistia de um poço mais simples, com mais de 30 metros de profundidade, cor-

tado através de antigos remanescentes arqueológicos até a rocha subterrânea. No fundo desse poço, havia um túnel horizontal, com mais de 60 metros de extensão, largo e com altura suficiente para permitir o tráfego de algumas pessoas ao mesmo tempo, e que conduzia a uma fonte natural numa caverna, na beira do cômoro. Do lado de fora, a entrada para a caverna era bloqueada e camuflada. Yadin datou os dois sistemas de água, de Hazor e Megiddo, da época dos amrides. Ele sugeriu relacionar a habilidade israelita de construir sistemas de água através de túneis cortados em rochas a uma seção da estela de Mesha em que o rei moabita descreve como mandou cavar um reservatório de água em sua própria capital, com a ajuda de prisioneiros de guerra israelitas. Era óbvio que a construção de tais instalações monumentais exigia enorme investimento, uma organização estatal eficiente e elevado grau de habilidade técnica. Do ponto de vista funcional, engenheiros da Idade de Ferro poderiam, talvez, ter chegado a resultado semelhante com um investimento menor, apenas cavando um poço até os veios de água subterrânea sob o cômoro. Mas a visão impressionante dessas grandes instalações de água enfatiza, com certeza, o prestígio da autoridade real que as preparou para o uso.

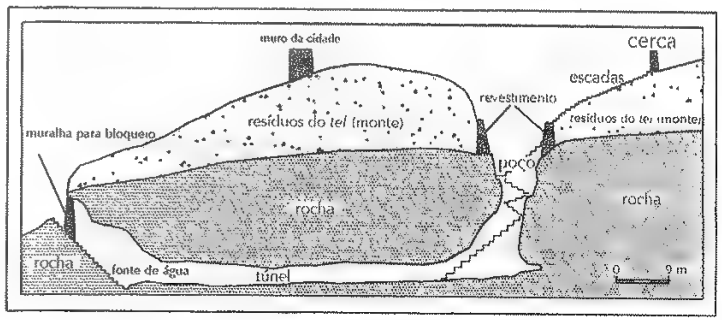

Figura 21 — Corte transversal do sistema de água de Megiddo

Momento decisivo esquecido da história israelita

Embora os arqueólogos do começo e da metade do século XX tenham atribuído muitos projetos magníficos de construção aos amrides, o período de seu domínio sobre o reino de Israel nunca foi considerado um momento particularmente formador na história bíblica. Pitoresco, sim. Brilhante, com certeza. Mas, em termos apenas históricos, a saga dos amrides — de Acab e Jezabel — pareceu ser contada em detalhes na Bíblia, com informações adicionais de textos assírios, moabitas e aramaicos. Havia muitas questões históricas intrigantes precisando ser respondidas pelas escavações e por uma pesquisa posterior, como o processo exato de assentamento israelita, a cristalização política da monarquia unificada sob Davi e Salomão ou mesmo as causas subjacentes das eventuais conquistas assíria e babilônica da terra de Israel. A arqueologia amride era considerada, em geral, só como uma informação subsidiária da agenda principal da arqueologia bíblica, recebendo, portanto, menos atenção que o período salomônico.

Mas havia algo seriamente errado com essa correlação inicial entre a história bíblica e os achados arqueológicos. As novas perguntas que começaram a ser feitas sobre a natureza, a extensão ou mesmo a existência histórica do vasto reino de Salomão — e a urgência de datar corretamente as camadas arqueológicas — afetaram também, de modo inevitável, a compreensão acadêmica sobre os amrides. Pois, se Salomão não construiu mesmo os portões e palácios 'salomônicos', quem o fez? Os amrides eram os candidatos naturais. Os paralelos arquitetônicos mais antigos para a escavação dos palácios diferenciados em Megiddo (inicialmente atribuídos a Salomão) vêm do norte da Síria — suposto lugar de origem desse tipo de cons-

trução — no século IX a.C., um século inteiro depois do tempo de Salomão! Essa foi, com exatidão, a época do domínio dos amrides.

A pista decisiva para as novas datas dos portões e dos palácios 'salomônicos' veio do sítio bíblico de Jezrael, situado a menos de 16 quilômetros a leste de Megiddo, no centro do vale de Jezrael. O sítio está localizado num ponto elevado, privilegiado, com clima aprazível no inverno e uma brisa refrescante no verão, e domina o amplo panorama de todo o vale e das colinas que o circundam, de Megiddo, no oeste, através da Galiléia, no norte, até Betsã e Galaad, no leste. Jezrael é famoso principalmente graças à história bíblica das vinhas de Nabot e dos planos de Acab e Jezabel para a expansão do palácio, e como cenário da extinção sangrenta e final da dinastia amride. Na década de 1990, o sítio foi escavado por David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv, e por John Woodhead, da British School of Archaeology (Escola Britânica de Arqueologia), Jerusalém, que descobriram um grande cercado real, muito similar ao de Samaria (figura 18,3, p. 246). Esse impressionante complexo arquitetônico foi ocupado apenas por breve período, no século IX a.C. — presume-se, só durante a dinastia amride —, e foi destruído logo depois de sua construção, talvez por causa da queda da dinastia ou das subseqüentes invasões do norte de Israel pelos exércitos de Aram-Damasco.

Tal qual em Samaria, uma enorme muralha casamata, construída em torno da colina original em Jezrael, formou uma 'caixa' que foi preenchida com muitas toneladas de terra. Como resultado do enorme aterro e das operações de nivelamento do solo, foi criado um nível como o de um pódio, sobre o qual as estruturas internas do complexo real foram construídas. Em Jezrael, os arqueólogos descobriram outros elementos espantosos do estilo arquitetônico amride, até então desconhecidos. Uma plataforma

inclinada de terra sustentava a muralha casamata no lado externo, para evitar seu desmoronamento. Como elemento defensivo adicional, o complexo real era circundado por uma vala em declive, escavada na rocha, com pelo menos 6 metros de largura e 4,5 metros de profundidade. A entrada do complexo real em Jezrael era provida de portão, provavelmente de seis câmaras.

Como Jezrael fora cronologicamente limitada à breve ocupação no século IX a.C., oferecia condição excepcional, em que os diferenciados estilos de cerâmica encontrados dentro de seus muros poderiam ser usados como indicadores seguros para o período amride em outros sítios. De modo significativo, os estilos da cerâmica achada no complexo de Jezrael eram quase idênticos àqueles encontrados no nível dos palácios 'salomônicos' de Megiddo. Assim ficava bem evidente, tanto do ponto de vista arquitetônico como do da cerâmica, que os amrides — não Salomão — haviam construído os edifícios de cantaria em Megiddo, além dos complexos em Jezrael e Samaria.

A hipótese de que os amrides, e não Salomão, tivessem estabelecido a primeira monarquia desenvolvida em Israel cresceu e tornou-se mais convincente com a nova abordagem das evidências de outras cidades maiores do reino de Israel. Em Hazor, Yadin tinha identificado um complexo triangular na acrópole — circundado por uma muralha casamata com portão de seis câmaras — como sendo a cidade estabelecida por Salomão no século X a.C. As novas datas da cerâmica, tomando como base as descobertas em Jezrael, definiriam esse nível da cidade no começo do século IX a.C. De fato, havia semelhança estrutural inequívoca com os complexos palacianos em Samaria e em Jezrael (figura 18,2, p. 246). Embora a forma triangular do complexo de Hazor tenha sido ditada pela topografia do lugar, sua construção implicou maciço nivelamento do terreno e uma operação de aterro, que elevou o

nível da área do portão em relação ao lado externo da sua área leste. Um fosso colossal, estimado em cerca de 45 metros de largura e com mais de 9 metros de profundidade, foi escavado do lado de fora da muralha casamata. Além de tudo, a similaridade entre Samaria e Jezrael é nítida. Assim, outra cidade, que há muito se acreditava ser salomônica, é, talvez, amride.

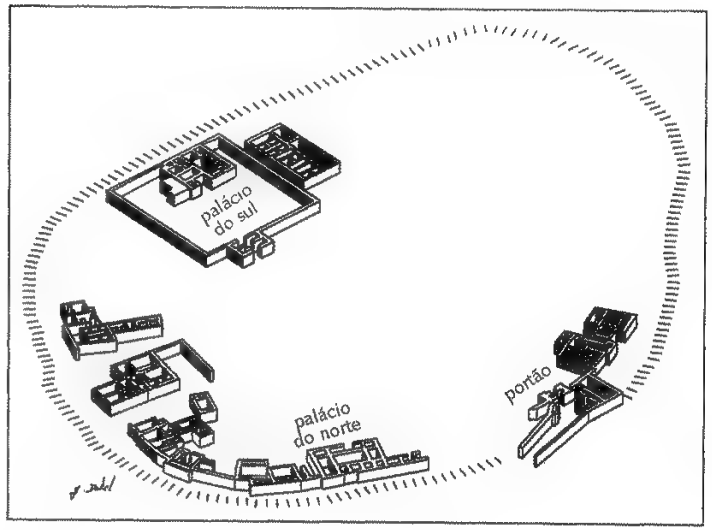

Figura 22 — Cidade da dinastia amride em Megiddo

A evidência da amplitude dos projetos de construção amrides emerge de uma análise acurada de remanescentes em Megiddo e Gezer. Embora Megiddo não possua um complexo circundado por muralha com casamata, os dois belos palácios no cume da colina, edificados com os blocos diferenciados de cantaria, relembram as técnicas de construção usadas em Samaria (figura 22). A semelhança é convincente, em particular, no caso do palácio situado mais ao sul de Megiddo, edificado na extremidade de um grande

pátio, no estilo dos palácios *bit hilani* da Síria, cobrindo área de cerca de 20x30 metros. Dois excepcionais capitéis proto-eólicos (como os usados em Samaria) foram encontrados na vizinhança do portão de entrada para o complexo do palácio e podem ter decorado a sua própria entrada. Norma Franklin, membro da atual expedição que está trabalhando em Megiddo, identificou outra similaridade: o palácio mais ao sul e o palácio em Samaria são os únicos edifícios da Idade do Ferro em Israel cujos blocos de cantaria possuem tipos específicos de marcas de pedreiros. Um segundo palácio, que teve algumas partes descobertas por Yadin, na margem norte do cômoro — e que agora está sendo todo desenterrado pela nova expedição em Megiddo — também é construído de blocos de cantaria no estilo dos palácios da Síria, ao norte.

A evidência em Gezer é talvez a mais fragmentada de todas as supostas cidades salomônicas, mas o suficiente foi encontrado para indicar a semelhança com outros sítios da dinastia amride. Um portão de seis câmaras conectadas à muralha casamata, construído com refinada alvenaria, de cantarias nas bases, foi revelado na parte sul da cidade. A construção do portão e da muralha casamata envolveu o nivelamento de uma plataforma no lado da colina e a importação de sólido aterro. Além disso, as muralhas fragmentadas indicam que um grande edifício, possivelmente um palácio de cantaria, foi edificado no lado noroeste do cômoro, e também ele deve ter sido decorado com os diferentes capitéis proto-eólicos achados em Gezer no começo do século XX.

Esses cinco sítios oferecem uma visão da arquitetura real na era de ouro da dinastia amride, em Israel. Além das plataformas artificiais para os complexos dos palácios, de escala e tamanhos variados, os complexos — pelo menos em Samaria, Jezrael e Hazor — parecem não ter tido utilidade, exceto pelos edifícios administrativos e palácios reais. Os vistosos blocos de cantaria e capitéis proto-eólicos eram elementos decorativos diferenciados nesses sítios. As entradas principais desses conjuntos palacianos parecem ter sido guardadas por portões de seis câmaras e, em alguns casos, o complexo era circundado por um fosso e uma esplanada.*

Arqueológica e historicamente, a necessidade indiscutível de estabelecer outras datas para esses sítios, da era de Salomão para a época da dinastia amride, tem enormes implicações. Ela anula a única evidência arqueológica que existia da monarquia unificada baseada em Jerusalém, e sugere que Davi e Salomão foram, em termos políticos, pouco mais que líderes das regiões montanhosas, cujo alcance administrativo permaneceu, de modo regular, no plano local, restrito às montanhas. Ainda mais importante, mostra que, apesar da ênfase bíblica sobre a excepcionalidade de Israel, apareceu um reino de tipo inteiramente convencional e comum ao Oriente Próximo, na região montanhosa da Terra Prometida, no começo do século IX a.C.

Monumento esquecido do domínio amride?

Agora, é possível procurar por exemplos adicionais de cidades da dinastia amride em lugares mais distantes, muito além das terras herdadas pelas tribos de Israel. A estela de Mesha relata que Amri construiu duas cidades em Moab, Ataroth e Jahaz, talvez como fortalezas na sua fronteira ao sul, na Transjordânia (figura 14, p.191). Ambas são mencionadas em várias listas geográficas na Bíblia, e Ataroth é identificada com o sítio ainda não escavado

* Hoje, as datas dos sistemas de água têm sido questionadas e podem ser relacionadas com período posterior da história do reino de Israel. Ainda assim, a falta dessas datas não diminui a grandeza da rede de cidades reais, que parecem ter sido planejadas e construídas por 'uma central' durante o século IX a.C.

de Khirbet Atarus, a sudoeste da moderna cidade jordaniana de Madaba. Jahaz é mais difícil de identificar; é citada poucas vezes pela Bíblia como situada à margem do deserto, perto de Arnon, o desfiladeiro profundo e sinuoso que corta o centro da terra de Moab, do deserto, ao leste, até seu escoadouro no mar Morto. A dinastia amride parece ter estendido seu domínio até essa região. E, no lado norte de Arnon, existe uma remota ruína da Idade do Ferro, chamada Khirbet el-Mudayna, que contém todas as características que descrevemos como típicas da arquitetura amride.

O sítio, hoje, está sendo escavado por P. M. Michèle Daviau, da Universidade Wilfrid Laurier, no Canadá, e consiste de uma grande fortaleza construída numa colina alongada. Uma muralha casamata circunda área de cerca de 2,5 acres, e sua entrada é equipada com portão de seis câmaras. Características defensivas incluem uma plataforma inclinada no lado leste e um fosso. Dentro do complexo existem remanescentes de um edifício monumental, incluindo blocos desmoronados de cantaria. Fotografias aéreas do sítio sugerem que o conjunto inteiro foi construído sobre um pódio de aterro artificial. O explorador pioneiro do Jordão, Nelson Glueck, que visitou o sítio na década de 1930, ficou tão impressionado com as características do complexo que o comparou ao imenso e famoso Maiden Castle, sítio do Neolítico numa colina fortificada na Inglaterra, datado da Idade do Ferro.

É possível que essa ruína remota seja o antigo posto de fronteira amride, de Jahaz, mencionado na estela de Mesha? Será que na construção dessa remota fortaleza de fronteira os engenheiros e arquitetos da dinastia utilizaram as características típicas dos seus grandes projetos de construção no reino do norte, a oeste do rio Jordão? É possível que, como no caso de Samaria e de Jezrael, eles tenham empregado as sofisticadas operações de remoção e transporte de terra, e imensas muralhas de contenção, a fim de transformar o topo de uma colina numa grandiosa fortaleza? Talvez a dinastia amride tenha sido ainda mais poderosa — e sua influência cultural tenha se estendido a lugares ainda mais distantes — do que é reconhecido.*

O poder da diversidade

De onde veio poder e riqueza para estabelecer e manter esse reino inteiramente organizado? Que tipo de desenvolvimento, nas regiões montanhosas do norte, provocou a emergência do Estado amride? Nós já mencionamos como os recursos relativamente limitados e a esparsa população de Judá teriam permitido que Davi realizasse vastas conquistas territoriais ou que seu filho Salomão tivesse sido capaz de administrar um grande território. Mas, como também já aludimos, os recursos das áreas montanhosas ao norte eram muito mais abundantes, e sua população, em termos proporcionais, era grande. Com a destruição dos centros nas planícies de Canaã, talvez durante o ataque do faraó Sisac no final do século X a.C., qualquer homem forte do norte também poderia ter sido capaz de controlar os vales férteis dessa região. Isso combina com o que temos visto no padrão dos remanescentes arqueológicos proeminentes da dinastia amride. Expandindo seu domínio original — do reino de Israel, nas áreas montanhosas do norte, para o coração do antigo território cananeu em Megiddo, Hazor e Gezer, e para os territórios do sul da Síria e da

* Amostra C14 (carbono 14) da área do portão foi datada do final do século IX a.C. (informação pessoal do explorador Michèle Daviau). A amplitude cronológica possível nessa leitura não exclui uma construção de meados do século IX a.C. Todavia, não se pode desprezar a possibilidade de que as características 'amride', no sítio, representem versão moabita das atividades de construção do reino do norte.

Transjordânia — os amrides realizaram o sonho secular dos governantes das áreas montanhosas, de estabelecer um vasto e diversificado Estado territorial, controlando ricas terras agrícolas e prósperas rotas comerciais internacionais. E que era também — por necessidade — uma sociedade multiétnica.

O reino setentrional de Israel unificou as áreas montanhosas da Samaria com os vales do norte, integrando vários ecossistemas diferentes e uma população heterogênea num único Estado. As montanhas da Samaria — âmago do território e sede da capital — eram habitadas por comunidades de aldeias que se identificariam, cultural e religiosamente, como israelitas. Nas planícies ao norte — os vales de Jezrael e do Jordão — a população era formada, em especial, por camponeses assentados em aldeias que, há séculos, eram fortemente ligadas às cidades-Estado de Canaã. Mais ao norte, existia uma série de vilas alinhadas, próximas da cultura aramaica da Síria e dos fenícios da região costeira.

Em particular, a grande e vibrante população de Canaã que sobreviveu no norte tinha que ser integrada à máquina administrativa de algum Estado constituído. Mesmo antes das recentes descobertas arqueológicas, a excepcional mistura da população no reino do norte, em especial as relações entre israelitas e cananeus, não escapou da atenção de estudiosos bíblicos. Com base nos relatos bíblicos das rebeliões religiosas no reino de Amri, o erudito alemão Albrecht Alt sugeriu que os amrides tinham desenvolvido sistema duplo de governo a partir de suas duas principais capitais, com Samaria funcionando como centro para a população cananéia e Jezrael servindo como capital para os israelitas do norte. No entanto, os recentes achados arqueológicos e históricos indicam o contrário. A população israelita estava mesmo concentrada nas áreas montanhosas ao redor de Samaria, enquanto Jezrael, no coração do vale fértil, situava-se numa região com nítida continuidade cultural cananéia. De fato, a extraordinária estabilidade nos padrões de assentamento e o imutável desenho das pequenas aldeias no vale de Jezrael são indicações reais de que os amrides não abalaram o sistema rural cananeu nas planícies do norte.

Para aquela dinastia, a tarefa da integração política era urgente, pois Estados rivais emergiam ao mesmo tempo nos arredores de Damasco, Fenícia e Moab, cada um com fortes exigências culturais sobre os grupos populacionais nas fronteiras com Israel. Conseqüentemente, o começo do século IX a.C. foi a época em que as fronteiras nacionais, e até mesmo algum tipo de fronteiras territoriais, tiveram que ser definidas. Dessa maneira, a construção de impressionantes complexos fortificados pelos amrides no coração da terra de Israel, no vale de Jezrael, na fronteira com Aram-Damasco e ainda mais longe, alguns deles com palácios, deveria ser vista com o objetivo deliberado de servir às necessidades administrativas e à propaganda real da dinastia. O erudito bíblico britânico Hugh Williamson caracterizou-os como demonstrações visuais do poder e do prestígio do Estado amride, destinados a impressionar, assombrar e mesmo intimidar a população local e ao longo de suas novas fronteiras.

De todos os recursos que os amrides tinham à sua disposição, a população heterogênea era, talvez, a mais útil de todas para a agricultura, a construção de projetos públicos e a guerra. Embora seja difícil estimar com precisão a população do reino de Israel no século IX a.C., levantamentos realizados em larga escala na região indicam que por volta do século VIII a.C. — um século depois dos amrides — a população do reino do norte pode ter alcançado cerca de 350 mil habitantes. Naquela época, Israel era, com certeza, o Estado mais povoado do Levante, com muito mais habitantes

que Judá, Moab ou Amon. Seu único rival possível era o reino de Aram-Damasco, no sul da Síria, que — como veremos, em detalhes, no próximo capítulo — competia, com crueldade, com Israel, pela hegemonia da região.

Outras manifestações positivas, externas à região, se beneficiaram muito das riquezas do reino amride; sua ascensão ao poder coincidiu com o renascimento do comércio no leste mediterrâneo, e os portos da Grécia, de Chipre e da costa fenícia estavam mais uma vez fortemente envolvidos com o comércio marítimo. A influência artística marcante da Fenícia sobre a cultura israelita, o repentino aparecimento de grandes quantidades de vasos de estilo cipriota-fenício nas cidades do reino de Israel e — não por coincidência — o testemunho bíblico do casamento de Acab com uma princesa fenícia, Jezabel, parecem todos indicar que Israel era ativo participante desse renascimento econômico como fornecedor de valiosos produtos agrícolas e que dominava algumas das rotas comerciais terrestres essenciais do Levante.

Assim, a imagem da dinastia amride referente a um Estado que abrangesse grandes territórios tanto nas montanhas como nas planícies de certo modo reviveu as idéias, as práticas e a cultura material de Canaã na Idade do Bronze, nos séculos que antecederam o aparecimento de Israel. De fato, do ponto de vista conceitual e funcional, as grandes cidadelas amrides pareciam as grandes cidades-Estado de Canaã, da Idade do Bronze posterior, que governavam sobre uma colcha de retalhos de povos e terras. Assim, do ponto de vista da forma e da função, o planejamento urbano de Megiddo no século IX a.C. não foi tão diferente do que tivera na Idade do Bronze posterior. Grandes partes dos cômoros destinavam-se aos edifícios públicos e às áreas abertas, enquanto apenas áreas limitadas, eram ocupadas com residências. É o caso

de Megiddo, na era de Canaã, pois a população urbana era constituída em especial pela elite dominante, que controlava o interior rural. E certa continuidade similar se manifesta de forma primorosa na cidade vizinha de Taanak, onde um altar de culto do século IX a.C., decorado com magnitude, exibe elaborados motivos, extraídos da cultura cananéia da Idade do Bronze posterior.

Por isso é difícil insistir, de uma perspectiva estritamente arqueológica, em que o reino de Israel como um todo jamais foi israelita, em especial nas conotações étnicas, culturais ou religiosas tomadas no seu sentido literal, como depreendemos da perspectiva dos posteriores escritores bíblicos. A condição israelita do reino do norte foi, de muitas maneiras, uma idéia monárquica posterior gerada em Judá.

Vilões definitivos?

O escritor dos livros dos Reis estava preocupado em mostrar apenas que os amrides eram maus e que receberam a punição divina que seu comportamento arrogante e pecador tudo fizera por merecer. Com certeza, ele tinha que recontar detalhes e acontecimentos dos amrides, que eram bem conhecidos por meio de antigas tradições folclóricas, mas em todos eles fez questão de ressaltar o lado sombrio da dinastia. Assim, diminuiu seu poder militar com a história do cerco arameu a Samaria, tirado de eventos de épocas posteriores, e com a acusação de que, no momento da vitória, Acab desobedeceu à ordem divina de aniquilar por completo seu inimigo. O autor bíblico uniu, de forma cuidadosa, a grandeza do palácio em Samaria e do complexo real majestoso em Jezrael com a idolatria e a injustiça social; relacionou as imagens de uma força assombrosa de bigas israelitas, ordenada para a batalha, com o final terrível da família amride. Ele queria anular a legitimidade dos

amrides, a fim de mostrar que toda a história do reino do norte tinha sido uma história de pecado, a qual provocou sua miséria e sua inevitável destruição. Quanto mais Israel prosperou no passado, mais negativo e desdenhoso ele se tornou sobre seus reis.

A verdadeira reputação de Israel sob a dinastia amride envolve extraordinária história de poder militar, de realização arquitetônica e de sofisticação administrativa, até onde pode ser determinada com exatidão. Amri e seus sucessores mereceram o ódio da Bíblia *porque* foram tão fortes, porque tiveram sucesso em transformar o reino do norte em influente poder regional, que ofuscou, por completo, o pobre e marginal reino rural-pastoril de Judá, ao sul. A possibilidade de que um rei israelita que se relacionava com outras nações, que casou com uma princesa estrangeira e que construiu santuários e palácios 'cananeus' pudesse prosperar era intolerável e impensável.

Ainda por cima, da perspectiva da monarquia posterior de Judá, a abertura e o internacionalismo dos amrides eram pecaminosos. Permitir que a nação se misturasse com outros povos representava, de acordo com a ideologia deuteronomista do século VII, violação direta ao mandamento divino. Mas uma lição poderia ser aprendida da experiência: na época da compilação dos livros dos Reis, o veredicto da história estava confirmado. Os amrides tinham sido destronados, e o reino de Israel não mais existia. Ainda assim, com ajuda da evidência arqueológica e do testemunho de fontes externas, podemos agora constatar como os vivos retratos bíblicos, que maldisseram e condenaram Amri, Acab e Jezabel ao ridículo e à execração através dos séculos, disfarçaram, habilmente, o caráter autêntico do primeiro reino verdadeiro de Israel.

VIII

Na sombra do império

842-720 a.C.

Sombrio sentimento de agouro paira sobre o reino de Israel, quando a narrativa bíblica de sua história caminha para o fim trágico. O sofrimento, a expropriação, a perda e o exílio parecem compor o destino inevitável do povo do reino destruído, como punição por seus atos ímpios. Em vez de permanecer fiel ao Templo de Jerusalém e de venerar YHWH com a total exclusão de outros deuses, o povo do reino de Israel — e, particularmente, seus monarcas pecadores — provocou uma série de catástrofes, que culminariam com sua ruína. Profetas fiéis a YHWH se levantaram para clamar contra o comportamento de Israel, para exigir um retorno à probidade e à justiça, mas seus chamados à razão não foram ouvidos. A invasão de exércitos estrangeiros e a devastação do reino de Israel eram parte essencial do plano divino.

A interpretação da Bíblia sobre o destino do reino do norte é puramente teológica. Por outro lado, a arqueologia oferece uma perspectiva diferente sobre os eventos do século que sucedeu à queda dos amrides. Enquanto o reino de Judá continuava pobre e isolado, a riqueza natural e a população relativamente densa do reino de Israel o transformaram em alvo natural e tentador para a política regional cada vez mais complexa do período assírio. A prosperidade e o poder

dos amrides estimularam a inveja, as rivalidades militares de seus vizinhos e a ambição gananciosa do grande império assírio. A riqueza do reino de Israel também provocou crescentes tensões sociais e proféticas condenações internas. Agora podemos constatar que a maior desgraça do reino de Israel — e a causa de sua destruição e do exílio de muitos do seu povo — foi que ele floresceu muito bem, como um reino independente à sombra de um grande império.

Infidelidade, misericórdia de Deus e a queda derradeira de Israel

Os livros dos Reis mostram como todas as profecias sombrias de Elias sobre a destruição da casa de Amri se concretizaram até a última palavra. Ainda assim, a narrativa bíblica continua, para mostrar que o extermínio da antiga família real não acabou com a busca de Israel pela idolatria. Depois da queda dos amrides, o novo rei ungido, Jeú, filho de Namsi (que reinou de 842 a 814 a.C.), seguiu os passos de Jeroboão, Amri e Acab em relação à falta de respeito por Jerusalém. Porque, embora ele tenha massacrado todos os profetas, os sacerdotes e os adoradores de Baal, em Samaria, e tivesse transformado o próprio templo de Baal numa latrina pública (2 Reis 10,18-28), a Bíblia nos informa que Jeú "não se voltou contra os pecados de Jeroboão, o filho de Nabat, que fez Israel pecar, porque os bezerros de ouro ainda estavam em Betel e em Dan" (2 Reis 10,29). Em outras palavras, embora tivesse eliminado o culto a Baal, Jeú não aboliu os centros rivais do culto no norte, que desafiavam a supremacia religiosa de Jerusalém; nem o fez nenhum dos reis de Israel que o sucederam.

A punição não demorou a chegar, como o profeta Elias havia decretado. Dessa vez, o agente intermediário de destruição de

Deus foi Hazael, rei de Aram-Damasco, que derrotou Israel na Transjordânia e em uma campanha para exterminar a planície costeira do Mediterrâneo (2 Reis 10,32-33; 12,17-18; 13,3,7,22). Esse é um período de declínio para o reino do norte, pois, durante todo o tempo de Jeú e de seu filho, Joacaz, Israel sempre foi assediado por Aram-Damasco. O exército de Israel foi derrotado e seus territórios reduzidos. Mas a hora do castigo para o povo comum do reino de Israel acabou logo, porque "o Senhor era benigno com o seu povo e tinha compaixão por ele, e se voltou para ele, por causa da sua aliança com Abraão, Isaac e Jacó, e não os destruiu; nem os privou da sua presença até agora" (2 Reis 13,23).

Assim, o rei israelita seguinte, Joás*, foi abençoado com pelo menos um último favor transitório divino e retomou as cidades que Israel havia perdido para Aram (2 Reis 13,25). E a sorte de Israel pareceu melhorar decididamente — mesmo depois de um ataque punitivo de Joás a Judá — com a ascensão de seu filho ao reino de Israel. Isso, também, foi uma questão de compaixão divina, porque o filho de Joás, chamado Jeroboão — nome do maior de todos os pecadores do reino do norte —, governou em paz na Samaria, durante os 41 anos seguintes (788-747 a.C.). Embora esse rei não tenha eliminado nenhum dos pecados do primeiro Jeroboão e tenha mantido os santuários idólatras do norte, não obstante as vozes de protestos proféticos de Amós e Oséas terem ecoado através de toda a terra, Jeroboão:

* A Bíblia menciona dois reis aproximadamente da mesma era — um de Israel e outro de Judá —, ambos referidos pelos nomes hebreus alternativos, Jehoash (Joacaz) e Joash (Joás). A título de esclarecimento, nós nos referiremos ao rei do norte (que governou de 800 a 784 a.C.) como 'Joacaz' (o filho de Jeú), e ao rei do sul (que governou de 836 a 798 a.C.) como 'Joás' (o filho de Ocozias).

> ... restaurou as fronteiras de Israel desde a entrada em Emat até o mar de Arabá, de acordo com a palavra do SENHOR, o Deus de Israel, anunciada através do seu servo Jonas, filho de Amati, o profeta, que era de Gat-Ofer. Porque o SENHOR viu que a aflição de Israel era muito amarga, pois não sobrara ninguém, prisioneiro ou livre, e não havia mais ninguém para ajudar Israel. Mas o SENHOR tinha dito que ele não riscaria o nome de Israel abaixo do céu, e assim Ele o salvou pela mão de Jeroboão, o filho de Joás. (2 Reis 14,25-27)

Mesmo assim, o período da bênção divina não durou muito, pois, como 2º Reis 10,30 explica, Deus tinha prometido a Jeú que apenas quatro gerações da sua família reinariam. Assim, o filho de Jeroboão II, Zacarias, foi assassinado depois de apenas seis meses de reinado, e Israel entrou em outro período de lutas civis e de pressões externas. O assassino, Selum, logo depois foi morto por um pretendente ao reino ainda mais brutal, Manaém, filho de Gadi, que governou em Samaria durante dez anos (747-737 a.C.). Naquele momento, Deus preparou novo agente de punição para o reino do norte e uma cadeia de incidentes que determinariam sua derradeira ruína; foi o poderoso império assírio, cujos exércitos chegaram e exigiram enorme tributo, para o qual Manaém foi obrigado a impor taxa de cinqüenta siclos de prata a todos os homens ricos de Israel (2 Reis 15,19-20).

As pressões internas e externas estavam aumentando. Facéias, filho de Manaém e seu sucessor, foi assassinado por um oficial militar, Facéia, filho de Romelias. Mas naquela altura os assírios não estavam mais satisfeitos com o tributo. Eles queriam se apoderar da rica terra de Israel; "No tempo de Facéia, rei de Israel, Teglat-falasar, rei da Assíria, chegou e capturou Aion, Abel-Bet-Maaca, Janoe, Cedes, Azor (Hazor), Galaad, a Galiléia e todas as terras de Neftali; e ele levou o povo cativo para a Assíria" (2 Reis 15:29). A

Galiléia e os vales do norte foram assim conquistados (732 a.C.) e seus habitantes deportados, revogando as promessas divinas de herança segura concedidas na época da conquista original de Canaã pelos israelitas. O reino de Israel perdeu algumas das suas terras mais ricas e ficou reduzido às áreas montanhosas, ao redor da capital de Samaria. Com essa desastrosa virada de acontecimentos, o usurpador Facéia foi assassinado — o quarto rei de Israel assassinado em apenas 15 anos. Oséias, o assassino de Facéia e seu sucessor, seria o último rei de Israel.

O laço assírio apertava, com a ascensão ao trono do agressivo Salmanasar V, o novo rei do império. Oséias se proclamou vassalo leal e ofereceu tributo a Salmanasar, mas secretamente procurou fazer aliança com o rei do Egito para uma revolta declarada. Quando Salmanasar ficou sabendo sobre a conspiração, aprisionou Oséias e invadiu o que restava do reino de Israel. Durante três anos o rei assírio manteve o cerco da capital israelita de Samaria, capturando-a finalmente em 720 a.C., "e ele levou os israelitas para a Assíria, e os colocou em Hala, e nas margens de Habor, o rio de Gozã, e nas cidades dos medos" (2 Reis 17,6).

A conquista e a deportação não foram o fim da história. Depois de exilar os israelitas de sua terra para a Mesopotâmia, os assírios levaram novos colonos para Israel: "E o rei da Assíria levou povos da Babilônia, de Cuta, de Ava, de Emat e de Sefarvaim, e os colocou nas cidades de Samaria no lugar do povo de Israel; e eles se apoderaram de Samaria e habitaram nas suas cidades" (2 Reis 17,24). As dez tribos do norte de Israel estavam perdidas e espalhadas entre nações distantes. Então, apenas o reino de Judá, com seu templo e seus reis davídicos, sobreviveu para zelar e obedecer aos mandamentos de Deus e para redimir a terra de Israel.

Um olhar mais próximo sobre a história posterior de Israel

Os arqueólogos falam, com freqüência, de longos períodos de tempo nos quais pouco mudou, mas só porque a natureza de suas descobertas torna difícil identificar linhas divisórias cronológicas. Afinal de contas, não existe sociedade humana que permaneça inalterada, na sua substância, por um período de duzentos anos. Ainda assim, essa era a tradicional compreensão arqueológica sobre o reino do norte, pois desde a década de 1920 os arqueólogos escavam os sítios mais valiosos de Israel e não encontram nenhuma mudança significativa, exceto os efeitos de sua devastação. Como aconteceu no estudo arqueológico sobre os amrides, a história da independência de Israel na era posterior a essa dinastia não foi considerada formativa ou interessante do ponto de vista arqueológico. Em uma repetição involuntária das interpretações teológicas da Bíblia, os arqueólogos retrataram uma monótona continuidade, seguida pela destruição inevitável. Muito pouca atenção foi dada às dinâmicas internas do reino e a sua história econômica (exceto por alguma especulação a respeito de uma única coleção de recibos de safras da Samaria). Como veremos, essas são áreas cruciais de pesquisa se formos um dia nos movimentar além da interpretação exclusivamente teológica da Bíblia de que o aniquilamento de Israel foi punição direta e inevitável pelos seus pecados. Os 120 anos da história israelita depois da queda da dinastia amride foram, de fato, uma era de dramática mudança social no reino, de instabilidade econômica e de constante alteração das estratégias para enfrentar a ameaça do império assírio e sobreviver.

Uma das razões principais para esse equívoco foi o sistema convencional de estabelecimento de datas, de acordo com o qual toda

a história do reino do norte — da ascensão à queda — tendeu a ser englobada, de forma indiscriminada, num bloco monocromático. Muitos centros influentes no vale de Jezrael e na costa vizinha no Mediterrâneo, como Megiddo, Jokneam e Dor, foram analisados e definidos como *único* estrato, abrangendo toda a história do reino de Israel, desde Jeroboão I (de fato, desde a campanha militar de Sesac em 926 a.C.) até a queda de Samaria, em 722 a.C. Isso não obstante a evidência de mudanças maiores e derrotas militares que aconteceram durante esse longo período, entre as quais a mais considerável foi a invasão de Israel pelo rei Hazael, de Damasco, como registrada na Bíblia e na estela de Dan, pelos próprios escribas desse rei.

Algo estava errado na compreensão arqueológica tradicional: Como teria sido possível que Hazael conquistasse Dan e espalhasse a devastação no reino do norte sem deixar qualquer traço arqueológico perceptível?

Tabela 6 — Reis assírios envolvidos na história de Israel e Judá*

REI	PERÍODO
Salmanasar III	859-824 a.C.
Adad-nirari III	811-783
Teglatfalasar III (ou Tukulti-apal-Esharra)	745-727
Salmanasar V	727-722
Sargão II (ou Sennacherib)	722-705
Senaquerib	705-681
Asaradão	681-669
Assurbanipal (ou Assur-Banapli)	669-627

* Fonte: Cogan & Tadmor, *II Kings*.

Aram em Israel

A incursão de Hazael no território antes controlado por Israel foi devastadora e provocou o enfraquecimento do poder do reino do norte. Na famosa estela de Moab, o rei Mesha se vangloria de ter conseguido retomar os territórios moabitas de Israel e ainda por ter administrado essa expansão pelo território israelita mais ao norte. A Bíblia relata que as áreas da Transjordânia, controladas pelos israelitas até o norte de Moab, foram tomadas por Hazael (2 Reis 10:32-33). Mas a evidência mais assombrosa da ofensiva de Hazael é a inscrição Tel Dan. Enquanto a narrativa bíblica da queda da dinastia amride relaciona o massacre da família real no seu palácio em Jezrael com a revolta de Jeú — o então rei de Israel, Jorão, sendo derrubado pela flecha de Jeú —, o texto reconstituído da inscrição de Dan liga a morte de Jorão a uma vitória aramaica. Hazael se vangloria: "(Eu matei Jeho)ram filho de (Acab) rei de Israel, e (eu) matei (Ahaz)iahu filho do (rei Jehoroam) da Casa de Davi. E eu impus a ruína sobre as (suas cidades e transformei) sua terra em (desolação)".

Então, foi Hazael ou Jeú? É difícil saber com exatidão; a pressão de Hazael e o golpe de Jeú estão associados no texto bíblico. Hazael pode ter considerado Jeú como instrumento, ou talvez as memórias dos dois acontecimentos, juntas, tenham ficado, ao mesmo tempo, encobertas durante os duzentos anos passados até a primeira compilação da história deuteronomista. Com certeza, uma grande ofensiva do líder sírio desempenhou papel fundamental no grave declínio de Israel. O alvo principal de Hazael era o controle das terras férteis e estratégicas da fronteira entre os dois reinos, e, aparentemente, ele não conquistou apenas as terras dos arameus, antes dominadas pelos amrides, mas também devastou

algumas das regiões agrícolas mais produtivas de Israel e rompeu suas rotas comerciais.

A Bíblia não menciona conquistas territoriais significativas de longo prazo, por poderes estrangeiros, nas terras localizadas a oeste do Jordão, entre a época da conquista de Canaã por Josué e a conquista assíria. As fronteiras bíblicas da terra de Israel, como são definidas pelo livro de Josué, parecem ter adquirido inviolabilidade sagrada. Exceto por uma pequena área dada pelo rei Salomão ao rei Hirão, de Tiro, de acordo com o relato como retribuição por ter ajudado na construção do Templo de Jerusalém, a Bíblia retrata uma turbulenta, senão ininterrupta, ocupação israelita da terra de Israel até a conquista assíria. Mas um reexame da evidência arqueológica, sustentado por novas técnicas mais precisas de datação, indica período de poucas décadas, entre cerca de 835 e 800 a.C., em que o reino de Aram-Damasco controlou o alto do vale do Jordão e áreas significativas a nordeste de Israel e também devastou influentes centros administrativos israelitas no vale fértil de Jezrael.

Para essa definição, um indício valioso emergiu da escavação do complexo do palácio amride, em Jezrael, ocupado apenas por período relativamente curto no século IX a.C. e destruído logo após sua construção. Existiu um pequeno assentamento em Jezrael nos últimos dias da Idade do Ferro, mas o sítio nunca recuperou sua influência anterior. Conseqüentemente, há uma boa razão para associar a destruição de Jezrael à revolta de Jeú ou à invasão de Hazael, já que ambas ocorreram poucos anos depois da metade do século IX.

Como a área de Jezrael foi ocupada por um curto período, os modelos de cerâmica encontrados no nível de destruição oferecem amostra valiosa dos estilos correntes na metade do século IX

a.C. e, de fato, também foram encontrados em outros níveis de palácios 'salomônicos' de Megiddo e em estratos paralelos em sítios por todo o norte. Os leitores ainda não convencidos de que a dinastia amride construiu essas cidades 'salomônicas' precisam considerar agora (além da evidência da cerâmica, dos paralelos arquitetônicos e das datas estabelecidas pelo carbono C14) a plausibilidade de que a violenta destruição daqueles sítios — atribuída, por longo tempo, à invasão egípcia comandada pelo faraó Sesac, no final do século X a.C. — aconteceu por volta de 835, na época de Hazael.

Através da fértil vastidão dos ricos vales do norte, cidades foram incendiadas de Tel Rehov a Betsã, a Taanak e até a Megiddo. Com base nessa nova evidência, o historiador bíblico Nadav Naaman concluiu que essas camadas de destruição representavam uma devastação tão grave do reino do norte, feita por Hazael, que muitos desses sítios nunca voltaram ao estado normal. É provável que a pressão militar de Damasco sobre Israel tenha culminado com o cerco da capital, Samaria, possivelmente por Bar-Adad III (conhecido na Bíblia como Ben-Adad), o filho de Hazael. Os dois cercos a Samaria descritos na Bíblia nos dias de Acab e de Jorão talvez façam referência a esse período.

A arqueologia descobriu, portanto, algo que a Bíblia esqueceu de mencionar: o próprio coração da terra de Israel foi ocupado durante longo período. Nenhum dos arqueólogos anteriores parece ter encontrado evidência desse fato. Em Hazor, o período entre os amrides e a destruição de Israel foi dividido em quatro estratos, por Yigael Yadin, nenhum dos quais foi diretamente relacionado com a invasão de Hazael. Mas, no momento que a cidade com o portão de seis câmaras e uma muralha casamata — associada durante muito tempo a Salomão — é classificada no tempo dos

amrides, sua destruição pode estar associada à campanha militar de Hazael. Em Dan, a própria cidade tomada por Hazael — na qual ele erigiu uma estela da vitória, proclamando a recuperação do território para seu reino —, as datas convencionais não identificam a aniquilação no meio do século IX, e muito menos uma ocupação aramaica. Mas, também em Dan, as datas alternativas permitem a identificação da camada de destruição com a conquista de Hazael, comemorada na mencionada estela.

Mas Hazael não era forte o bastante para anexar os centros israelitas devastados mais ao sul, nos vales de Jezrael e de Betsã, situados bem distante da área central de seu domínio. Parece que foram deixados por ele em ruínas, o que causou a desertificação de muitos sítios e o declínio de toda a região durante poucas décadas. Alguns dos centros dessa região jamais se recuperaram; Jezrael e Taanak, por exemplo, nunca mais tiveram a antiga influência. Uma análise da cerâmica de Megiddo parece indicar que essa cidade, essencial para a administração israelita do norte, ficou abandonada durante quase meio século.

Assim, o reino israelita do norte perdeu o controle efetivo de algumas de suas regiões agrícolas mais férteis e, mais importante, seu rival ganhou uma base permanente nos sítios estratégicos de Hazor e Dan, no nordeste. Aqueles sítios se localizavam mais próximos de Damasco que de Samaria e estavam situados em territórios que Hazael afirmava serem originalmente arameus. Para citar de novo o que está na própria inscrição de Hazael, narrando a situação depois da morte do seu predecessor: "E meu pai descansou, ele foi para os seus [ancestrais]. E o rei de I[s]rael entrou previamente na terra do meu pai". É inconcebível que Hazael tivesse conquistado o alto do vale do Jordão, edificado uma estela da vitória em Dan, e abandonado depois o que conquistara. Aqui,

as vitórias no campo de batalha eram interpretadas por longo domínio territorial.

Em Dan, a famosa estela foi erigida, sem dúvida, numa nova cidade reconstruída por Hazael. A cidade do final do século IX, que ali restou, era caracterizada pela construção de formidável muralha de pedra, similar àquela descoberta em Hazor, com um portão de entrada muito bem elaborado. O portão exibe elemento especial, desconhecido nos territórios de Israel e de Judá daquela época; remanescentes de um baldaquino ou de uma plataforma elevada foram encontrados do lado de fora da torre, à direita de quem entra na cidade. Esses remanescentes incluíam duas bases redondas de pedra esculpida, com características típicas do norte, ou seja, da Síria. A própria estela comemorativa, que é provável mencionasse também as atividades de construção de Hazael, pode ter sido colocada ou no portão da cidade ou no bem trabalhado lugar de culto, reconstruído com blocos de cantaria, e talvez dedicado, uma outra vez, a Hadad, o deus de Hazael.

Outra cidadela formidável construída na mesma época — e relacionada com a ocupação do norte de Israel por Hazael — é um sítio conhecido como et-Tell, na costa norte do mar da Galiléia; sua identificação tem sido tentada pelos escavadores como sendo o local do assentamento de Bethsaida, bem mais tardio, do tempo dos romanos. No século IX, uma sólida muralha de pedra cercava o lugar, similar às construídas em Hazor e Dan. Um imenso portão de entrada da cidade é análogo, na forma e tamanho, ao que fora descoberto em Dan. Na frente desse portão, os escavadores recuperaram um extraordinário achado, que parece desvendar a etnia ou, talvez, de modo mais acurado, a identidade cultural e política de seus habitantes. Uma estela de basalto foi achada próxima do lado direito da torre, quando se entra na cidade; a representação contida nela, uma deidade com chifres, é caracte-

risticamente araméia. E sua posição, em frente ao portão, oferece a possibilidade de que outra estela parecida possa ter sido erigida perto do portão de Dan, sob o esmerado baldaquino.

Dessa maneira temos pistas de que a invasão de Israel por Hazael, em meados do século IX a.C., foi seguida por prolongada ocupação e pelo estabelecimento de pelo menos três fortalezas — em Dan, Hazor e Bethsaida — que exibem traços comuns, alguns deles com características aramaicas. E existe uma razão adicional para acreditar que a população dessa parte do reino de Israel era pelo menos em parte, se não na maioria, formada por arameus. Isso é indicado pelo fato de que em quase todos os sítios influentes da Idade do Ferro na região as escavações desenterraram óstracos — em cerâmica e em calcário — com inscrições em aramaico.

Retorno da Assíria

A ocupação de Israel não demorou muito tempo. De fontes assírias, sabemos que Hazael foi capaz de avançar para o oeste e para o sul de Israel, porque durante poucas décadas, na segunda metade do século IX, os reis assírios estavam preocupados e absorvidos com desordens em outras áreas do seu império. Mas, com a ascensão de um novo e poderoso monarca assírio, Adad-nirari III, em 811 a.C., o equilíbrio de poder entre Aram e Israel mudou de forma dramática. De imediato, Adad-nirari renovou a pressão militar no oeste e cercou Damasco, então o poder regional mais forte. Damasco pode ter conseguido dominar Israel, mas não era páreo para os exércitos do superpoder mesopotâmico da época. Bar-Adad III, o filho de Hazael, rendeu-se e pagou pesado tributo à Assíria. Esses acontecimentos provocaram o fim da hegemonia de Aram-Damasco na região e da pressão militar sobre Israel.

Sob essa luz, podemos começar a entender o enorme impacto que o imperialismo assírio teve no curso dos acontecimentos no reino de Israel e como tanto da história que é descrita pela Bíblia, como um exercício da impiedade ou da ganância dos reis de Israel, teve muito mais a ver com os ventos políticos de poderes internacionais. Embora os livros dos Reis descrevam primariamente Acab como um tirano idólatra, sabemos pela inscrição do monólito de Salmanasar III que ele foi um dos mais enérgicos oponentes da dominação assíria, enviando sua poderosa força de bigas para confrontar os assírios em Qarqar. E enquanto Jeú, o rebelde, é retratado na Bíblia como instrumento de Deus para destruir a idolatria de Israel, o famoso 'obelisco negro' de Salmanasar mostra-o se curvando até o chão, aos pés do grande rei assírio. Salmanasar também observou: "O tributo de Jeú, filho de Amri; eu recebi dele prata, ouro, uma gamela de ouro, um vaso de ouro com o fundo pontiagudo, copos de ouro, estanho, um bastão para um rei". (O fato de que Jeú é chamado de 'filho de Amri' — em essência, filho da família que ele está narrando que exterminou — implica apenas que ele governava um reino vassalo, cuja capital foi fundada por Amri.)

A ressurreição de Israel, sob o governo do neto de Jeú, Joás (2 Reis 13,22-25), teve mais a ver com a humilhação imposta a Damasco pela Assíria do que com a mudança repentina, relatada na Bíblia, da idéia de Deus. O final da hegemonia regional de Aram-Damasco deu ao reino de Israel — que tinha empenhado sua lealdade à Assíria, desde à época de Salmanasar II — uma esplêndida oportunidade de ser reconhecido como o vassalo favorito da Assíria. Sob a liderança do rei Joás, o reino do norte logo se recuperou e principiou a retomada de seus territórios perdidos para Damasco (2 Reis 13,25). E a expansão de Israel aparentemente continuou sob o governo de Jeroboão II (2 Reis 14,25,28), de quem se conta que expandiu as fronteiras do reino até os antigos territórios de Aram. Quando analisamos os registros arqueológicos, há uma clara confirmação sobre o filho de Joás, Jeroboão II, cujo governo foi o mais longo da história do reino do norte, o qual dirigiu num período de incomparável prosperidade em Israel.

Recompensas de uma nova ordem mundial

A nova fase de prosperidade, que começou por volta de 800 a.C., aparentemente foi lembrada por longo tempo como a era de ouro do reino do norte, mesmo na memória do povo de Judá. Já o autor bíblico dos livros dos Reis foi forçado a encontrar explicação para essa intrigante boa sorte usufruída pelos pecadores do norte. Ele explicou a mudança nos acontecimentos em virtude da repentina compaixão do Deus de Israel (2 Reis 14,26-27), mas agora podemos constatar que a razão mais provável foi a agressão assíria a Damasco e a impetuosa participação de Israel na crescente economia mundial assíria. Em Dan, a estela da vitória de Hazael parece haver sido esmagada, e seus fragmentos reutilizados numa construção posterior (onde seriam encontrados por arqueólogos cerca de 2.800 anos mais tarde), quando israelitas construíram ali uma cidade. Em Bethsaida, a estela com a deidade no estilo arameu foi, da mesma maneira, intencionalmente aprumada e reinstalada de cabeça para baixo. E aproximadamente no mesmo período Hazor foi conquistada, destruída e reconstruída; pode não ser uma completa coincidência que as inscrições hebraicas apareçam em Hazor nessa fase de construções, pela primeira vez.

A força da economia israelita durante o reinado de Jeroboão II pode ser mais bem demonstrada pelos progressos na agricultura e pelo impressionante crescimento populacional. Durante milênios, as áreas montanhosas ao redor de Samaria formaram a região preferível do país para o cultivo de olivais e vinhas. Intensos levantamentos arqueológicos nas regiões montanhosas ao sul de Samaria produziram evidência de extraordinária expansão da produção de azeite de oliva na Idade do Ferro. No século VIII, vemos, pela primeira vez, assentamentos construídos em contrafortes rochosos, no coração das regiões mais apropriadas para o cultivo de oliveiras, cujos habitantes parecem ter se especializado nesse ramo da agricultura (figura 23). Raias de prensas de oliva e outras instalações de processamento foram cortadas na rocha, em torno dessas aldeias, algumas das quais podem ter sido propriedades reais ou, pelo menos, construídas para esse propósito. Não havia falta de mercados potenciais: o óleo de oliva das regiões montanhosas de Israel podia ser exportado com lucro para a Assíria e embarcado para o Egito, pois esse país e a Assíria não dispunham de boas regiões para o cultivo de oliveiras. De fato, os famosos óstracos de Samaria — coleção de 63 cacos de cerâmica inscritos com tinta em hebraico e datados, admite-se, da época de Jeroboão II — registram o carregamento e o embarque de azeite e de vinho pelas aldeias ao redor da cidade de Samaria, a capital.

A área agrícola do interior estava, nesse meio tempo, tornando-se mais povoada do que nunca. Ligada a uma economia mundial, sem enfrentar qualquer ameaça militar, a população do reino do norte cresceu muito. O levantamento arqueológico realizado em grande escala, nas últimas décadas, lança uma luz sobre esse enorme crescimento populacional do século X ao VIII a.C. No

final do século VIII, o reino do norte — as áreas montanhosas da Samaria e também os vales do norte — era a região com povoação mais densa de todo o Levante.*

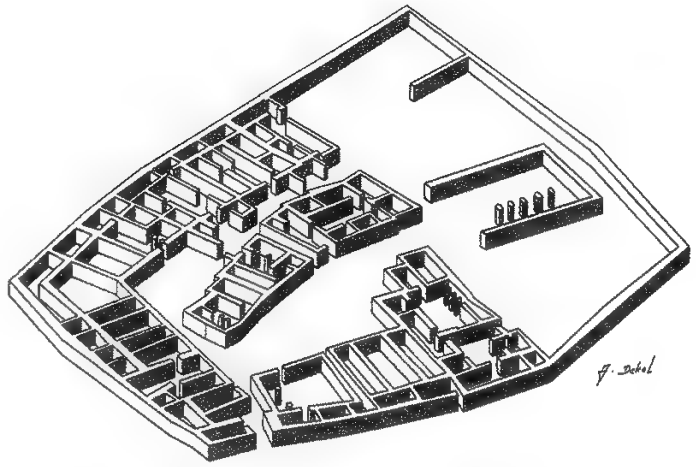

Figura 23 — Plano de sítio produtor de azeite nas áreas montanhosas a noroeste de Jerusalém. (Desenho feito a partir de planta baixa publicada em *Atiqot*)

Embora os números sejam reconhecidamente nebulosos, oferecem estimativa geral de que a população no reino do norte no século VIII a.C., incluindo seus territórios na Transjordânia, era de cerca de 350 mil habitantes. Pelo mesmo procedimento, os estudiosos calculam que na Idade do Bronze a população de *todo* o

* Baseamos esta premissa numa estimativa populacional aproximada, a qual levou em consideração a combinação de dados arqueológicos e etnográficos. Nesta técnica de calcular populações primitivas, a área determinada de todos os locais ocupados durante o séc. XVIII a.C. (identificados pela presença de vários tipos de cerâmica desse século) é multiplicada por um coeficiente de densidade, que é a densidade média da população observada em uma tradicional sociedade pré-moderna do séc. XIX ou do início do séc. XX.

território da Palestina ocidental não chegava nem mesmo a 250 mil habitantes. O crescimento demográfico é dramático, em particular quando consideramos que a população das áreas montanhosas na antiga Idade do Ferro chegaria, com dificuldade, a 45 mil habitantes. Mesmo no século VIII, a população do reino de Judá não contava com mais de 100 mil pessoas. A população dos Estados transjordânios de Amon e Moab, junta, quase não alcançava 1/3 da população do norte de Israel.

Esses números comparativos explicam o poder militar e econômico do reino do norte; oferecem também uma pista sobre os recursos humanos de Israel, que permitiram o crescimento militar e uma série impressionante de projetos de construção de obras públicas. Parece que Joás, ou, o mais provável, Jeroboão II, realizou grandes projetos públicos não apenas em Megiddo (incluindo o grandioso sistema de reserva de água e dois imensos conjuntos de estábulos), mas também a reconstrução de Hazor, como fortaleza, nos territórios retomados dos arameus e a reconstrução da cidade de Gezer, posto avançado estratégico do reino do norte, na fronteira com Judá e a Filistéia. Uma nova muralha maciça e o portão de Gezer podem datar desse período.

É nítida a grandeza do renascimento do reino de Israel a partir de evidência arqueológica disponível. É significativo que Jeroboão II seja o mais antigo dos reis israelitas de quem se encontrou um selo oficial. Esse belo e excepcionalmente pródigo artefato foi encontrado no começo do século XX em Megiddo; traz a representação de um potente leão rosnando e uma inscrição em hebraico, onde se lê: "Pertence a Shema, o servo (i.e. o alto funcionário) de Jeroboão". O desenho do leão no selo é típico do século VIII a.C., de modo que não pode ser atribuído ao primeiro Jeroboão, que fundou o reino do norte quase dois séculos antes. Pelos padrões de sua prosperidade,

conexões internacionais e grandes projetos de construção, o reinado de Jeroboão II pode ter permanecido vivo na memória dos habitantes de Israel e de Judá como modelo de uma monarquia gloriosa. Relembremos a passagem no livro 2º Reis 9,15, que descreve as edificações de Salomão em Hazor, Megiddo e Gezer. É possível que o autor judaico, compondo sua história quase um século mais tarde, romântica e patrioticamente tenha atribuído as ruínas de imensas estruturas construídas por Jeroboão à era de ouro de Salomão?

Enigma dos estábulos de Megiddo, novamente

Ao que parece, os cavalos eram um dos produtos mais apreciados e valorizados do reino do norte. Algumas pistas tantalizantes sobre a extensão da criação e do treinamento de cavalos em Israel podem ser encontradas na reconstrução de Megiddo, na época de Jeroboão II (figura 20, p. 250).

O elemento mais notável da última cidade israelita de Megiddo é formado pelos dois grandes complexos de prédios com pilares que a equipe da Universidade de Chicago supôs, na década de 1920, serem estábulos construídos por Salomão — e que foram datados mais tarde por Yadin como estábulos construídos por Acab, que havia comandado uma grande força de bigas contra os assírios, na batalha de Qarqar. Seja argumentando pela associação dos estábulos com Salomão, seja com Acab, os defensores dessa teoria raciocinaram que os cavalos eram mantidos em longos e estreitos corredores nas laterais dos edifícios, onde eram amarrados a pilares de pedra e alimentados nas manjedouras situadas entre os pilares (figura 15, p. 192); o corredor central, cujo chão era coberto por uma argamassa macia, supostamente servia como área de serviço, onde os cavalariços e palafreneiros podiam tratar os cavalos

e distribuir sua alimentação. Os arqueólogos também sugerem que o grande pátio em frente ao conjunto de estábulos ao sul servia como uma espécie de cercado para treinamento e exercícios.

Havia apenas um problema sobre essa atraente teoria: nenhum objeto relacionado com cavalos, bigas ou cavalaria foi encontrado nos edifícios. E os corredores laterais de estruturas semelhantes, descobertos em outros sítios, estavam repletos de vasos de cerâmica, o que sugeriu aos estudiosos que *todos* esses edifícios com três corredores laterais eram usados como depósitos. Alguns teorizaram que as manjedouras encontradas nos edifícios de Megiddo eram usadas para alimentar animais de carga, burros, talvez, que carregavam as mercadorias para os depósitos em caravanas. Outros eruditos propuseram que os edifícios com pilares em Megiddo, como também os demais encontrados em outros lugares na região, serviam como casernas militares ou mesmo como bazares públicos.

Nas escavações que continuam sendo feitas em Megiddo, tem-se tentado resolver o problema mediante sistemáticos testes químicos de terra recém-escavada do chão de edifícios com pilares, a fim de identificar traços de alimentação ou de excremento animal. Até agora, os resultados foram inconclusivos. Mas uma coisa já foi esclarecida e definida nessa fase das escavações; não devemos esperar que objetos relacionados com cavalos ou bigas sejam encontrados, pois depois da conquista assíria a cidade foi toda esvaziada e limpa, e, pelo menos, parcialmente reutilizada, sendo mais tarde desmantelada, época em que foi abandonada. Os edifícios foram destruídos, de modo intencional, e suas paredes derrubadas.

Graças ao processo de estabelecer outras datas para o estrato de Megiddo — e a reavaliação da história arqueológica do reino do norte — agora podemos rejeitar as teorias anteriores e afirmar com segurança que as estruturas que parecem estábulos em

Megiddo pertencem à época de Jeroboão II. Muito embora Acab tenha mantido razoável força de bigas, ele construiu os grandes palácios em Megiddo que *precedem* o nível dos 'estábulos' (apesar de alguns estudiosos sugerirem que essa cidade, apenas escavada em parte, tivesse estábulos também). Mas relacionar os 'estábulos' a Jeroboão II não resolve o problema sobre a sua função. Será que existem outras pistas para enfatizar a importância dos cavalos no reino de Israel — e talvez compreender o papel militar desse reino na sociedade imperial assíria?

Evidência crucial vem de fontes assírias, as quais revelam que o reino de Israel era famoso por sua força militar de bigas muito depois de o rei Acab ter enfrentado Salmanasar III com 2 mil delas na batalha de Qarqar, em 853 a.C. A assirióloga Stephanie Dalley encontrou sinal convincente, em registros assírios, de que alguns Estados vassalos do império se especializaram na criação e na exportação de cavalos usados em bigas e na cavalaria militar. Sabemos que Israel, sob o governo de Jeroboão II, prosperou mediante especialização em certas mercadorias. Será que o que vemos em Megiddo são remanescentes arquitetônicos de um valioso centro de criação de cavalos para o famoso corpo de bigas do reino de Israel? Seria possível que na época de Jeroboão II Israel criasse cavalos não apenas para suas próprias necessidades militares, mas também para unidades de bigas em todo o império assírio? Pista nessa direção vem de outro Estado vassalo do império assírio, o reino de Urartu, no leste da Anatólia, reconhecido como proprietário da melhor cavalaria no mundo. Sabemos, por meio de menções explícitas em fontes assírias, que ali se criavam cavalos para exportação. E, curiosamente, alguns edifícios foram descobertos em sítios da Idade do Ferro II, em Urartu, nos quais o planejamento arquitetônico é muito similar aos 'estábulos' de Megiddo.

Mas talvez a associação mais indicativa dos israelitas como detentores de poderosos recursos de cavalaria militar venha de um período logo após a conquista do reino do norte pela Assíria, quando uma unidade especial israelita do corpo de bigas foi incorporada ao exército assírio. De fato, a pesquisa de Stephanie Dalley sobre as tabuletas assírias, chamadas 'listas de cavalos', concluiu que oferecem informação sobre funcionários, oficiais militares e unidades do exército assírio na época de Sargão II. Esses registros indicam que, enquanto membros de outras tropas especializadas de regiões conquistadas foram incorporados ao exército assírio, a brigada israelita de bigas foi a única unidade estrangeira que pôde manter sua identidade nacional. O rei assírio Sargão II assim o diz: "Eu formei uma unidade com duzentas das suas bigas para a minha força real".

Portanto, é possível que os cavaleiros das unidades israelitas de bigas, tão famosos por sua destreza, tenham recebido posição especial no exército assírio. Entre outros detalhes das 'listas de cavalos', consta a menção de um comandante israelita chamado Shema, parece que da brigada de bigas, que serviu num alto posto do exército assírio e foi membro do séquito do rei.

Primeiras vozes de protesto

A prosperidade e a proeminência alcançadas pelo reino de Israel durante o governo de Jeroboão II permitiram que a aristocracia israelita desfrutasse de formidável riqueza. Apesar dos métodos um pouco caóticos das escavações em Samaria, no começo do século XX, não ensejarem a análise detalhada dos edifícios e reconstruções da cidade real no começo do século VIII a.C., dois conjuntos de pequenos achados bem interessantes oferecem, pelo menos, a pista de opulência e riqueza da classe dominante israelita.

Mais de duzentas delicadas placas de marfim, cinzeladas no estilo fenício com motivos egípcios e estilisticamente datadas do século VIII a.C., podem ter decorado as paredes do palácio ou o refinado mobiliário da realeza israelita. Essas placas atestam a riqueza e o gosto cosmopolita dos monarcas israelitas e das famílias nobres do reino. Os famosos óstracos de Samaria, recibos de carregamento e de transporte de azeite e de vinho das zonas rurais para a capital do reino, representam sistema sofisticado de crédito e de registro contábil, no qual o produto da zona agrícola era reivindicado por grandes donos de terra ou por funcionários de impostos do governo, que supervisionavam a cobrança da colheita.

É no auge da prosperidade do reino do norte, sob o governo de Jeroboão II, que nós podemos identificar, afinal, a totalidade dos critérios do Estado organizado: alfabetização, administração burocrática, produção econômica especializada e um exército profissional. É também o período do qual temos o primeiro registro de reclamação profética. Os oráculos dos profetas Amós e Oséias são os primeiros livros de profecias preservados, contendo material que reflete o apogeu de Jeroboão II. Suas denúncias contundentes a respeito da aristocracia corrupta e ímpia do reino do norte servem tanto para documentar a opulência dessa era como para expressar, pela primeira vez, as idéias que exerceriam profundo efeito sobre a cristalização da ideologia deuteronomista.

Amós é descrito como o pastor que caminhava pelas áreas do norte, a partir da vila de Técua, nos limites do deserto no reino de Judá. Mas, qualquer que tenha sido sua exata condição social ou sua razão para pregar no reino de Israel, os oráculos registrados em seu nome oferecem ríspida condenação ao estilo luxuoso de vida e da realidade material da aristocracia de Israel, no século VIII a.C.:

> Infortúnio para aqueles que deitam em camas de marfim, e que descansam sobre os seus divãs, e comem cordeiros do rebanho e novilhos das suas estrebarias; que cantam canções fúteis ao som da harpa e, como Davi, inventam instrumentos de música para si mesmos; que bebem vinho em taças, e se untam com os óleos mais finos... (Amós 6, 4-6)

Amós continua, para condenar aqueles que "construíram casas de pedras talhadas" (5,11), e seu contemporâneo, o profeta Oséias, clama contra aqueles que "multiplicam a falsidade e a violência; eles fazem uma barganha com a Assíria, e o azeite é levado para o Egito" (Oséias 12,1). Nessas e em muitas outras alusões, os dois profetas definem as conexões econômicas e a cultura material, tão abundantemente ilustrada pela arqueologia do reino de Israel.

Além da condenação dos ricos e poderosos, Amós e Oséias fazem ásperas críticas às injustiças sociais, à idolatria e às tensões domésticas provocadas pelo comércio internacional e pela dependência da Assíria. De acordo com Oséias: "A Assíria não nos salvará, não montaremos sobre cavalos, não mais diremos 'Nosso Deus' para o trabalho das nossas mãos" (Oséias 14,3). Amós condena a iniqüidade daqueles que meramente prestam devoção, da boca para fora, aos ditames da religião, enquanto acumulam riqueza para si mesmos e maltratam os pobres:

> Ouvi isso, vós que menosprezais os necessitados e quereis eliminar os pobres da terra, dizendo: Quando a nova lua terminará [o mês], para que possamos vender nosso grão? E o sábado [o dia de descanso religioso], para que possamos oferecer nosso trigo para vender, e que possamos diminuir as medidas e aumentar os siclos, e lidar enganosamente com falsas balanças, para que possamos comprar os pobres com prata, e os indigentes por um par de sandálias, e lhes vender os refugos do trigo? (Amós 8,4-6)

Essas condenações proféticas foram preservadas pelos seguidores de Amós e Oséias, e adquiriram novo significado depois da queda e da destruição do reino de Israel. Porque em sua crítica da riqueza, e em sua repulsa à influência estrangeira nos modos de vida do povo de Israel, eles anunciaram o movimento social e espiritual que deixaria impressão indelével na cristalização do texto bíblico.

Estertores mortais de Israel

Com a morte de Jeroboão II em 747 a.C., a estrutura da sociedade israelita — apesar de sua prosperidade material e das realizações na arquitetura e nas artes militares — se mostrou frágil. É provável que tenham emergido facções entre administradores regionais, oficiais militares ou grupos especiais de interesses. Reis foram ungidos, um após outro, numa sucessão relativamente rápida e, em geral, sangrenta. O delicado equilíbrio de independência econômica e de aliança política com a Assíria, ou de subserviência a ela, desintegrou-se, aos poucos. A narrativa apresentada no segundo livro dos Reis, complementada por provas ocasionais nos registros da Assíria, é tudo o que temos documentado sobre a queda de Israel.

A sucessão de sublevações dinásticas em Samaria não poderia ter acontecido em época mais perigosa. Grandes mudanças ocorriam na Mesopotâmia. Em 745 a.C. — logo após o assassinato de dois reis em Samaria — o ambicioso governador da grande cidade assíria de Cale, no vale do Tigre, se rebelou contra os próprios senhores e deu início ao processo de transformação da Assíria num Estado brutal e predatório.

Esse novo rei, Teglatfalasar III (também conhecido pelo seu nome babilônico, Pul, na Bíblia), começou nada menos que uma

total recomposição do império assírio, primariamente em suas relações com antigos vassalos, que dali em diante passariam a ser muito mais controlados. Em 738 a.C., ele conduziu seu exército numa campanha ameaçadora de grandes proporções na direção oeste, com a qual conseguiu acovardar antigos vassalos semi-independentes da Assíria, com exigências econômicas nunca vistas. Mas isso foi o começo. Na era do imperialismo assírio, iniciado por Teglatfalasar, a vassalagem se transformaria, de imediato, em conquista e anexação, com a população local sendo submetida à deportação para onde quer que as autoridades assírias desejassem.

Em Samaria, a capital israelita — com a morte do rei Manaém em 737 a.C. e o quase imediato assassinato de seu filho e sucessor por um oficial militar chamado Facéia, filho de Romelias — a política externa do reino de Israel mudou. Não temos informação sobre os motivos políticos e pessoais de Facéia, esse último usurpador, mas ele acabou, de forma repentina, com a obsequiosa vassalagem de Israel à Assíria. Talvez numa reação desesperada à mudança da política assíria e diante da incapacidade de atender as suas exigências, Facéia se uniu a uma coalizão de outros poderes locais — incluindo o rei Raçon, de Damasco, e algumas cidades filistéias — numa aposta desesperada pela independência do reino de Israel.

O que aconteceu depois foi uma dramática série de erros de cálculo, que significou o fim da independência do reino de Israel, e na verdade da possibilidade de que algum dos Estados do Levante jamais fosse livre para agir independentemente enquanto o império assírio sobrevivesse. Facéia e Raçon esperavam organizar uma frente, ampla e comprometida, de resistência à Assíria, com todos os Estados da região. A coalizão fracassou, não se materializou, e Teglatfalasar reagiu com fúria. Depois de capturar Damasco e de

executar Raçon, avançou pela costa mediterrânea, destruindo cidades rebeldes, e, assegurando que nenhuma ajuda para os insurgentes pudesse chegar do Egito, Teglatfalasar concentrou todas as suas forças para atacar o reino de Israel. Conquistando a maioria de seus territórios, destruindo suas principais cidades e deportando parte de sua população, Israel se ajoelhou diante de Teglatfalasar.

Quando esse rei morreu, em 727 a.C., a maior parte das terras do reino do norte tinha sido anexada ao império assírio e o território foi dividido, administrativamente, nas províncias de Dor (ao longo da costa norte), Megiddo (no vale de Jezrael e na Galiléia) e Galaad (nas áreas montanhosas da Transjordânia). Relevo da época de Teglatfalasar III, mostrando o cerco a uma cidade chamada Gaazru — provavelmente Gezer —, indica que a planície costeira ao sul não escapou do destino amargo das províncias do norte. Tudo o que sobrou do reino do norte foi uma região montanhosa em torno de Samaria. E assim, Teglatfalasar pôde se vangloriar numa inscrição monumental: "A terra de Bit-Humria [i.e., a casa de Amri], de que arrasei todas as cidades até o solo nas minhas campanhas anteriores... Eu saqueei o gado, e somente poupei a isolada Samaria".

'Assirianização' do norte

O novo estilo do império assírio sob o governo de Teglatfalasar não se contentou com meras conquistas territoriais. Os assírios consideravam todas as terras, animais, recursos e povos das áreas que tinham conquistado como objetos — como bens móveis — que poderiam e deveriam ser mudados ou explorados para servir melhor aos interesses do Estado assírio. Assim, empregaram uma política de deportação e repovoação em grande escala, política

essa cujos inúmeros objetivos reforçavam a meta de continuidade do desenvolvimento imperial. Do ponto de vista militar, a captura e remoção de vilas nativas tinham o efeito de aterrorizar e desmoralizar a população e de separá-la para prevenir a resistência organizada. Do ponto de vista econômico, o recrutamento em larga escala para o exército imperial propiciou mais recursos humanos e tecnologia militar, num cenário em que os novos recrutas poderiam ser cuidadosamente vigiados. O assentamento forçado de artesãos em pontos de atração do coração do território assírio incentivou o treinamento de recursos humanos, colocados à disposição da economia assíria. E, por fim, o sistemático reassentamento de outros povoamentos em territórios desocupados ou recentemente conquistados pretendia expandir, em toda parte, a produção da agricultura do império.

Teglatfalasar iniciou esses processos quase de imediato nas regiões do reino de Israel devastadas por seus exércitos. O número de deportados registrado em seus anais chegou a 13.500 pessoas. Se não é um exagero — como os levantamentos arqueológicos da baixa Galiléia sugerem, indicando repovoação generalizada —, então os assírios deportaram componente significativo da população rural dessas áreas para a Assíria.

Os resultados desastrosos dessa agressão inicial de Teglatfalasar puderam ser constatados em muitos sítios. Em Hazor, especificamente mencionada na Bíblia em relação a essa violenta campanha (2 Reis 15,29), a última cidade israelita foi destruída e queimada até virar cinzas. Existem nítidas evidências arqueológicas de que nos dias anteriores à agressão assíria as fortificações da cidade foram reforçadas, em vão, como os eventos provaram. A destruição em massa também pode ser traçada em Dan e em Betsã. Mas em Megiddo as intenções assírias foram um pouco diferentes, por-

que a cidade se tornaria novo centro da administração imperial. Os alojamentos residenciais foram incendiados; desmoronamentos, edifícios queimados e vasos quebrados contam a história das últimas horas da cidade israelita. Mas os edifícios com pilares — os famosos estábulos de Megiddo — permaneceram intocados, e é provável que tenham sido utilizados durante algum tempo. Os assírios pretendiam reconstruir esse sítio para suas próprias finalidades, e as primorosas pedras das estruturas dos estábulos eram excelente fonte de material para construção.

Megiddo oferece a melhor evidência para os primeiros estágios da ocupação assíria. Depois da destruição parcial da última cidade israelita, seguiu-se curto período de abandono, sucedido por outro de reconstrução ampla. Os assírios transformaram Megiddo na capital de sua nova província, que cobria o antigo território do reino do norte, nos vales do norte e nas colinas da Galiléia. Dentro de poucas décadas, os documentos oficiais se referiam a Megiddo como a residência do governador. O centro da nova cidade, reconstruída num plano original, era perto do portão, onde dois palácios foram edificados no típico estilo assírio. O restante da cidade foi adaptado numa rede precisa de ruas paralelas, correndo leste-oeste, sul-norte, formando blocos retangulares para prédios residenciais, método de planejamento urbano até então desconhecido no Levante. Diante das mudanças radicais, é possível que uma nova população, deportada de outras áreas conquistadas pelos assírios, tenha sido estabelecida em Megiddo.

Fim do reino

Encurralado na vizinhança imediata de Samaria, o remanescente do reino de Israel provou ser pouco mais que uma gulosei-

Tabela 7 — Reis israelitas, de Jeú a Oséias

REI	PERÍODO*	TESTEMUNHO BÍBLICO	REGISTROS ASSÍRIOS	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Jeú	842-814	Lidera golpe contra os amrides e elimina essa família; destrói o templo de Baal, em Samaria; continua a confrontação com Aram-Damasco; profeta Elias	Paga tributo a Salmanasar II	Hazor e o norte nas mãos de Aram-Damasco; Megiddo abandonada?
Joacaz	817-800**	Israel é derrotado e Samaria é cercada por Aram; profeta Eliseu		
Joás	800-784	Derrota os arameus e Israel se recupera; ataques a Jerusalém	Paga tributo a Adad-nirari III	Hazor, de novo, sob o domínio israelita?
Jeroboão II	788-747	Derrota Damasco e estende as fronteiras do norte do reino à sua maior extensão		Inédita prosperidade no reino do norte; projetos de construção em grande escala, em Hazor, Gezer e Megiddo (estábulos e sistema de água); óstracos de Samaria e marfins; encontrado em Megiddo selo com seu nome

(continua)

Tabela 7 — Reis israelistas, de Jeú a Oséias (continuação)

REI	PERÍODO*	TESTEMUNHO BÍBLICO	REGISTROS ASSÍRIOS	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Zacarias	747	Reina durante dez meses e depois é morto num golpe		
Selum	747	Reina durante um mês e é morto num golpe		
Manaém	747-737	Paga tributo ao rei da Assíria	Paga tributo a Teglatfalasar III	
Facéias	737-735	Morto num golpe		
Facéia	735-732	Lutas com Damasco contra Acaz, do reino de Judá; Teglatfalasar III conquista a Galiléia e o vale Jezrael	Deposto por Teglatfalasar III, que conquista a Galiléia	Destruição das cidades israelitas no norte
Oséias	732-724***	Último rei de Israel; Salmanasar V, rei da Assíria, monta cerco a Samaria, conquista-a e deporta israelitas para a Assíria	Confirmado por Teglatfalasar III, a quem paga tributo	

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary*. ** Inclui anos de co-regência. *** Ou 722 a.C.

ma a ser devorada na primeira oportunidade pelo ascendente império assírio. Ainda assim, Oséias, o assassino de Facéia e último rei de Israel, depois de oferecer, sem demora, tributo à Assíria, começou a organizar uma conspiração desastrosamente perigosa. Num breve período de incerteza sobre a sucessão, entre a morte de Teglatfalasar III e a ascensão de Salmanasar V, sabe-se que Oséias enviou mensagem secreta a um dos senhores regionais do delta egípcio, esperando que o Egito pudesse então se dispor a entrar numa briga antiassíria. Fazendo sua última aposta, Oséias cancelou, em seguida, o pagamento de seus tributos ao novo rei assírio.

Quem poderia se surpreender com o que aconteceu? O rei Salmanasar V iniciou imediatamente uma campanha de liquidação. Ele restringiu a área rural em volta de Samaria e montou cerco contra a própria cidade, cerco esse que foi prolongado e concluído com uma violenta invasão à cidade. No final, parte da população sobrevivente foi encaminhada para pontos de concentração, de onde eventualmente saiu para ser reassentada em distantes domínios assírios. Há um debate considerável entre os estudiosos para determinar se Salmanasar V sobreviveu para assistir à captura de Samaria ou se o seu sucessor, Sargão II, que subiu ao trono em 722 a.C., foi o responsável pelo golpe de misericórdia. De qualquer modo, Sargão II é o autor das crônicas que nos permitem conhecer o relato assírio, completo, sobre o que aconteceu:

> Os habitantes de Samaria, que concordaram e conspiraram com um rei hostil a mim, para não tolerar a servidão e não prestar tributo a Assur, e que me combateram, eu lutei contra eles com o poder dos grandes deuses, meus senhores. Eu contei como pilhagem de guerra 27.280 pessoas, junto com suas bigas e deuses, nos quais eles confiavam. Eu formei uma unidade com duzentas das suas bigas para o meu exército real. Eu assentei o resto deles no meio das terras da Assíria. Eu repovoei Samaria mais do que antes. Eu trouxe povos de outros países conquistados por minhas mãos. Eu indiquei meu comissário como governador sobre todos eles. E eu passei a contá-los como assírios.

O relato de Sargão II nos dá o número de pessoas deportadas de Samaria, embora não esteja claro que se refira à população da cidade e sua imediata vizinhança ou a um número total de israelitas tirados do reino ao longo dos anos precedentes. A Bíblia menciona algumas das destinações dos deportados: "Hala, às margens do Habor, o rio de Gozã, e nas cidades dos medos" (2 Reis 17:6). Mas o destino da maioria deles — as dez tribos de Israel, o reino do norte — jamais seria conhecido. No começo, os deportados podem ter tentado resguardar sua identidade, preservando, por exemplo, as antigas formas de veneração religiosa ou dando nomes israelitas a seus filhos. Mas eles foram 'assirianizados' e assimilados ao império.

E tudo acabou. Dois séculos turbulentos chegaram a um final catastrófico. O orgulhoso reino do norte e parte significativa de sua população foram perdidos para a história.

Deportados e sobreviventes

Do mesmo modo que reassentaram lugares-chaves no norte, como Megiddo, com súditos confiáveis, as autoridades assírias trouxeram novos grupos de população para assentar no coração das áreas montanhosas de Israel, em lugar dos israelitas deportados: "E o rei da Assíria trouxe povos da Babilônia, Cuta, Ava, Emat, e Sefarvaim, e os colocou nas cidades da Samaria, no lugar do povo de Israel; e eles tomaram posse da Samaria, e habitaram em suas cidades" (2 Reis 17,24). Algumas pistas arqueológicas e históricas

sugerem que esses novos grupos, de áreas rebeldes da Mesopotâmia, foram assentados não apenas na Samaria, mas também em área estratégica, em particular, ao redor de Betel — o antigo centro de culto israelita —, na fronteira norte do ainda independente reino de Judá. O historiador bíblico oferece testemunho circunstancial sobre isso, na inclusão de Avim Fara como uma das cidades do reino de Judá no século VII, na área de Betel (Josué 18:23). Esse nome deve se referir a Ava, citada como um dos lugares de origem dos deportados trazidos pelos assírios para Israel. Um texto arameu menciona deportados que foram assentados na própria Betel. Além disso, alguns textos cuneiformes do século VII, exibindo nomes babilônios que foram encontrados em Gezer e na sua vizinhança, oferecem evidência tangível da presença desses deportados no território sudoeste do derrotado e conquistado Israel, também perto da fronteira com Judá. Finalmente, Adam Zertal, da Universidade Haifa, sugeriu que um tipo especial de cerâmica mostrando sinais cuneiformes, encontrado em alguns sítios nas áreas montanhosas da Samaria, também pode estar relacionado com esses novos grupos assentados pelos assírios.

Mas a troca da população esteve longe de ser total. O número bruto citado pelas fontes assírias para ambas as deportações — por Teglatfalasar III, da Galiléia, e por Sargão II, da Samaria — é de cerca de 40 mil pessoas. Essa cifra constitui não mais que 1/5 da população estimada do reino do norte, a oeste do Jordão, no século VIII a.C. Teglatfalasar III parece ter expatriado principalmente os aldeãos mais rebeldes das colinas da Galiléia e a população dos principais centros, como Megiddo, e Sargão II teria deportado, em especial, a aristocracia de Samaria, e talvez soldados e artesãos com habilidades necessárias para a Assíria. Como resultado, a maioria dos israelitas sobreviventes foi deixada na terra. Na área

montanhosa, em torno da cidade de Samaria, destinada a servir como eixo da nova província assíria de Samerina, a deportação parece ter sido mínima. Os assírios tinham boas razões econômicas para não devastar a rica área produtora de azeite. Nos vales do norte, destruíram os centros administrativos israelitas, mas não atacaram ou arruinaram a população rural (que era basicamente cananéia, fenícia e araméia, por tradição) — desde que permanecessem dóceis e contribuíssem para o tributo exigido. Mesmo os brutais conquistadores egípcios reconheceram que a destruição total e a deportação da população rural de Israel poderiam devastar a produção agrícola de sua nova província, portanto, sempre que possível, optaram pela estabilidade e pela continuidade.

De fato, levantamentos e escavações no vale de Jezrael confirmam a surpreendente continuidade demográfica. E cerca da metade dos sítios rurais perto de Samaria permaneceu ocupada nos séculos subseqüentes. Podemos até contar com uma referência bíblica sobre essa situação demográfica. Poucos anos depois da destruição do reino do norte, o rei de Judá, Ezequias, celebrou a Páscoa dos judeus em Jerusalém. Diz-se que ele "enviou para todos em Israel e em Judá, e também escreveu cartas para Efraim e Manassés, porque eles deveriam ir para a casa do Senhor em Jerusalém, para passar a Páscoa com o Senhor Deus de Israel" (2 Crônicas 30,1). A menção a Efraim e Manassés se refere às áreas montanhosas da Samaria, ao norte de Judá. Embora a historicidade das Crônicas possa ser questionada, Jeremias também relata, cerca de 150 anos depois da queda do reino do norte, que israelitas de Shechem, Silo e Samaria chegaram ao Templo de Jerusalém com oferendas (Jeremias 41,5).

O fato de significativo número de israelitas ainda estar vivendo nas áreas montanhosas da Samaria, incluindo a área ao sul de Betel, ao lado de nova população levada pelos assírios, teria papel

valioso na política externa de Judá e no desenvolvimento da teologia bíblica do século VII a.C.

Sombria lição do reino de Israel

Jamais saberemos o quão confiáveis eram as tradições, os textos ou os arquivos usados pelos autores bíblicos para compilar sua história do reino de Israel. Seu propósito não era produzir uma história objetiva do reino do norte, mas sim oferecer *explicação teológica* para uma história que provavelmente já era bastante conhecida, pelo menos em seus detalhes principais. Não importa o que as lendas populares pudessem ter dito a respeito de cada um dos reis de Israel, pois os autores bíblicos fazem seu julgamento, individual e em conjunto, de forma negativa. Os reinados da maioria deles merecem apenas poucas palavras, num resumo final: tal rei "fez o mal diante dos olhos do Senhor; ele não se afastou dos pecados de Jeroboão, filho de Nabat". Alguns, dignos de nota — como Jeroboão I e os amrides —, foram condenados em palavras e relatos mais duros. E mesmo os melhores reis do norte ainda são considerados pecadores: Jorão, filho de Acab, a quem se credita ter removido o *massebah*, ou o monumento de culto a Baal, e Jeú, que é elogiado por ter destruído esse culto, ambos são condenados também por terem caminhado nos passos de "Jeroboão, filho de Nabat". Mesmo Oséias, o último rei de Israel, que ainda tentou libertar Israel do punho de ferro da Assíria, é julgado apenas à margem, porém de maneira mais branda: "Ele fez o que era o mal diante dos olhos do Senhor, mesmo que não o tenha feito como os que foram reis de Israel antes dele" (2 Reis 17,2). Portanto, começando com os pecados de Jeroboão, a Bíblia oferece uma história de condenação prognosticada.

Os períodos de prosperidade desfrutados pelo reino de Israel, e que provavelmente foram relembrados durante séculos por meio dos remanescentes monumentais ainda visíveis em muitas cidades do norte, apresentaram sério problema teológico para os observadores posteriores de Judá, que compilaram os livros dos Reis. Se o reino do norte era tão ímpio, porque YHWH não o aniquilou enquanto Jeroboão ainda estava no poder, ou logo após seu reinado, ainda na época de sua própria dinastia? Ou, no mais tardar, na época dos amrides, os adoradores de Baal? E se eram tão maléficos, porque YHWH permitiu que prosperassem? O historiador deuteronomista encontrou uma maneira elegante de racionalizar a vida de quase dois séculos do reino do norte de Israel, sugerindo que sua destruição foi adiada porque YHWH reconheceu alguns méritos, mesmo nos monarcas pecadores e ímpios daquele reino. Vendo 'a aflição de Israel', Deus não pôde resistir a salvá-lo de grandes calamidades em algumas ocasiões.

Indiscutivelmente, existiam diversas explicações elaboradas sobre a ascensão e a queda da boa sorte do reino do norte, originadas no sacerdócio oficial dos santuários do norte em Dan e Betel. É apenas natural assumir que existiram profetas do norte — "que profetizam falsamente", como a Bíblia poderia relatar — mais próximos às instituições reais em Samaria. Os oráculos que devem ter produzido não foram, com certeza, incluídos na Bíblia da maneira como hoje a conhecemos. Se Israel tivesse sobrevivido, teríamos recebido uma história paralela, contraditória e bem diferente. Mas, com a destruição assíria de Samaria e o desmantelamento das instituições do poder real, qualquer dessas histórias foi calada. Embora seja quase certo que profetas e sacerdotes tenham se juntado ao fluxo de refugiados, a fim de encontrar abrigo nas cidades e nas vilas de Judá, a história bíblica seria, dali em diante, escrita pelos

vencedores — ou ao menos pelos sobreviventes — e seria elaborada exclusivamente de acordo com as crenças deuteronomistas de Judá.

Do ponto de vista do reino de Judá do século VII, com total conhecimento da terrível destruição que havia desabado sobre o reino do norte, o significado da história de Israel era claro. Essa história é descrita sucinta e eloqüentemente no elogio a favor de Israel, depois da queda de Samaria. Do ponto de vista do historiador deuteronomista, o clímax da história do reino do norte não é a época de Acab ou de Jeroboão II, nem mesmo quando de seu trágico fim, mas no resumo que conta a história dos pecados de Israel e da retribuição de Deus. Esse clímax teológico é inserido no meio de um grande drama, entre as duas calamidades, seguindo imediatamente a descrição da captura de Samaria e a deportação dos israelitas, e antes da menção ao repovoamento da terra de Israel por povos estrangeiros:

> E assim aconteceu, porque os filhos de Israel pecaram contra o SENHOR, seu Deus, que os havia libertado da terra do Egito e do jugo do Faraó, o rei do Egito, e que adoraram outros deuses e seguiram os costumes das nações a quem o SENHOR havia exterminado diante dos filhos de Israel, e adotaram os costumes que os reis de Israel haviam introduzido. E os filhos de Israel... edificaram lugares elevados em todas as suas cidades, com torres e muralhas fortificadas, para si mesmos; e eles erigiram altares e postes sagrados em todas as colinas altas, e em todos os bosques verdes; e aí queimaram incenso em todos os lugares elevados, como o faziam as nações que o SENHOR destruiu diante deles... E eles adoraram os falsos ídolos e deuses, e se tornaram falsos, e seguiram as nações que os cercavam, desobedecendo às ordens do SENHOR. E eles desobedeceram a todos os mandamentos do SENHOR seu Deus, e fizeram imagens fundidas de dois bezerros, para si mesmos; e fizeram um Asherah, e veneraram todos os astros do céu, e serviram a Baal. E eles queimaram

> seus filhos e filhas como oferendas, e usaram de adivinhações e de feitiçarias, e se venderam ao mal diante do SENHOR, provocando a sua ira. Por causa disso, o SENHOR ficou muito indignado com Israel, e os removeu da sua face; e não sobrou ninguém, mas somente a tribo de Judá... Quando Ele separou Israel da Casa de Davi, Ele fez Jeroboão, filho de Nabat, rei de Israel. E Jeroboão desviou Israel dos caminhos do SENHOR, e os fez cometer grandes pecados. Os filhos de Israel caminharam pelos pecados que Jeroboão cometeu; eles permaneceram no pecado, e Deus os removeu da sua face, como Ele havia falado por meio de todos os profetas, seus servos. Assim, os filhos de Israel foram exilados da sua própria terra para a Assíria, até o dia de hoje. (2 Reis 17,7-23)

Na atualidade, naturalmente com a ajuda do trabalho arqueológico e dos estudos ecológicos, podemos constatar que o fim de Israel era inevitável. O reino de Israel foi destruído e o de Judá sobreviveu, porque no grande esquema dos desígnios imperiais assírios Israel — com seus ricos recursos e sua população produtiva — era alvo incomparavelmente mais atraente do que o reino de Judá, pobre e inacessível. Ainda assim, para o povo em Judá, nos anos sombrios depois da conquista assíria de Israel, enfrentando a ameaça de um grande império e obstáculos estrangeiros, a história bíblica de Israel servia como sinal, uma advertência do que lhes poderia acontecer. O mais antigo e outrora poderoso reino de Israel, embora abençoado por terras férteis e por um povo produtivo, havia perdido sua herança. Agora, o reino de Judá, que sobreviveu, começaria logo a fazer o papel de um irmão mais moço, divinamente favorecido — como Isaac, Jacó ou seu próprio antepassado, o rei Davi —, ansioso para recuperar um direito de nascimento perdido e redimir a terra e o povo de Israel.

PARTE 3

Judá e a criação da história bíblica

IX

Transformação de Judá

cerca de 930-705 a.C.

A chave para compreender a paixão e o poder da grande saga histórica da Bíblia é o reconhecimento da excepcionalidade da época e do lugar em que ela foi inicialmente composta. Nossa história agora aproxima-se do grande momento na história religiosa e literária, porque foi só depois da queda de Israel que Judá se transformou num Estado completamente desenvolvido, com a necessária quantidade de sacerdotes e escribas treinados, habilitados para empreender tal tarefa. Quando Judá repentinamente se viu diante de um mundo não-israelita, precisou por si mesmo de um texto definitivo e motivador. Aquele texto foi o âmago histórico da Bíblia, composto em Jerusalém durante o século VII a.C. E, como Judá era o lugar de nascimento da antiga escritura israelita principal, não surpreende, definitivamente, que o texto bíblico enfatize, muitas vezes, a condição especial de Judá desde os primórdios da história de Israel.

Foi em Hebron, a antiga capital de Judá — na caverna de Macpela —, que os reverenciados e venerados patriarcas e matriarcas foram enterrados, como lemos no livro do Gênesis. Entre todos os filhos de Jacó, Judá foi o escolhido para governar sobre as tribos de Israel (Gênesis 49,8). A fidelidade dos membros da tribo de Judá aos mandamentos de Deus era incomparável para os outros guer-

reiros israelitas; na época da invasão de Canaã, dizia-se que só eles erradicaram, completamente, a presença idólatra da terra que receberam como herança divina. Foi na aldeia rural judaica de Belém que Davi, o maior rei e líder militar de Israel, surgiu no cenário da história bíblica; suas decantadas proezas heróicas e sua íntima relação com Deus tornaram-se temas da escritura. De fato, a conquista de Jerusalém por Davi representa o ato final do drama da conquista de Canaã. Jerusalém, então convertida em cidade real, tornou-se a sede do Templo, a capital política da dinastia davídica e eixo central sagrado do povo de Israel para todo o sempre.

Entretanto, apesar da proeminência de Judá na Bíblia, não existe nenhuma indicação arqueológica até o século VIII a.C. de que essa pequena e bastante isolada área montanhosa, cercada a leste e ao sul por estepes áridas, possuísse algum interesse particular. Como vimos, sua população era insignificante; suas cidades — mesmo Jerusalém — eram poucas e pequenas. Foi Israel, e não Judá, que iniciou guerras na região. Foi Israel, e não Judá, que estabeleceu e conduziu a diplomacia e o comércio de amplo espectro com o mundo conhecido da época. Quando os dois reinos entravam em conflito, Judá ficava, em geral, na defensiva, forçado a pedir ajuda aos poderes vizinhos. Até o final do século VIII, não existe indicação de que Judá fosse algo mais que um fator marginal em assuntos regionais. Num momento imparcial, o historiador bíblico cita uma fábula, na qual reduz Judá à condição de 'o cardo do Líbano', comparado a Israel, 'o cedro do Líbano' (2 Reis 14,9). No cenário internacional, Judá sempre parecia ter sido apenas um reino pequeno e isolado, como o grande conquistador assírio, o rei Sargão II, irrisoriamente definiu: "fica muito longe".

Mas, iniciando-se o final do século VIII a.C., algo extraordinário aconteceu. Uma série de mudanças e transformações, que principiara pela queda de Israel, alterou repentinamente a paisagem

política e religiosa. A população de Judá cresceu para patamares inéditos. Sua capital tornou-se pela primeira vez centro religioso nacional e uma metrópole animada. O reino intensificou seu comércio com as nações vizinhas. Por fim, um movimento fundamental de reforma religiosa — focalizado na exclusiva veneração a YHWH no templo de Jerusalém — começou a cultivar outra compreensão revolucionária a respeito do Deus de Israel. Uma análise da evolução histórica e social dos séculos IX e VIII a.C., no Oriente Próximo, explica algumas dessas mudanças. A arqueologia da monarquia posterior de Judá oferece pistas ainda mais interessantes.

Reis bons e reis maus

Não existe séria razão para duvidar da confiabilidade da lista bíblica dos reis da casa de Davi, que governaram em Jerusalém durante os séculos seguintes a Davi e Salomão. Os livros dos Reis tecem intrincadamente as histórias dos reinos do norte e do sul numa única história nacional complexa, referindo-se, com freqüência, aos anais reais agora perdidos chamados "o livro das crônicas dos reis de Judá" e "o livro das crônicas dos reis de Israel". As datas de ascensão dos reis de Judá estão correlacionadas, com precisão, às datas dos reis de Israel, como numa típica passagem do 1º Reis 15,9, que declara: "No vigésimo ano de Jeroboão, rei de Israel, Asa começou a reinar sobre Judá". Esse sistema de datas cruzadas, que pode ser conferido por referências externas também datáveis, para cada rei de Israel e de Judá, provou ser confiável e consistente, com revisões cronológicas insignificantes para certos reinados e o acréscimo de possíveis co-regências (tabela 2).

Então, ficamos sabendo que 11 reis (todos herdeiros da dinastia de Davi, com exceção de um) governaram em Jerusalém, entre o

final do século X e meados do século VIII a.C. Em nenhum dos casos existe o tipo de descrição tocante, de caráter condenatório, que é visto na apresentação bíblica de Jeroboão, rei do norte, e da idólatra casa de Amri. Mas não se pode dizer que a teologia não tenha desempenhado um papel na descrição bíblica da história de Judá. A retribuição de Deus foi imediata e absolutamente clara. Quando reis pecadores governaram Jerusalém e a idolatria era feroz, aprendemos, eles foram punidos e Judá passou por derrotas militares. Quando reis justos e pios governaram sobre Judá, e o povo foi fiel ao Deus de Israel, o reino prosperou e expandiu seu território. Ao contrário do reino do norte, descrito em termos negativos em todo o texto bíblico, o reino de Judá é basicamente bom. Embora o número de reis bons e maus de Judá seja quase igual, a duração de seus diversos reinados não é. Bons reis cobrem a maior parte da história do reino do sul.

Assim, desde o tempo de Roboão, filho e sucessor de Salomão, "Judá fez o mal diante dos olhos do Senhor"; seu povo venerou em altares "em todas as colinas" e imitou as práticas das nações estrangeiras (1 Reis 14,22-24). A punição para essa apostasia foi rápida e dolorosa. O faraó Sesac, do Egito, marchou sobre Jerusalém no quinto ano do reinado de Roboão (926 a.C.), exigiu e levou pesado tributo do tesouro do Templo e dos palácios dos reis davídicos (1 Reis 14,25-26). A lição não foi aprendida pelo filho de Roboão, Abiam, que "caminhou sobre todos os pecados que seu pai tinha cometido antes dele; e seu coração não foi inteiramente verdadeiro para o SENHOR, seu Deus" (1 Reis 15,3). Os infortúnios de Judá continuaram em conflitos intermitentes com os exércitos do reino de Israel.

A situação melhorou durante o reinado de Asa, que governou em Jerusalém durante 41 anos, começando no final do século X. Diz-se que Asa "fez o que era o bem diante dos olhos do SENHOR, como Davi seu pai o fizera" (1 Reis 15,11). Não é surpreendente, portanto,

que em seu reinado Jerusalém tenha sido salva do ataque de Baasa, rei de Israel. Asa apelou para a ajuda do rei de Aram-Damasco, que atacou a fronteira no extremo norte de Israel, forçando Baasa a retirar suas forças invasoras dos arredores ao norte de Jerusalém.

O rei seguinte, Josafá (Jehoshaphat, o primeiro monarca hebreu com nome composto com uma variante do nome divino YHWH: Yeho+*shaphat* = YHWH julgou), foi admirado e louvado por seguir o bem, como fizera seu pai Asa. Ele governou Jerusalém durante 25 anos, na primeira metade do século IX a.C. e assinou a paz com o reino de Israel, com o qual se uniu em operações ofensivas bem-sucedidas contra Aram e Moab.

O reino de Judá vivenciou períodos bons e maus nos séculos seguintes, atingindo um momento fraco quando o filho de Josafá, Jorão, casou na família pecadora de Acab e Jezabel. O resultado foi um infortúnio previsível: Edom (há muito tempo dependente de Judá) se rebelou, e Judá perdeu ricos territórios agrícolas para os filisteus, no oeste de Shephelah. Ainda mais sérias foram as repercussões sangrentas da queda dos amrides, que atingiram o palácio real em Jerusalém. Ocozias — o filho de Jorão e da princesa amride Atalia — foi morto durante o golpe político de Jeú. Em Jerusalém, Atalia, informada da morte de seu filho e de todos os seus parentes pelas mãos de Jeú, ordenou o extermínio dos herdeiros da casa de Davi e se apoderou do trono, ela mesma. Durante seis anos, um sacerdote do Templo de Jerusalém, chamado Joiada, esperou. Quando a hora havia chegado, ele anunciou publicamente que um herdeiro de Davi havia sido poupado da carnificina de Atalia e apresentou um menino, Joás, filho de Ocozias com outra mulher. Com a unção de Joás como herdeiro legítimo do rei Davi, a rainha Atalia foi assassinada. O período de influência do reino do norte e da casa de Amri sobre o reino do sul, durante o qual o culto a Baal foi introduzido em Jerusalém (2 Reis 11,18), chegou a um final sangrento.

Joás reinou em Jerusalém durante quarenta anos e "fez o que era o bem diante dos olhos do Senhor, em todos os dias da sua vida" (2 Reis 12,2). Seu ato mais importante foi a renovação do Templo. Durante o seu governo, Hazael, rei de Aram-Damasco, ameaçou Jerusalém e só saiu e deixou a cidade em paz depois de exigir — e receber — um tributo escorchante do rei de Judá (II Reis 12,18-19); mas isso não foi tão terrível como a destruição que Hazael espalhou no reino do norte.

A alternância judaica entre os bons reis e os maus reis — e algumas vezes, tanto bons como maus — continuaria. Amasias, rei moderadamente justo que "fez o que era o bem diante dos olhos do Senhor, mas não como seu pai Davi" (2 Reis 14,3), iniciou uma guerra bem-sucedida contra Edom, apenas para ser derrotado e capturado pelos exércitos do reino de Israel, que invadiram o território de Judá e derrubaram a muralha de Jerusalém. E assim a história continuou, através dos reinados do justo e pio Azarias (também conhecido como Ozias), que expandiu as fronteiras de Judá no sul, e de seu filho Jotão.

Dramática mudança para pior aconteceu com a morte de Jotão e a coroação de Acaz (743-727 a.C.). Acaz é julgado de maneira excepcionalmente severa pela Bíblia, pois se comportou muito além do limite habitual de apostasia:

> E ele não fez o que era o bem diante dos olhos do SENHOR seu Deus como seu pai Davi o fizera, mas seguiu os caminhos dos reis de Israel. Ele até queimou seu filho como uma oferenda, de acordo com as abomináveis práticas das nações que o SENHOR aniquilou diante dos filhos de Israel. E sacrificou e queimou incenso nos altares elevados, nas colinas e sob todas as árvores dos verdes bosques. (2 Reis 16,2-4)

O resultado foi desastroso. Os rebeldes edomitas tomaram Elat, no golfo de 'Aqaba, e Raçon, o poderoso rei de Damasco, com seu aliado Facéia, rei de Israel, iniciou uma guerra contra Judá e montou um cerco

a Jerusalém. Pressionado, o rei Acaz pediu a ajuda de Teglatfalasar III, o rei da Assíria, em troca de presentes do Templo: "E o rei da Assíria o escutou; o rei da Assíria marchou contra Damasco e a capturou, levando seu povo cativo para Quir, e assassinou Raçon" (2 Reis 16,9). O reino de Judá foi temporariamente salvo pelo estratagema inteligente de um rei iníquo, que apelou para o poderoso império assírio.

Mas a hora para uma mudança religiosa ampla e abrangente havia chegado. O interminável ciclo de apostasia, de punição e de arrependimento ia ser quebrado. Porque o filho de Acaz, Ezequias, que governou Jerusalém durante 29 anos, começou uma mudança religiosa radical, restaurando a pureza e a fidelidade a YHWH, que não existia mais desde o tempo do rei Davi. Uma das fortes manifestações do culto praticado nas zonas rurais de Judá era a popularidade dos lugares elevados — ou altares ao ar livre —, pois não sofriam nenhuma perturbação, mesmo pelo mais virtuoso dos reis. Como um mantra, a Bíblia recita uma fórmula no resumo dos atos de cada rei justo e pio, dizendo que "os lugares altos não foram destruídos"; o povo de Judá continuou a fazer sacrifícios e queimar incenso nos lugares elevados. Ezequias foi o primeiro a remover e destruir esses altares ao ar livre e também outros objetos de adoração idólatra:

> E ele fez o que era o bem diante dos olhos do SENHOR, de acordo com tudo o que Davi, seu pai, fizera. Ele removeu os lugares elevados, e quebrou os pilares, e destruiu os postes sagrados [Asherah]. E ele quebrou em pedaços a serpente de bronze que Moisés havia feito, porque até aqueles dias os filhos de Israel queimavam incenso para ela, que se chamava Noestã. Ele confiou no SENHOR o Deus de Israel; e eis que depois nunca mais existiu ninguém como ele, entre todos os reis de Judá, nem entre os que o antecederam. Porque ele se manteve firme ao lado do SENHOR; e jamais deixou de segui-lo, mas manteve os mandamentos que o SENHOR confiara a Moisés. E o SENHOR estava com ele; onde quer que ele fosse, ele prosperou. (2 Reis 18,3-7)

O retrato bíblico da história de Judá não é, portanto, ambíguo na sua crença de que o reino havia sido excepcionalmente sagrado mas que tinha, de alguma maneira, abandonado a fé. Somente a ascensão de Ezequias foi capaz de restaurar a santidade de Judá.

Mas a arqueologia sugere situação muito diferente: uma situação na qual a era de ouro da tribo de Davi e sua fidelidade a YHWH foram um ideal religioso posterior, e não realidade histórica. Em vez de restauração, a evidência arqueológica sugere que uma monarquia centralizada e uma religião nacional focada em Jerusalém demoraram séculos para se desenvolver e eram novidades na época de Ezequias. A idolatria do povo de Judá não foi uma ruptura de seu antigo monoteísmo. Em vez disso, era a maneira religiosa como o povo de Judá venerava há centenas de anos.

Face oculta do antigo reino de Judá

Até há alguns anos, era provável que todos os arqueólogos bíblicos aceitassem literalmente a descrição da escritura sobre a irmandade dos Estados de Judá e de Israel. Eles retratavam Judá como Estado desenvolvido desde a época de Salomão e fizeram o melhor que puderam para produzir provas arqueológicas de atividades e projetos de construção e de uma efetiva administração regional dos primeiros reis de Judá. Mas, como mostramos, a suposta evidência arqueológica da monarquia unificada era mais um desejo que uma realidade. E assim foi também com os monumentos atribuídos aos sucessores de Salomão. A identificação de fortes construídos por Roboão, filho de Salomão, em todo o território de Judá (de acordo com o relato em 2 Crônicas 11,5-12) e a relação das maciças fortificações no sítio de Tell en-Nasbeh, ao norte de Jerusalém, com as obras de defesa realizadas por Asa, rei de

Judá, na cidade bíblica de Masfa (1 Reis 15,22) provaram ser ilusórias. Como os palácios e os portões de Salomão, sabe-se agora que essas operações de construção feitas pela realeza aconteceram quase dois séculos depois dos reinados desses mesmos monarcas.

A arqueologia mostra que os primeiros reis de Judá não eram equivalentes aos seus pares do norte em poder ou em capacidade administrativa, apesar de o fato de seus reinos e mesmo as datas de sua ascensão estarem entrelaçados nos livros dos Reis. Israel e Judá eram dois mundos diferentes. Com a possível exceção da cidade de Lachish, nos contrafortes de Shephelah, não existem sinais de centros regionais esmerados dentro de Judá na escala dos sítios de Gezer, Megiddo e Hazor, ao norte. Os planos urbanos e a arquitetura de Judá eram muito rústicos. Técnicas de construção monumentais — como as usadas nos prédios de blocos de cantaria e os capitéis proto-eólicos, que tipificaram o estilo elaborado dos amrides no reino do norte — não apareceram no sul antes do século VII a.C. Mesmo que as estruturas reais da casa de Davi em Jerusalém (supostamente obliteradas por construções posteriores) tenham alcançado certo nível de esplendor, senão de grandeza, não existe evidência de construções monumentais nas poucas cidades e aldeias em nenhum lugar nas montanhas do sul.

Apesar da longa controvérsia de que a opulenta corte de Salomão foi cenário do florescimento da literatura, do pensamento religioso e da escrita da história, não há indicação de alfabetização generalizada em Judá durante a época da monarquia não mais unificada. Nenhum traço de suposta atividade literária foi encontrado em Judá, no século X. De fato, inscrições monumentais e selos pessoais — sinais essenciais de um Estado plenamente desenvolvido — aparecem em Judá apenas duzentos anos depois de Salomão, no final do século VIII a.C. A maioria dos óstracos conhecidos e das grandes

pedras inscritas — evidência adicional da manutenção burocrática de registros e de padrões regulares comerciais — aparecem só no século VII. Também não existe nenhuma pista de produção massificada de cerâmica em oficinas centralizadas ou de produção industrial de azeite para exportação até o mesmo período. Os números da população estimada mostram, com precisão, como Israel e Judá eram diferentes e desiguais. Como mencionado, os levantamentos arqueológicos indicam que, até o século VIII, a população das áreas montanhosas de Judá era de cerca de 1/10 da população das zonas montanhosas do reino de Israel, ao norte.

Na luz desses achados, está comprovado agora que o reino de Judá não produziu nem usufruiu uma era de ouro antecipada, na Idade do Ferro. Davi, seu filho Salomão e todos os membros subseqüentes da dinastia davídica governaram uma região rural, isolada e marginal, sem sinais de grande riqueza ou de administração centralizada. O reino não declinou repentinamente numa fraqueza ou num infortúnio depois de uma época de incomparável prosperidade. Ao contrário, atravessou longo e gradual desenvolvimento durante centenas de anos. A Jerusalém de Davi e Salomão foi apenas um entre muitos centros religiosos na terra de Israel; com certeza, a cidade não era reconhecida desde o início como centro espiritual para todo o povo de Israel.

Até agora, só produzimos evidências negativas, sobre o que não era o reino de Judá. Mas temos um quadro do que Jerusalém e sua vizinhança devem ter sido na época de Davi, de Salomão e de seus sucessores imediatos. Essa informação vem do arquivo de Tell el-Amarna, do Egito, da Idade do Bronze posterior.

A remota cidade-Estado nas colinas

Entre mais de 350 tabuletas cuneiformes do século XIV a.C., descobertas na antiga capital egípcia de Akhet-Aton, a moderna

Tell el-Amarna, contendo correspondência entre o faraó do Egito, os reis dos Estados asiáticos e os insignificantes governantes de Canaã, um grupo de seis tabuletas oferece percepção excepcional sobre o governo real e as possibilidades econômicas nas áreas montanhosas do sul, precisamente onde o reino de Judá mais tarde emergiria. Escritas por Abdi-Heba, o rei de Urusalim (nome de Jerusalém na Idade do Bronze posterior), as cartas revelam as características do seu reino como região montanhosa pouco povoada e menos ainda controlada pela cidadela real em Jerusalém.

Como sabemos agora pelos levantamentos arqueológicos e pelo reconhecimento dos repetidos ciclos de ocupação através dos milênios, a sociedade diferenciada de Judá era determinada em larga medida por sua remota localização geográfica, imprevisível índice pluviométrico e terreno rochoso. Comparado com o reino do norte, com seus amplos vales e rotas naturais por terra para as regiões vizinhas, o reino de Judá era quase marginal agricolamente e isolado das principais rotas comerciais, oferecendo apenas insignificantes oportunidades de desenvolvimento e de riqueza para qualquer possível detentor do poder. Sua economia era concentrada em torno da produção auto-suficiente de cada comunidade de fazendeiros ou de grupos de pastores.

Quadro semelhante aparece na correspondência de Abdi-Heba; ele controlava as áreas montanhosas da região de Betel, ao norte, até a região de Hebron, ao sul, área de cerca de 2.300 quilômetros quadrados, em permanente conflito com os governantes vizinhos das áreas montanhosas ao norte (Shechem) e do Shephelah. Sua terra era pouco povoada, com apenas oito pequenos assentamentos comprovados até agora. A população sedentária do território de Abdi-Heba, incluindo aqueles vivendo em Jerusalém, provavelmente não excedia 1.500 pessoas; era a área menos povoada de Canaã.

Tabela 8 — Reis de Judá, de Roboão a Acaz

REI	PERÍODO*	AVALIAÇÃO BÍBLICA	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA
Roboão	931-914	Mau	Primeiro rei de Judá; cidades fortificadas	Campanha de Sesac
Abiam	914-911	Mau	Luta com Jeroboão, rei de Israel	
Asa	911-870	Bom	Purifica Judá de cultos estrangeiros; luta contra Baasa, rei de Israel, com a ajuda do rei de Damasco; constrói dois fortes na fronteira norte de Judá	
Josafá	870-846**	Bom	Combate os arameus com Acab e Moab com Jorão; casa seu filho com uma princesa amride	
Jorão	851-843**	Mau	Edom se rebela contra Judá	Mencionado na inscrição de Tel Dan?
Ocozias	843-842	Mau	Descendente dos amrides; morto durante o golpe de Estado de Jeú, em Israel	Mencionado na inscrição Tel Dan?
Atalia	842-836	Má	Assassina diversos membros da casa de Davi; assassinado num golpe sangrento	

(continua)

Tabela 8 — Reis de Judá, de Roboão a Acaz (continuação)

REI	PERÍODO*	AVALIAÇÃO BÍBLICA	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA
Joás	836-798	Bom	Renova o Templo; salva Jerusalém do ataque de Hazael; assassinado num golpe	
Amasias	798-769	Bom	Derrota Edom; atacado por Joás, rei de Israel	
Azarias (também conhecido como Ozias [Uzziah])	785-733**	Bom	Segregado num leprosário; tempo do profeta Isaías	Dois selos exibem seu nome
Joatão	759-743**	Bom	Pressionado pelos reis de Israel e de Aram-Damasco; tempo do profeta Isaías	
Acaz	743-727**	Mau	Atacado pelos reis de Israel e de Aram-Damasco; pede ajuda de Teglatfalasar III, rei da Assíria; tempo do profeta Isaías	Paga tributo a Teglatfalasar III; começa a prosperidade nas áreas montanhosas de Judá

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary* e *The chronology of the kings of Israel and Judah*. ** Inclui anos como co-regente.

Mas existiam muitos grupos de pastores nessa remota zona montanhosa de fronteira, talvez mais numerosos que a população assentada nas vilas. Podemos assumir que a principal autoridade nas partes remotas do território de Abdi-Heba estava nas mãos de proscritos conhecidos como *hapiru*, o beduíno Shosu e clãs independentes.

A capital de Abdi-Heba, Urusalim, era uma pequena fortaleza nas montanhas, situada na margem sudeste da antiga Jerusalém, que mais tarde seria conhecida como a cidade de Davi. Ali não foram encontrados sinais de construções monumentais ou de fortificações do século XIV a.C., e, como foi sugerido pelo historiador Nadav Naaman, a capital de Abdi-Heba era um assentamento modesto para a elite que governava sobre as poucas aldeias agrícolas e o grande número de grupos de pastores das regiões vizinhas.

O destino da dinastia de Abdi-Heba é desconhecido e não temos suficiente evidência arqueológica para compreender as mudanças que aconteceram em Jerusalém na transição da Idade do Bronze posterior para o início da Idade do Ferro. Mas, da perspectiva abrangente do meio ambiente, dos padrões de assentamento e da economia, nada parece ter se alterado muito durante os séculos subseqüentes. Existiam poucas aldeias agrícolas (que cresceram em número, com rapidez, como ficou comprovado) no platô central, os grupos de pastores continuavam a seguir os ciclos sazonais com seus rebanhos e uma pequena elite exercia poder nominal sobre todos, de Jerusalém. Do histórico rei Davi quase nada podemos dizer, exceto observar a estranha similaridade entre os bandos de ralé de *hapiru* que ameaçavam Abdi-Heba e as lendas bíblicas sobre Davi como chefe proscrito com seu bando de guerreiros valentes que circulavam pelas montanhas de Hebron e pelo deserto de Judá. Mas, se Davi conquistou ou não Jerusalém num audacioso ataque parecido com os dos *hapiru*, como descrito nos livros de

Samuel, parece claro que a dinastia por ele estabelecida representa uma mudança da linha de governantes, mas dificilmente altera a maneira básica como as áreas montanhosas do sul eram governadas.

Tudo isso sugere que as instituições de Jerusalém — o Templo e o palácio — não dominaram as vidas da população rural de Judá ou nada parecido com a extensão inferida pelos textos bíblicos. A continuidade com o passado e a ausência de repentinas inovações políticas ou religiosas foram as características mais óbvias de Judá nos primeiros séculos da Idade do Ferro. De fato, isso é para ser visto com nitidez, mesmo em questões de práticas religiosas, sobre as quais os futuros historiadores do reino de Judá pareciam estar tão singularmente obcecados.

Religião tradicional de Judá

Os livros dos Reis são explícitos na sua descrição de apostasia, que provocou tanto infortúnio no reino de Judá. Essa apostasia é registrada em detalhes típicos no relato sobre o reinado de Roboão:

> E Judá fez o mal diante dos olhos do SENHOR, e o povo provocou o seu ciúme e a sua ira com os pecados que cometeram, muito mais do que seus pais os fizeram. Porque eles também construíram lugares elevados, pilares e postes sagrados [Asherim] em cada colina e sob cada árvore dos bosques verdes; e houve também prostitutos masculinos do culto em sua terra. Eles se comportaram de acordo com todas as abominações das nações que o SENHOR destruiu diante dos filhos de Israel. (1 Reis 14,22-24)

Como na época do rei Acaz, cerca de duzentos anos mais tarde, a natureza dos pecados parecia ser substancialmente a mesma. Acaz foi apóstata notório, que seguiu os passos ímpios dos reis de Israel e inclusive queimou seu filho como oferenda (2 Reis 16,2-4).

Estudiosos bíblicos demonstraram que essas não eram práticas pagãs, isoladas e arbitrárias, mas parte de um complexo de rituais que apelavam para os poderes celestiais, para a fertilidade e o bem-estar do povo e da terra. Em sua representação externa, eles se parecem com as práticas usadas pelos povos vizinhos para honrar e receber as bênçãos de outros deuses. De fato, os achados arqueológicos de figuras de barro, de altares de incenso, de vasos de libação e de plataformas de oferendas, em todo o território de Judá, sugerem que a prática da religião era bem variada, geograficamente descentralizada e, com certeza, não restrita à adoração apenas de YHWH no Templo de Jerusalém.

De fato, para Judá, com sua burocracia e suas instituições nacionais relativamente subdesenvolvidas, os rituais religiosos eram realizados em duas arenas distintas, algumas vezes trabalhando em conjunto, outras em conflito aberto. A primeira arena era o Templo de Jerusalém, sobre o qual existe abundante descrição bíblica de vários períodos mas (como o sítio foi obliterado mais tarde por construções posteriores) quase nenhuma evidência arqueológica. O segundo foco da prática religiosa era dividido entre os clãs espalhados por toda a área rural. Ali, redes complexas de relações de parentesco dominavam todas as fases da vida, incluindo a religião. Rituais para a fertilidade da terra e as bênçãos dos antepassados davam esperança ao povo, para o bem-estar de suas famílias, e santificavam a posse do campo e das terras de pastos de suas aldeias.

O historiador bíblico Baruch Halpern e o arqueólogo Lawrence Stager compararam as descrições bíblicas da estrutura dos clãs com os remanescentes de assentamentos nas áreas montanhosas da Idade do Ferro e identificaram padrão arquitetônico distinto em extensivos conjuntos familiares, cujos habitantes talvez realizassem rituais que algumas vezes eram bem diferentes daqueles do

Templo de Jerusalém. Costumes e tradições locais sustentam que os habitantes de Judá herdaram suas casas, sua terra e mesmo seus túmulos do seu Deus e dos seus antepassados. Os sacrifícios eram oferecidos em santuários, dentro das propriedades familiares, em túmulos das famílias e em altares abertos em toda a área rural. Esses lugares de adoração raramente eram perturbados ou destruídos, mesmo pelos reis mais 'piedosos' e mais agressivos. Assim, não é de admirar que a Bíblia observe repetidas vezes que "os lugares altos não foram destruídos".

A existência de lugares elevados — ou altares em campo aberto — e outras formas de veneração ancestral ou familiar a deuses não eram, como os livros dos Reis afirmam, a apostasia de uma fé antiga e mais pura. Era parte de uma tradição intemporal dos colonos assentados na zona rural montanhosa de Judá, que veneravam YHWH junto com uma variedade de deusas e deuses, conhecidos e adaptados de cultos de povos vizinhos. Em resumo, YHWH era venerado de uma ampla variedade de modos e, algumas vezes, retratado como possuindo grande séquito celestial. Da evidência indireta e definitivamente negativa dos livros dos Reis, aprendemos que os sacerdotes na área rural também queimavam incenso, com regularidade, nos altares ao ar livre, para o sol, a lua e as estrelas.

Como os lugares elevados eram presumivelmente áreas abertas ou cumes naturais de colinas, não foram identificados traços de sua existência. Assim, a evidência arqueológica mais clara e definitiva da popularidade desse tipo de prática religiosa, em todo o reino, é a descoberta de centenas de figuras de barro de deusas da fertilidade nuas em todos os sítios da antiga monarquia em Judá. Ainda mais sugestivas são as inscrições encontradas no antigo sítio do século VIII de Kuntillet Ajrud, no nordeste do Sinai, sítio que mostra laços culturais com o reino do norte. Essas inscrições parecem se referir à

deusa Asherat como sendo a esposa de YHWH. E, antes que se diga que a condição matrimonial de YHWH era simplesmente uma alucinação pecaminosa do norte, uma fórmula de certo modo similar falando de YHWH e da sua Asherat aparece numa inscrição monárquica posterior, da região do Shephelah, de Judá.

Esse culto bem enraizado não era restrito às áreas rurais. Existe ampla informação bíblica e arqueológica de que o culto sincrético de YHWH floresceu em Jerusalém, mesmo nos tempos monárquicos tardios. As condenações de vários profetas de Judá deixam muito claro que YHWH era venerado em Jerusalém junto com outras deidades, como Baal, Asherat, o sol, a lua, as estrelas e os anjos do céu, e mesmo as deidades nacionais das terras e nações vizinhas. Da crítica bíblica a Salomão (refletindo talvez realidades posteriores da monarquia) conhecemos a veneração a Melcom, Amon, Camos, Moab e a Ashtoret de Sidon, em Judá (1 Reis 11,5; 2 Reis 23,13). Jeremias (11,13) nos fala que o número de deidades veneradas em Judá era igual ao número de suas cidades, e que o número dos altares em Jerusalém era igual ao número de tendas nos bazares da capital. Além disso, objetos do culto dedicado a Baal, a Asherat, ao sol, à lua, às estrelas e aos anjos do céu estavam instalados no Templo de YHWH, em Jerusalém. O livro de Ezequiel (8) descreve com detalhes todas as abominações praticadas no Templo em Jerusalém, incluindo a veneração ao deus Tammuz, da Mesopotâmia.

Assim, os grandes pecados de Acaz e de outros reis ímpios de Judá não deveriam ser considerados excepcionais, de nenhuma maneira. Esses governantes apenas permitiram que as tradições rurais continuassem inalteradas. Eles e muitos de seus súditos expressavam sua devoção a YHWH em ritos realizados em incontáveis túmulos, santuários e lugares elevados em todo o território do reino, com a ocasional e subsidiária veneração a outros deuses.

Amadurecimento repentino

Por quase todos os duzentos anos da era de monarquia não unificada, Judá permaneceu nas sombras. Seu limitado potencial econômico, o relativo isolamento geográfico e o conservadorismo ligado à tradição de seus clãs o tornavam muito menos atraente para a exploração imperial dos assírios que o reino de Israel, maior e mais rico. Mas, com a ascensão do rei assírio Teglatfalasar III (745-727 a.C.) e a decisão de Acaz de tornar-se seu vassalo, Judá entrou num jogo de grandes riscos. Depois de 720, com a conquista de Samaria e a queda de Israel, o reino de Judá ficou cercado por províncias assírias e vassalos assírios. E essa nova situação teria implicações para o futuro muito maiores do que se poderia esperar. A cidadela real de Jerusalém foi transformada, numa única geração, de sede de uma dinastia local bastante insignificante em centro de decisão política e religiosa de um poder regional, tanto por causa dos dramáticos desenlaces internos como por causa dos milhares de refugiados que escaparam para o sul, do derrotado e destruído reino de Israel.

Sobre esse momento, a arqueologia tem sido inestimável para mapear o ritmo e a escala da repentina expansão de Jerusalém. Como foi sugerido primeiro pelo arqueólogo israelita Magen Broshi, as escavações em Jerusalém nas últimas décadas mostraram inédita explosão populacional, com suas áreas residenciais se expandindo da antiga margem estreita — a cidade de Davi — até cobrir toda a colina no lado oeste (figura 24). Uma grande muralha defensiva foi construída para incluir os novos subúrbios. Em questão de poucas décadas — com certeza durante uma única geração — Jerusalém foi transformada de cidade modesta nas colinas, com cerca de 10 ou 12 acres, para uma imensa área urbana de 150

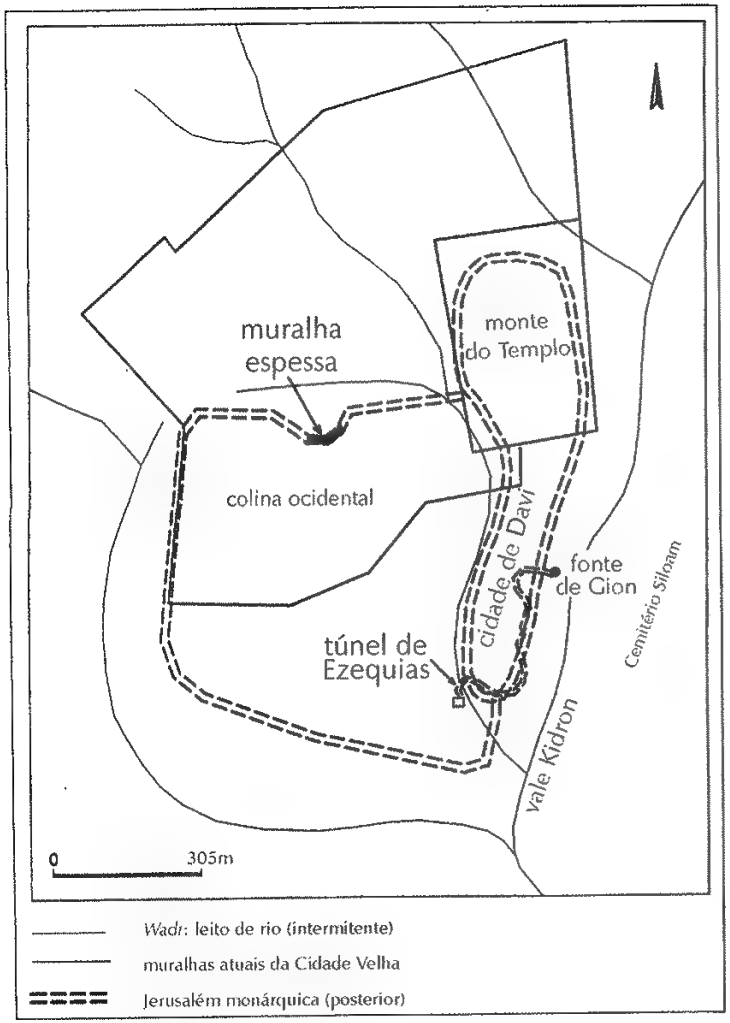

Figura 24 — Expansão de Jerusalém, da 'cidade de Davi' até a colina ocidental

acres, apinhada compactamente com casas, oficinas e prédios públicos. Em termos demográficos, a população da cidade pode ter aumentado quase 15 vezes, de cerca de mil para 15 mil habitantes.

Quadro semelhante, de extraordinário crescimento populacional, surge dos levantamentos arqueológicos feitos na hinterlândia agrícola da cidade. Muitas quintas foram construídas não nas vizinhanças imediatas da cidade, mas também nos distritos ao sul da capital; a área rural até então relativamente vazia foi inundada por novos assentamentos de terras cultiváveis, grandes e pequenos. Antigas aldeias adormecidas cresceram em tamanho e se tornaram, pela primeira vez, verdadeiras cidades. Também no Shephelah, o grande salto aconteceu no século VIII, com o dramático crescimento das cidades em número e tamanho. Lachish — a cidade mais importante da região — oferece bom exemplo; até o século VIII era uma cidade modesta, mas foi então circundada por uma grande muralha e transformada em centro administrativo influente. Da mesma maneira, o vale Bersabéia, no extremo sul, testemunhou o estabelecimento de inúmeras cidades no século VIII. No total, a expansão foi assombrosa; no final do século VIII existiam cerca de trezentos assentamentos de todos os tamanhos em Judá, da metrópole de Jerusalém a pequenas quintas, onde outrora existiam apenas poucas vilas e cidades modestas. A população, que durante longo tempo estacionara em poucas dezenas de milhares de habitantes, cresceu, então, para cerca de 120 mil.

Depois das campanhas militares assírias no norte, Judá vivenciou não só repentino crescimento demográfico, mas também uma verdadeira evolução social. Numa palavra, o reino se tornou um Estado plenamente constituído. Começando no final do século VIII, aparecem indicações arqueológicas da amadurecida formação do Estado no reino do sul: inscrições monumentais, selos e impressão

desses selos, óstracos da administração real; o uso esporádico de construção com pedras de cantaria e capitéis de pedra em prédios públicos; a produção em massa de vasos e outros objetos de cerâmica em oficinas organizadas e sua distribuição por toda a zona rural. Não menos importante foi o aparecimento de cidades de porte médio, servindo como capitais regionais, e o desenvolvimento de indústrias de vinho e de azeite em grande escala, que transformou a produção local e privada em empreendimento estatal.

A evidência de novos costumes de funerais — principalmente, mas não com exclusividade, em Jerusalém — sugere que uma elite nacional emergiu durante esse período. No século VIII, alguns dos habitantes de Jerusalém começaram a cortar túmulos trabalhados nas rochas que circundavam a cidade. Muitos são bem esmerados, com tetos com cumeeiras e elementos arquitetônicos como cornijas e pirâmides amontoadas, esculpidas com habilidade na rocha. Não há dúvida de que esses túmulos foram usados para o enterro da nobreza e de altos funcionários públicos, como indicado por uma inscrição fragmentada em um deles na vila de Siloam, em Jerusalém (a leste da cidade de Davi), dedicada a "[...] *yahu* que é encarregado da casa". Não é de todo impossível que esse seja o túmulo de Sebna (cujo nome pode ter sido composto com o nome divino para se tornar Shebnayahu), o intendente real, a quem Isaías condena (22,15-16) por sua arrogância em esculpir um túmulo na rocha. Túmulos esmerados também são encontrados em alguns lugares no Shephelah, indicando repentina acumulação de riqueza e a diferenciação da condição social entre Jerusalém e a zona rural, no século VIII.

A questão é: de onde veio essa riqueza e aparente mudança para a formação de um Estado plenamente constituído? A conclusão inevitável é que Judá repentinamente cooperou e mesmo se

integrou na economia do império assírio. Embora o rei Acaz tenha começado a colaborar com a Assíria muito antes da queda de Samaria, as mudanças mais dramáticas aconteceram indiscutivelmente depois da queda de Israel. O repentino crescimento dos assentamentos no extremo sul do vale de Bersabéia pode inferir que o reino de Judá participou da intensificação do comércio árabe no final do século VIII, sob o domínio assírio. Existe boa razão para se acreditar que outros mercados foram abertos para os produtos de Judá, estimulando a intensificação da produção de azeite e vinho. Como resultado, Judá passou por uma revolução econômica, deixando de ser um sistema tradicional baseado em aldeias e clãs para atingir uma produção agrícola massificada e industrialização sob centralização estatal. A riqueza começou a se acumular em Judá, em especial em Jerusalém, onde as políticas diplomática e econômica do reino eram determinadas e as instituições da nação, controladas.

Nascimento de uma religião nacional

Ao lado da extraordinária transformação social no final do século VIII a.C., surgiu intensa luta religiosa, com conexão direta com a emergência da Bíblia como a conhecemos hoje. Antes da cristalização do reino de Judá como Estado plenamente burocratizado, as idéias religiosas eram várias e dispersas. Assim, como mencionamos, existia um culto real no Templo de Jerusalém, incontáveis cultos da fertilidade e dos ancestrais na zona rural e ainda uma mistura espalhada da veneração de YHWH com a de outros deuses. Até onde podemos saber e afirmar por meio da evidência arqueológica do reino do norte, havia prática religiosa semelhante em Israel. Ao lado das memórias de estridentes pregadores como Elias e Eliseu, do puritanismo antiamride de Jeú e das palavras

duras e condenatórias de profetas como Amós e Oséias, nunca houve um esforço combinado e de longo termo do governo israelita para sancionar apenas a veneração a YHWH.

Mas depois da queda de Samaria, com a centralização crescente do reino de Judá, uma nova atitude, focada na lei e na prática religiosa, começou a tomar força. A influência de Jerusalém — demográfica, econômica e política — era, então, enorme, e estava relacionada com uma nova agenda política e territorial: a unificação completa de Israel. E a determinação de sua instituição sacerdotal e profética a fim de definir os métodos 'corretos' de veneração para todo o povo de Judá — e, de fato, para todos os israelitas vivendo sob o domínio assírio no norte — emergiu dessa maneira. Essas mudanças dramáticas na liderança religiosa devem ter instigado estudiosos bíblicos como Baruch Halpern a sugerir que num período de não mais de algumas décadas, no final do século VIII e começo do século VII, nasceu a tradição monoteísta da civilização judaico-cristã.

Trata-se de grande afirmação: ser capaz de indicar o nascimento da moderna consciência religiosa, em particular quando sua escritura fundamental, a Bíblia, estabelece o nascimento do monoteísmo centenas de anos antes. Mas, também nesse caso, a Bíblia oferece mais uma interpretação retrospectiva do que uma descrição acurada do passado. De fato, as manifestações sociais que aconteciam em Judá, nas décadas posteriores à queda de Samaria, mostram outra perspectiva sobre como os contos tradicionais dos patriarcas peregrinos e de uma grande libertação nacional do Egito serviram à causa da inovação religiosa — a emergência das idéias monoteístas — dentro da cristalização do novo Estado judaico.

Em algum momento no final do século VIII a.C., ali floresceu, aos poucos, uma escola oral de pensamento que insistia que os

cultos da zona rural eram pecaminosos, e que apenas YHWH deveria ser venerado. Não sabemos ao certo de onde a idéia se originou; ela está expressa no ciclo de narrativas de Elias e Eliseu (registradas por escrito muito depois da queda dos amrides) e, mais importante, nas obras dos profetas Amós e Oséias, ambos muito atuantes no norte, no século VIII. Como resultado, alguns estudiosos bíblicos sugeriram que esse movimento se originou entre sacerdotes e profetas dissidentes, nos últimos tempos do reino do norte, agastados e revoltados com a idolatria e a injustiça social do período assírio; depois da destruição do reino de Israel eles fugiram para o sul, a fim de difundir suas idéias. Outros estudiosos indicaram círculos conectados com a intenção do Templo de Jerusalém de exercer controle religioso e econômico sobre a zona rural progressivamente desenvolvida. Talvez ambos os fatores tenham desempenhado sua parte na apinhada atmosfera de Jerusalém depois da queda de Samaria, quando refugiados do norte, sacerdotes e funcionários reais judaicos trabalharam juntos.

Qualquer que tenha sido sua formação, o novo movimento religioso (nomeado 'movimento somente-YHWH' pelo historiador iconoclasta Morton Smith) iniciou um duro e amargo conflito com os costumes e rituais judaicos mais antigos e tradicionais. É difícil analisar sua força relativa dentro do reino de Judá. Muito embora pareçam ter sido uma pequena minoria no início, foram eles que mais tarde produziram ou influenciaram muito da historiografia bíblica que sobreviveu. O momento era propício: a expansão da administração burocrática provocou a ampliação da alfabetização. Pela primeira vez, a autoridade dos textos escritos, em vez de baladas e épicos recitados, teve enorme efeito.

Como agora deve estar muito claro, as passagens nos livros dos Reis sobre a correção e a pecaminosidade dos primeiros reis de

Judá refletem a ideologia do 'movimento somente-YHWH'. Se os seguidores dos tradicionais costumes de veneração sincrética tivessem vencido no final, teríamos uma escritura bem diferente, ou talvez nenhuma. Pois a intenção do 'movimento somente-YHWH' era criar uma ortodoxia inquestionável de veneração e uma única história da nação, centralizada em Jerusalém. E foi muito bem-sucedido na elaboração do que se tornaram as leis do Deuteronômio e a história deuteronomista.*

Em geral, os estudiosos bíblicos têm enfatizado os aspectos estritamente religiosos da luta entre as facções de Jerusalém, mas não há dúvida de que suas posições também abrangiam fortes opiniões sobre política interna e externa. No mundo antigo, como hoje, a esfera da religião jamais poderia ter sido separada das esferas da economia, da política e da cultura. As idéias dos grupos 'somente-YHWH' tinham aspecto territorial, a busca pela 'restauração' da dinastia davídica sobre todo Israel, incluindo os territórios do derrotado reino do norte, onde, como vimos, muitos israelitas continuavam vivendo depois da queda de Samaria. Isso resultaria na unificação de todo o território de Israel sob um único rei, governando de Jerusalém, na destruição dos centros de culto no norte e na centralização do culto israelita em Jerusalém.

É fácil ver por que os autores bíblicos estavam tão transtornados pela idolatria. Ela era o símbolo de uma caótica diversidade social; os líderes dos clãs das áreas rurais conduziam seus próprios sistemas de economia, de política e de relações sociais,

* É importante ressaltar que, embora algumas das idéias básicas que mais tarde caracterizariam o Deuteronômio (e, talvez, mesmo uma primeira versão de uma 'história nacional') possam ter sido formuladas no final do século VIII a.C., aquelas idéias somente amadureceram no final do século VII a.C., quando os textos do Deuteronômio e da história deuteronomista foram compilados em suas formas consagradas.

sem administração ou controle pela corte em Jerusalém. Aquela independência rural, embora respeitada e honrada ao longo do tempo pelo povo de Judá, passou a ser condenada como uma 'reversão' ao barbarismo do período pré-israelita. Assim, com ironia, o que era mais genuinamente judaico foi condenado como heresia cananéia. Na arena da polêmica e do debate religioso, o que era antigo passou a ser considerado estranho, e o que era novo passou, repentinamente, a ser considerado verdadeiro. E, no que só podemos chamar de extraordinário produto de teologia retrospectiva, o novo e centralizado reino de Judá, e a veneração a YHWH, concentrada em Jerusalém, estavam de volta à história israelita da maneira como as coisas sempre deveriam ter sido.

Reformas do rei Ezequias?

É difícil saber quando a nova e exclusivista teologia teve o primeiro impacto na conduta dos assuntos em Judá; várias reformas para a veneração de 'somente-YHWH' são mencionadas nos livros dos Reis, desde o tempo do rei Asa, no começo do século IX a.C. Mas sua confiabilidade histórica é questionável. Uma coisa parece estar nítida: a ascensão do rei Ezequias ao trono de Judá, no final do século VIII a.C., era lembrada pelos autores dos livros dos Reis como um evento sem precedente.

Como descrito no livro 2º Reis 18,3-7, o objetivo definitivo da reforma de Ezequias era o estabelecimento da veneração exclusiva a YHWH, no único lugar legítimo para essa veneração, o Templo de Jerusalém. Mas as reformas religiosas de Ezequias são difíceis de detectar no registro arqueológico. A evidência encontrada para essas reformas, especialmente em dois sítios no sul — Arad e Bersabéia —,

é discutível.* Todavia, Baruch Halpern aventou que Ezequias baniu o culto a outros deuses na zona rural, porém não fechara os templos do Estado nos centros administrativos do reino. Mas não existe debate sobre se ocorreu profunda mudança na terra de Judá durante o governo do rei Ezequias. Judá agora era o centro do povo de Israel. Jerusalém era o centro da veneração a YHWH. E os membros da dinastia de Davi eram os únicos representantes e agentes legítimos do domínio de YHWH sobre o mundo. O curso imprevisível da história tinha escolhido e elevado o reino de Judá a uma condição muito especial, num momento particularmente crucial.

Os acontecimentos mais dramáticos ainda estavam por vir. Em 705 a.C., o venerável rei assírio Sargão II morreu, deixando seu inexperiente filho, Senaquerib, como herdeiro do trono. Os problemas e os tumultos no sul do império começaram em seguida, e a outrora invencível fachada da Assíria dava a impressão de estar sob o perigo de desmoronar. Para muitos em Jerusalém, deve ter parecido que YHWH havia milagrosamente aprontado Judá — na hora certa — para realizar seu histórico destino.

* O chefe das escavações em ambos os sítios, o arqueólogo israelita Yohanan Aharoni, identificou pequeno templo em Arad, que acreditou tivesse sido erigido no século IX a.C., e sugeriu que seu altar — se não o próprio templo — fora desmantelado no final do século VIII. Ele relacionou essa mudança à reforma de Ezequias. Mas outros estudiosos argumentaram que Aharoni datou mal o tempo de Arad. Eles defendem que foi construído no século VII; em outras palavras, pela data, é posterior a Ezequias. Em Bersabéia, alguns blocos de pedra entalhada habilmente, de um grande altar sacrificial, foram encontrados amontoados e reutilizados em depósitos do final do século VIII, enquanto outros foram jogados para preencher o aterro do parapeito fortificado da cidade. Aharoni propôs que o altar desmanchado originalmente fazia parte do templo da cidade e fora removido e desmanchado durante a reforma de Ezequias. Apenas para complicar as coisas, devemos observar que o famoso relevo assírio da conquista de Lachish, por Senaquerib, em 701 a.C., lança alguma dúvida sobre o sucesso da política de centralização religiosa de Ezequias. O relevo exibe o que parecem ser objetos e itens de culto, removidos pelas tropas assírias da cidade conquistada, talvez indicando a continuação da existência de um lugar de culto até o final da época de Ezequias.

X

Entre a guerra e a sobrevivência

705-639 a.C.

A decisão do rei Ezequias de se rebelar contra o império assírio foi, com certeza, uma das mais fatídicas sustentadas pelo reino de Judá. Declarar independência do brutal senhor imperial da região — que exatas duas décadas antes havia destruído violentamente o reino de Israel — exigia poder político e organização estatal que pudessem enfrentar e empreender uma sólida e embasada preparação econômica e militar de longo prazo. Também demandava nítida reafirmação religiosa de que, apesar do terrível poder do império assírio, YHWH garantiria o eventual sucesso militar de Judá. De acordo com a Bíblia, todos os infortúnios do reino de Israel eram atribuídos aos hábitos e costumes idólatras de seu povo. Agora, a purificação do culto a YHWH era o único caminho para assegurar a vitória de Judá e salvar seu povo da ruína da destruição e do exílio, que havia desabado sobre a população pecaminosa do norte.

E assim, depois da morte de Sargão, em 705 a.C., quando a capacidade do império para controlar seus longínquos territórios parecia questionável, Judá entrou numa coalizão antiassíria, apoiada pelo Egito (2 Reis 18,21; 19,9), e levantou a bandeira da rebelião, apesar das consequências amplas e imprevisíveis. Quatro

anos depois, em 701 a.C., o novo rei assírio, Senaquerib, avançou contra Judá com um exército poderoso. Os livros dos Reis conferem ao relato expressões de coragem: Ezequias foi um grande herói, um rei idealizado, só comparável a Davi. Ele seguiu as pegadas de Moisés e limpou Judá de todas as transgressões do passado. Graças a sua piedade, os assírios bateram em retirada de Judá, sem conseguir conquistar Jerusalém. Como veremos, essa não é a história completa, nem a história oferecida na avaliação subseqüente dos 53 anos de reinado de Manassés, filho de Ezequias. Em contraste com o idealizado rei Ezequias, os livros dos Reis retratam Manassés como o apóstata definitivo, que passou sua longa carreira no trono recuperando, retomando e permitindo todas as terríveis abominações do passado.

Se tivéssemos apenas o material bíblico como referência confiável, não haveria razão para duvidar desse retrato em preto e branco, da correção e da piedade de Ezequias e da apostasia de Manassés. Entretanto, fontes assírias contemporâneas e a arqueologia moderna mostram que a interpretação teológica da Bíblia sobre a revolta de Judá contra a Assíria oculta uma realidade histórica muito diferente.

Um grande milagre e sua traição

O segundo livro dos Reis narra a história da grande aposta de Ezequias num drama montado, no qual pequeno elenco de personagens declama discursos cerimoniosos sobre temas teológicos prontamente reconhecíveis. Esse estilo de solilóquios, desempenhados para o benefício do leitor bíblico, é uma das marcas registradas da história deuteronomista. O uso da retórica religiosa é transparente: a intenção da história bíblica é mostrar como a

mera força das armas ou o equilíbrio do poder não têm influência no resultado de nações em guerra. Atrás de tudo está a força condutora de YHWH, que usa os exércitos e as batalhas para recompensar aqueles que o veneram com dedicação e por exclusividade — e para punir aqueles que não o fazem.

Depois da descrição do comportamento religioso de Ezequias, o segundo livro dos Reis insere breve digressão, de fato uma repetição, sobre a queda do reino do norte e a deportação de seu povo por causa de seus pecados. Sua intenção é relembrar o leitor do contraste entre os destinos do pecaminoso reino de Israel e do justo e piedoso reino de Judá. As situações são similares, os resultados opostos: Israel se revolta, Salmanasar V monta um cerco a Samaria, o reino do norte foi destruído e seu povo, deportado; por causa de seus pecados, YHWH não comparece para salvá-lo. Judá também se revolta, Senaquerib monta um cerco a Jerusalém, mas Ezequias era um rei justo e piedoso, e assim Jerusalém é protegida e o exército de Senaquerib, destruído. A moral é clara, mesmo quando as temíveis forças assírias invadem o reino e conquistam todas as suas cidades fortificadas. A confiança no poder de YHWH é a única resposta para a salvação.

Os comandantes assírios que montavam cerco a Jerusalém desafiaram os desnorteados defensores das muralhas da cidade, questionando-os sobre a sabedoria do rei Ezequias, ridicularizando sua fé:

> Escutai as palavras do grande rei, o rei da Assíria! Assim diz o rei: "Não vos deixeis enganar por Ezequias, porque ele não será capaz de vos livrar do meu jugo. Não deixeis que Ezequias vos faça confiar no SENHOR, dizendo: 'O SENHOR certamente nos libertará, e essa cidade não será entregue nas mãos do rei da Assíria. Não deis ouvi-

dos a Ezequias, porque assim fala o rei da Assíria'. Fazei vossa paz comigo, e vinde para mim; então cada um de vós poderá comer o fruto da sua própria vinha e da sua própria figueira, e cada um poderá beber a água de sua própria cisterna; até que eu venha e vos transporte para uma terra como a vossa, uma terra de grãos e de vinho, uma terra de pão e de vinhas, uma terra de oliveiras e de mel, onde possais viver, e não morrer. E não presteis atenção a Ezequias quando ele vos engana dizendo: 'O SENHOR nos libertará'. Por acaso algum dos deuses das nações jamais libertou sua terra do jugo do rei da Assíria? Onde estão os deuses de Emat e de Arfad? Onde estão os deuses de Sefarvaim, de Ana e de Ava? Eles libertaram Samaria do meu jugo? Quem entre todos os deuses dos países libertou seus países do meu jugo, e por que o SENHOR libertaria Jerusalém do meu jugo?" (2 Reis 18,28-35)

Ezequias fica profundamente abalado, mas o profeta Isaías o tranqüiliza com um oráculo divino:

Assim disse o SENHOR: "Não tenhas medo das palavras que ouviste, com as quais os servos do rei da Assíria blasfemaram contra mim. Eis que eu lhe enviarei um espírito, para que ele ouça e retorne para a sua própria terra; e eu o farei perecer pela espada em sua própria terra... Portanto, assim disse o SENHOR sobre o rei da Assíria. Ele não deverá entrar nesta cidade, ou lançar ali uma flecha, ou chegar protegido por uma armadura, ou montar um cerco sobre ela. Por onde ele vier, pelo mesmo caminho deverá retornar... Porque eu defenderei esta cidade para salvá-la, por amor a mim mesmo, e por amor a meu servo Davi". (2 Reis 19,6-7; 32-34)

E, de fato, uma libertação miraculosa acontece naquela mesma noite:

E naquela noite veio o anjo do SENHOR, e eliminou 185 mil homens nos campos dos assírios; e quando os homens acordaram cedo na manhã seguinte, viram todos aqueles corpos mortos. Então Senaquerib, rei da

Assíria, se retirou, voltou para casa, e permaneceu em Nínive. E enquanto ele adorava no templo de Nesroc, seu deus, Adramalec e Sarasar, seus filhos, o mataram a golpe de espada. (2 Reis 19,35-37)

A independência da Judá — e sua crença fervorosa no poder de salvação de YHWH contra todos os inimigos — foi assim preservada, de forma miraculosa.

Mas logo em seguida a história faz uma reviravolta bizarra, com a apropriação pelo filho de Ezequias, Manassés, do trono de Davi. Num tempo em que o poder de YHWH deveria ser evidente para o povo de Judá, o novo rei Manassés assume comportamento teológico não condizente:

E ele fez o mal diante dos olhos do SENHOR, de acordo com as práticas abomináveis das nações que o SENHOR havia expulsado diante dos olhos dos filhos de Israel. Porque ele reconstruiu os lugares elevados que Ezequias, seu pai, havia destruído; e ele erigiu altares para Baal, e fez um poste sagrado [Asherah], como Acab, o rei de Israel, tinha feito, e venerou todos os astros do céu, o sol, a lua, as estrelas, e os cultuou. E ele construiu altares na casa do SENHOR, sobre a qual o SENHOR tinha dito: "Eu estabelecerei meu nome em Jerusalém". E ele construiu altares para todos os astros do céu nos dois átrios do templo do SENHOR. E ele queimou seu filho como uma oferenda, e praticou adivinhações e augúrios, e tratou com médiuns e com feiticeiros. Ele fez muito mal diante dos olhos do SENHOR, e provocou a ira divina. (2 Reis 21,2-6)

Apesar da crença de que, naquele momento, uma Jerusalém santificada era — e sempre havia sido, implicitamente — a morada de YHWH na Terra, e de que sua pureza garantiria o bem-estar do povo de Israel, diz-se que Manassés seduziu e induziu seus súditos a "fazerem mais mal do que as nações que o SENHOR destruiu diante dos filhos de Israel haviam feito" (2 Reis 21,9).

O que estava acontecendo? O que causou esses dramáticos retrocessos? Ezequias era, realmente, tão justo e piedoso e Manassés tão mau e ímpio?

Preparando-se para desafiar um império mundial

Os livros dos Reis oferecem apenas a mais breve das justificativas para a rebelião de Ezequias, relatando que ele "se rebelou contra o rei da Assíria, e não mais o serviria" (2 Reis 18,7). Os livros das Crônicas, escritos vários séculos mais tarde e em geral considerados como fonte histórica menos confiável que os livros dos Reis, oferecem, entretanto, informação mais detalhada sobre os preparativos que Ezequias ordenou nos meses e nas semanas que antecederam o ataque assírio. Nesse caso, como veremos mais tarde, a arqueologia sugere que as Crônicas devem ter preservado informação histórica mais confiável, que não foi incluída nos livros dos Reis. Além de criar depósitos para grãos, azeite e vinho, e currais para guardar os diversos rebanhos, em todo o território do reino (2 Crônicas 32,27-29), Ezequias fez grande esforço para assegurar o suprimento de água para o período do cerco:

> Quando Ezequias viu que Senaquerib estava vindo e pretendia lutar contra Jerusalém, ele planejou com seus oficiais e seus guerreiros para fechar a água das fontes que estavam fora da cidade; e eles o ajudaram. Um grande número de pessoas se reuniu, e elas taparam todas as fontes e o veio de água que corria por toda a terra, dizendo: "Por que os reis da Assíria deveriam chegar e encontrar tanta água?" E então ele trabalhou resolutamente para construir a muralha que tinha sido destruída, e levantou torres sobre ela, e construiu outra muralha do lado de fora; e ele fortificou o Melo, na cidade de Davi. Ele também fez armas e escudos em abundância. E ele colocou os oficiais no comando do povo, e o reuniu na

> praça no portão da cidade, onde lhe falou corajosamente, dizendo: "Sede fortes e corajosos; não temais ou desanimeis diante do rei da Assíria, nem diante da sua horda militar; pois conosco existe um poder maior do que ele. Com ele, existe um braço de carne e de sangue; mas conosco está o SENHOR, nosso Deus, para nos ajudar e para lutar as nossas batalhas". E o povo ficou confiante com as palavras de Ezequias, rei de Judá. (2 Crônicas 32,2-8)

Enquanto só existem escassas e contraditórias indicações arqueológicas sobre as reformas religiosas de Ezequias em todo o território do reino, são inúmeras as evidências sobre o seu planejamento e sobre o espantoso resultado de sua revolta contra a Assíria. Jerusalém era, naturalmente, o centro das operações. Os preparativos defensivos são vistos com clareza nas escavações do quarteirão judaico de Jerusalém, onde uma muralha fortificada, com mais de 6 metros de largura, havia sido construída para proteger os bairros recém-estabelecidos na colina a oeste. Essa muralha defensiva parece ter sido construída num momento de emergência nacional; a colina a oeste já estava muito povoada, e as residências particulares, localizadas na área planejada para a muralha, precisaram ser demolidas. A construção dessa muralha é aparentemente mencionada na Bíblia, na repreensão que Isaías fez ao rei, de que ele, insensível, "destruiu as casas para fortificar a muralha" (Isaías 22,10).

Outra missão importante era prover a cidade de suprimento de água, para o caso de cerco inimigo. A única fonte perene de Jerusalém — a Gion — situava-se na parte baixa do vale Kidron, dando a aparência de estar fora da linha da muralha da cidade (figura 24, p. 330). Esse era um velho problema de Jerusalém, e houve tentativas anteriores de resolvê-lo, cortando um túnel na rocha subterrânea, para prover o acesso à fonte, de dentro da cidade fortificada. Ezequias teve uma idéia muito mais ambiciosa: no lugar de fornecer meios

para se chegar à água, do lado de fora, ele planejou levar a água para dentro da cidade. De fato, temos uma valiosa descrição contemporânea desse extraordinário projeto de engenharia, originalmente lavrada nas paredes do próprio túnel de água. Descoberta no final do século XIX, perto do limite sul do túnel, essa excepcional inscrição, em hebraico, relata como um longo túnel subterrâneo foi escavado através do leito de rocha firme, a fim de levar água da fonte Gion para um reservatório protegido dentro das muralhas da cidade.

Com quase 600 metros de comprimento, largo e alto o bastante para uma pessoa caminhar em seu interior, o túnel foi escavado de maneira tão precisa que a diferença na elevação entre a fonte e o reservatório é de pouco mais de 30 centímetros. De fato, o texto antigo comemorativo da obra, conhecido agora como inscrição Siloam, resume o drama do projeto perto de estar concluído, descrevendo como o túnel tinha sido feito por duas equipes, que começaram a escavar na direção uma da outra, dos extremos opostos do túnel:

> ... quando o túnel foi aberto. E essa foi a maneira como foi escavado: Enquanto [...] estavam ainda [...] machado[s], cada homem na direção do seu companheiro, e enquanto ainda havia três cúbitos para serem escavados, [foi ouvida] a voz de um homem chamando seu companheiro, porque havia uma superposição na rocha do lado direito [e no lado esquerdo]. E quando o túnel foi aberto os trabalhadores cortaram [a rocha], cada homem na direção do seu companheiro, machado contra machado; e a água fluiu da fonte para o reservatório para 1.200 cúbitos, e a altura da rocha sobre a cabeça[s] dos trabalhadores era de 100 cúbitos.

Como as equipes conseguiram se encontrar, apesar do túnel ser em curva, é tema de debate; é provável que tenha sido a combinação de grande habilidade técnica com profunda compreensão da geologia da colina. Empreendimento tão extraordinário não escapou da atenção dos historiadores bíblicos e representa um dos raros exem-

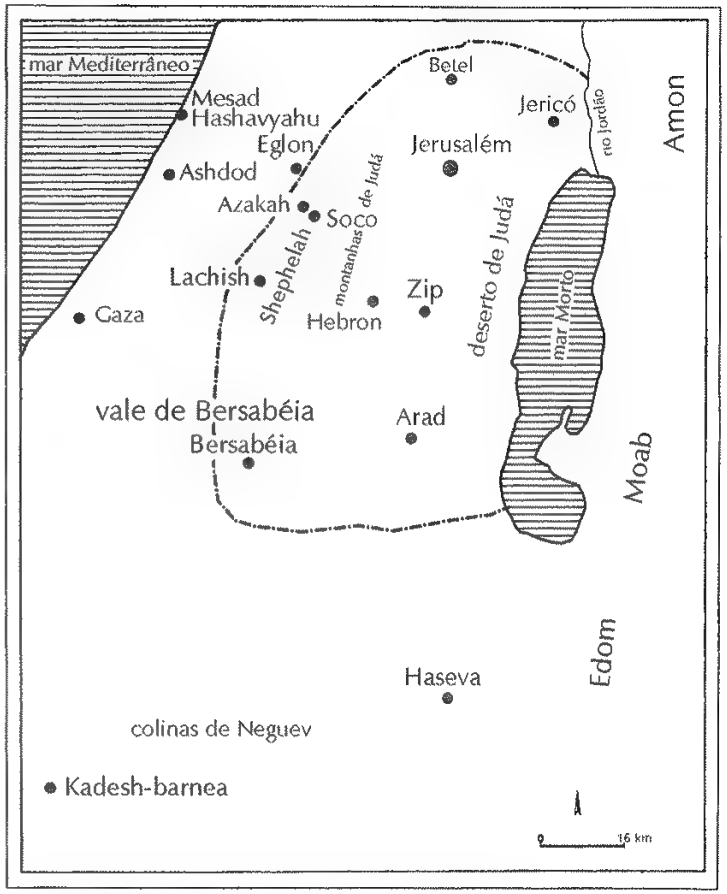

Figura 25 — Principais sítios na monarquia de Judá; a linha destaca o centro vital do reino no final do século VII, a época de Josias

plos em que um projeto específico de um rei hebreu pode ser identificado, em termos arqueológicos, com segurança: "O resto das realizações de Ezequias, e todo o seu poderio, como ele fez o reservatório e o aqueduto, e como levou a água para dentro da cidade, não são fatos descritos no Livro das Crônicas dos reis de Judá?" (2 Reis 20,20)

Além de Jerusalém, Ezequias parece ter se utilizado de todas as instituições do Estado para garantir que seu reino estivesse preparado para a guerra (figura 25); cercou a cidade de Lachish, no Shephelah, com um grande sistema de fortificações, que consistia de uma rampa revestida de pedra até a metade do declive do cômoro e uma maciça parede de tijolos no seu espinhaço. Imenso bastião protegia o portão de seis câmaras e plataforma semelhante, dentro das muralhas, sustentava, provavelmente, um palácio ou uma residência para o comandante real da cidade. Além disso, um complexo de edifícios similares aos estábulos de Megiddo foi construído perto do palácio, para ser usado como estábulo ou depósito. Um grande poço cortado na rocha pode ter servido como a parte superior do sistema de água. É possível que alguns desses elementos tenham sido construídos antes de Ezequias, mas todos existiam e foram reforçados na sua época, a fim de enfrentar o exército de Senaquerib.

Até então um rei judaico nunca havia devotado tanta energia e habilidade nem tantos recursos em preparativos para uma guerra.* Achados arqueológicos sugerem que a organização das provisões foi centralizada pela primeira vez em Judá. A evidência mais clara disso é um tipo muito conhecido de grandes jarras para ar-

* Se a lista de fortalezas construídas por Roboão (2 Crônicas 11,5-12) tem qualquer base histórica, pode ser datada com maior segurança da época de Ezequias, como sugerem alguns historiadores, atestando os preparativos para a guerra contra a Assíria em outros centros da zona rural.

mazenamento, encontradas em todo o território do reino de Ezequias, e produzidas em massa, de forma e tamanho similares, cuja característica mais interessante e excepcional é ter um selo impresso nas alças, feito com o barro ainda úmido, antes de passarem ao forno para queimar. As impressões exibem emblema na forma de um disco solar alado ou de um escaravelho, que se acredita ser a insígnia real judaica, e uma curta inscrição em hebraico, onde se lê *lmlk* ('pertencente ao rei'). A referência real é combinada com o nome de uma das quatro cidades: Hebron, Soco, Ziph e de outro lugar ainda não identificado, designado pelas letras MMST. As três primeiras cidades são conhecidas de outras fontes, enquanto o último sítio, enigmático, pode ter sido um título para Jerusalém ou uma cidade judaica desconhecida.

Estudiosos sugeriram várias explicações alternativas para a função das jarras: que continham produtos de propriedades reais; que eram usadas como recipientes oficiais para a cobrança de impostos e a distribuição de mercadorias; ou que as impressões do selo eram só marcas identificadoras das oficinas reais de cerâmica, onde as jarras de armazenamento eram manufaturadas. De qualquer maneira, é muito claro que elas estavam associadas com a organização de Judá, antes da revolta contra o império assírio.

Não temos certeza sobre a extensão geográfica dos preparativos de Ezequias para a revolta. O segundo livro das Crônicas relata que ele enviou emissários a Efraim e a Manassés, ou seja, ao território das montanhas do vencido reino do norte, a fim de convocar os israelitas ali estabelecidos para se juntarem a ele em Jerusalém, para a celebração da Páscoa judaica (2 Crônicas 30,1,10,18). Dificilmente a maior parte desse relato é histórica; ele foi composto do ponto de vista de um escritor anônimo do século V ou IV a.C., que apresentava Ezequias como um segun-

do Salomão, unindo todo Israel em torno do Templo de Jerusalém. Mas a alusão ao interesse de Ezequias nos territórios do antigo reino de Israel pode não ser completa invenção, porque naquele momento Judá poderia afirmar sua liderança sobre a terra de Israel inteira. Entretanto, mesmo que seja assim, pretensões são algo muito diferente de metas: são o extremo oposto. No caso, a revolta de Ezequias contra a Assíria provou ter sido uma decisão desastrosa. Mesmo sem experiência, Senaquerib, à frente de maciça força invasora assíria, comprovou seus talentos muito acima das expectativas, no campo de batalha. O rei Ezequias de Judá não estava a sua altura.

O que realmente aconteceu? A vingança violenta de Senaquerib

Apesar do relato bíblico sobre a miraculosa libertação de Jerusalém, registros contemporâneos assírios oferecem retrato bem diferente das conseqüências da revolta de Ezequias. A descrição assíria sobre a devastação provocada por Senaquerib na zona rural de Judá é apresentada de maneira fria e concisa:

> Quanto a Ezequias, o judaico, ele não se submeteu ao meu jugo. Eu montei cerco em 46 das suas cidades fortificadas e fortes murados, e em incontáveis pequenas aldeias, na sua vizinhança; a tudo conquistei usando rampas de acesso e bate-estacas que nos colocaram perto das muralhas, combinadas com ataques de soldados a pé, usando minas e outras armas, e também o trabalho de solapadores. Eu expulsei 200.150 pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, cavalos, mulas, jumentos, camelos, gado grande e pequeno além da conta, e a tudo considerei como pilhagem de guerra. Ele mesmo, eu o fiz prisioneiro em Jerusalém, na sua residência real, como um pássaro numa gaiola. Eu o circundei com trincheiras para barrar a passagem daqueles que

> estavam saindo pelo portão da cidade. Suas cidades que eu saqueei, eu as tomei do seu país, e as dei todas a Motinti, rei de Ashdod, a Padi, rei de Eglon, e a Sillibel, rei de Gaza. Dessa maneira eu reduzi seu país, mas ainda aumentei seu tributo".

Embora o número declarado possa ser um tremendo exagero, a informação dos registros assírios, ligada às escavações arqueológicas em Judá, confirma, de forma adequada, a intensidade da campanha sistemática de cerco e pilhagem: primeiro através das ricas áreas agrícolas nos contrafortes do Shephelah e depois para o norte, na direção da capital, na montanha. A devastação das cidades judaicas pode ser vista em quase todo cômoro escavado no interior de Judá. Os sombrios remanescentes arqueológicos se harmonizam com os textos assírios, relatando como, por exemplo, a conquista da proeminente cidade judaica de Azekah, descrita como "localizada no espinhaço de uma montanha, como adagas de ferro, sem número, apontadas para o alto do céu"; ela foi tomada de assalto, pilhada e depois devastada.

Essa não foi uma violência casual, apenas para aterrorizar e submeter os judaicos; foi também uma campanha de destruição econômica calculada, na qual as fontes de riqueza do reino rebelado seriam tomadas à força. Lachish, localizada na área agrícola mais fértil de Judá, era o centro regional mais influente do governo real judaico. Era a segunda cidade em importância depois de Jerusalém. O papel fundamental desempenhado por Lachish nos eventos do ano 701 a.C. é confirmado no texto bíblico (2 Reis 18,14,17;19,8). A intenção do ataque de Senaquerib era destruí-la por completo. Ilustração viva do cerco assírio a essa cidade é preservada, em detalhes extraordinários, num grande relevo de parede que decorou, outrora, o palácio de Senaquerib em Nínive, no norte do Iraque (figura 26). Esse relevo, com cerca de 18 metros

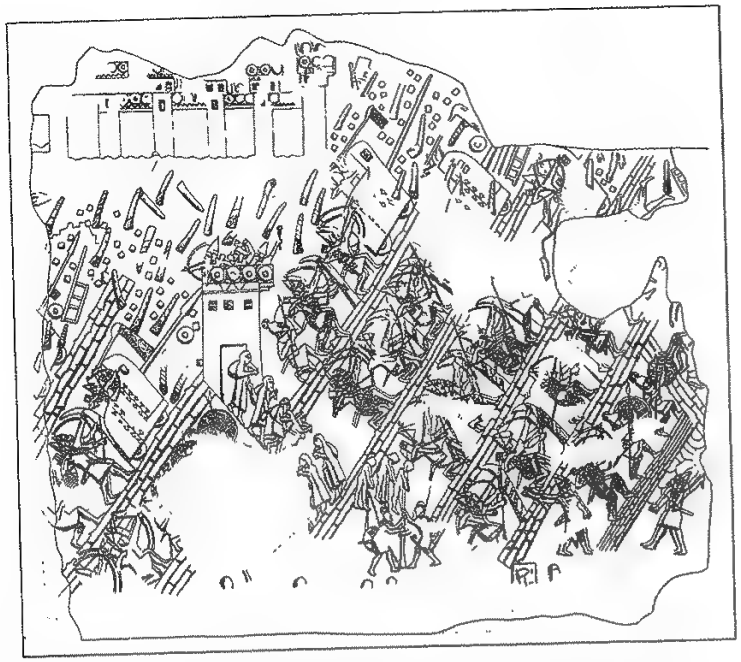

Figura 26 — Relevo assírio do palácio de Senaquerib em Nínive, ilustrando a conquista da cidade de Lachish. (Desenhado por Judith Dekel; cortesia do professor David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv)

de comprimento e 2,70 metros de altura, foi descoberto em torno do ano de 1840, pelo explorador britânico Austen Henry Layard, e subseqüentemente enviado para Londres, onde está em exibição no British Museum (Museu Britânico). Sua localização original, na parede de uma câmara interior do palácio de Senaquerib, indica a importância dos eventos que registra; uma pequena inscrição revela seu assunto: "Senaquerib, rei de todos, rei da Assíria, sentado no seu trono, enquanto a pilhagem da cidade de Lachish passa diante dele".

Esse impressionante relevo de Lachish narra a terrível trajetória dos eventos num único quadro. Mostra Lachish como cidade

muito bem fortificada; uma batalha feroz está sendo travada perto das muralhas; os assírios construíram uma rampa de cerco, pela qual eles avançam sua pesada artilharia na direção das muralhas fortificadas; os defensores de Lachish repelem o ataque desesperadamente, tentando evitar que as armas pesadas se aproximem da muralha; eles jogam tochas na esperança de queimar as máquinas de guerra, enquanto os assírios as apagam com água; arqueiros assírios enfileirados atrás da bateria de armas inundam as muralhas com flechas, enquanto os defensores revidam; mas todos os preparativos para a defesa da cidade — e a luta desesperada de seus defensores — são inúteis; os cativos são levados através do portão da cidade, alguns deles mortos, seus corpos sem vida traspassados por lanças; a pilhagem é levada da cidade, incluindo os vasos sagrados dos rituais religiosos; enquanto isso, Senaquerib está sentado com impassível majestade à frente de sua tenda real, não longe do acampamento assírio, supervisionando a procissão de cativos e do saque retirado das casas e prédios públicos da comunidade rebelada.

Alguns estudiosos questionaram a exatidão dos detalhes desse relevo e argumentaram que essa propaganda imperial é auto-referente, não um registro confiável do que aconteceu em Lachish. Mas dificilmente há qualquer dúvida de que é essa a cidade retratada pelo relevo e de que os eventos específicos são aqueles de 701 a.C. Não só a topografia da cidade, mas sua vegetação local é representada com esmero, possibilitando até identificar o ponto de vista exato do artista que fez o esboço básico do relevo. Além disso, as escavações arqueológicas em Lachish ofereceram detalhes sobre a localização do portão e sobre a natureza das fortificações e do sistema de cerco que confirmam a acuidade do relevo.

Escavações britânicas feitas nessa cidade na década de 1930, e retomadas depois por David Ussishkin para a Universidade de Tel

Aviv, na década de 1970, revelam evidência dramática e imparcial das últimas horas dessa grande fortaleza judaica. A rampa do cerco assírio, mostrada no relevo, foi identificada e escavada; é o único exemplo que sobreviveu de tal estrutura de cerco em qualquer lugar dos antigos territórios do império assírio. Não é surpreendente que a rampa tenha sido construída no lado mais vulnerável do cômoro, onde ele se liga a um espinhaço; em todos os outros lados, o declive é escarpado demais para permitir a construção de uma rampa e a utilização de uma bateria de bate-estacas.

Os achados arqueológicos da parte interior da cidade oferecem indicações das ações desesperadas para defendê-la; imenso bloqueio para a rampa dos assírios foi levantado, mas sua última tentativa para impedi-los de transpor a muralha redundou em fracasso. A cidade foi toda queimada, e outros achados provêem evidências para a ferocidade da batalha. Centenas de pontas de flechas foram encontradas no pé da muralha; enormes pedras arredondadas pela erosão, perfuradas durante o ataque, algumas delas com resíduos de cordas queimadas nos buracos — aparentemente arremessadas das rampas pelos defensores, para destruir as máquinas assírias de guerra —, foram recuperadas perto do ponto de assalto à muralha. Uma sepultura coletiva, com cerca de 1.500 pessoas — homens, mulheres e crianças —, foi achada nas cavernas perto dos declives no lado oeste do cômoro, misturada com restos de cerâmica do final do século VIII.

Outra perspectiva bíblica

Embora o segundo livro dos Reis se concentre no poder salvador de YHWH sobre Jerusalém e mencione apenas em poucas palavras a captura de "todas as cidades fortificadas de Judá"

(2 Reis 18,13), outros textos bíblicos revelam os horrores da campanha assíria para aqueles hebreus desafortunados o bastante para terem sido vítimas da violência de Senaquerib nas áreas rurais. Essas passagens não são encontradas na história deuteronomista, mas nas obras proféticas. Duas testemunhas contemporâneas — os profetas Isaías e Miquéias — falam do medo, da dor e do sofrimento que paralisaram Judá na vigília do avanço assírio. Isaías, que estava em Jerusalém na época do cerco, descreve vivamente a campanha militar que atingiu a área norte da cidade (10,28-32); e Miquéias, nativo do Shephelah, de uma cidade não muito distante de Lachish, conta o choque entorpecedor dos sobreviventes desabrigados, culpando sua desgraça por sua própria idolatria:

> Nada digam em Gat, não chorem, absolutamente; em Bet-Leafra, rolem no pó. Passem pelo seu caminho, habitantes de Safir, em nudez e em vergonha; os habitantes de Saanã de lá não sairão; o lamento de Bet-Esel será tirado dos que lá ficarão. Os habitantes de Marot esperam ansiosamente pelo bem, porque o mal lhes foi enviado pelo SENHOR, para o portão de Jerusalém. Arreios para os corcéis das bigas, habitantes de Lachish; vocês foram o começo do pecado para a filha do Sião, e em vocês foram encontradas as transgressões de Israel. (Miquéias 1,10-11)

O golpe sofrido pelo Shephelah também é bem nítido nos resultados dos levantamentos arqueológicos, que mostram que a região jamais se recuperou do ataque militar de Senaquerib. Mesmo nas décadas seguintes, depois da recuperação parcial de Judá, o Shephelah continuava pouco povoado. O número de sítios e a área construída — na qual a população estimada habitaria — encolheram para 1/3 do que tinham sido no final do século VIII. Algumas das principais cidades foram reconstruídas, mas muitas outras pequenas cidades, aldeias e casas de fazenda ficaram em ruínas. Esse

fato é significativo, em especial quando lembramos que, no século VIII, antes do ataque assírio, a população do Shephelah chegava a cerca de 50 mil habitantes, quase a metade do reino inteiro.

Apenas a fé em YHWH não salvou o território de Ezequias da ira e da destruição dos assírios. Amplas regiões de Judá foram devastadas, e a terra agrícola valiosa do Shephelah entregue pelos assírios vitoriosos às cidades-Estado da Filistéia. Ezequias foi forçado a pagar pesado tributo à Assíria, e número significativo de judeus foi deportado para essa cidade. Somente Jerusalém e as colinas logo ao sul da capital foram poupadas. Apesar de tudo o que a Bíblia fala sobre a piedade de Ezequias e a intervenção salvadora de YHWH, a Assíria foi a única vitoriosa. Senaquerib alcançou seus objetivos: quebrou a resistência do reino de Judá e o subjugou. Ezequias herdou um Estado próspero, e Senaquerib o destruiu.

Juntando pedaços

Depois do que restou da fracassada revolta contra a Assíria, a política de purificação religiosa e de confrontação com esse Estado proposta e efetivada por Ezequias deve ter parecido, para muitos, como terrível e irresponsável engano. Alguns dos sacerdotes da área rural podem até mesmo ter argumentado que, de fato, foi a destruição blasfema dos venerados altares ao ar livre — os lugares elevados — ordenada por Ezequias e sua proibição do culto dos postes sagrados (Asherat), das estrelas, da lua e das outras deidades, junto com a veneração a YHWH, que trouxeram tal desgraça sobre a Terra. Tendo apenas como referência a literatura parcial a favor de YHWH, é impossível conhecer o que seus oponentes podem ter afirmado. O que sabemos é que em 698 a.C., três anos depois da invasão de Senaquerib, quando Ezequias morreu e seu filho de 12 anos, Manassés, subiu ao trono, o pluralismo religioso, então bem menor, foi restaurado nas áreas rurais de Judá. O segundo livro dos Reis descreve isso com extensa afronta denunciatória. Para o historiador deuteronomista, Manassés foi mais do que um apóstata ordinário e vulgar; foi descrito como o monarca mais pecaminoso que o reino de Judá jamais teve (2 Reis 21,3-7). De fato, o livro dos Reis coloca a culpa pela 'futura' destruição de Jerusalém sobre a sua cabeça (2 Reis 21,11-15).

Obviamente, havia algo mais do que considerações teológicas atrás dessa mudança na política religiosa oficial. A sobrevivência do reino estava nas mãos de Manassés e de seus assessores mais próximos, e eles estavam determinados a recuperar Judá. Para isso, era necessário restaurar certa medida de independência econômica nas áreas rurais, ainda a fonte potencial de riqueza do reino. O renascimento das áreas rurais devastadas não poderia ser alcançado sem a cooperação das redes dos anciãos das aldeias e dos clãs, e isso significava permitir a retomada de práticas religiosas nos venerados altares ao ar livre. Numa palavra, o culto a Baal, aos postes sagrados (Asherat) e aos astros dos céus — o sol, a lua e as estrelas — retornou.

Mesmo se sentindo compelido a ser vassalo obediente ao império assírio, parece que Manassés calculou certo, preparando a recuperação econômica de Judá a fim de atrair o interesse de seus senhores. Um reino próspero seria leal ao império e serviria como amortecedor contra o Egito, arquiinimigo da Assíria, ao sul. E os assírios podem até mesmo ter concedido a situação de vassalo mais favorecido a um contrito reino de Judá: um texto do século VII relatando o tributo pago pelos estados levantinos do sul ao rei assírio indica que tal pagamento, retribuído por Judá, era muito menor do que aquele com que Amon e Moab, seus vizinhos mais pobres, também vassalos, remuneravam os assírios.

Manassés parece ter confirmado a confiança que seu senhor assírio depositou sobre ele. Documento da época de Asaradão, que substituiu Senaquerib no trono da Assíria, menciona Manassés num grupo de 22 reis que receberam ordem para mandar materiais de construção para um projeto real em Nínive. O rei assírio seguinte, Assurbanipal, listou Manassés entre os soberanos que lhe enviaram presentes e o ajudaram a conquistar o Egito. Embora o segundo livro das Crônicas informe que em determinado momento de seu reinado Manassés foi aprisionado pelos assírios na Babilônia (2 Crônicas 33,11), as circunstâncias e mesmo a credibilidade histórica dessa prisão são questões de debate continuado. O que é claro a respeito de seu longo reinado — 55 anos — é que foi um tempo pacífico para Judá. As cidades e assentamentos estabelecidos durante esse período sobreviveram até o final da destruição de Judá, no século seguinte.

Arqueologicamente, não é fácil distinguir os achados do começo do século VII com os da segunda metade daquele século (*ver* apêndice E). Ainda assim, sabemos o bastante para argumentar que, com a devastação generalizada do Shephelah e a anexação de grandes áreas de terra pelas cidades filistéias, a população das montanhas de Judá cresceu. Esse crescimento é quase que certamente em virtude da chegada de refugiados das regiões desoladas do Shephelah. A produção agrícola se intensificou em torno da capital. Denso sistema de quintas foi construído em torno e ao sul de Jerusalém, perto de Belém, no século VIII a.C.; é provável que essas quintas tenham sido criadas para alimentar a crescente população da metrópole.

Mas o desenvolvimento mais fascinante em Judá, durante o século VII, é a expansão demográfica de seus assentamentos nas zonas áridas a leste e ao sul (figura 25, p. 347). Nas décadas

seguintes, algo extraordinário aconteceu no deserto de Judá, onde não havia nenhum assentamento permanente durante o século VIII; no século VII, grupos de pequenos sítios foram assentados em todos os lugares mais adequados ao cultivo agrícola que o resto do deserto: o vale Buqeah, a meio caminho entre Jerusalém e o mar Morto; perto de Jericó; e ao longo da costa oeste do mar Morto. No vale Bersabéia, o número de sítios instalados cresceu muito mais que no período anterior. Entre os séculos VIII e VII, a ocupação da área e a população da região cresceram dez vezes. Será que esse crescimento está relacionado com a política de Manassés?

Parece que sim. É claro que até a campanha militar de Senaquerib a economia do reino de Judá era bem equilibrada pelas diferentes atividades econômicas de seu território: oliveiras e vinhas cresciam principalmente nas áreas montanhosas, grãos eram cultivados no Shephelah e a economia animal era praticada sobretudo nas margens do deserto, ao sul e a leste. Quando o Shephelah foi entregue às cidades-Estado da Filistéia, Judá perdeu suas ricas terras agrícolas do oeste, produtoras de grãos. Ao mesmo tempo, a população que tinha que ser alimentada nas zonas remanescentes do reino crescera significativamente. Essas pressões talvez tenham forçado parte da população de Judá a se dirigir às regiões marginais do reino, numa tentativa desesperada de compensar a perda da rica terra arável do Shephelah. De fato, a exploração das zonas áridas pôde resolver o problema. Estimativas do potencial agrícola do vale de Bersabéia, na Antiguidade, sugerem que, se a produção ali fosse bem organizada, poderia suprir 1/4 das necessidades totais de grãos de Judá. Mas isso não poderia ter sido realizado em grande escala sem a assistência do Estado. Conseqüentemente, é razoável concluir que a expansão

para as zonas áridas foi inspirada, se é que não foi mesmo conduzida e efetivada, pela nova política econômica de Manassés.

Caravanas árabes e o azeite de oliva

O programa político e econômico de Manassés ambicionava muito mais do que a mera subsistência; sua intenção era integrar Judá na economia mundial da Assíria. As duas principais atividades da Assíria, dentro e fora da região de Judá, eram a venda de produtos exóticos de luxo e do incenso da Arábia e a produção em massa e a comercialização do azeite de oliva.

O comércio arábico era um dos maiores interesses econômicos da Assíria e não existe nenhuma dúvida de que gerou lucros significativos ao império, desde o final do século VIII. Por conta disso, a Assíria tinha forte interesse na segurança das estradas do deserto, que uniam a costa do Mediterrâneo, ao sul, à península da Arábia, ao norte. O rei assírio Teglatfalasar III mencionou Gaza, o ponto final tradicional das estradas do deserto, "como a alfândega da Assíria" em uma de suas inscrições triunfais, e ali estabeleceu seus funcionários para coletar os impostos devidos pelo porto, que servia como entreposto para as rotas terrestres das caravanas. Sargão II ordenou a abertura da fronteira com o Egito para o comércio, o que incrementou as transações entre os dois impérios. De fato, uma quantidade de fortes e centros administrativos assírios foi descoberta em diferentes lugares na planície costeira do sul, e um grande sítio fortificado, com remanescentes de depósitos, foi escavado na costa ao sul de Gaza. A coleção de ossos de animais escavados em Tell Jemmeh, outro sítio perto de Gaza, mostra crescimento expressivo do número de camelos no século VII; estudo desses ossos, realizado pela arqueozoóloga Paula Wapnish, sugere

que esses camelos — todos de idade madura e, portanto, não integrantes de um rebanho natural, criado localmente — talvez fossem usados no comércio de caravanas.

Algumas das mais importantes rotas de caravanas comerciais estavam localizadas nos territórios controlados ainda por Judá, mais ao sul no vale de Bersabéia, nas áreas montanhosas edomitas e nas planícies costeiras do sul. No século VII, essas áreas experimentaram crescimento demográfico sem precedente. A primeira ocupação muito difundida do platô edomita aconteceu nesse período, sob o domínio assírio. De fato, Edom emergiu então como Estado plenamente desenvolvido, conseqüência desses progressos.

Os ricos e variados achados arqueológicos da vasta área entre Edom e a Filistéia indicam que os assírios, os árabes, os fenícios e os edomitas estavam envolvidos nessa florescente atividade comercial. O reino de Judá no governo de Manassés era também um destacado participante. A onda de assentamento no vale de Bersabéia pode ser compreendida nesse cenário. Judá deve ter se expandido muito mais para o sul, ao longo das rotas comerciais. Dois grandes fortes do século VII foram escavados no interior do deserto; o primeiro é o forte de Kadesh-barnea na margem oeste das áreas montanhosas do Neguev, a cerca de 80 quilômetros do sudoeste de Bersabéia. O lugar possui o maior oásis na indispensável estrada comercial que liga o sul da Palestina à cabeceira do golfo de 'Acaba, na direção da Arábia. O segundo forte foi escavado há pouco tempo em Haseva, sítio localizado a cerca de 33 quilômetros ao sul do mar Morto, em outra rota nessa mesma direção. Os achados arqueológicos nos dois fortes levaram o historiador bíblico Nadav Naaman a sugerir que, ambos foram construídos no começo do século VII a.C., sob os auspícios dos assírios, com a assistência dos Estados vassalos locais, e foram administrados por tropas de Judá e de Edom.

Inscrições encontradas em diversos sítios em Judá oferecem evidência conclusiva para fortes conexões com a Arábia naquele período. Esse tipo de evidência também apareceu em Jerusalém. Três óstracos com a escrita da região sul da Arábia foram descobertos na cidade de Davi. Como essas inscrições foram cinzeladas em vasos hebreus típicos — em vez de naqueles de estilo importado — talvez provem a existência de uma população árabe residente em Judá. E um outro típico selo hebreu do século VII parece exibir um nome do sul da Arábia. Sobre essa conexão, vários estudiosos argumentaram que a mulher de Manassés, Mesalemet, era árabe. Será que esse foi um casamento diplomático, destinado a fortalecer os interesses comerciais de Judá no sul? Será que a lenda deuteronomista sobre a visita da rainha de Sabá a Salomão em Jerusalém pode estar inspirada nos contatos culturais e nas ambições econômicas de outro rei davídico, no século VII?

O contato com a Arábia não foi o único horizonte ampliado naquela época. Os assírios também monopolizaram e desenvolveram a produção do azeite de oliva no Levante. Essa produção deixou evidências em Tel Miqne, sítio no oeste do Shephelah, onde se localiza a antiga Eglon, uma das principais cidades da Filistéia. Sítio modesto nos séculos anteriores ao domínio assírio da região, Eglon cresceu até se tornar grande centro produtor de azeite de oliva no começo do século VII. Mais de cem prensas de azeite foram encontradas ali, mais do que em qualquer outro sítio na história do país. De fato, esse é o mais impressionante centro de produção de azeite jamais conhecido em qualquer outro lugar do antigo Oriente Próximo. A zona industrial cobria cerca de 1/5 da área da cidade e a capacidade anual da produção foi estimada em cerca de mil toneladas.

O azeite de Eglon era transportado, aparentemente, para a Assíria e o Egito, as duas terras que não possuíam o meio ambiente apropriado ao crescimento de oliveiras destinadas a sua produção. Mas a própria Eglon não está situada na clássica área de plantio de oliveiras nas montanhas. De fato, ela fica numa área de planície, típica para o cultivo de grão. A cidade parece ter sido escolhida por causa de sua localização, no eixo principal da rede de estradas da planície costeira, a meio caminho entre a região produtora de olivas na área montanhosa e os principais centros de distribuição na costa oeste.

As plantações que forneciam as olivas para a indústria de Eglon devem ter sido localizadas na área montanhosa de Judá e possivelmente também na província assíria da Samaria, ao norte. Como mencionamos, o século VII marcou a real industrialização da produção de azeitonas em Judá, e o reino deve ter sido o maior fornecedor de matéria-prima para a indústria de azeite de Eglon. Os escavadores do sítio de Eglon — Trude Dothan, da Universidade Hebraica de Jerusalém, e Seymour Gitin, do Instituto Albright —, observando a quantidade de altares coniformes tipicamente israelitas, para acender incenso, existentes no interior de prédios onde estavam colocadas as prensas para extração de óleo das sementes, sugeriram que grande número de judeus pode ter sido reassentado por Senaquerib, para o trabalho forçado na Filistéia. Assim, outra barreira — não obstante sua forma cruel, fria e desalmada — foi quebrada entre Judá e o mundo exterior.

Todas essas iniciativas econômicas básicas, efetivas e planejadas exigiam maior centralização do Estado judaico. O cultivo em larga escala de azeitonas e uvas e seus produtos industrializados exigiam lugares para estocagem, transporte e distribuição eficiente. Além disso, o assentamento extensivo e o cultivo em zonas áridas demandavam planejamento de longo prazo. Era necessário estocar grandes quantidades da produção excedente de grãos nos

anos bons e distribuí-los a partir dos centros de armazenagem nos anos de forte seca. A evidência arqueológica sustenta a hipótese do maior envolvimento do governo em todas as fases da vida de Judá — ao ponto de o número de selos, de impressões desses selos, de óstracos administrativos e de pesos oficiais nos níveis de estratos de Judá no século VII exceder muitíssimo as quantidades antes encontradas.

Destinos mudados

O século assírio — dos últimos tempos do governo de Acaz até a época de Ezequias e de Manassés — é um caso fascinante e dramático das tendências políticas em Judá. Os três reis — avô, pai e filho — alternaram períodos de desafio e de entrosamento com as autoridades assírias e com políticas religiosas puritanas e sincréticas. A maneira como são tratados pelo historiador bíblico também reflete essas variações, mas de perspectivas bem diferentes; Acaz era descrito como um idólatra que cooperou com os assírios; Ezequias é o oposto total, não existiram erros e pecados durante o seu reinado, apenas méritos. Ele foi um rei perfeito, que purificou Judá de todas as transgressões do passado. E, diferentemente de seu pai pecador, que sem refletir submeteu Judá aos assírios, Ezequias lutou com bravura e derrubou o jugo estrangeiro. Os assírios ameaçaram Jerusalém, mas YHWH libertou a cidade, como num milagre. A história termina sem nenhuma indicação da futura subjugação à Assíria e, exceto em um versículo, não existe uma palavra sobre os resultados catastróficos do ataque assírio à zona rural de Judá. Manassés é também uma imagem espelhada de seu pai, mas uma imagem negativa; é o apóstata definitivo, que

eliminou as reformas religiosas e trouxe de volta todas as abominações do passado.

O que sabemos por meio de fontes externas e da arqueologia é bem diferente. Em Jerusalém, o colapso do reino do norte provocou sonhos de unificação de toda a população israelita em um único reino, com uma capital, um templo dedicado a YHWH e uma dinastia. Mas, diante dos poderosos assírios, existiam apenas duas opções: esquecer os sonhos e colaborar com os assírios ou lutar por uma política nacionalista e esperar o momento certo para quebrar o jugo da Assíria. Altos interesses exigem medidas extremadas; o século assírio testemunhou mudanças dramáticas entre essas duas opções.

Acaz foi um rei cauteloso e pragmático, que salvou Judá do terrível destino do reino de Israel e o conduziu para a prosperidade. Ele compreendeu que a única maneira de sobreviver era se aliar à Assíria e, como vassalo leal, recebeu concessões econômicas de seus senhores imperiais e incorporou Judá à economia regional assíria. Acaz governou durante um período de prosperidade sem precedente em Judá, no qual o reino enfim atingiu o estágio de Estado completamente desenvolvido. Mas, porque permitiu que as práticas religiosas tradicionais florescessem, foi tratado com ira pelo historiador deuteronomista.

Nos seus primeiros anos no poder, Ezequias não teve escolha senão seguir os passos de seu pai. Mas, quando o grande Sargão morreu no campo de batalha e Senaquerib assumiu o trono, a Assíria enfrentou rebeliões e revoltas em várias partes do império. De repente, a 'restauração' do Estado pan-israelita pareceu possível, em especial diante da expectativa da ajuda do Egito. Ezequias iniciou uma reforma religiosa que serviu para justificar a rebelião e estimulou o povo a apoiá-lo. Mas a revolta contra a

Assíria demonstrou ter sido uma decisão precipitada, que resultou em desastre.

Quando Manassés subiu ao trono, o poder em Jerusalém retornou para uma posição moderada. Como ele tinha apenas 12 anos na época de sua unção como rei, dificilmente pode existir qualquer dúvida de que o golpe em Jerusalém foi planejado. Manassés virou a engrenagem de volta aos dias de Acaz. Seu longo reinado marca o completo triunfo de um estilo pragmático e sincrético. Ele optou pela cooperação com a Assíria e reintegrou Judá em sua economia regional. Como uma fênix ressurgindo das cinzas, Judá foi se recuperando do trauma da campanha militar de Senaquerib.

Profetas e sábios do movimento 'somente-YHWH' devem ter ficado muito frustrados com essa mudança nos acontecimentos. Todas as antigas realizações de seu herói Ezequias, que destruíra o pecado da idolatria e desafiara o império estrangeiro, foram apagadas, primeiro pelos exércitos brutais de Senaquerib e depois pelo próprio filho de Ezequias. Se Ezequias tinha sido considerado o possível e potencial salvador de Israel, seu filho Manassés pareceu-lhes o próprio diabo. Indicações na narrativa bíblica apontavam para a insatisfação civil que explodia esporadicamente em Judá. Os incidentes específicos por trás do relato de que "Manassés derramou muito sangue inocente, até que inundou Jerusalém de um lado ao outro" (2 Reis 21,16), são desconhecidos, mas podemos imaginar que os opositores do rei devem ter tentado tomar o poder. Sendo assim, quando os deuteronomistas, logo depois da morte de Manassés, conquistaram o poder e começaram a escrever a história do reino, não causa espanto que tenham acertado as contas; eles retrataram Manassés como o mais ímpio e pérfido de todos os reis e pai de todos os apóstatas.

Tabela 9 — Reis de Judá, de Ezequias a Josias

REI	PERÍODO*	AVALIAÇÃO BÍBLICA	EVIDÊNCIA BÍBLICA	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA	EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA
Ezequias	727-698	Justo	Reforma religiosa; revolta contra a Assíria; Jerusalém liberrada	Senaquerib devasta Judá; anais e o relevo Lachish, em Nínive	Jerusalém cresce dramaticamente; nova muralha é construída em Jerusalém; o túnel Siloam; o cemitério Siloam; fortificações em Lachish; prosperidade no vale de Bersabéia; destruição em Lachish e outros sítios; evidência de alfabetização
Manassés	698-642	O mais ímpio	Grande apóstata; derrama muito sangue inocente	Paga tributo à Assíria	Crescimento demográfico no vale de Bersabéia e no deserto de Judá; construção do forte Kadesh-barnea? Judá participa da produção de azeite de oliva em Eglon; crescente evidência de alfabetização
Amon	641-640	Mau	Morto num golpe		
Josias	639-609	O mais justo	Grande reforma religiosa; retoma Betel; morto pelo faraó Necau		Continua prosperidade no vale de Bersabéia; recuperação do Shephelah; selos e marcas de selos

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary*

Atingindo o clímax

O sucesso de Manassés ao transformar Judá, de terra devastada por Senaquerib em Estado desenvolvido e vassalo do império assírio, trouxe muita riqueza para alguns e perturbações sociais e incerteza para muitos. Como Baruch Halpern primeiro observou, com o afluxo de refugiados vindos do norte depois da queda de Samaria, a reorganização da zona rural sob o governo de Ezequias e a segunda torrente de refugiados da devastação do Shephelah por Senaquerib, muitas das ligações tradicionais dos clãs com determinados territórios foram, para sempre, destruídas. Na zona rural, economias de escala — necessárias para produzir enormes quantidades de azeitonas destinadas à fabricação do azeite e grãos para distribuição — beneficiaram muito mais aqueles que puderam organizar a máquina de comércio e produção agrícola do que aqueles que trabalhavam no campo. Mesmo que os clãs sobreviventes pudessem confirmar até certo ponto a linha ininterrupta de herança de suas terras, aldeias e colinas, os efeitos da guerra, a alteração da população e o planejamento econômico real intensificado podem ter encorajado muitos a sonhar com uma era dourada do passado — real ou imaginária — em que seus antepassados estavam estabelecidos, com segurança, em territórios bem definidos e desfrutavam a promessa divina de paz eterna e prosperidade em sua terra.

Não demorou muito e aconteceu o clímax da história. Manassés morreu no ano 642 a.C., e seu filho Amon sucedeu-o no trono. De acordo com o segundo livro dos Reis, Amon "fez o que era o mal diante dos olhos do Senhor, como Manassés, seu pai, o fizera" (2 Reis 21,20). Em dois anos, houve um golpe de Estado em Jerusalém, durante o qual Amon foi assassinado. Com horror, os "filhos da terra" — aparentemente a elite social e econômica de Judá — assassinaram os conspiradores e colocaram o filho de oito anos de Amon, Josias, no trono. Josias reinaria durante 31 anos em Jerusalém. Foi admirado e louvado como o rei mais justo e mais piedoso na história de Judá, e sua reputação chegou mesmo a rivalizar a do próprio Davi. Durante seu reinado, a facção religiosa do 'somente-YHWH' voltou ao poder, uma vez mais.

Nesse momento também, suas apaixonadas convicções religiosas e sua visão unívoca sobre o poder de YHWH para proteger Judá e a dinastia de Davi contra todos os seus opositores terrenos seriam confrontadas com as duras realidades da história. Mas, dessa vez, os fiéis defensores de YHWH legariam um testamento inteligente, que manteria vivas suas idéias. Uma coleção atemporal de textos hebraicos, expressando sua visão da história e esperanças para o futuro, seria seu notável monumento. Aquela saga coletiva se transformaria em fundamento inabalável para a Bíblia hebraica que conhecemos hoje.

XI

Uma grande reforma

639-586 a.C.

O reinado do rei Josias de Judá celebra o clímax da história monárquica de Israel, ou pelo menos assim deve ter parecido na época. Para o autor da história deuteronomista, esse reinado marcou um momento metafísico dificilmente menos importante do que aquele da aliança de Deus com Abraão, o do Êxodo do Egito ou o da promessa divina a Davi. Não é só pelo fato de Josias ser tratado na Bíblia como o nobre sucessor de Moisés, Josué e Davi; a representação desses grandes personagens — como mostrada na narrativa bíblica — parece ter sido desenhada tendo Josias em mente. Josias era o ideal na direção de quem Israel parecia estar se encaminhando. "Antes não houve um rei como ele, que se virou para o SENHOR, com todo o seu coração e com toda a sua alma e com todo o seu poder, de acordo com todas as leis de Moisés; nem nenhum outro surgiu depois dele", relata 2º Reis 23,25, num grau de louvor jamais dedicado a nenhum outro rei bíblico.

Décima sexta geração de descendentes do rei Davi, Josias chegou ao trono com oito anos de idade, como resultado do violento assassinato de seu pai em Jerusalém. Do começo de sua vida, sabe-se bem pouco. Histórias de seu despertar religioso na adolescência, em 2º Crônicas 34,3, parecem ser idealização biográfica sobre fatos verdadeiros. Mas, durante os 31 anos de seu governo sobre o reino do Judá, Josias foi reconhecido, por muitos, como a maior esperança para a redenção da nação, um genuíno messias que estava destinado a restaurar as glórias perdidas da casa de Israel. Por causa dos dogmas de um livro de leis — ou de acordo com ele —, 'descoberto' por milagre no Templo de Jerusalém, ele iniciou uma campanha a fim de desenraizar todos os traços de práticas religiosas estrangeiras ou sincréticas, incluindo os ancestrais lugares elevados — os altares ao ar livre — nas áreas rurais. Ele e suas hostes puritanas nem mesmo pararam na tradicional fronteira ao norte de seu reino, mas continuaram naquela direção até Betel, onde o odiado Jeroboão havia estabelecido um templo para rivalizar com o de Jerusalém e onde (assim relata a profecia de 1º Reis 13,2) um herdeiro de Davi, chamado Josias, algum dia queimaria os ossos dos sacerdotes idólatras do norte.

O papel messiânico de Josias surgiu da teologia de um novo movimento religioso, que mudou profundamente o que significava ser israelita e que lançou as bases para o judaísmo e o cristianismo futuros. Em última análise, aquele movimento produziu os documentos nucleares da Bíblia; entre eles, o mais importante, o livro da Lei, descoberto durante as renovações do Templo de Jerusalém em 622 a.C., no décimo oitavo ano do reinado de Josias. Aquele livro, identificado por muitos estudiosos como forma original do livro do Deuteronômio, inflamou uma revolução nos rituais e uma completa reformulação da identidade israelita. O livro continha as características básicas do monoteísmo bíblico: a exclusiva veneração a um único Deus em um único lugar; a observância nacional e centralizada dos principais festivais e dos dias santificados do ano judaico, Páscoa e Tabernáculos; e um conjun-

to de legislação definindo regras de bem-estar social, justiça e moralidade pessoal.

Esse foi o momento formativo na cristalização da tradição bíblica como a conhecemos. Ainda assim, a narrativa do reinado de Josias se concentra quase que toda na natureza de sua reforma religiosa e na sua expansão geográfica. Pouco está registrado dos acontecimentos históricos maiores que se desdobravam nas áreas em torno de Judá e no modo como possam ter influenciado o aparecimento da ideologia deuteronomista. O exame de fontes históricas contemporâneas e de achados arqueológicos pode nos ajudar a compreender como Josias, esse rei esquecido sob outros aspectos, que governou um pequeno domínio sob a sombra dos maiores poderes mundiais, poderia — consciente ou involuntariamente — tornar-se o patrono do movimento intelectual e espiritual que produziu alguns dos principais ensinamentos éticos da Bíblia e sua visão excepcional da história de Israel.

Descoberta inesperada no Templo

Esse significativo capítulo na vida política e espiritual de Judá começou com a ascensão do jovem príncipe Josias como rei, em 639 a.C. Parece marcar momento decisivo, na visão da Bíblia, sobre a mutabilidade dos reis 'maus' e 'justos' na história de Judá. Pois Josias foi um justo e piedoso sucessor de Davi, que "fez o bem diante dos olhos do SENHOR, e seguiu os passos de Davi, seu pai, e não se virou para a direita nem para a esquerda" (2 Reis 22,2).

De acordo com a Bíblia, a correção e a probidade guiaram Josias para agir com firmeza; no décimo oitavo ano do seu governo — 622 a.C. — ordenou ao sumo sacerdote Helcias que utilizasse os recursos públicos para restaurar a Casa do Deus de Israel. As re-

novações trouxeram à tona um texto descoberto pelo sumo sacerdote no Templo, o qual foi lido para o rei por seu secretário, Safã; o impacto foi enorme, pois, repentina e surpreendentemente, o texto revelou que a prática tradicional do culto a YHWH, em Judá, estava errada.

Josias logo reuniu o povo de Judá, a fim de que todos firmassem juramento solene de se devotar inteiramente aos mandamentos divinos detalhados no livro recém-descoberto.

> E o rei foi à casa do SENHOR, e com ele todos os homens de Judá, e todos os habitantes de Jerusalém, os sacerdotes e os profetas, todas as pessoas do povo, importantes e comuns; e ele leu, para que ouvissem, todas as palavras do livro da Aliança que tinha sido encontrado na casa do SENHOR. E o rei se colocou junto ao pilar do Templo, e fez um pacto diante do SENHOR, para seguir o SENHOR e para manter os seus mandamentos e as suas Escrituras sagradas e as suas leis, com todo o seu coração e toda a sua alma, para cumprir as palavras dessa Aliança, que foram escritas nesse livro; e todo o povo se uniu para confirmar a Aliança. (2 Reis 23,2-3)

Então, para realizar com eficiência a purificação do culto a YHWH, Josias iniciou a mais intensa reforma puritana na história de Judá. Seus primeiros alvos foram os ritos idólatras praticados em Jerusalém, até mesmo dentro do próprio Templo:

> E o rei ordenou a Helcias, o sumo sacerdote, e aos sacerdotes da segunda ordem, e aos mantenedores da entrada, que retirassem do templo do SENHOR todos os vasos consagrados a Baal, a Asera, e todos os astros do céu; ele os queimou fora de Jerusalém, nos campos de Cedron, e levou suas cinzas para Betel. E ele demitiu os sacerdotes idólatras, aos quais os reis de Judá tinham ordenado que queimassem incenso para Baal, para o sol, para a lua, para as constelações e para todas as hostes dos céus. E ele retirou Asera da casa do SENHOR, para fora de Jerusa-

lém, para o córrego de Cedron, e os queimou diante do córrego de Cedron, e os reduziu a cinzas e jogou as cinzas sobre os túmulos das pessoas comuns. E ele destruiu as casas do culto da prostituição masculina, que ficavam na casa do SENHOR, onde as mulheres teciam tapeçarias para Asera. (2 Reis 23,4-7)

Ele erradicou os santuários dos cultos estrangeiros, em particular aqueles que tinham sido instalados sob o patrocínio real em Jerusalém, desde o tempo de Salomão:

E ele desafiou o Tofet, que fica no vale dos filhos de Ben-Enom, para que ninguém mais ousasse queimar seu filho ou sua filha como oferenda a Moloc. E ele removeu os cavalos que os reis de Judá haviam dedicado ao sol, na entrada da casa do SENHOR, perto da câmara de Natã-Melec, o tesoureiro, que ficava nos recintos; e ele ateou fogo nas bigas do sol. E os altares do telhado da câmara superior de Acaz, que os reis de Judá haviam construído, ele os demoliu e os quebrou em pedaços, e jogou suas cinzas dentro do córrego do Cedron. E o rei desafiou os lugares elevados que estavam a leste de Jerusalém, ao sul do cômoro da corrupção que Salomão, o rei de Israel, tinha construído para Astarte, a abominação dos sidônios, e para Camos, a abominação do Moab, e para Melcom, a abominação dos amonitas. E ele quebrou os pilares em pedaços, e destruiu os postes sagrados [Asherim], e encheu seu lugar com os ossos de homens. (2 Reis 23,10-14)

Josias acabou com os rituais sacrificatórios realizados pelos sacerdotes das zonas rurais, que conduziam essas cerimônias nos lugares elevados e nos santuários espalhados em toda a região. "E ele retirou todos os sacerdotes das cidades de Judá, e desafiou os lugares elevados onde os sacerdotes tinham queimado incenso, de Gaba a Bersabéia." (2 Reis 23,8)

Velhas contas foram acertadas, uma a uma. A seguinte era o grande 'pecado de Jeroboão', o altar idólatra em Betel, onde ele

cumpriu a profecia de que, um dia, um rei justo e piedoso chamado Josias o destruiria:

Além disso, destruiu também o altar de Betel e o lugar elevado erigido por Jeroboão, o filho de Nabat, que fez Israel pecar. Ele os destruiu e quebrou suas pedras em pedaços, esmagando-as até virarem pó; e ele também queimou a Asera. E quando Josias se virou, ele viu os túmulos no cômoro; e ele ordenou que os ossos fossem tirados dos túmulos, e os queimou sobre o altar, e o profanou, de acordo com as palavras do SENHOR que o homem de Deus proclamara, que havia predito essas coisas. Então ele disse: "O que é aquele monumento distante que eu vejo?" E os homens da cidade lhe disseram: "É o túmulo do homem de Deus, que veio de Judá e predisse essas coisas que fazes contra o altar em Betel". E ele disse: "Deixa-o ficar; que nenhum homem jamais remova os seus ossos". Assim, eles deixaram aquele esqueleto em paz, com os ossos do profeta que veio da Samaria. (2 Reis 23,15-18)

Josias não parou em Betel, e o expurgo continuou mais ao norte:

E Josias também removeu todos os santuários dos lugares elevados que estavam nas cidades da Samaria, que os reis de Israel tinham feito, provocando a ira do SENHOR; ele fez com eles de acordo com o que tinha feito em Betel. E ele assassinou todos os sacerdotes dos lugares elevados que estavam lá, sobre os altares, e sobre os quais também queimou os ossos desses homens. Depois ele voltou para Jerusalém. (2 Reis 23,19-20)

Enquanto combatia a idolatria, Josias instituiu as celebrações religiosas nacionais:

E o rei ordenou a todo o povo: "Observa a Páscoa do SENHOR, teu Deus, como está escrito nesse livro do pacto. Porque nenhuma Páscoa foi observada desde o tempo dos juízes que julgaram Israel, ou durante todos os tempos dos reis de Israel, ou dos reis de Judá, mas no décimo oitavo ano do rei Josias essa Páscoa foi observada para o SENHOR, em Jerusalém". (2 Reis 23,21-23)

Rememorando, a descrição bíblica da reforma religiosa de Josias, no livro 2º Reis 23, não é um simples registro dos acontecimentos. É uma narrativa elaborada com o maior cuidado, que contém alusões a todas as grandes personalidades e grandes eventos da história de Israel. Josias é implicitamente comparado a Moisés, o grande libertador e líder da primeira Páscoa, e sua descrição feita a partir dos modelos de Josué e de Davi, os grandes conquistadores; ele segue o exemplo de Salomão, o patrono do Templo de Jerusalém. A história da reforma de Josias também desagrava males do passado. Os pecados do reino do norte são relembrados quando Josias consegue destruir o altar de Jeroboão, em Betel, o centro do culto do reino de Israel, que tinha competido com o Templo de Jerusalém durante tanto tempo. Samaria está incluída nessa história, com seus lugares elevados e a evocação das memórias amargas de sua destruição. Agora, a história completa de Israel tinha chegado a um ponto decisivo. Após séculos de maus procedimentos, Josias tinha surgido para apagar os pecados do passado e conduzir o povo de Israel à redenção, mediante a observância correta da Lei divina.

O que era o 'livro da Lei'?

A descoberta do livro da Lei tornou-se um acontecimento de suprema significação para a história subseqüente de Israel, pois esse livro foi considerado o código legal definitivo, dado por Deus a Moisés no Sinai, cuja prática asseguraria a sobrevivência do povo de Israel.

Já no século XVIII, os estudiosos bíblicos observaram nítidas similaridades entre a descrição do livro da Lei encontrado no Templo e o livro do Deuteronômio. Os paralelos específicos e diretos

entre o conteúdo do Deuteronômio e as idéias enunciadas no relato bíblico da reforma de Josias sugerem que ambos partilhavam a mesma ideologia. O Deuteronômio é o único livro do Pentateuco que afirma conter as 'palavras da aliança' que todo Israel precisa observar (29,9). É também o único que proíbe sacrifícios fora "do lugar onde a vontade de Deus escolherá" (12,5), enquanto os outros livros do Pentateuco se referem sem objeção à veneração em altares erigidos em todas as partes do reino, repetidamente. O Deuteronômio é o único livro que descreve o sacrifício da Páscoa num santuário nacional (16,1-8). E, enquanto é evidente que existem acréscimos posteriores no texto atual do Deuteronômio, suas linhas principais são exatamente aquelas observadas por Josias em 622 a.C., em Jerusalém, *pela primeira vez*.

O próprio fato de um código de lei escrita aparecer de repente nessa época combina muito bem com o registro arqueológico da difusão da alfabetização em Judá. Embora o profeta Oséias e o rei Ezequias estejam associados às idéias similares do Deuteronômio, o registro do aparecimento de um texto escrito definitivo e da sua leitura pública pelo rei combina com a evidência da repentina difusão da alfabetização no reino de Judá do século VII. A descoberta de centenas de sinetes individuais e de impressões de selos, inscritas no hebraico dessa era, atesta o amplo uso da escrita e de documentos escritos. Como mencionamos, essa evidência que se refere à difusão da alfabetização é uma indicação valiosa de que, nesse período, Judá havia atingido o nível de Estado completamente desenvolvido. Antes disso, não teria, com certeza, capacidade para produzir extensos textos bíblicos.

Além disso, os estudiosos observaram que a forma literária da aliança entre YHWH e o povo de Israel, no Deuteronômio, é surpreendentemente semelhante à dos tratados de vassalagem com os

assírios, do começo do século VII, que estabeleciam os direitos e as obrigações de um povo subjugado para com seu soberano (nesse caso, Israel e YHWH). Ademais, como o historiador bíblico Moshe Weinfeld sugeriu, o Deuteronômio mostra similaridades com a antiga literatura grega, em expressões de ideologia inseridas em discursos programados, na maneira de abençoar e de amaldiçoar e nas cerimônias para a fundação de assentamentos. Para resumir: há pouca dúvida de que uma versão original do Deuteronômio seja o livro da Lei mencionado no 2º Reis. Em lugar de ser um velho livro que repentinamente foi descoberto, parece mais seguro concluir que foi escrito no século VII, antes ou durante o reinado de Josias.

Um faraó em ascensão e um império em extinção

Para compreender por que o livro do Deuteronômio tomou sua forma final — e por que tinha tão grande poder emocional — precisamos analisar primeiro o cenário internacional das últimas décadas na história de Judá. Uma revisão das fontes históricas e arqueológicas mostrará como as significativas mudanças no equilíbrio de poder em toda a região foram fatores fundamentais na formação da história bíblica.

Quando o príncipe Josias ascendeu ao trono de Judá, em 639 a.C., com oito anos, o Egito experimentava notável renascimento político, no qual as imagens de seu passado remoto — e de seus grandes fundadores e conquistadores — foram usadas como símbolos convincentes para enfatizar seu poder e prestígio em toda a região. Começando em 656 a.C., Psamético I, o fundador da XXVI dinastia, livrou sua nação da vassalagem imperial assíria e mais tarde expandiu seu domínio sobre grande parte da área do

Levante, que o poderoso faraó Ramsés II tinha controlado no século XIII a.C.

A chave do renascimento egípcio foi, em primeiro lugar, o repentino e precipitado declínio da Assíria, nas décadas finais do século VII a.C. A data precisa e a causa do colapso do poder assírio, depois de mais de cem anos de inquestionável domínio mundial, são ainda discutidas pelos especialistas. Mas o poder assírio começou a declinar perto do final do reinado de seu último grande rei, Assurbanipal (699-627 a.C.), em virtude da pressão de tribos de cavaleiros nômades da Cítia, nas fronteiras ao norte, e de ininterruptos conflitos com os povos subjugados da Babilônia e de Elam, no leste. Depois da morte de Assurbanipal, o domínio assírio foi ainda mais desafiado por uma revolta na Babilônia em 626 e pela explosão de uma guerra civil na própria Assíria três anos depois, em 623 a.C.

O Egito beneficiou-se, de imediato, da fraqueza assíria. O faraó Psamético I, fundador da XXVI dinastia, governando da cidade de Sais, no delta do Nilo, conseguiu unificar a aristocracia egípcia local sob sua liderança. Durante seu reinado, de 664 a 610 a.C., as forças assírias se retiraram do Egito e deixaram parte considerável do Levante para ser controlada pelos egípcios. O historiador grego Heródoto, fonte prestigiosa para os eventos daquele período, reconta (numa história ornamentada com inúmeros detalhes lendários) como Psamético marchou para o norte e montou cerco de 29 anos à cidade de Ashdod, na costa do Mediterrâneo. Seja qual for a verdade desse relato, os achados arqueológicos em sítios ao longo da planície costeira parecem, de fato, indicar crescente influência egípcia no final do século VII. Além disso, Psamético se vangloria numa inscrição contemporânea de controlar a costa mediterrânea desde a Fenícia, no extremo norte.

A retirada assíria de suas antigas possessões na planície costeira e no território do antigo reino de Israel parece ter sido pacífica. É mesmo possível que o Egito e a Assíria tenham chegado a algum tipo de acordo, segundo o qual o Egito herdava algumas províncias a oeste do Eufrates, em troca de compromisso para prover apoio militar à Assíria. De qualquer maneira, o sonho egípcio de quinhentos anos de restabelecer seu império em Canaã foi realizado. Os egípcios recuperaram o controle da riqueza agrícola e das rotas do comércio internacional nas férteis terras baixas cananéias. Mas, como na época das grandes conquistas dos faraós do novo reinado, os habitantes relativamente isolados das áreas montanhosas — agora organizados como o reino de Judá — eram sem importância para os egípcios. E assim, pelo menos no começo, foram generosamente deixados em paz.

Nova conquista da Terra Prometida

A retirada dos assírios das regiões do norte da terra de Israel criou uma situação que deve ter parecido, aos olhos de Judá, como um milagre há muito esperado. Um século de domínio assírio chegara ao fim; o Egito estava interessado principalmente na costa, e o ímpio reino de Israel, ao norte, não existia mais. O caminho dava a impressão de estar aberto para a realização final das ambições de Judá. Por fim, surgia para Judá a possibilidade de se expandir para o norte, se apoderar dos territórios do reino derrotado nas áreas montanhosas, centralizar o culto religioso e estabelecer um grande Estado pan-israelita.

Esse plano ambicioso exigiria propaganda ágil e eficaz. O livro do Deuteronômio estabeleceu a unidade do povo de Israel e a centralidade do lugar de seu culto nacional, mas era na história

deuteronomista e em partes do Pentateuco que se criaria uma saga épica para manifestar o poder e a paixão dos sonhos ressurgentes de Judá. É provável ser essa a razão pela qual os autores e editores da história deuteronomista e de partes do Pentateuco se reuniram para repensar as mais preciosas tradições do povo de Israel: envolver a nação para a grande luta pública que a esperava adiante.

Enfeitando e elaborando as narrativas contidas nos primeiros quatro livros do *Torá*, eles entrelaçaram variações regionais das histórias dos patriarcas, ordenando as aventuras de Abraão, Isaac e Jacó num universo do século VII a.C. estranhamente reminiscente, enfatizando ainda o domínio de Judá sobre todo Israel. Eles confeccionaram um grande épico nacional de libertação para todas as tribos de Israel, contra um grande faraó dominador, cujo império era, nas suas circunstâncias geográficas, perigosamente similar ao de Psamético.

Na história deuteronomista, eles criaram um único épico da conquista de Canaã, com cenas ferozes de batalhas — no vale do Jordão, na área de Betel, nos contrafortes do Shephelah e nos centros da antiga administração israelita (e posteriormente assíria) no norte — os locais exatos onde a nova conquista de Canaã teria que ser empreendida. O poderoso e próspero reino do norte, a cuja sombra Judá tinha vivido durante mais de dois séculos, foi condenado como aberração histórica, uma ruptura pecaminosa da verdadeira herança israelita. Os únicos governantes legítimos de todos os territórios israelitas tinham sido os reis de linhagem davídica, em especial o piedoso Josias. A cidade de Betel, grande centro do culto religioso do reino do norte que Josias capturou, foi fortemente condenada. Os canaanitas, ou seja, todos os habitantes não israelitas, foram também desacreditados, com a estrita proibição do casamento de israelitas com mulheres estrangeiras, que,

de acordo com a história deuteronomista e o Pentateuco, só seduziriam o povo para a idolatria. É provável que ambas as políticas tenham sido relacionadas com o desafio prático de expansão pelos territórios da terra de Israel, onde grande número de não israelitas foi assentado pelos assírios, em particular nas regiões ao sul do antigo reino do norte, em volta de Betel.

É impossível saber se antigas versões da história de Israel foram escritas na época de Ezequias ou por facções dissidentes durante o longo reinado de Manassés, ou se o grande épico foi inteiramente composto no reinado de Josias. Ainda assim, é claro que muitos dos personagens descritos na história deuteronomista — tais como os piedosos Josué, Davi e Ezequias, e os apóstatas Acaz e Manassés — são retratados como imagens espelhadas, positiva e negativa, de Josias. A história deuteronomista não era uma história escrita no sentido moderno, por ser ao mesmo tempo ideológica e teológica.

No século VII a.C., pela primeira vez na história do antigo Israel, havia um público para essas obras. Judá tinha se transformado num Estado muito centralizado, e a alfabetização se espalhava da capital para as principais cidades da zona rural. Esse processo parece ter começado no século VIII, mas só alcançou o auge na época de Josias. A escrita se juntou à pregação, como uma mídia para estimular um conjunto de idéias políticas, religiosas e sociais absolutamente revolucionárias. Apesar de seus contos sobre a apostasia e a deslealdade de Israel e de seus monarcas, apesar de seus ciclos de pecado, de retribuição divina — pela punição — e de redenção, com todas as suas calamidades do passado, a Bíblia oferece uma história de profundo otimismo. Promete aos seus leitores e ouvintes que eles participarão do final feliz da história, quando seu rei Josias irá purificar Israel de todas as abominações de seus vizinhos, redimir seus pecados, instituir a observância geral das verdadeiras leis de YHWH e dar o primeiro passo para tornar realidade o lendário reino de Davi.

Revolução no campo

A época de Josias foi messiânica, distintamente. O grupo deuteronomista estava vencendo, e a atmosfera em Jerusalém deve ter sido de excepcional contentamento. Mas a lição da transição do justo Ezequias para o pecaminoso Manassés não tinha sido esquecida. Os reformistas de Josias com certeza enfrentaram oposição. Assim, a época deve também ter sido de educação e reforma social. Nessa conexão, é importante observar que o livro do Deuteronômio contém leis éticas e preparativos para o bem-estar social que não encontram paralelo em nenhum outro lugar da Bíblia. O Deuteronômio invoca a proteção do indivíduo, a defesa do que hoje chamaríamos direitos humanos e dignidade humana; suas leis oferecem preocupação sem precedente com o fraco e com o desamparado na sociedade judaica:

> Se existir entre vós um homem pobre, um dos teus irmãos, em qualquer das tuas cidades dentro da tua terra que o SENHOR te deu, não endurecerás teu coração ou fecharás tua mão contra o teu pobre irmão, mas abrirás tua mão para ele e lhe emprestarás o suficiente para a sua necessidade, seja qual for. (Deuteronômio 15,7-8)

> Não perverterás a justiça devida ao hóspede temporário nem ao órfão, e não tomarás a vestimenta da viúva como garantia; mas deverás lembrar que eras escravo no Egito e que o SENHOR, teu Deus, te libertou; por isso, eu assim te ordeno". (Deuteronômio 24,17-18)

Essa advertência, digamos, não era para ser levada como mera questão de caridade, mas sim como a conscientização que emer-

giu da noção compartilhada de ser uma nação, reforçada, agora, pela saga histórica de Israel, codificada num texto. Os direitos da família à terra deveriam ser protegidos por meio da proibição contra a mudança das velhas pedras que limitavam as propriedades (19,14), e os direitos de herança das mulheres rejeitadas por seus maridos eram assegurados (21,15-17). Os fazendeiros foram instruídos a dar o dízimo aos pobres, a cada três anos (14,28-29); os residentes estrangeiros eram protegidos contra a discriminação (24,14-15); os escravos deveriam ser libertados depois de seis anos de servidão (15,12-15). Esses são apenas poucos exemplos do alcance da legislação pessoal que procurava resolver as injustiças tradicionais e as desigualdades da vida cotidiana.

O Deuteronômio tratava também sobre o funcionamento do governo, com nítida intenção de limitar o poder dos líderes da sociedade judaica, a fim de impedi-los de explorar o povo em seu interesse próprio ou de oprimir a população, como um todo:

> Escolherás e indicarás juízes e funcionários em todas as tuas cidades, que o SENHOR teu Deus te concedeu, de acordo com as tuas tribos; e eles julgarão o povo com um julgamento justo e probo. Não perverterás a justiça; não mostrarás parcialidade; e não receberás suborno, porque um suborno cega os olhos do sábio e subverte a causa do justo. (16,18-19)

Até mesmo o rei era submetido às leis da promessa divina, e é claro que os autores do Deuteronômio tinham os pecados dos reis de Israel e a probidade de Josias em mente quando escreveram:

> Um entre os teus irmãos será designado como rei por ti, sobre todos os demais; não colocarás um estrangeiro sobre o teu comando, que não seja teu irmão. Somente ele não deverá multiplicar os cavalos para si mesmo, ou fazer com que o povo retorne para o Egito para multiplicar os cavalos,

> pois o SENHOR te disse: "Jamais voltarás por aquele caminho novamente. E ele não multiplicará mulheres para si mesmo, para que seu coração não se distraia; nem ele multiplicará grandemente o ouro e a prata para si mesmo. E quando ele se sentar no trono do seu reino, ele escreverá para si mesmo num livro, uma cópia dessa lei, daquela que está sob os cuidados dos sacerdotes levitas; e esse livro permanecerá com ele, e ele o lerá todos os dias da sua vida, para que possa aprender a temer o SENHOR, seu Deus, observando as palavras dessa lei e desses mandamentos, e os cumprindo; que o seu coração não se erga acima dos seus irmãos, e que ele não se desvie do mandamento, seja para a direita ou para a esquerda; para que ele permaneça longamente no seu reino, ele e seus filhos, em Israel". (17,15-20)

Um só artefato arqueológico que talvez possa ser considerado como o mais evocativo e que melhor exemplifica essa nova conscientização dos direitos individuais foi achado em 1960, em uma fortaleza do final do século VII a.C., conhecida pelos arqueólogos como Mesad Hashavyahu, situada na costa sul mediterrânea da moderna Tel Aviv (figura 25, p. 347). No interior das ruínas dessa fortaleza existiam fragmentos de cerâmica grega importada que testemunham a possível presença de soldados mercenários gregos. E, considerando os nomes *yahwistic* que aparecem nos óstracos encontrados no sítio, também existiam judeus na fortaleza, alguns trabalhando nos campos vizinhos e outros servindo como soldados e funcionários. Um dos trabalhadores compôs um apelo indignado ao comandante do forte, escrito com tinta num fragmento de cerâmica. Essa preciosa inscrição hebraica é talvez a mais antiga evidência arqueológica que possuímos sobre a nova atitude e os novos direitos oferecidos pela lei do Deuteronômio:

> Possa meu oficial, meu senhor, escutar o apelo do seu servo. Seu servo está trabalhando na colheita. Seu servo estava em Hasar-asam. Seu servo fez a colheita, finalizou e estocou (o grão) poucos dias, antes de parar.

> Quando seu servo terminou sua colheita e estocou o grão há dias, Hoshayabu, filho de Shabay, veio e tomou a vestimenta do seu servo. Quando eu terminei minha colheita naquela hora, poucos dias atrás, ele tomou minha vestimenta. Todos os meus companheiros testemunharão por mim, todos os que estavam colhendo a safra comigo, no calor do sol, eles testemunharão que essa é a verdade. Eu sou inocente de qualquer infração. [Assim] por favor, me devolva minha vestimenta. Se o oficial não considerar que é sua obrigação devolver a vestimenta do seu servo, então que tenha piedade dele, e devolva a vestimenta do seu servo. O senhor não pode se calar quando o seu servo está sem a sua vestimenta.

Aqui está uma exigência pessoal para que a lei seja observada, apesar da diferença de classe social entre o destinatário e o requerente. Uma exigência de direitos feita por um indivíduo contra outro é um passo revolucionário, bastante mais avançado que a tradicional confiança do Oriente Próximo, que se fundamentava na força do clã para assegurar os direitos individuais e comunitários aos seus membros.

Esse é um exemplo único, preservado pelo acaso, nas ruínas de um sítio muito distante do centro de Judá. Ainda assim, seu significado é claro. As leis do Deuteronômio estabeleceram novo código de direitos individuais e de obrigações para o povo de Israel. Essas leis também serviram para a instituição de um código social universal e para um sistema de valores comunitários que permanecem, mesmo hoje.

A arqueologia e as reformas de Josias

Embora a arqueologia tenha sido inestimável para descobrir progressos sociais de longa duração, que fundamentam a evolução histórica de Judá e o nascimento do movimento deuteronomista, tem tido muito menos sucesso em fornecer provas específicas para

as realizações de Josias. O templo de Betel — primeiro alvo de Josias em sua campanha contra a idolatria — ainda não foi localizado, e apenas um templo contemporâneo judaico foi descoberto até agora sem que tenha ficado claro seu destino durante o programa de centralização religiosa de Josias.*

Da mesma maneira, selos e impressões de selos de oficiais, funcionários e dignitários da monarquia judaica apenas oferecem possíveis evidências das reformas de Josias. Embora os selos judaicos antigos tivessem ícones relacionados com o culto astral — imagens de estrelas e da lua que parecem ser símbolos sagrados —, no final do século VII a maioria deles só incluía nomes (e algumas vezes, decoração floral), excluindo, visivelmente, motivos icônicos. Os estilos artísticos de outras regiões, como Amon e Moab, evidenciam mudança semelhante, a qual pode estar relacionada com o uso generalizado da alfabetização em toda a região, mas em nenhum lugar é tão pronunciado como em Judá, o que talvez seja reflexo da influência das reformas de Josias, que insistiam em que um YHWH sem imagens era o único foco legítimo de veneração e que desaconselhavam o culto de poderes celestiais por meio de formas explícitas.

Outra evidência, entretanto, parece sugerir que Josias não conseguiu impedir a veneração de imagens esculpidas, pois estatuetas de uma mulher de pé, segurando os seios com as próprias mãos (geralmente identificada como a deusa Asherat), foram encontradas,

* Esse templo foi escavado na fortaleza de Arad, no sul. De acordo com o escavador, Yohanan Aharoni, o templo deixou de ser usado no final do século VII ou no começo do século VI, quando nova muralha de fortificação foi construída sobre ele. Isso parece significar que o fechamento ou o abandono do templo ocorreu durante a época das reformas de Josias. Entretanto, alguns estudiosos questionam essa data e não têm certeza de que o templo de Arad tenha deixado de funcionar nesse período como Josias teria desejado.

em abundância, dentro de complexos residenciais privados em todos os principais sítios do final do século VII. Dessa maneira, pelo menos no plano doméstico esse culto popular parece ter continuado, a despeito da política religiosa que emanava de Jerusalém.

Até onde foram as reformas de Josias?

Até agora, a extensão das conquistas territoriais de Josias só foi determinada, mais ou menos, pelos critérios arqueológicos e históricos (*ver* apêndice F). Embora o santuário em Betel ainda não tenha sido descoberto, artefatos judaicos típicos do século VII têm sido encontrados na região vizinha. É possível que Josias tenha expandido o reino de Judá até o extremo norte, na direção de Samaria (como é sugerido pelo livro 2 Reis 23,19), mas até agora não foi achada nenhuma evidência arqueológica.

No oeste, o fato de a cidade de Lachish ter sido refortificada e ter servido outra vez como importante forte judaico talvez seja a melhor evidência de que Josias continuou controlando as áreas do Shephelah, recuperadas por seu avô Manassés. Mas é difícil que Josias possa ter expandido o reino mais para oeste, em áreas que eram essenciais aos interesses egípcios. No sul, a ocupação judaica contínua sugere que Josias controlava o vale de Bersabéia e possivelmente alguns fortes mais ao sul, estabelecidos décadas antes por Manassés, sob o domínio assírio.

Basicamente, o reino sob o governo de Josias foi uma continuação direta da administração real de Judá por Manassés. Sua população não deve ter excedido 75 mil habitantes, com ocupação relativamente densa nas zonas rurais das áreas montanhosas judaicas, com uma rede de assentamentos nas regiões áridas ao leste e ao sul e com um povoamento consideravelmente esparso no Shephelah. De muitas maneiras, era um Estado denso sob o

aspecto dos assentamentos, e a capital detinha cerca de 20 por cento da população. A vida urbana em Jerusalém atingiu um pico que só seria igualado no período romano. O Estado era bem organizado e muito centralizado na época de Manassés. Mas, em termos de seu desenvolvimento religioso e da expressão literária de sua identidade, a era de Josias marcou novo estágio marcante na história de Judá.

Tragédia em Megiddo

A vida de Josias foi abreviada, inesperadamente. Em 610 a.C., o faraó Psamético I, fundador da XXVI dinastia, morreu e seu filho Necau II subiu ao trono para sucedê-lo. Durante o curso de uma expedição militar egípcia no norte, para ajudar o decadente império assírio na luta contra os babilônios, aconteceu o confronto fatal. O livro 2º dos Reis descreve o evento em termos lacônicos, quase telegráficos: "No seu tempo, o faraó Necau, rei do Egito, foi para o norte, no rio Eufrates, para ajudar o rei da Assíria. O rei Josias foi encontrá-lo; e o faraó Necau o assassinou em Megiddo, onde o encontrou" (2 Reis 23,29). O segundo livro das Crônicas acrescenta alguns detalhes, transformando o relato da morte de Josias em tragédia no campo de batalha:

> Necau, rei do Egito, subiu para lutar em Carquemis no Eufrates, e Josias se lançou contra ele. Mas Necau enviou emissários a Josias, dizendo: "O que temos a ver um com o outro, rei de Judá? Eu não estou vindo contra ti desta vez..." Apesar disso, Josias não voltou atrás... mas se juntou à batalha na planície de Megiddo. E os arqueiros acertaram o rei Josias; e o rei disse aos seus servos: "Levem-me embora, porque estou gravemente ferido". Assim, seus servos o retiraram da biga, e o carregaram numa segunda biga e o levaram para Jerusalém. E ele morreu, e foi enterrado no túmulo de seus pais. (2 Crônicas 35,20-24)

Qual desses relatos é o mais perfeito? O que eles informam sobre o sucesso ou o fracasso das reformas de Josias? E qual é o significado que os acontecimentos em Megiddo tiveram para a evolução da fé bíblica? A resposta reside, mais uma vez, no desdobramento da situação política na região. O poder da Assíria continuava a decrescer, e a continuada pressão babilônica no coração do império agonizante ameaçava desequilibrar o mundo antigo e colocar em risco os interesses egípcios na Ásia. O Egito decidiu intervir do lado dos assírios, e em 616 seu exército marchou para o norte. Mas esse movimento não impediu o colapso assírio; a grande capital Nínive caiu em 612, e a corte imperial escapou para Harã, no oeste, acontecimento registrado pelo profeta Sofonias (2,13-15). Dois anos mais tarde, em 610, quando Psamético morreu e seu filho Necau subiu ao trono, as forças egípcias no norte foram forçadas a se retirar, e os babilônios tomaram Harã. No ano seguinte, Necau decidiu se deslocar e dirigiu-se para o norte.

Muitos historiadores bíblicos têm preferido a versão do livro 2º das Crônicas, que descreve uma batalha real entre Necau e Josias, em Megiddo, em 609. De acordo com sua opinião, Josias havia expandido o reino sobre todos os territórios das áreas montanhosas do antigo reino do norte, isso é, ele anexara a antiga província assíria de Samaria. Depois, estendeu seu domínio mais para o norte, para Megiddo, onde construiu um grande forte a leste do cômoro; transformou Megiddo num estratégico posto avançado para o Estado judaico que crescia. Alguns estudiosos propuseram que seu objetivo era favorecer os babilônios contra a Assíria, bloqueando o avanço de Necau na estreita passagem que conduz a Megiddo. Alguns até mesmo argumentam que a passagem 34,6 do livro 2º das Crônicas era confiável, e que Josias conseguira expandir o reino até o extremo norte, nos antigos territórios do reino de Israel, na Galiléia.

Ainda assim, a idéia de que Josias chegou a Megiddo com uma força militar efetiva para tentar parar Necau e impedir que ele avançasse para o norte é um pouco exagerada. É bem improvável que Josias tivesse um exército bastante numeroso para arriscar confronto com os egípcios. Até cerca de 630 a.C., seu reino ainda estava sob o domínio assírio, e mais tarde é inconcebível que Psamético, forte o bastante para controlar toda a costa oriental do Mediterrâneo até a Fenícia, tivesse permitido que Judá desenvolvesse uma força militar sólida. De qualquer maneira, teria sido um empreendimento arriscado para Josias expor seu exército contra os egípcios tão longe do coração do seu reino. É provável, portanto, que a versão do livro dos Reis seja a mais confiável.

Nadav Naaman ofereceu explicação muito diferente; sugeriu que uma das razões para Necau marchar através da Palestina em 609, um ano depois da morte de Psamético e de sua acessão ao trono do Egito, foi obter juramento de lealdade renovado de seus vassalos. De acordo com o costume, os juramentos anteriores a Psamético estariam invalidados com sua morte. Conseqüentemente, Josias teria sido convocado à fortaleza egípcia em Megiddo para encontrar Necau e renovar seu juramento de lealdade. Mas, por alguma razão desconhecida, Necau resolveu executá-lo.

O que teria feito Josias para enfurecer o monarca egípcio? O movimento de Josias para o norte, dentro das áreas montanhosas da Samaria, pode ter ameaçado os interesses do Egito no vale de Jezrael. Ou talvez sua tentativa de expandir para oeste, para além de seus territórios no Shephelah, possa ter colocado em risco os interesses egípcios na Filistéia. Não menos plausível é a sugestão de Baruch Halpern, de que Necau teria se sentido ameaçado pelas decisões políticas independentes de Josias, no sul, ao longo das sensíveis rotas do comércio arábico.

Uma coisa está clara. O historiador deuteronomista, que considerava Josias um messias ungido divinamente, destinado a resgatar o reino de Judá e conduzi-lo para a glória, não conseguiu explicar como essa catástrofe histórica pôde ter ocorrido e deixou apenas uma referência, curta e enigmática, sobre a morte de Josias. Os sonhos desse rei e possível messias foram silenciados de maneira brutal nas colinas de Megiddo. Décadas de renascimento espiritual e de esperanças visionárias aparentemente foram destruídas do dia para a noite. Josias estava morto, e o povo de Israel escravizado, mais uma vez, pelo Egito.

Último rei da dinastia davídica

Se isso não era devastador o bastante, os anos seguintes trouxeram calamidades ainda maiores. Depois da morte de Josias, o grande movimento de reforma parece ter desmoronado. Os quatro últimos reis de Judá — três deles filhos de Josias — são julgados negativamente pela Bíblia, como apóstatas. De fato, as duas últimas décadas da história de Judá são descritas pela história deuteronomista como um período de contínuo declínio, que culminou na destruição do Estado judaico.

O sucessor de Josias, Joacaz — antiegípcio, supõe-se — governou somente durante três meses e retomou todas as práticas idólatras dos antigos reis de Judá. Deposto e exilado pelo faraó Necau, ele foi substituído por seu irmão Joaquim, que também "fez o mal diante dos olhos do Senhor", acrescentando o insulto à impiedade, pois recolheu tributo do povo da terra para entregá-lo ao faraó Necau, seu senhor.

Existe documentação segura na Bíblia (incluindo as obras proféticas da época), confirmada por fontes extrabíblicas, que descreve a luta tumultuada entre os grandes poderes rivais ocorrida nos anos seguintes à morte de Josias. Parece que o Egito manteve o controle sobre os territórios do oeste do antigo império assírio durante muitos anos mais, estimulando os sonhos de ressuscitar a glória faraônica do passado. Mas, na Mesopotâmia, o poder dos babilônios continuou crescendo com regularidade. Em 605 a.C., o príncipe coroado da Babilônia mais tarde conhecido como Nabucodonosor esmagou o exército egípcio em Carquemis, na Síria (evento registrado em Jeremias 46,2), fazendo as forças egípcias fugirem em pânico de volta para o Nilo. Com essa derrota, o império foi, por fim e irrevogavelmente, destruído e desmembrado, e Nabucodonosor, então rei da Babilônia, acabou conquistando o controle total sobre as terras do oeste.

As forças babilônias logo marcharam sobre a planície costeira do Mediterrâneo, devastando as ricas cidades filistéias. Em Judá, a facção pró-Egito, que havia tomado o poder em Jerusalém durante poucos meses após a morte de Josias, entrou em pânico, e seus apelos desesperados pela ajuda militar de Necau contra os babilônios apenas enfatizaram sua vulnerabilidade política para os tempos terríveis que estavam por vir.

E, assim, o laço babilônio começou a apertar em torno de Jerusalém. Naquele momento, a intenção dos babilônios era saquear e devastar completamente o Estado judaico. Depois da morte repentina de Joaquim, seu filho Joaquin teve que enfrentar o poder do temível exército babilônio:

> Naquele tempo, os servos de Nabucodonosor, rei da Babilônia, vieram a Jerusalém, e a cidade foi sitiada. E Nabucodonosor, rei da Babilônia, veio para a cidade, enquanto seus servos a estavam sitiando; e Joaquin, o rei de Judá, se rendeu ao rei da Babilônia, ele próprio e sua mãe, seus servos, seus príncipes e seus funcionários palacianos.

> O rei da Babilônia o aprisionou, no oitavo ano do seu reinado, e carregou todos os tesouros da casa do SENHOR, e os tesouros da casa do rei, e cortou em pedaços todos os vasos de ouro do templo do SENHOR, que Salomão, rei de Israel, havia feito como o SENHOR lhe ordenara. Ele carregou tudo de Jerusalém, e todos os príncipes, e todos os homens poderosos de valor, dez mil prisioneiros, e todos os artesãos e os ferreiros; ninguém sobrou, exceto os mais pobres da terra. E ele levou Joaquin para a Babilônia; a mãe do rei, as mulheres do rei, seus oficiais, os chefes dos clãs, os homens mais importantes da terra, ele levou em cativeiro de Jerusalém para a Babilônia. E o rei da Babilônia levou cativos para a Babilônia todos os homens de valor, sete mil, e os artesãos e os ferreiros, mil deles, todos os homens fortes e prontos para a guerra. (2 Reis 24,10-16)

Esses acontecimentos passados em 597 a.C. são também documentados pela crônica babilônica:

> No sétimo ano, no mês de Kislev, o rei de Akkad preparou suas tropas, e marchou para a terra Hatti, e montou cerco contra a cidade de Judá, e no segundo dia do mês de Adar tomou a cidade e capturou o rei. Ele indicou um novo rei da sua própria escolha, exigiu um pesado tributo, e o trouxe para a Babilônia.

A aristocracia e os sacerdotes de Jerusalém — para os quais a ideologia deuteronomista era uma chama ardente — foram levados cativos para a Babilônia, deixando para trás o conflito entre as facções remanescentes da casa real e da corte de Davi, que não sabiam muito bem o que fazer.

Mas esse foi apenas o primeiro passo para o desmembramento forçado de Judá. Nabucodonosor, em seguida, substituiu o exilado Joaquin por seu tio, Matanias, cujo nome mudou para Sedecias, aparentemente um vassalo mais dócil. Foi um erro; poucos anos mais tarde, Sedecias conspirou com os reis vizinhos para se rebelar de novo e, como o personagem de uma tragédia grega, desgraçou a si mesmo e

a sua cidade. Em 587 a.C., Nabucodonosor chegou com um enorme exército e sitiou Jerusalém. Foi o começo do fim.

Com as forças babilônicas avançando pela zona rural, as cidades afastadas de Judá caíram, uma a uma. Clara evidência arqueológica dos últimos anos do reino do sul apareceu em quase todos os sítios do final da monarquia escavados em Judá: no vale de Bersabéia, no Shephelah e nas áreas montanhosas judaicas. Na fortaleza de Arad, centro de controle e de operações militares no sul, um grupo de óstracos, ou cacos inscritos de cerâmica, foi encontrado no meio do restolho da destruição, contendo ordens frenéticas para o movimento de tropas e o transporte de suprimentos alimentares. Em Lachish, no Shephelah, os óstracos encontrados nas ruínas do último portão da cidade oferecem quadro pungente dos momentos derradeiros da independência de Judá, enquanto os sinais de fogo das cidades vizinhas vão sendo apagados, em todas elas, uma a uma. Presumivelmente escrito para o comandante de Lachish, de um entreposto na vizinhança, um dos óstracos revela forte sentimento de destruição: "E possa meu senhor saber que estamos esperando pelos sinais de Lachish, de acordo com todos os sinais que meu senhor nos deu. Porque não mais vemos Azeca..."

Esse relato inflexível é confirmado por uma descrição no livro de Jeremias (34,7), que observa que Lachish e Azeca foram, de fato, as últimas cidades de Judá que resistiram ao ataque babilônio.

Finalmente, tudo o que sobrou foi Jerusalém. A descrição bíblica de suas últimas horas é nada menos que horripilante:

> ... a fome era muito séria na cidade, já que não havia comida para o povo da terra. Então uma brecha foi feita na cidade; o rei, com todos os homens da guerra, escapou à noite... E eles fugiram na direção de Arabá. Mas o exército dos caldeus perseguiu o rei e o capturou nas planícies de Jericó; e seu exército foi desmantelado e destruído diante dele. Depois eles capturaram o rei, e o

levaram até o rei da Babilônia, que o sentenciou em Rebla. Eles executaram os filhos de Sedecias diante dos seus olhos, e retiraram os olhos de Sedecias, e o colocaram em grilhões, e o levaram para a Babilônia. (2 Reis 25,3-7)

O último ato da tragédia aconteceu cerca de um mês depois:

Nabuzardã, o capitão dos guardas reais, um servo do rei da Babilônia, chegou a Jerusalém. E ele queimou a casa do SENHOR, a casa do rei e todas as casas de Jerusalém... E todos os soldados do exército dos caldeus... destruíram as muralhas de Jerusalém. E o resto do povo que foi deixado na cidade... Nabuzardã, o capitão da guarda real, levou para o exílio. (2 Reis 25,8-11)

Os achados arqueológicos apenas confirmam os últimos momentos terríveis da violência. Sinais de uma grande conflagração foram retraçados em quase todos os lugares da cidade, dentro das muralhas que a cercavam. Pontas de flechas encontradas nas casas e perto das fortificações ao norte atestam a intensidade da batalha por Jerusalém. As residências particulares, que foram incendiadas e ruíram, queimando tudo o que estava dentro, criaram uma pilha de destroços, que permaneceu como testamento para a totalidade da destruição de Jerusalém pelos babilônios, durante o século e meio seguinte (Neemias 2,13).

E assim tudo acabou. Quatrocentos anos da história de Judá chegaram ao fim em fogo e sangue. O orgulhoso reino de Judá foi completamente devastado, sua economia arruinada, sua sociedade destroçada e dividida. Sedecias, o último rei de uma dinastia que havia governado durante séculos, foi torturado e aprisionado na Babilônia. Todos os seus filhos foram mortos. O Templo de Jerusalém — o único lugar legítimo para venerar YHWH — foi destruído.

A religião e a existência do povo de Israel como nação poderíam ter acabado nesse grande desastre. Miraculosamente, ambos sobreviveram.

XII

Exílio e retorno

586-440 a.C.

Para compreender toda a história do antigo Israel e a criação da história bíblica, não podemos parar na morte de Josias, nem devemos nos deter na destruição de Jerusalém e do Templo, nem na queda da dinastia de Davi. É crucial examinar o que aconteceu em Judá nas décadas seguintes à conquista babilônica, levantar e analisar desfechos ocorridos entre os exilados na Babilônia e relatar os eventos em Jerusalém após o exílio. Nessas épocas e lugares, os textos de ambos os livros — Pentateuco e história deuteronomista — passaram por acréscimos e revisões de amplas conseqüências, até chegar a sua forma final e atual. Enquanto isso, o povo de Israel desenvolvia novos modos de organização comunitária e de práticas religiosas na Babilônia e em Jerusalém durante os séculos VI e V a.C., que formaram as bases do judaísmo do Segundo Templo e as da antiga cristandade. Os eventos e processos que ocorreram durante o século e meio depois da conquista de Judá — como podemos reconstruí-los de fontes históricas e de evidências arqueológicas — são, conseqüentemente, cruciais para compreender como surgiu a tradição judaico-cristã.

Antes de continuar com a história bíblica, precisamos observar a mudança significativa nas fontes à nossa disposição. A história

deuteronomista, que narra a história de Israel do final da peregrinação pelo deserto até a conquista babilônica de Jerusalém, termina abruptamente. Outros autores bíblicos assumem a tarefa. A situação em Judá depois da destruição é descrita no livro de Jeremias, enquanto o livro de Ezequiel (escrito por um dos exilados) provê informação sobre a vida e as expectativas dos judeus deportados, na Babilônia. Eventos que ocorreram quando sucessivas ondas de exilados retornaram a Jerusalém são narrados nos livros de Esdras e de Neemias, e pelos profetas Ageu e Zacarias. Há também um momento na nossa história em que devemos trocar a terminologia: o reino de Judá passa a ser chamado de *Yehud* — nome aramaico da província do império persa — e o povo de Judá, os judaicos, serão dali em diante conhecidos como *yehudim*, ou judeus.

Da destruição à restauração

Essa fase de clímax na história de Israel começa com uma cena de desastre total e desesperança. Jerusalém está destruída, o Templo está em ruínas, o último rei da dinastia de Davi, Sedecias, está cego e exilado, seus filhos trucidados. Muitos membros da elite judaica foram deportados. Atingiu-se um estado crítico, um ponto baixo, e parecia que a história do povo de Israel chegara a um fim amargo e irreversível.

Mas, decididamente, não foi assim. Do capítulo final do livro 2º dos Reis e do livro de Jeremias, ficamos sabendo que parte da população de Judá sobreviveu e não foi deportada. As autoridades babilônicas até mesmo lhe permitiram certa autonomia, indicando um funcionário chamado Godolias, filho de Aicam, para governar o povo que permanecera em Judá, reconhecido como o 'mais pobre da terra'. Masfa, cidade modesta ao norte de Jerusalém, tornou-se o centro da administração de Godolias e refúgio para outros judeus, entre eles o profeta Jeremias, que havia se oposto à fatídica rebelião contra a Babilônia. Godolias tentou persuadir o povo de Judá a cooperar com os babilônios, a reconstruir suas vidas e olhar o futuro, apesar da destruição do Templo e da cidade de Jerusalém. Mas logo Godolias foi assassinado por Ismael, filho de Natanias, 'da família real', possivelmente porque a cooperação de Godolias com os babilônios era vista como uma ameaça às futuras esperanças da casa de Davi. Outros funcionários e oficiais judaicos, além dos representantes do império babilônico, presentes em Masfa, também foram mortos. Os sobreviventes, membros da população local, decidiram fugir para salvar suas próprias vidas, deixando Judá praticamente desabitada. O povo — "tanto os pequenos como os grandes" — foi para o Egito, "porque temiam os caldeus" (como os babilônios eram também conhecidos). O profeta Jeremias fugiu com os demais, dando um final aparente a séculos de ocupação israelita da Terra Prometida (2 Reis 25,22-26; Jeremias 40,7; 43,7).

A Bíblia oferece poucos detalhes sobre a vida dos exilados durante os cinqüenta anos seguintes. Nossas únicas fontes são as indiretas e freqüentemente obscuras alusões em várias obras proféticas. Ezequiel e o Segundo Isaías (capítulos 40-55, no livro de Isaías) nos contam que os exilados judaicos viviam tanto na capital da Babilônia como na área rural. Os deportados sacerdotais e reais estabeleceram outra vida para si mesmos, com o exilado rei da dinastia de Davi, Joaquin — em vez de Sedecias, desgraçado e cego — mantendo, talvez, algum tipo de autoridade sobre a comunidade. De referências espalhadas no livro de Ezequiel, parece que os assentamentos judaicos foram estabelecidos nas áreas subdesenvolvidas do reino babilônico, perto de canais recém-construídos. O próprio Ezequiel, sacerdote exilado do Templo de Jerusalém, viveu durante algum tempo em um assentamento num antigo cômoro chamado Tel Abib (Tel Aviv, em hebraico; Ezequiel 3,15).

Sobre a natureza de suas vidas, os textos bíblicos revelam muito pouco, exceto para observar que os exilados se estabeleceram para longa permanência, seguindo o conselho de Jeremias: "Construí casas, onde deveis viver; plantai jardins e hortas, e comei seu produto. Tomai esposas, e tende filhos e filhas; tomai mulheres para vossos filhos, e dai vossas filhas em casamento, para que eles possam ter muitos filhos e filhas; multiplicai ali, para não diminuir" (Jeremias 29,5-6). Mas, em breve, a história faria uma curva repentina e dramática, que levaria muitos dos exilados de volta para Jerusalém.

O todo-poderoso império neobabilônico desmoronou e foi conquistado pelos persas em 539 a.C. No primeiro ano de seu reinado, Ciro, o fundador do império persa, publicou um decreto real para a restauração de Judá e do Templo:

> Assim falou Ciro, rei da Pérsia: O SENHOR, o Deus do céu, me concedeu todos os reinos da terra e me encarregou de construir uma casa para Ele em Jerusalém, que fica em Judá. Quem estiver entre vós que pertença a todo o seu povo, que Deus esteja com ele, e deixai-o ir para Jerusalém, que fica em Judá, para reconstruir a casa do SENHOR, o Deus de Israel — Ele é o Deus que está em Jerusalém. (Esdras 1,2-3)

Um líder dos exilados, chamado Sasabassar, descrito em Esdras 1:8 como "o príncipe de Judá" (provavelmente indicando que era o filho de Joaquin, o exilado rei davídico), conduziu o primeiro grupo dos que retornaram a Sião. Diz-se que levaram de volta os tesouros do Templo, que Nabucodonosor havia tirado de Jerusalém, meio século antes. Sabe-se de uma lista dos que retornaram, por cidade de origem, família, que soma cerca de 50 mil exilados. Eles se estabeleceram na sua antiga pátria e iniciaram as fundações para um Templo novo. Poucos anos depois, outra onda de exilados retornou e se reuniu em Jerusalém. Conduzidos por Josué, filho de Josedec, e por um possível neto de Joaquin, chamado Zorobabel,

eles construíram um altar e celebraram a festa dos Tabernáculos. Numa cena comovedora, iniciaram a reconstrução do Templo:

> Todas as pessoas do povo saudavam com um grande grito, quando louvavam o SENHOR, porque a fundação da casa do SENHOR foi iniciada. Mas muitos dos sacerdotes e dos levitas, e os chefes de famílias já idosos, que tinham visto a primeira casa, choraram em voz alta quando viram as fundações da nova casa sendo colocadas, embora muitos tenham chorado de alegria; pois o povo não podia distinguir o som do grito de alegria do som do choro do povo, porque o povo saudou com um grande grito, e o som foi ouvido ao longe. (Esdras 3,11-13)

O povo da Samaria — os antigos cidadãos do reino do norte e os deportados que tinham sido levados para lá pelos assírios — ouviu sobre o começo da construção do Segundo Templo, foi até Zorobabel e pediu para se juntar aos que ali estavam trabalhando. Mas Josué, o sacerdote, e Zorobabel repeliram os antigos habitantes do norte, dizendo-lhes rudemente que "nada tendes a ver conosco para a construção da casa do nosso Deus" (Esdras 4,3). A facção que havia se preservado no exílio acreditava naquele momento que tinha o direito divino de determinar o caráter da ortodoxia judaica.

Com ressentimento, 'o povo da terra' retardou o trabalho e chegou até mesmo a escrever para o rei da Pérsia acusando os judeus de "reconstruírem aquela cidade rebelde e ímpia" e predizendo que "se essa cidade for reconstruída, e as muralhas terminadas, eles não pagarão tributos, impostos ou tarifas, e as rendas imperiais serão prejudicadas... e, então, [o império persa] não possuirá mais nenhuma posse na província Além do Rio" (Esdras 4,12-16). Ao receber essa carta, o rei persa ordenou uma parada no trabalho de construção em Jerusalém.

Mas Zorobabel e Josué, mesmo assim, continuaram. E quando o governador persa da província foi informado e decidiu inspecionar o lugar da construção, exigiu conhecer quem havia dado a permissão

para iniciar a reconstrução. A resposta que lhe foi dada se referiu ao decreto original de Ciro. Então, de acordo com o livro de Esdras, o governador escreveu uma carta ao novo rei da Pérsia, Dario, solicitando outra decisão real. Dario o instruiu de que não apenas deixasse o trabalho continuar, mas também que custeasse todas as despesas com as rendas do Estado, para suprir o Templo com animais para os sacrifícios e punir qualquer um que tentasse impedir a implementação do édito real. A construção do Templo foi, então, concluída no ano 516 a.C. E assim começou a era do judaísmo do Segundo Templo.

Outro período sombrio de mais de cinqüenta anos passou, até que Esdras, o escriba da família do principal sacerdote Aaron, veio para Jerusalém, da Babilônia (provavelmente em 458 a.C.). "Ele era um escriba habilitado na lei de Moisés, que o SENHOR, o Deus de Israel, havia dado... Pois Esdras colocou seu coração para estudar a lei do Senhor" (Esdras 7,6,10). Esdras foi enviado para fazer investigações 'sobre Judá e Jerusalém' por Artaxerxes, rei da Pérsia, que o autorizou a conduzir grupo adicional de exilados judeus da Babilônia que quisessem voltar. O rei da Pérsia proveu os recursos e a autoridade judicial para a viagem de Esdras. Chegando em Jerusalém com a última leva de exilados que retornavam, Esdras ficou chocado quando descobriu que o povo de Israel, incluindo os sacerdotes e levitas, não tinha se distanciado das abominações de seus vizinhos. O povo estava casando e se misturando livremente com o povo da terra.

Imediatamente, Esdras ordenou a todos os que haviam retornado que se reunissem em Jerusalém:

> Então todos os homens de Judá e de Benjamin se reuniram em Jerusalém... E todo o povo se sentou na praça aberta diante da casa de Deus... E Esdras, o sacerdote, se levantou e lhes disse: "Transgredistes a lei e vos casastes com mulheres estrangeiras, e assim aumentastes a culpa de Israel. Agora então fazei uma confissão ao SENHOR, o Deus dos vossos pais, e fazei a Sua vontade; separai-vos dos povos de outras terras e das

> mulheres estrangeiras". Então, todos na assembléia responderam em voz alta: "Se é assim, precisamos fazer como dizes..." Então os exilados que tinham retornado assim o fizeram. (Esdras 10,9-16)

Esdras — uma das figuras mais importantes dos tempos bíblicos — então desapareceu de cena.

O outro herói da época foi Neemias, o despenseiro, ou alto funcionário da corte do rei persa. Neemias ficou sabendo da pobreza dos habitantes de Judá e das terríveis condições de abandono e de dilapidação de Jerusalém. Profundamente afetado pelas notícias, ele pediu ao rei persa, Artaxerxes, para voltar para Jerusalém e reconstruir a cidade de seus pais. O rei concedeu permissão a Neemias e o nomeou para o posto de governador. Logo depois de chegar a Jerusalém (cerca de 445 a.C), Neemias fez uma inspeção noturna da cidade e então convocou o povo para que se unisse num grande esforço comunitário e reconstruísse as muralhas de Jerusalém, para que "nós possamos não mais sofrer desgraças". Mas, quando os vizinhos de Judá — os líderes de Samaria e de Amon e os árabes do sul — souberam dos planos de Neemias de fortificar Jerusalém, acusaram os judeus de planejar uma revolta contra as autoridades persas e conspiraram para atacar a cidade. Apesar disso, o trabalho na muralha continuou até que estivesse todo terminado. Neemias também foi muito ativo para implementar a legislação social, condenando aqueles que cobravam juros e exigindo a restituição da terra aos pobres. Ao mesmo tempo, ele também proibiu que os judeus se casassem com mulheres estrangeiras.

Essas disposições e regulamentações de Esdras e de Neemias em Jerusalém, no século V a.C., formularam os princípios para o judaísmo do Segundo Templo, com o estabelecimento de limites claros entre o povo judeu e seus vizinhos e com a estrita observância da Lei do Deuteronômio. Seus esforços — e os esforços de

outros sacerdotes e escribas judeus que não esmoreceram durante os 150 anos de exílio, de sofrimento, de busca pela própria alma e de reabilitação política — culminaram com o nascimento da Bíblia hebraica, em sua forma e substância final.

Da catástrofe ao revisionismo histórico

A grande saga bíblica tecida durante o reinado de Josias, que conta a história de Israel desde a promessa de Deus aos patriarcas, incluindo o Êxodo, a conquista de Canaã, a monarquia unificada, os Estados divididos — definitiva, até a descoberta do livro da Lei no Templo em Jerusalém — foi uma obra literária brilhante e apaixonada. Seu objetivo era explicar por que os eventos passados sugeriam os triunfos futuros, justificar a necessidade das reformas religiosas do Deuteronômio e, sobretudo, de maneira prática, apoiar as ambições territoriais da dinastia de Davi. Mas, bem na hora em que Josias ia redimir Judá, ele foi eliminado pelo faraó. Seus sucessores resvalaram para a idolatria e para esquemas mesquinhos de tramas e traições. O Egito reivindicou a posse da costa mediterrânea e logo depois os babilônios chegaram e destruíram a existência da nação de Judá. Onde estava o Deus que prometera a redenção? Enquanto a maioria das outras nações do antigo Oriente Próximo se contentaria em aceitar o veredicto da história, dar de ombros e transferir sua reverência para os deuses do vitorioso, os últimos escritores e editores da história deuteronomista voltaram para suas mesas de trabalho.

Joaquin, o rei exilado de Jerusalém em 597 a.C. e líder da comunidade judaica na Babilônia, poderia ter representado a última e melhor esperança para a eventual restauração da dinastia de Davi. Mas a crença previamente indiscutível, de que um herdeiro de Davi realizaria a promessa divina, não mais poderia ser

tomada como certa diante da catástrofe que acabara de ocorrer. De fato, a necessidade desesperada de reinterpretar os acontecimentos históricos das décadas precedentes provocou a releitura e a revisão da história deuteronomista original, a fim de explicar como o momento de redenção, tão longamente esperado e tão afinado com o reinado de Josias, avô de Joaquin, havia fracassado na sua concretização.

Há muito tempo, o estudioso bíblico americano Frank Moore Cross identificou o que ele acreditou ser duas redações ou edições distintas da história deuteronomista, refletindo a diferença na percepção e na compreensão histórica antes e depois do exílio. A primeira versão, conhecida na erudição bíblica como Dtr[1], foi presumivelmente escrita durante o reinado de Josias e, como argumentamos, estava toda destinada a estimular os objetivos religiosos e políticos do monarca. De acordo com Cross e com muitos outros estudiosos que o sucederam, a primeira história deuteronomista terminou com as passagens que descrevem a grande destruição dos lugares elevados idólatras em todo o país e a celebração da primeira Páscoa em Jerusalém. Aquela celebração foi uma repetição simbólica da grande Páscoa de Moisés, um festival comemorativo da libertação da escravidão sob a mão de YHWH e uma antecipação à libertação de Judá do novo jugo do Egito, sob o governo do faraó Necau. De fato, a história deuteronomista original reconta a história de Israel, do último discurso de Moisés até a conquista de Canaã, liderada por Josué, até a dádiva da nova Lei e a renovada conquista da Terra Prometida, por Josias. Era uma história com um final de redenção divina e de eterna bem-aventurança.

Mas, então, aconteceu a grande catástrofe. Séculos de esforços e de esperanças provaram ter sido inúteis. O reino de Judá acabou de novo aprisionado pelo Egito, o mesmo Egito de quem os israelitas

haviam se libertado. Depois veio a destruição de Jerusalém e com ela um golpe terrível: a promessa incondicional de YHWH a Davi, do eterno governo de sua dinastia em Jerusalém — a base para a fé deuteronomista —, foi quebrada. A morte de Josias e a destruição de Jerusalém devem ter desesperado os autores da história deuteronomista. Como a história sagrada poderia ser mantida nesse tempo de trevas? Qual seria o significado do que tinha acontecido?

Com o tempo, emergiram novas explicações. A aristocracia de Judá — incluindo talvez as próprias pessoas que tinham composto a história deuteronomista original — foram reassentadas e estabelecidas bem longe, na Babilônia. Mesmo quando o choque do deslocamento e do exílio começou aos poucos a diminuir, persistiu a necessidade de uma história; de fato, a urgência por uma história de Israel ficou ainda maior. Os exilados de Judá perderam tudo, incluindo tudo o que era caro às idéias deuteronomistas; eles perderam seus lares, suas aldeias, sua terra, seus túmulos ancestrais, sua capital, seu Templo e até mesmo a independência política dos quatro séculos da antiga dinastia de Davi. Uma história reescrita de Israel era a melhor maneira de os exilados reafirmarem sua identidade. Essa história poderia lhes proporcionar um elo com a terra de seus antepassados, com a sua capital em ruínas, com seu Templo incendiado, com a grande história de sua dinastia.

Assim, a história deuteronomista tinha que ser atualizada. Essa segunda versão foi baseada substancialmente na primeira, mas com dois novos objetivos: primeiro, tinha que contar, de forma sucinta, o final da história, da morte de Josias até a destruição e o exílio; segundo, tinha que encontrar um sentido para a história inteira, explicar como era possível reconciliar a eterna promessa incondicional de Deus a Davi com a destruição de Jerusalém e do Templo e com a espoliação dos reis da dinastia de Davi. E havia uma questão teológica ainda mais específica: como foi possível que a grande

probidade e a piedade de Josias tivessem sido impotentes para impedir a conquista tão violenta e tão sangrenta de Jerusalém?

Dessa maneira surgiu a edição diferenciada, conhecida entre os estudiosos como Dtr^2, cujos versos finais (2 Reis 25,27-30) descrevem a libertação de Joaquin da prisão na Babilônia em 560 a.C. (isso significa que o ano de 560 a.C. é a data mais antiga para a composição do Dtr^2); sua versão sobre a morte de Josias, os reinados dos últimos monarcas da dinastia de Davi, a destruição de Jerusalém e o exílio mostra concisão quase telegráfica (2 Reis 23,28; 25,21). As mudanças mais visíveis são aquelas que explicam por que a destruição de Jerusalém era inevitável, apesar da enorme esperança investida no rei Josias. Nas inserções feitas à Dtr^1, um segundo historiador deuteronomista acrescentou uma condição à promessa previamente incondicional feita a Davi (1 Reis 2,4; 8,25; 9,4-9), e inseriu referências ameaçadoras e agourentas à inevitabilidade da destruição e do exílio em todo o texto anterior (por exemplo, 2 Reis 20,17-18). Mais importante, culpou Manassés, o arquiinimigo do movimento deuteronomista, que governou entre os justos e piedosos reis Ezequias e Josias e que foi retratado como o mais maléfico e ímpio de todos os reis de Judá:

> E o SENHOR disse por intermédio dos seus servos, os profetas: "Porque Manassés, rei de Judá, cometeu essas abominações, e fez coisas mais maléficas e pecaminosas do que o fizeram todos os amoritas que existiram antes dele, e também fez Judá pecar com seus ídolos; por isso, assim diz o SENHOR, o Deus de Israel: "Eis que eu estou trazendo sobre Jerusalém e sobre Judá uma tal punição, que as orelhas de cada um de vós irão arder. E eu estenderei a linha limítrofe de Samaria e jogarei o peso da casa de Acab sobre Jerusalém; e eu varrerei e limparei Jerusalém como se limpa um prato sujo, esfregando-o e virando-o de cabeça para baixo. E eu repudiarei os remanescentes da minha herança e os colocarei nas terras dos seus inimigos, e eles se tornarão uma presa e um espólio de todos os seus inimigos, porque eles fizeram o mal diante dos meus olhos, e eles provocaram a minha ira, desde o dia que seus pais saíram do Egito até este dia". (2 Reis 21,10-15)

Além disso, o Drt[2] mostra uma guinada teológica. A probidade de Josias foi, então, definida como apenas retardando a inevitável destruição de Jerusalém, em vez de trazer a redenção final a Israel. Um oráculo aterrorizante foi colocado na boca de Hulda, a profetisa, a quem Josias enviara alguns dos membros de sua corte, a fim de perguntar sobre o que estava para acontecer:

> ... e assim direis ao rei de Judá, que solicitou que inquirisse do SENHOR. Assim diz o SENHOR, o Deus de Israel: "Em relação às palavras que ouviste, porque teu coração foi penitente e piedoso e te humilhaste diante do SENHOR, quando escutaste como eu falei contra esse lugar, e contra os seus habitantes, dizendo que eles encontrarão uma desolação e uma maldição jamais vistas, e como rasgaste as tuas roupas e choraste diante de mim, eu também te escutei, diz o SENHOR. Por isso, presta atenção, eu te reunirei junto aos teus pais, e serás sepultado em paz no teu túmulo, e teus olhos não mais verão todo o mal que eu trarei a este lugar". (2 Reis 22,18-20)

A probidade de um só monarca da dinastia de Davi não era mais suficiente para garantir o destino de Israel. Josias era piedoso e, por causa disso, foi poupado de assistir à queda de Jerusalém. Mas a probidade de todo o povo — que recebera seus direitos individuais e suas obrigações no livro do Deuteronômio — era agora fator determinante para o futuro do povo de Israel. Dessa maneira, a história deuteronomista, brilhantemente reescrita, subordinou a promessa divina com Davi ao cumprimento da aliança entre Deus e o povo de Israel no Sinai. Dali para a frente, o povo de Israel teria um propósito e uma identidade, mesmo na ausência de um rei.

Mas, mesmo com todas essas mudanças e explanações, o segundo historiador deuteronomista não poderia terminar a história com um futuro sem esperança. Assim, ele encerrou a compilação dos sete livros da história de Israel com uma crônica lacônica da libertação de Joaquin da prisão na Babilônia:

> E no trigésimo sétimo ano do exílio de Joaquin, rei de Judá... Evil-Merodac, rei da Babilônia, no primeiro ano do seu reinado, graciosamente libertou Joaquin, rei de Judá, da prisão; e lhe falou bondosamente, e lhe concedeu um assento ao lado dos assentos dos reis que estavam com ele na Babilônia. Dessa maneira, Joaquin tirou suas vestimentas de prisioneiro. E todos os dias da sua vida ele comeu regularmente na mesa do rei, e para o seu sustento um pagamento mensal lhe foi concedido pelo rei, uma porção a cada dia, enquanto ele viveu. (2 Reis 25,27-30)

O último rei da linhagem de Davi, da dinastia que havia estabelecido a relação com a terra, com a capital e com o Templo, ainda estava vivo. Se o povo de Israel se ligasse estreitamente a YHWH, a promessa feita a Davi ainda poderia ser revivida.

Aqueles que permaneceram

Nos primeiros tempos da pesquisa arqueológica, existia uma noção de que o exílio na Babilônia tinha sido de quase toda a população de Judá. Era como se o território de Judá tivesse sido esvaziado de sua população, como se a zona rural tivesse sido toda devastada. Muitos estudiosos aceitaram o relato bíblico de que a aristocracia inteira de Judá — a família real, os sacerdotes do Templo, os ministros e os comerciantes proeminentes — fora levada para a Babilônia, e que somente os mais pobres camponeses da população permaneceram em Judá.

Agora que sabemos mais sobre a população de Judá, essa reconstrução histórica provou estar errada. Vamos primeiro considerar os números envolvidos. O segundo livro dos Reis 24,14 estima o número de exilados na primeira campanha babilônica (em 597 a.C., na época de Joaquin) em 10 mil, enquanto o versículo 16, do mesmo capítulo, reduz o número para 8 mil exilados. Embora o relato no livro dos Reis não explicite número preciso dos exilados levados de Judá na época da destruição de Jerusalém em 586 a.C., ele, pelo contrário, declara

que, depois do assassinato de Godolias e do massacre da fortaleza babilônica, em Masfa, "todo o povo" fugiu para o Egito (2 Reis 25,26), presumivelmente deixando a zona rural de Judá quase deserta.

Estimativa bem diferente do número de exilados é atribuída ao profeta Jeremias, que permaneceu com Godolias em Masfa, até fugir para o Egito, e que, conseqüentemente, teria sido testemunha ocular dos acontecimentos. O livro de Jeremias 52,28-30 relata que o total de deportados para a Babilônia chegou a 4.600 dos habitantes de Judá. Embora esse número seja também considerável, a maioria dos estudiosos acredita que possa ser plausível, porque seus subtotais são muito específicos, e que provavelmente são mais precisos que os números do livro 2º Reis. Ainda assim, nem em Jeremias nem no livro dos Reis nós podemos saber se os números representavam o total de deportados ou apenas os chefes das famílias (um sistema de contar muito comum no mundo antigo). Graças a essas incertezas combinadas, o que de mais racional se pode dizer é que estamos lidando com o número total de exilados variando entre mil e talvez 15 ou 20 mil, no máximo.

Quando comparamos esse número com a população total de Judá no final do século VII, antes da destruição de Jerusalém, podemos ter uma idéia da escala de deportação. A população de Judá pode ser estimada, de modo acurado, a partir dos dados coletados durante as escavações e levantamentos intensivos, em cerca de 75 mil habitantes (com Jerusalém compreendendo pelo menos 20% desse número — 15 mil — e com outros 15 mil habitando provavelmente nas terras agrícolas mais próximas). Assim, mesmo se aceitarmos os números mais elevados possíveis para os exilados — 20 mil — eles parecem compreender, no máximo, 1/4 da população do Estado de Judá; isso significaria que pelo menos 75 por cento da população permaneceu na terra judaica.

O que sabemos sobre a vasta maioria de judaicos que não foi para o exílio? Referências esparsas em textos proféticos sugerem que eles continuaram com o mesmo modo de vida rural, agrícola e pastoril. Masfa, ao norte de Jerusalém, foi uma das várias cidades que restou. As ruínas do Templo em Jerusalém eram visitadas, e algum tipo de atividade de culto continuou sendo realizado ali (Jeremias 41,5). E era possível observar que essa comunidade incluía não apenas os pobres habitantes das vilas, mas também artesãos, escribas, sacerdotes e profetas. Parte valiosa da obra profética da época, os livros de Ageu e de Zacarias, em especial, foi compilada em Judá.

Escavações intensivas realizadas em toda a cidade de Jerusalém também mostraram que a cidade foi, de fato, sistematicamente destruída pelos babilônios. A conflagração parece ter sido geral. Quando a atividade no espinhaço da cidade de Davi recomeçou, no período persa, os novos subúrbios na colina oeste que tinham florescido pelo menos desde o período de Ezequias não foram reocupados. Uma única caverna usada como túmulo, do século VI a.C., encontrada a oeste da cidade, pode representar uma família que mudou para um assentamento vizinho, mas continuou a enterrar seus mortos no túmulo herdado.

Ainda assim, existe evidência de ocupação continuada tanto no norte como no sul de Jerusalém. Alguma espécie de autogoverno parece ter perdurado em Masfa, no platô de Benjamin, a cerca de 12 quilômetros ao norte de Jerusalém. Godolias, o governador que logo seria assassinado e que serviu ali, foi provavelmente o funcionário mais graduado na administração de Judá, antes da destruição. Existem várias indicações (Jeremias 37,12-13; 38,19) de que a área ao norte de Jerusalém se rendeu aos babilônios sem oferecer nenhuma resistência, e a evidência arqueológica sustenta essa hipótese.

A mais ampla e completa pesquisa sobre os assentamentos de Judá no período babilônio, conduzida por Oded Lipschits, da Uni-

versidade de Tel Aviv, mostrou que o sítio de Tell en-Nabesh, perto da moderna Ramallah — identificado como a localização da bíblica Masfa —, não foi destruído na campanha babilônica e que era, de fato, o assentamento mais importante na região, no século VI a.C. Outros sítios ao norte de Jerusalém, como Betel e Gabaão, continuaram a ser habitados no mesmo período. Na área ao sul de Jerusalém, em torno de Belém, parece ter havido significativa continuidade do final da monarquia até o período babilônico. Assim, a vida prosseguiu quase ininterrupta, fosse ao sul ou ao norte de Jerusalém.

Tanto os textos como a arqueologia contradizem a idéia de que, entre a destruição de Jerusalém em 586 a.C. e o retorno dos exilados depois da proclamação de Ciro como rei da Pérsia, em 538 a.C., Judá era uma ruína total e desabitada. A conquista persa e o retorno de certo número de exilados que apoiavam o governo persa mudaram a situação de seus assentamentos. A vida urbana em Jerusalém reviveu, e muitos dos exilados que retornaram se estabeleceram nas áreas montanhosas de Judá. A lista de repatriados em Esdras 2 e em Neemias 7 chega quase a 50 mil pessoas. Não é claro se esse total significativo representa um número cumulativo das sucessivas ondas de exilados, que foram voltando ao longo de mais de cem anos, ou a população total da província de Yehud, incluindo aqueles que permaneceram. Dados de levantamentos de todos os assentamentos em Yehud, nos séculos V e IV a.C., apresentam população de aproximadamente 30 mil pessoas (dentro dos limites de Yehud; ver apêndice G e figura 27). Esse pequeno número constituiu a comunidade pós-exílio, na época de Esdras e de Neemias, tão formativa na configuração do judaísmo posterior.

De reis a sacerdotes

O édito de Ciro, o Grande, permitindo que um grupo de exilados de Judá retornasse a Jerusalém, dificilmente teria sido provo-

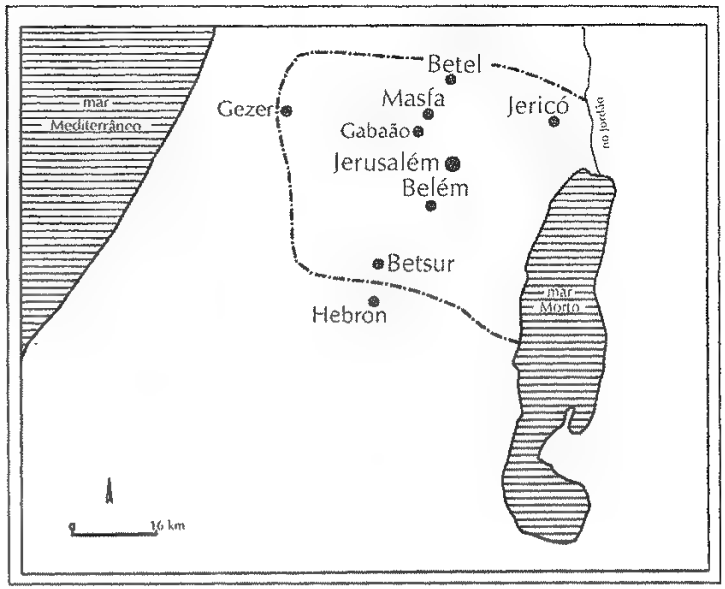

Figura 27 — A província de Yehud no período persa

cado por simpatia ao povo que permanecera no reino ou pelo sofrimento dos exilados. Ao contrário, deve ser considerado como ato político bem calculado, cujo objetivo era servir os interesses do império persa. Os persas toleravam e até mesmo estimulavam os cultos locais, como maneira de assegurar a lealdade dos grupos locais com o resto do império; tanto Ciro quanto seu filho Cambises apoiaram a construção de templos e encorajaram o retorno da população deslocada para outros lugares em seu vasto império. Sua política era conceder autonomia às elites locais.

Muitos estudiosos concordam em que os reis persas apoiaram o crescimento de uma elite leal em Yehud por causa de sua localização estratégica e sensível, na fronteira com o Egito. Essa elite

leal, recrutada na comunidade de exilados judeus na Babilônia, foi liderada por dignitários estreitamente relacionados com a administração persa. Eles eram, em especial, indivíduos de elevada posição social e econômica, famílias que resistiram à assimilação e que talvez estivessem mais próximas das idéias deuteronomistas. Embora os exilados que retornaram fossem minoria em Yehud, sua condição religiosa, socioeconômica e política e sua concentração em Jerusalém e ao seu redor lhes deram poder muito maior do que poderiam supor, em virtude de seu número total. É provável que também fossem apoiados pelo povo local, que era solidário com o código da Lei do Deuteronômio, promulgado um século antes. Com a ajuda de valiosa coleção de composições histórico-literárias e de obras proféticas, e com a popularidade do Templo que eles controlavam, os exilados que regressaram foram capazes de firmar sua autoridade sobre a população da província de Yehud. O que os ajudou e tornou possível o futuro desenvolvimento do judaísmo foi o fato de que (diferentemente da política assíria, no reino do norte, um século antes) os babilônios não reassentaram Judá com deportados estrangeiros.

Mas como é que a dinastia de Davi desapareceu de cena repentinamente? Por que a monarquia não foi restabelecida com um membro da família real ungido como rei? De acordo com o livro de Esdras, os primeiros personagens que lideraram os repatriados foram Sasbassar e Zorobabel, ambos descritos como 'governadores' de Yehud (Esdras 5,14; Ageu 1,1). Sasbassar, o que levou de volta os tesouros do Templo, é figura enigmática. Ele é chamado de 'o príncipe de Judá' (Esdras 1,8), enquanto muitos estudiosos o identificam com Senasser do livro 1º Crônicas 3,18, um dos herdeiros do trono de Davi, talvez até mesmo filho de Joaquin. Zorobabel, que completou a construção do Templo, em

516 a.C., era, aparentemente, também da mesma linhagem de Davi; no entanto, ele não exercitou o poder de 'governador' sozinho, mas dividiu-o com o sacerdote Josué. E é significativo que Zorobabel tenha desaparecido do relato bíblico depois do término do Templo. Pode ser que sua origem, da casa de Davi, tenha alimentado esperanças messiânicas em Judá (Ageu 2,20-23), o que teria levado as autoridades persas a chamá-lo de volta, por motivos políticos.

Desse ponto em diante, a família de Davi não desempenhou mais nenhum papel na história de Yehud. Ao mesmo tempo, o clero, que ascendeu para uma posição de liderança no exílio e que também exerceu papel influente entre aqueles que permaneceram em Judá, manteve sua proeminência, em virtude da capacidade de preservar a identidade de grupo. Assim, nas décadas seguintes, o povo de Yehud foi conduzido por um sistema binário de poder: politicamente, por governadores indicados pela autoridade persa e que não tinham nenhuma relação com a família real de Davi; religiosamente, por sacerdotes. Pelo fato de não existir, naquela circunstância, a instituição da realeza, o Templo se tornou o centro de identificação do povo de Yehud. Esse foi um dos momentos decisivos mais cruciais na história judaica.

Remodelando a história de Israel

Uma das principais funções da elite sacerdotal no período pós-exílio de Jerusalém — além da condução dos renovados sacrifícios e rituais de purificação — foi a ininterrupta produção de literatura e de escritura sagrada, para unir a comunidade e determinar suas normas contra todos os povos ao redor. Há muito tempo, os estudiosos observaram que a fonte sacerdotal (P) no Pentateuco é, na

maior parte, do período pós-exílio, e está relacionada com a ascensão dos sacerdotes à proeminência na comunidade do Templo, em Jerusalém. Não menos importante, a redação final do Pentateuco também data desse período. O estudioso bíblico Richard Friedman foi um pouco mais além e sugeriu que o redator que formalizou e finalizou a 'Lei de Moisés' foi Esdras, especificamente descrito como "o escriba da lei do Deus do céu" (Esdras 7,12).

Os escritores do período pós-exílio, de volta a Jerusalém, precisavam não somente explicar a destruição da cidade pelos babilônios, mas também reunir a comunidade de Yehud em torno do novo Templo; eles precisavam dar ao povo esperança de um futuro melhor e mais próspero; tratar o problema da relação com os povos vizinhos, em especial os do norte e do sul; e lidar com questões relacionadas com problemas domésticos da comunidade. Nesses aspectos, as necessidades da comunidade de Yehud no período pós-exílio eram semelhantes às necessidades do antigo Estado monárquico judaico. Ambas eram comunidades pequenas, habitavam território limitado — apenas uma parte da Terra Prometida — mas de grande importância como centro espiritual e político dos israelitas.

Ambas eram cercadas por vizinhos estrangeiros e hostis; ambas reivindicavam territórios vizinhos que estavam fora de seu reino; ambas enfrentaram problemas com estrangeiros de dentro e de fora e estavam preocupadas com questões sobre a pureza da comunidade e de assimilação. Dessa maneira, muitos dos ensinamentos do final do período monárquico de Judá não eram estranhos aos ouvidos do povo na Jerusalém do período pós-exílio. A idéia da centralidade de Judá e de sua superioridade sobre os seus vizinhos ressoava, com certeza, na consciência da comunidade de Jerusalém, no final do século VI e no século V a.C. Mas outras circunstâncias — tais como o declínio da casa de Davi e a

vida sob o domínio de um império — forçaram os primeiros escritores do período pós-exílio a reformular velhas idéias.

A narrativa do Êxodo assumiu significativa importância no período do exílio e no seguinte. A história da grande libertação deve ter tido forte apelo para os exilados na Babilônia. Como o estudioso bíblico David Clines observou, "o cativeiro no Egito é seu próprio cativeiro na Babilônia, e o êxodo passado se torna o êxodo que ainda acontecerá". De fato, a surpreendente semelhança dos temas na história do êxodo do Egito e nas memórias do retorno do exílio podem ter influenciado a formulação de ambas as narrativas. Lendo a saga do Êxodo, os repatriados encontraram um espelho de sua própria má situação. De acordo com Yair Hoffman, estudioso bíblico da Universidade de Tel Aviv, ambas as histórias nos contam como os israelitas deixaram sua terra para um país estrangeiro; como a terra de Israel foi considerada propriedade dos que partiram e que deveriam voltar por causa da promessa divina; como, depois de um período difícil no exílio, o povo que partira voltou para sua terra natal; como, no caminho de volta, os que regressavam tiveram que atravessar perigoso deserto; como o retorno para a terra natal despertou conflitos com a população local; como os que regressaram conseguiram se estabelecer apenas em parte de sua Terra Prometida; e como as medidas foram tomadas pelos líderes para que os que regressavam evitassem a assimilação entre israelitas e a população da terra.

Da mesma maneira, a história de Abraão migrando da Mesopotâmia para a Terra Prometida em Canaã, para se tornar um grande homem e estabelecer próspera nação, sem dúvida atraiu o povo nos tempos do exílio e do pós-exílio. A forte mensagem sobre a separação entre os israelitas e cananeus nas narrativas dos patriarcas também se ajusta às atitudes do povo no período pós-exílio em Yehud.

Ainda assim, dos pontos de vista político e étnico, o problema mais grave da comunidade depois do exílio residia ao sul. Depois da destruição, os edomitas se fixaram nas áreas ao sul do reino derrotado, no vale de Bersabéia e nas colinas de Hebron, região que logo seria conhecida como Iduméia, a terra dos edomitas. Delinear uma fronteira entre 'nós' (a comunidade pós-exílica na província de Yehud) e 'eles' (os edomitas, nas áreas montanhosas ao sul) era da mais extrema importância. Demonstrar, como na história de Jacó e Esaú, que Judá era centro superior e Edom era secundário e incivilizado era, pois, essencial.

A tradição dos túmulos dos patriarcas na caverna em Hebron, que pertence à fonte (P) sacerdotal do texto bíblico, deveria também ser compreendida nesse cenário. A comunidade de Yehud controlava apenas uma parte dos territórios do destruído reino de Judá, e agora a fronteira do sul de Yehud ficou delimitada entre as cidades de Betsur e Hebron, com essa última permanecendo do lado de fora desses limites. Relembrando a importância de Hebron no tempo da monarquia, o povo de Yehud deve ter lamentado amargamente o fato de a cidade então não mais lhe pertencer. A tradição de estabelecer os túmulos dos patriarcas, os fundadores da nação, em Hebron aprofundaria sua forte ligação com as zonas rurais montanhosas. Fosse a história antiga ou não e a tradição verdadeira, ela pareceu muito interessante para os autores da fonte sacerdotal, que a enfatizaram nas narrativas dos patriarcas.

Os últimos editores do Gênesis não se contentaram, entretanto, com meras metáforas. Eles queriam mostrar como as origens do povo de Israel residiam no próprio coração do mundo civilizado. Dessa maneira, diferentemente dos povos inferiores que surgiram nas regiões subdesenvolvidas e incivilizadas, eles diziam que o grande pai do povo de Israel viera da cosmopolita e famosa cidade

de Ur. As origens de Abraão em Ur são mencionadas apenas em dois versos isolados (Gênesis 11:28; 31, documento P), enquanto sua história parece muito mais centrada na cidade — aramaica — de Harã, no norte da Síria. Mas mesmo aquela breve menção era suficiente. A cidade de Ur como lugar de nascimento de Abraão teria desfrutado de enorme prestígio como a terra natal do declarado antepassado nacional. Ur não somente foi reconhecida como lugar de extrema antiguidade, de saber e de conhecimento, mas também ganhou enorme prestígio em toda a região, durante o período de seu restabelecimento como centro religioso por Nabonido, rei babilônio, ou caldeu, em meados do século VI a.C. Dessa maneira, a referência às origens de Abraão na cidade de 'Ur dos caldeus' teria oferecido aos judeus antiga linhagem cultural, de distinção extremada.

Em resumo, o estágio pós-exílio da edição da Bíblia recapitulou muitos temas-chave do começo do século VII que discutimos em grande parte deste livro. Esse fato se deveu às realidades e necessidades similares das duas eras. Mais uma vez, os israelitas estavam instalados em Jerusalém, no meio de grande incerteza, sem o controle da maior parte da terra que consideravam sua pela promessa divina. Mais uma vez, a autoridade central precisava unir a população. E, mais uma vez, o fez brilhantemente, reformulando e reestruturando o âmago histórico da Bíblia de tal maneira que o tornou capaz de cumprir a função de principal fonte de identidade e de âncora espiritual para o povo de Israel, enquanto este enfrentava os muitos desastres, desafios religiosos e mudanças políticas do destino que o aguardava pela frente, ao longo da história.

Epílogo

Futuro do Israel bíblico

Yehud permaneceu nas mãos dos persas durante dois séculos, até a conquista de Alexandre, o Grande, em 332 a.C. Foi então incorporado aos impérios estabelecidos pelos sucessores de Alexandre, primeiro o dos ptolomeus, do Egito, e depois o dos selêucidas, da Síria. Durante mais de 150 anos depois da conquista de Alexandre, os líderes sacerdotais da província, agora conhecida como Judéia, mantiveram os costumes e observaram as leis que tinham sido formuladas, de início, na época do rei Josias e, depois, codificadas e refinadas nos períodos do exílio e pós-exílio. De fato, é do período helenístico, por volta de 330 a.C., que ganhamos a primeira descrição extensa das leis e dos costumes bíblicos, do ponto de vista de um observador não judeu. O escritor grego Hecateus de Abdera, que viajou para o Oriente Próximo não muito tempo depois da morte de Alexandre, dá uma idéia remota de um estágio da tradição judaica no qual o prestígio do clero e o poder da legislação social do Deuteronômio tinham suplantado completamente a tradição da monarquia. Falando sobre as leis estabelecidas por "um homem chamado Moisés, eminente tanto por sua sabedoria como por sua coragem", Hecateus observou:

> Ele escolheu homens de maior refinamento e com a maior capacidade para chefiar a nação inteira, e nomeou-os sacerdotes, e ordenou que eles se ocupassem do Templo, das honras e dos sacrifícios oferecidos para o seu Deus. Ele nomeou esses mesmos homens como juízes para todas as disputas importantes, e lhes confiou a guarda e a observância das leis e dos costumes. Por essa razão, os judeus jamais tiveram um rei.

Os judaicos (ou judeus) tornaram-se conhecidos em todo o Mediterrâneo como uma comunidade com excepcional devoção ao seu Deus. No seu âmago, não abrigavam apenas códigos de lei e normas de sacrifício, mas a saga de uma história nacional que começara com o chamado de Abraão, na distante Ur, e terminara com a restauração da comunidade do Templo por Esdras e Neemias no período pós-exílio. Com o abandono da monarquia e a dispersão dos judeus por todo o mundo greco-romano, o texto sagrado da Bíblia hebraica foi, aos poucos, traduzido para o grego, nos séculos II e I a.C., e se tornou a principal fonte de identidade e liderança da comunidade para todos aqueles membros da casa de Israel que viviam além das imediações do Templo de Jerusalém. Sua saga do Êxodo e da conquista da Terra Prometida oferecia visão partilhada de solidariedade e de esperança para cada indivíduo da comunidade, de uma maneira que mitologias reais ou heróicas jamais poderiam fazer.

Mudanças dramáticas ocorreriam no confronto da liderança sacerdotal da Judéia com a cultura e a religião helenísticas no século II a.C. O movimento radical de resistência dos macabeus — de muitas maneiras remanescente da ideologia do movimento deuteronomista da época de Josias — conseguiu conquistar grande parte da terra tradicional de Israel e impor a Lei aos seus habitantes. Mas o poder maior da Bíblia não seria como o de um guia para conquistas militares ou para triunfos políticos, destinados apenas a fomentar a prosperidade de um governante específico ou de uma dinastia.

No século I a.C., enquanto os reis asmoneus, da linhagem dos macabeus, declinaram em meio a disputas dinásticas, e o rei Herodes, tributário romano, tomou o poder na Judéia, a Bíblia emergiu como força unificadora e âmago de uma comunidade duramente pressionada. As histórias de libertação e das conquistas de Josué conferiram poder emocional muito especial aos movimentos populares de resistência contra os tiranos locais e senhores romanos durante todo o século I a.C. e nos séculos I e II d.C. Em nenhum outro lugar do mundo antigo uma saga compartilhada tão convincente havia sido feita com tamanha habilidade: os épicos e mitos gregos falavam apenas por metáforas e exemplos; já os épicos religiosos mesopotâmios e persas ofereciam segredos cósmicos, mas nenhum deles possuía uma história relacionada com a terra nem um guia prático para a vida. A Bíblia hebraica oferecia ambos, provendo uma estrutura narrativa na qual todo judeu podia identificar sua história familiar e nacional. Em resumo, a saga de Israel, que primeiro se cristalizara na época de Josias, tornou-se o primeiro pacto nacional e social completamente articulado do mundo, abrangendo homens, mulheres e crianças, ricos, pobres e destituídos de uma comunidade inteira.

Com a destruição do Segundo Templo em 70 d.C. e o aparecimento do cristianismo, o poder independente da Bíblia, como carta constitucional formativa — não apenas como uma brilhante obra de literatura ou uma coleção de leis e de sabedoria antiga — se provou insuperável. Foi a base da continuada e permanente elaboração do Mixná e do Talmude (Talmud) do judaísmo rabínico e reconhecida como o 'Velho Testamento' da formação do cristianismo. A consciência espiritual descendente de Abraão e a experiência comum da escravidão do Êxodo tornaram-se mentalidade partilhada para as progressivas e crescentes redes de comunidades

em todo o império romano e no mundo mediterrâneo. A espera pela redenção futura, embora não mais relacionada com a desaparecida dinastia de Davi, foi mantida viva nas expectativas proféticas e messiânicas do judaísmo e na crença do cristianismo de que Jesus pertencia à linhagem de Davi. A morte pungente do suposto messias Josias, tantos séculos antes, havia estabelecido o padrão que sobreviveria através da história.

A Bíblia hebraica ofereceria incomparável fonte de solidariedade e de identidade para incontáveis comunidades nos séculos seguintes. Os detalhes de suas narrativas, extraídos de preciosas memórias antigas, histórias fragmentadas e lendas reescritas, possuem força não só como crônica objetiva de acontecimentos de uma pequena terra na margem oriental do Mediterrâneo, mas como expressão intemporal do que pode ser o destino divino de um povo. Exatamente como os súditos de Carlos Magno prestavam-lhe homenagem como um novo Davi, como um conquistador — e como os seguidores do sultão otomano Suleiman viam nele a sabedoria de Salomão —, outras comunidades em contextos culturais bem diferentes identificariam suas próprias lutas com as lutas do Israel bíblico. Comunidades de camponeses da Europa medieval se uniram em rebeliões apocalípticas com as imagens e os heróis da Bíblia hebraica em suas bandeiras de batalha. Os colonos puritanos da Nova Inglaterra foram longe ao se imaginar como israelitas vagueando pelo deserto em que recriaram a Terra Prometida — com suas Salem, Hebron, Goshen e New Canaan — nos prados e nas florestas de sua nova terra, a América. E nenhum deles jamais duvidou de que o épico bíblico fosse verdadeiro.

Foi somente quando a Bíblia hebraica começou a ser dissecada e estudada, distanciando-se de sua eficiente função na vida comunitária, que teólogos e estudiosos bíblicos passaram a exigir dela

algo que não era e que não possuía. Desde o século XVIII, na busca do Iluminismo por uma história acurada e comprovável, a realidade factual histórica da Bíblia se tornou — e assim permanece — tema de debate com sabor amargo. Compreendendo que uma criação em sete dias e milagres espontâneos não podiam ser explicados de modo satisfatório pela ciência e pela razão, os estudiosos passaram a selecionar e escolher o que eles achavam que era 'histórico' na Bíblia e o que não era. Teorias surgiram sobre as várias fontes contidas no texto bíblico, e os arqueólogos passaram a argumentar sobre as evidências que comprovavam ou desmentiam a credibilidade histórica de determinadas passagens bíblicas.

Ainda assim, a integridade da Bíblia e, de fato, sua historicidade não dependem de 'provas' históricas duvidosas de nenhum de seus acontecimentos e personagens específicos, tais como a divisão do mar Vermelho, o clangor das trombetas que derrubaram as muralhas de Jericó ou o assassinato de Golias por Davi com um único disparo de sua atiradeira. O poder da saga bíblica deriva do fato de que é uma narrativa muitíssimo interessante e coerente, uma manifestação de temas intemporais da libertação de um povo, da contínua resistência à opressão e da busca pela igualdade social. Essa saga expressa, com eloqüência, o sentimento profundamente arraigado de origens, experiências e destino compartilhados, de que toda comunidade humana precisa para sobreviver.

Em termos históricos específicos, agora sabemos que a saga épica da Bíblia surgiu inicialmente como uma resposta às pressões, às dificuldades, às esperanças e aos desafios enfrentados pelo povo do pequeno reino de Judá, nas décadas que antecederam sua destruição, e pela comunidade ainda menor do Templo em Jerusalém, no período posterior ao exílio na Babilônia. De fato, a maior contribuição da arqueologia para nossa compreensão da Bíblia pode

ser a constatação de que essas sociedades remotas, pobres, relativamente pequenas, do final da monarquia em Judá, e no Yehud pós-exílio, pudessem ter produzido os contornos principais desse épico duradouro, em tão curto período de tempo. Essa compreensão é crucial, pois, quando reconhecemos quando e por que as idéias, imagens e eventos descritos na Bíblia acabaram tão habilmente entrelaçados é que podemos, enfim, começar a apreciar o verdadeiro talento, o gênio e o poder de continuidade dessa criação literária e espiritual, única no seu gênero e a mais influente na história da humanidade.

Apêndice A

Teorias da historicidade da era dos patriarcas

A hipótese dos amorreus

Com a evolução da moderna arqueologia na terra da Bíblia, ficou claro que Canaã, no terceiro milênio a.C. — a antiga Idade do Bronze —, caracterizava-se por possuir uma vida urbana muito desenvolvida. Esse fato em si não se justifica, obviamente, como pano de fundo histórico para as narrativas das peregrinações dos patriarcas, que tiveram poucos encontros urbanos. Nesse primeiro período urbano da Idade do Bronze, surgiram e se desenvolveram grandes cidades nas zonas costeiras e planas, algumas delas ocupando áreas de 50 acres e acomodando vários milhares de habitantes. Elas eram cercadas por grandes fortificações e incluíam palácios e templos. Embora não existam textos desse período, uma comparação da situação no terceiro milênio a.C. com a do segundo período urbano (no segundo milênio a.C., do qual temos textos) sugere que as cidades mais influentes serviam como capitais de 'cidades-Estado' e que a população rural estava subordinada a esses centros. A cultura material era a de um povo sedentário bem organizado. Mas, no final do terceiro milênio a.C., esse florescen-

te sistema urbano entrou em colapso. As cidades foram destruídas, muitas delas se transformaram em ruínas e jamais se recuperaram do choque. E inúmeros assentamentos rurais circunvizinhos a essas cidades foram abandonados. O que se seguiu foi um período de poucos séculos, no final do terceiro milênio e possivelmente no começo do segundo, com uma cultura bem diferente, sem grandes cidades, ou seja, sem vida urbana. A maioria da população da Palestina — como os arqueólogos acreditavam nas décadas de 1950 e 1960 — praticava como atividade de subsistência o pastoreio nômade antes que a vida urbana, aos poucos, se recuperasse e Canaã entrasse num segundo período urbano, o da Idade do Bronze média, no começo do segundo milênio a.C.

O estudioso americano William F. Albright acreditava ter identificado o cenário histórico dos patriarcas nesse interlúdio nômade entre os dois períodos de uma vida urbana desenvolvida em Canaã, um interlúdio que caiu entre 2100 e 1800 a.C., próximo da época dos patriarcas, como indicado pela cronologia bíblica. Albright chamou esse período de Idade do Bronze média I (outros estudiosos o chamaram, de modo mais apropriado, de Idade do Bronze intermediária, porque foi um intervalo entre duas eras urbanas). Albright e outros estudiosos da época argumentaram que o colapso da vida urbana na antiga Idade do Bronze foi repentino e que resultou de uma invasão ou de uma migração de pastores nômades do nordeste. Ele identificou os invasores com o povo chamado amurru — ou os amorreus (literalmente, 'ocidentais') — dos textos mesopotâmicos. Albright e seus seguidores deram um passo além ao identificar os patriarcas como amoritas e dataram o período de Abraão nas narrativas do Gênesis dessa fase da história de Canaã. De acordo com essa reconstrução, Abraão era um amorreu, um mercador, que migrou do norte e

peregrinou através das áreas montanhosas centrais de Canaã e também pelo Neguev.

E qual foi a causa histórica da peregrinação de Abraão?

Albright sugeriu que Abraão, "um caravaneiro de grande reputação", tomou parte na ampla rede comercial do século XIX a.C. Textos dessa época, encontrados perto de Kayseri, na Turquia central, atestam próspera relação comercial entre a Mesopotâmia e o norte da Síria (criando assim um paralelo com o deslocamento de Abraão, no Gênesis, de Ur a Harã), e a pintura de um túmulo do Egito, do mesmo período, provê evidência do comércio de caravana entre a Transjordânia e o Egito (como descrito na história de José, no Gênesis). Em ambos os casos, jumentos eram usados como animais de carga. Assim, Albright fez um elo entre os dois fenômenos — a natureza pastoril da era dos patriarcas e os jumentos de carga da caravana comercial do século XIX — argumentando que a Idade do Bronze média I continuava até cerca de 1800 a.C. O arqueólogo Nelson Glueck forneceu aparente comprovação para tal teoria. Seus levantamentos no sul da Transjordânia e no deserto do Neguev revelaram centenas de sítios do mesmo período. Albright acreditava que esses sítios forneciam o pano de fundo histórico para os relatos sobre a atividade de Abraão no Neguev e para a destruição das cidades no mar Morto.

Ainda assim, a hipótese dos amorreus não durou muito tempo. Com as escavações adicionais em todo o país, a maioria dos especialistas chegou à conclusão de que o sistema urbano do início da Idade do Bronze não entrou em colapso da noite para o dia, mas declinou aos poucos, durante muitas décadas, mais por causa das convulsões econômicas e sociais locais dentro de Canaã do que de uma onda de invasores externos. Enquanto isso, a hipótese dos amorreus recebeu

um golpe de outra direção, pois ficou claro que o termo "amorreu" não era restrito ao povo de pastores. As comunidades das aldeias no norte da Síria, no começo do segundo milênio, também eram chamadas amorreus. Portanto, dificilmente Abraão chegou a Canaã como integrante de uma onda de invasores externos.

Além disso, a aparente similaridade entre o modo de vida dos pastores na fase seguinte da história do país e as descrições da vida nômade de Abraão também provaram ser ilusão. Agora está claro que a Idade do Bronze intermediária não foi um período completamente nômade. É verdade que não havia grandes cidades naquele período, e a proporção de pastores nômades entre a população em geral cresceu. Mas, de forma significativa, grande parte da população permaneceu sedentária, vivendo em vilas e em aldeias. Numa clara contradição com a teoria de uma grande migração de nômades do norte, a continuidade da arquitetura, dos estilos da cerâmica e dos padrões de assentamento sugere que a população de Canaã, nessa fase interurbana, foi predominantemente nativa. A população descendia de pessoas que tinham vivido em grandes cidades, poucas gerações antes. E as mesmas pessoas restabeleceriam a vida urbana em Canaã, nas cidades da Idade do Bronze média.

Não menos importante era o fato de que alguns dos principais sítios mencionados nas narrativas dos patriarcas — tais como Shechem, Bersabéia e Hebron — não renderam achados arqueológicos da Idade do Bronze intermediária; esses sítios simplesmente não eram habitados naquele período.

Patriarcas na Idade do Bronze média

Outra teoria relacionava a era dos patriarcas com a Idade do Bronze II média, o ápice da vida urbana na primeira metade do

segundo milênio a.C. Estudiosos bíblicos que defendiam essa opinião, como o francês Roland de Vaux, argumentaram que a natureza da Idade do Bronze média, como se deduz tanto da arqueologia como de textos, se ajusta melhor à narrativa bíblica, pois algumas vezes os patriarcas são retratados vivendo em tendas próximas a cidades. Sob o ponto de vista da arqueologia, todos os sítios influentes mencionados no Gênesis — Shechem, Betel, Hebron e Gerara — foram cidadelas fortificadas na Idade do Bronze média. Textualmente, essa relação tenda/cidade é autenticada pelo arquivo encontrado nas ruínas da famosa cidade de Mari, do começo do segundo milênio, ao lado do Eufrates, na Síria. Além disso, os defensores de uma data para o período dos patriarcas na Idade do Bronze média argumentaram que seus nomes pessoais parecem nomes amorreus do começo do segundo milênio a.C. e são diferentes dos nomes comumente usados em eras posteriores, quando o material bíblico foi eternizado pela escrita. O melhor exemplo apresentado é o de Jacó, nome que ocorre várias vezes no início do segundo milênio a.C.

Os eruditos americanos Cyrus Gordon e Ephraim Speiser também se referiram a semelhanças entre práticas sociais e legais na descrição bíblica do período patriarcal e as mesmas práticas descritas em textos do Oriente Próximo, do segundo milênio a.C. Paralelos como esses, eles argumentam, não podem ser encontrados em períodos posteriores da história no antigo Oriente Próximo. O mais notável desses textos é o conjunto de tabuletas Nuzi, do norte do Iraque, que datam do século XV a.C. As tabuletas Nuzi — a maioria de arquivos familiares — descrevem os costumes dos hurrianos, povo não semita que estabeleceu o poderoso Estado de Mitani, no norte da Mesopotâmia, na metade do segundo milênio a.C. Para citar alguns exemplos, em Nuzi uma mulher estéril era

obrigada a providenciar uma escrava para seu marido gerar filhos — claro paralelo com a história bíblica de Sara e de Agar no livro do Gênesis 16. Em Nuzi, escravos eram perfilhados por casais sem filhos, prática semelhante à adoção de Eliezer por Abraão como seu herdeiro (Gênesis 15,2-3). Os acordos de Jacó com Labão, em troca de seu casamento com Raquel e Lia, também encontram paralelos nas tabuletas Nuzi. Similaridades entre esses textos e o material bíblico na era dos patriarcas foram entendidas como pano de fundo da forte influência cultural dos hurrianos, que se estendeu até o sul de Canaã. Para estabelecer a ligação entre Nuzi e a Idade do Bronze média, os costumes Nuzi foram interpretados como reflexos das práticas hurrianas mais antigas do segundo milênio.

Mas a solução Idade do Bronze média II/Nuzi não foi duradoura e também se desintegrou. Do ponto de vista da arqueologia da Palestina, a dificuldade veio principalmente do que não vemos ou do que não ouvimos do texto bíblico. A Idade do Bronze média foi um período de vida urbana desenvolvida. Canaã era dominada por um grupo de cidades-Estado governadas de capitais, como Hazor e Megiddo. Estas cidades eram fortificadas com imensas rampas de terra e maciços portões, tinham grandes palácios e altos templos. No entanto, no texto bíblico não vemos nada disso; de fato, poucas cidades são mencionadas, e não necessariamente as mais importantes. Shechem (como uma cidade) não está no texto bíblico, nem Betel, nem Jerusalém; todas eram maciças cidadelas fortificadas da Idade do Bronze média. Nas planícies, deveríamos ter ouvido falar sobre Hazor, Megiddo e Gezer, não sobre Gerara. A história bíblica dos patriarcas não é, com certeza, a história de Canaã nesse período. É o fenômeno de nômades vivendo perto de moradores de cidades não foi restrito a essa época. E também o nome dos patriarcas foi encontrado subseqüentemente em outros períodos, como na Idade

do Bronze posterior e na Idade do Ferro. Por exemplo, o nome Jacó, que é muito comum na Idade do Bronze, aparece na Idade do Bronze média posterior, no século V a.C., e ainda mais tarde.

E sobre os textos Nuzi, estudos posteriores comprovaram que as práticas sociais e legais que mostram analogias com as narrativas bíblicas não podem se restringir a um único período; elas eram comuns no antigo Oriente Próximo através do segundo e do primeiro milênio a.C. Em alguns casos, constata-se que materiais do primeiro milênio podem oferecer melhores paralelos. Por exemplo, a responsabilidade da mulher estéril de providenciar uma serva para seu marido a fim de gerar filhos surgiu em períodos posteriores, como em um contrato de casamento do século VII, da Assíria.

Patriarcas na Idade do Ferro antiga

Exatamente quando a hipótese do segundo milênio parecia caso perdido, o estudioso bíblico israelita Benjamin Mazar tomou um caminho diferente, utilizando a informação arqueológica para sugerir que a descrição da era dos patriarcas deveria ser estudada contra o pano de fundo do início da Idade do Ferro. Mazar observou, em particular, os anacronismos no texto, como a menção de um rei filisteu (de Gerara) e dos arameus; é desnecessário dizer que não existiam filisteus em Canaã na Idade do Bronze média nem na posterior. Textos egípcios e a arqueologia provaram, acima de qualquer dúvida, que os filisteus e os arameus se fixaram na costa sul da Palestina no século XII a.C. Ao invés de analisar seu aparecimento ali como inserção tardia (no tempo da compilação) numa tradição anterior, Mazar argumentou que o texto reflete íntimo conhecimento dos reinos filisteus, num exato período antes do estabelecimento da monarquia em Israel. Os arameus também

aparecem proeminentemente nas histórias dos patriarcas, mas não no antigo Oriente Próximo antes do começo da Idade do Ferro, e seus reinos somente emergiram mais tarde, em particular no século IX a.C. Mazar analisou que a descrição dos arameus como povo de pastores reflete uma fase anterior em sua história, antes de organizarem seus primeiros estados. Assim, ele concluiu que as peregrinações dos patriarcas nas áreas montanhosas centrais, entre Shechem e Hebron, se enquadram no cenário geográfico dos antigos assentamentos israelitas na Idade de Ferro I. Algumas dessas tradições, como a de Jacó construindo um altar em Betel, podem ser compreendidas no cenário do período dos Juízes, enquanto outras tradições, como a da centralidade de Hebron, se ajustam aos primeiros dias da monarquia, sob Davi. O erudito bíblico americano Kyle McCarter assumiu opinião semelhante, embora tenha sido mais cauteloso. Ele via diferentes estratos de composição nas narrativas dos patriarcas e argumentou que algumas delas podem datar da Idade do Bronze. Mas, sobre temas relacionados com o lugar especial conferido a Judá nas histórias dos patriarcas — a importância dada à figura de Abraão e aos túmulos desses venerandos personagens em Hebron —, McCarter assumiu ponto de vista diferente do sugerido por Mazar. Ele argumentou que a importância de Hebron nas histórias dos patriarcas pode ser compreendida melhor contra o pano de fundo do estabelecimento da monarquia de Davi.

Mazar estava certo sobre sua afirmação de que a realidade por trás das histórias do livro do Gênesis não pode ser compreendida sob o cenário da Idade do Bronze média, mas que deve, ao contrário, ser traçada junto às realidades da Idade do Ferro. Ainda assim, ele estava enganado, porque suas datas na Idade do Ferro eram muito antecipadas. A moderna pesquisa arqueológica de-

monstra que Judá, onde uma convincente fonte J parece ter sido escrita, era muito pouco habitada até o final do século VIII a.C. Da mesma maneira, um século de escavações arqueológicas em Jerusalém indicou que a capital de Judá tornou-se cidade de expressão, mais ou menos na mesma época; e Jerusalém, no século X a.C., não passava de uma pequena vila. Além disso, os resultados de décadas de escavações mostraram que Judá não atingiu nível significativo de alfabetização antes do final do século VIII a.C. Por fim, e não menos importante, as narrativas dos patriarcas estão repletas de referências a realidades monárquicas mais recentes, do século VII a.C., em particular.

Apêndice B

Em busca do Sinai

Ao menos tomando como base os mapas modernos de turismo da península do Sinai, parece não haver dificuldades especiais para identificar os lugares mais importantes citados nas histórias bíblicas da caminhada do povo de Israel pelo deserto e da entrega da Lei a Moisés. O monte Sinai e outros lugares bíblicos têm sido logo identificados e visitados desde tempos medievais e mesmo antes, no período bizantino. De fato, a primeira teoria completa sobre a rota da caminhada pelo deserto e a localização do monte Sinai tem 1.500 anos. Ela remontava a antigas tradições cristãs, relacionadas com o movimento monástico e com as peregrinações a lugares sagrados no deserto, entre os séculos IV e V d.C. Atualmente, essas tradições ainda são veneradas por turistas e peregrinos no monte Sinai e no sítio da sarça ardente.

No coração da região montanhosa ao sul do Sinai e cercado por assombrosos picos de granito, situa-se o mosteiro de Santa Catarina. Construído no século VI d.C. pelo imperador bizantino Justiniano, para eternizar a memória do suposto sítio da sarça ardente (que ainda é mostrado aos visitantes), o mosteiro adquiriu

seu nome atual em tempos medievais. Cercado por muralhas altas, para protegê-lo de vândalos, evoca imagens de eras esquecidas; sua magnífica igreja e muitas de suas fortificações pertencem à construção original do século VI. Encimando o mosteiro está o pico do Jebel Musa (a 'montanha de Moisés', em árabe), identificado como o monte Sinai desde o período bizantino. Nesse pico, que possui uma das mais espetaculares vistas do deserto, ainda se podem identificar as ruínas de uma capela do século VI; e nas montanhas ao redor do Jebel Musa e do mosteiro de Santa Catarina existem outros remanescentes arqueológicos de antigos mosteiros isolados, com igrejas, celas para ermitãos e instalações de água.

Referências a alguns desses sítios podem ser encontradas em textos contemporâneos. Número relativamente grande de textos bizantinos descreve a vida dos monges do Sinai e a construção do mosteiro da sarça ardente, e não menos interessantes são os textos relacionados com a peregrinação ao monte de Deus. O mais detalhado deles é a descrição de uma peregrina do final do século IV, chamada Egéria, que conta como ela e seus companheiros subiram aquele monte e como os monges que ali viviam lhes mostraram cada um dos sítios mencionados nos relatos bíblicos do monte Sinai.

A confiabilidade histórica dessas tradições, entretanto, está aberta a questionamentos. Enquanto é possível que os monges bizantinos tenham preservado tradições ainda mais antigas, não há como verificá-las, pois não existem remanescentes de tempos bíblicos nessa região. A explicação mais plausível para as origens das antigas tradições cristãs no sul do Sinai é sua localização genérica e suas características ambientais. O mosteiro da sarça ardente, dos monges bizantinos e o monte Sinai estão situados numa região de beleza excepcional, no meio de grandioso cenário montanhoso, que deve ter provocado a veneração de monges e pere-

grinos. Além disso, foi possível a ocupação contínua desses sítios; a área em torno do mosteiro oferecia aos monges vantagens excepcionais, graças à combinação específica do microclima e das formações geológicas. As montanhas elevadas ao sul do Sinai recebem precipitação pluviométrica bem mais substancial que as áreas vizinhas, e o granito vermelho da região é impermeável. Dessa maneira, a água da chuva podia ser acumulada em reservatórios e cisternas. Além disso, os vádis* continham grande quantidade de água no seu subsolo, que podia ser alcançada por poços superficiais. Isso possibilitou aos monges bizantinos o cultivo de campos e pomares nos pequenos vádis entre as montanhas (como fazem os grupos beduínos até hoje).

Portanto, parece que essa combinação de cenário deslumbrante, assombroso e inspirador com condições relativamente amigáveis de meio ambiente animou a peregrinação e a ininterrupta veneração desses sítios, nessa parte da península do Sinai. A força da história bíblica do monte Sinai sempre encorajou as tentativas de identificação dessas localidades específicas; no entanto, essas tentativas permanecem no reino do folclore e da especulação geográfica, não da arqueologia.

* Do árabe *wadiy*, é a denominação do leito ou do vale de rios intermitentes do norte da África e do Oriente Próximo, usualmente secos, exceto durante a estação chuvosa. (N. do E.)

Apêndice C

Teorias alternativas da conquista israelita

Infiltração pacífica

Nas décadas de 1920 e 1930, enquanto Albright e seus alunos convenciam-se, aos poucos, de que tinham encontrado evidências arqueológicas da conquista de Josué, um erudito bíblico alemão chamado Albrecht Alt desenvolveu hipótese muito diferente. Professor da Universidade de Leipzig, Alt, com muito ceticismo, não acreditava que o livro de Josué pudesse ser lido como história; como vários de seus colegas acadêmicos alemães, ele defendia a abordagem crítica da Bíblia, pois estava certo de que o relato bíblico fora compilado séculos depois que ocorreram os alegados eventos e que devia ser considerado como mitologia heróica da nação. Mas Alt ainda não estava pronto para concluir que uma explanação histórica da origem dos israelitas estivesse completamente fora de alcance. Enquanto minimizava a narrativa de Josué, Alt estava propenso a aceitar a possibilidade de realidades históricas de uma fonte rival, como o primeiro capítulo do livro dos Juízes. Durante suas viagens através da Palestina nos primeiros anos do século XX, Alt ficou fascinado com

o estilo de vida e padrões de assentamento dos beduínos, nas regiões de estepes do Neguev e no deserto de Judá. Com base no conhecimento de textos antigos e de suas amplas observações etnográficas da vida beduína, em especial de suas relações com as comunidades rurais, ele formulou outra teoria significativa sobre as origens israelitas.

No âmago dessa nova teoria estava a compreensão de que os pastores nômades do Oriente Médio não caminhavam sem rumo, mas se moviam com seus rebanhos numa rotina sazonal fixa. Seus movimentos complexos baseavam-se num entendimento preciso da mudança climática das estações do ano. Como a chuva só acontece no inverno e os pastos verdes são recurso escasso durante o longo e seco verão, os pastores beduínos se viam forçados a administrar seus rebanhos de maneira muito cuidadosa.

Alt observou que, durante as estações chuvosas de inverno, quando havia extenso espaço para o pasto mesmo em áreas áridas de estepes e do deserto, os beduínos se moviam para longe de áreas assentadas, estabelecendo acampamentos nas margens do deserto. Quando chegava a estação seca e os pastos verdejantes do inverno desapareciam, eles movimentavam seus rebanhos para mais perto das áreas verdes, as regiões agrícolas do país onde a terra para o pasto podia ser encontrada. Com certeza, os beduínos são grandes conhecedores da região. Durante séculos, eles firmaram acordo usual e mutuamente benéfico com as comunidades das regiões cultivadas e eram autorizados a pastorear seus animais nos campos recém-colhidos das aldeias permanentes, de modo que o rebanho pudesse pastar no restolho e adubar a terra. Mas no auge do verão, mesmo essa fonte de pastagem se exauria, e restavam vários meses pela frente até a chegada das primeiras chuvas de inverno. Esse era o momento mais crucial para a sobrevivência dos rebanhos. Nesse instante, os

beduínos se dirigiam para os pastos verdes das regiões montanhosas, guiando seus animais no meio de aldeias assentadas, até que a estação das chuvas finalmente chegasse, quando se encaminhavam, de novo, para as margens do deserto.

Essa rotina anual dependia das flutuações do tempo e da quantidade de chuva do inverno, e Alt observou também como mudanças drásticas do clima ou das condições políticas podiam influenciar o beduíno a desistir de seu antigo estilo de vida e se estabelecer sedentariamente. Mas essa mudança de estilo de vida exigia tempo para se materializar; a vida nômade de pastoreio, com seus costumes, ritmos e enorme flexibilidade em muitos aspectos, é a estratégia mais segura para a sobrevivência do que assentar fazenda num único pedaço de terra. Todavia, o processo era visível, já que pequenos lotes sazonais começavam a aparecer em certas áreas específicas de pastoreio de verão, para onde grupos beduínos se habituaram a voltar ano após ano. Depois de semear o trigo ou a cevada nesses pequenos lotes, eles partiam com seus rebanhos, para retornar na primavera seguinte, a tempo de colher a safra.

No começo, pequenos grupos cultivavam lotes isolados, enquanto prosseguiam pastoreando seus rebanhos; parte da família ficava junto aos campos, enquanto o resto movimentava os animais. Esses pequenos lotes sazonais foram, aos poucos, ampliados e os beduínos se tornavam mais dependentes deles para o grão de que necessitavam, já que sem isso teriam que obtê-lo no comércio com os aldeãos. E, à medida que o tempo e o esforço dedicados ao cultivo agrícola cresciam, o tamanho de seus rebanhos diminuía, pois se sentiam impelidos a permanecer perto dos campos e não podiam mais empreender a migração de longo alcance. O último estágio do processo era o assentamento permanente, com a construção de casas definitivas e o abandono do pastoreio, exceto nas

vizinhanças imediatas dos campos. Alt observou que esse era um processo gradual e muito pacífico — pelo menos no começo — porque os beduínos se estabeleceram, de início, em regiões pouco povoadas, onde a terra e a água eram relativamente abundantes e a propriedade da terra não era controlada. Foi apenas num período posterior, quando os recém-assentados beduínos passaram a competir pela terra e pela água com os habitantes das aldeias vizinhas, que o conflito — algumas vezes violento — começou.

Nas observações a respeito desse processo de assentamento, ou de sedentarização dos pastores nômades, Alt acreditava ter compreendido a situação descrita no livro dos Juízes. Com o tempo, ele formulou o que acabou sendo conhecida como a teoria da invasão pacífica, de procedência israelita. De acordo com Alt, primeiro os israelitas eram pastores nômades, que, de modo rotineiro, pastoreavam seus rebanhos entre as regiões de estepes no leste, durante o inverno, e nas áreas montanhosas a oeste de Canaã, durante o verão. Ambas as áreas são descritas por antigas fontes egípcias como de povoamento reduzido. Muito embora a terra coberta de florestas fosse difícil de limpar e a topografia fosse acidentada, existia muito solo livre para o cultivo. Dessa maneira, Alt concluiu que certos grupos de nômades pastores começaram a praticar o cultivo agrícola sazonal perto de seus pastos de verão, nas regiões montanhosas de Canaã, na Idade do Bronze posterior; e, assim, teve início o processo de assentamento permanente.

Como nos tempos modernos, esse processo foi gradual e pacífico no princípio. Mas Alt sugeriu que, quando o número de novos assentados cresceu e suas necessidades de terra e de água aumentaram, eles passaram a ter problemas com seus vizinhos cananeus, em particular com aqueles que viviam nas remotas e isoladas cidades das montanhas, como Jerusalém e Luz (Betel). Esses conflitos

sobre os direitos da terra e da água — segundo hipótese que formulou — eventualmente provocaram desordens e pendências prolongadas, que se transformaram em pano de fundo das lutas entre os israelitas e seus vizinhos cananeus e filisteus, no livro dos Juízes.

Embora a hipótese da invasão pacífica seja só teórica, era uma proposta tentadora. Tinha lógica, se ajustava ao cenário demográfico e econômico do país e às histórias do livro dos Juízes, que de qualquer maneira parecia mais histórico do que os relatos das batalhas épicas do livro de Josué. E tinha mais uma vantagem: parecia estar apoiada em antigos textos egípcios. Um papiro da época de Ramsés II, no século XIII a.C., que registrou debate entre dois escribas sobre a geografia de Canaã, descreve a região montanhosa como acidentada, com densas florestas, quase despovoada, habitada por beduínos *shosu*; Alt achou, de fato, que os israelitas podiam ser identificados com esses *shosu*, cujos períodos iniciais de sedentarização nas áreas montanhosas não atraíam a hostilidade egípcia, porque o Egito estava preocupado, em particular, com as áreas férteis ao longo da costa e nos vales do norte, perto das estratégicas rotas internacionais de comércio.

No começo da década de 1950, Yohanan Aharoni, um dos mais fervorosos partidários de Alt entre os arqueólogos israelitas, acreditou ter encontrado evidência conclusiva na alta Galiléia. Aharoni explorou essa região montanhosa e densa de florestas no norte do país e descobriu que a área era quase desprovida de assentamentos cananeus durante a Idade do Bronze posterior. No período subseqüente — a Idade do Ferro I — número razoável de assentamentos pequenos, pobres e isolados foram instalados ali. Aharoni identificou os colonos com os antigos israelitas, mais precisamente com os membros da tribo de Neftali e Aser, relacionados nos capítulos geográficos do livro de Josué como assentados na área montanhosa da Galiléia.

Não inesperadamente, as conclusões de Aharoni foram contestadas, com rigor, por Yigael Yadin, que acreditava que a evidência de conflagração maciça na cidade de Hazor, na Idade do Bronze posterior — a cidade descrita pelo livro de Josué como "a cabeça do reino de todos aqueles reinos" —, tornava impossível qualquer teoria, de qualquer natureza, de invasão pacífica. Yadin, que defendia a tese da conquista unificada, argumentou que enquanto a cidade de Hazor fosse influente os israelitas não poderiam ter se estabelecido na Galiléia. Em sua opinião, o primeiro ato dessa história deve ter sido a destruição de Hazor pelos israelitas, no final do século XIII a.C.; assim que essa cidade estivesse em ruínas é que se abririam as portas para que os israelitas assentassem na alta Galiléia e, de fato, também sobre as próprias ruínas de Hazor.

A reconstrução dos acontecimentos feita por Aharoni era menos heróica, embora não menos romântica. Em sua opinião, os israelitas apareceram na região quando Hazor ainda era uma cidade influente. Mas eles não optaram por uma confrontação. Ao invés de se estabelecerem na vizinhança de Hazor, atraindo a hostilidade de seus habitantes, os israelitas se assentaram, aos poucos e de forma pacífica, na isolada e vazia alta Galiléia, densa de florestas. Ali eles escolheram a luta com o difícil e duro meio ambiente e os riscos de abrir campos agrícolas em áreas montanhosas, em vez de um conflito com a poderosa Hazor. O confronto final aconteceu depois, segundo Aharoni, quando os israelitas ganharam força suficiente para atacar aquela cidade. Somente quando a cidade foi destruída os israelitas se expandiram para as áreas mais férteis e mais ricas do norte, abrangendo a ponta mais ao norte do vale do rio Jordão.

A teoria da invasão pacífica começou a ganhar espaço duas décadas mais tarde, como resultado das explorações realizadas por Aharoni no vale de Bersabéia, uma zona árida ao sul das monta-

nhas de Judá. Nas décadas de 1960 e 1970, Aharoni escavou alguns dos sítios mais importantes no vale: a fortaleza de Arad, a antiga cidade de Bersabéia e o sítio excepcionalmente grande de Tel Masos, da primeira Idade do Ferro, localizado perto de fontes de água fresca, no meio do vale. Aharoni descobriu que a história do assentamento do vale de Bersabéia era similar ao da alta Galiléia. Ao mesmo tempo que não existiam assentamentos permanentes no vale na Idade do Bronze posterior, uma porção desses pequenos assentamentos foi ali estabelecida na Idade do Ferro I. Aharoni identificou esses colonos com os membros da tribo de Simeão. Embora a tribo fosse diferente, Aharoni estava convencido de que a história era a mesma: assentamento pacífico pelos israelitas nos territórios da fronteira ao norte, despovoados de cidades cananéias.

Rebelião dos camponeses

Apesar da formação divergente, fé religiosa e opiniões conflitantes, Albright, Alt, Yadin e Aharoni partilhavam crença fervorosa. Ambas as teorias, a da conquista militar e a da invasão pacífica, presumiam que os israelitas eram um novo grupo que tinha entrado no país no final da Idade do Bronze posterior. E, independentemente de suas diferenças a respeito da compreensão do texto bíblico, todos acreditavam que esse grupo étnico vivia num nível mais baixo de civilização que os nativos cananeus. Yadin e Aharoni caracterizaram esses antigos israelitas como seminômades, e acreditavam que a conquista de Canaã, por invasão ou por infiltração, foi um capítulo no conflito intemporal entre fazendeiros e nômades do Oriente Médio, entre o deserto e o arado.

Essa crença implícita foi profundamente abalada, nas décadas de 1960 e 1970, quando antropólogos e arqueólogos, trabalhando em outras partes do Oriente Médio, compreenderam que as supo-

sições, desgastadas pelo tempo, referentes às nítidas diferenças entre os mundos dos pastores nômades e colonos estabelecidos eram simplistas, românticas, ingênuas e erradas. A primeira e mais importante dessas suposições era a crença do século XIX de que, através da Antiguidade, os desertos sírio e árabe acomodaram número razoável de nômades turbulentos, que periodicamente invadiam a terra assentada e cultivada. Essa hipótese foi desmentida por um consenso crescente entre antropólogos da década de 1960, de que os grandes desertos não poderiam sustentar mais que alguns poucos nômades 'puros' antes da domesticação muito difundida do camelo, como animal de pastoreio, no final do segundo milênio a.C., se não posteriormente. Como essa evolução aconteceu depois de os israelitas terem aparecido em Canaã, era muito difícil que o exemplo da invasão dos beduínos lhes pudesse ser atribuído. Portanto, alguns estudiosos concluíram que os israelitas não eram nômades puros que usavam camelos, mas pastores de carneiros e cabras, de um tipo conhecido por caminhar com seus rebanhos não no deserto, mas às margens das terras cultivadas.

Como Albrecht Alt observara, a colheita de grãos do verão coincidia com a seca dos campos de pastagem nos limites do deserto, e o movimento natural dos pastores e seus rebanhos, na direção de regiões agrícolas bem supridas de água, favorece e até mesmo torna necessária a cooperação entre os dois grupos. Pelo menos, os pastores poderiam ser contratados como trabalhadores agrícolas sazonais, e seus rebanhos poderiam ser autorizados a pastar no restolho dos campos já colhidos. Mas, em muitos casos, os pastores e fazendeiros podiam pertencer a uma única comunidade, cujos nômades partiam para as margens do deserto no inverno, enquanto os sedentários ficavam, a fim de preparar e semear os campos das aldeias.

A pesquisa quanto à natureza do nomadismo pastoril sugeriu que as antigas suposições sobre a gradual transformação dos antigos israelitas, de nômades para fazendeiros, deveriam ser revistas por inteiro. Do ponto de vista antropológico, os pastores israelitas e os fazendeiros cananeus pertenciam ao mesmo sistema econômico. Se houve quaisquer movimentos significativos de população, sua fonte somente poderia ter origem em regiões estabelecidas e teria sido, nas palavras do historiador John Luke, "em direção à estepe e ao deserto, e não do deserto para o arado".

Então apareceu George Mendenhall, exuberante estudioso bíblico da Universidade de Michigan, que rejeitou ambas as teorias sobre o assentamento israelita — a da conquista e a da migração pacífica — com igual desdém. Durante anos, Mendenhall tinha sido uma voz no deserto da erudição bíblica a clamar que o aparecimento da religião israelita e da confederação tribal poderia ser explicado exclusivamente com base na evolução social interna de Canaã, durante a Idade do Bronze posterior. Por volta de 1947, ele revisou a evidência das cartas de Tell el-Amarna e foi um dos primeiros a concluir que os *hapiru*, identificados por alguns eruditos como hebreus, não eram um grupo étnico, mas uma classe social bem definida.

Mendenhall argumentou que as cidades-Estado de Canaã na Idade do Bronze posterior eram organizadas como sociedades muito estratificadas, com rei ou prefeito no topo da pirâmide, príncipes, funcionários da corte e guerreiros das bigas logo abaixo dele, e na base os camponeses. Os *hapiru* estavam aparentemente do lado de fora desse esquema de organização e parece que ameaçaram, de muitas maneiras, a ordem social. Mendenhall e outros observaram que os *hapiru*, embora sedentários de origem, saíam do sistema urbano-rural para servir, algumas vezes, como mercenários aos

arrematadores e, quando não aparecia esse trabalho, alguns deles estimulavam, ativamente, a revolta dos camponeses.

O contexto para tal inquietação social, assegurou Mendenhall, não era um conflito entre os nômades e a população estabelecida, mas entre a população rural e os governantes das cidades-Estado. As cartas de Tell el-Amarna oferecem evidência da miséria e das progressivas e pesadas cobranças sobre os produtos agrícolas e pastorais, feitas pelos reis e pelos senhores egípcios, de quem eram vassalos. Não admira que os *hapiru* tenham conseguido muito sucesso incitando os camponeses e que várias cidades cananéias tenham sido destruídas nesse período. As cidades da Idade do Bronze posterior eram pouco mais que centros administrativos de regimes feudais regionais; sua destruição não foi apenas resultado de vitória militar, mas também o verdadeiro fim do sistema econômico mantido pela cidade-Estado.

Mendenhall escreveu em 1970:

> Tanto os eventos bíblicos quanto as cartas Amarna representam o mesmo processo político, ou seja, a ruptura, de grandes grupos populacionais, não física e geograficamente, mas política e subjetivamente, de qualquer obrigação com os regimes políticos existentes e, em conseqüência, a renúncia a qualquer proteção dessas fontes. Em outras palavras, não houve uma invasão estatisticamente importante da Palestina no começo do sistema das doze tribos de Israel. Não houve nenhum deslocamento radical de população, somente de administradores da realeza (por necessidade!). Em resumo, não houve uma conquista real da Palestina, no sentido que em geral tem sido compreendido; em vez disso, o que aconteceu precisa ser definido, do ponto de vista do historiador secular interessado apenas nos processos sociopolíticos, como uma revolta dos camponeses contra a rede de cidades-Estado interligadas de Canaã.

No centro da teoria da revolução camponesa estava uma explicação original sobre como começou a religião israelita. Mendenhall manteve que os *hapiru* e seus partidários camponeses

jamais teriam se unido e vencido o domínio feudal cananeu sem uma ideologia avassaladora. E ele acreditava que sua ideologia — a veneração a um único Deus transcendental, YHWH — foi uma reação brilhante à religião dos reis cananeus. Ao invés de confiar num panteão de divindades e em elaborados rituais de fertilidade (que podiam ser desempenhados apenas pelo rei e seus sacerdotes oficiais), o novo movimento religioso colocava sua fé em um único Deus, que determinava leis igualitárias de conduta social e que se comunicava diretamente com cada membro da comunidade. Portanto, o jugo dos reis sobre o povo foi cortado pela difusão dessa nova fé. E, para os defensores da teoria da revolta camponesa, a verdadeira conquista israelita consumou-se — sem invasão ou imigração — quando um grande número de camponeses cananeus derrubou seus senhores e se tornou 'israelitas'.

Em 1979, Norman K. Gottwald, outro erudito bíblico americano, aceitou e ampliou as teorias de Mendenhall no livro *The Tribes of Yahweh* (As tribos de Jeová). Mas ele também foi mais adiante; atacou a evidência arqueológica de alto a baixo. Enquanto Mendenhall meramente desconsiderava toda a discussão sobre o assentamento de seminômades nas regiões montanhosas e nas margens do deserto, Gottwald acreditava que aqueles sítios eram, de fato, israelitas. Mas ele fez essa identificação por motivos bem diferentes; teorizou que a fronteira remota e as regiões de floresta eram naturalmente atraentes para os membros de um movimento de independência, que tinham fugido das planícies e dos vales mais povoados (e controlados com rigor) para estabelecer outro modo de vida. Gottwald sugeriu que o assentamento deles nessa região rochosa e pobre de água tinha sido possível, em primeiro lugar, em virtude de progressos tecnológicos: ferramentas de ferro para cortar cisternas na rocha e argila à pro-

va de água para selar paredes de cisternas e para fazer terraços nos declives montanhosos.

No fronte social, Gottwald acrescentou que, em seus novos lares, os israelitas estabeleceram uma sociedade mais igualitária, em que todos tinham possibilidade de acesso aos meios de produção. E, no nível cognitivo, ele sugeriu que as novas idéias de igualdade foram importadas para Canaã por um pequeno grupo de pessoas que veio do Egito e se fixou nas regiões montanhosas. Esse grupo pode ter sido influenciado pelas idéias egípcias não ortodoxas sobre religião, como as que estimularam a revolução de Akhenaton no século XIV a.C., idéias mais próximas do conceito, bem posterior, de monoteísmo. Assim, esse grupo tornou-se o núcleo em torno do qual se cristalizaram novos colonizadores nas regiões montanhosas.

O arqueólogo americano William Dever ofereceu um contexto arqueológico explícito para a teoria da rebelião camponesa. Propondo nova interpretação dos achados das antigas escavações, ele argumentou que a cerâmica e a arquitetura desses assentamentos nas regiões montanhosas na Idade do Ferro I se pareciam com a cerâmica e as construções realizadas pelos habitantes das terras baixas na Idade do Bronze posterior, sugerindo, dessa maneira, que os antigos israelitas vieram de comunidades sedentárias de Canaã. Concordando com Gottwald, Dever propôs que a Idade do Ferro I foi a primeira época na qual a região montanhosa foi muito povoada, graças, em grande medida, a duas inovações tecnológicas: a escavação e o uso da argila nas cisternas para estocar água na rocha (que possibilitaram à nova população estabelecer assentamentos afastados de fontes perenes), e as técnicas de construir terraços agrícolas nas ladeiras íngremes (que abriram caminho para a exploração mais efetiva da região montanhosa, incluindo a especialização em vinhas e olivais, que por sua vez

conduziu à produção em massa de vinho e azeite de oliva). De acordo com Dever, ambas as 'invenções' devem ter se originado numa sociedade complexa e sofisticada sob o ponto de vista técnico, ou seja, a população sedentária de Canaã.

A hipótese da rebelião camponesa, ou da 'revolução social', era muito atraente e conseguiu o apoio de grande número de eruditos e arqueólogos bíblicos. A teoria parecia se encaixar na realidade social do final da Idade do Bronze de Canaã; parecia explicar também o declínio do sistema de assentamento nas terras baixas no final da era do Bronze e a ascensão desse sistema nas regiões montanhosas na Idade do Ferro I, teoria bem sintonizada com a orientação política radical da vida acadêmica americana e européia daquela época. E ainda combinava com o crescente ceticismo da pesquisa bíblica em relação ao valor histórico dos livros de Josué e dos Juízes. Mas a teoria estava errada; de fato, ela foi abandonada com a mesma rapidez com que surgiu. O motivo? Era altamente especulativa e teórica, e tinha pouco apoio autêntico da arqueologia. Com efeito, a arqueologia testemunhou contra ela.

Mas isso também aconteceu numa hora errada. Por volta da década de 1980, antropólogos e arqueólogos ficavam cada vez mais céticos sobre a possibilidade de que a cerâmica e os estilos arquitetônicos pudessem revelar a etnia ou a origem geográfica de povos antigos. Tais elementos da cultura material podiam ser imitados com facilidade ou apropriados de uma sociedade por outra. De fato, a maioria dos achados mencionados por Dever foi desencavada em aldeias que representavam a segunda fase dos assentamentos nas montanhas. Dessa maneira, as semelhanças dos achados da Idade do Bronze posterior podem indicar mais o comércio ou as conexões econômicas de colonos da Idade do Ferro I com os povos das terras baixas do que sua origem, pois houve nítida continuidade nas ter-

ras baixas, da Idade do Bronze posterior até a Idade do Ferro I. Mais importante, na década de 1970 e no começo da de 1980, informação segura sobre as aldeias das regiões montanhosas da Idade do Ferro I começou a brotar do campo, e as novas evidências contradiziam, com clareza, a teoria da revolução social.

Em primeiro lugar, os novos dados mostravam que a Idade do Ferro I não foi o primeiro período de atividade intensiva de assentamento nas regiões montanhosas e que as duas 'inovações tecnológicas' eram conhecidas — e usadas — séculos antes do aparecimento do antigo Israel. Em outras palavras, o uso da rocha cortada, de cisternas emboçadas e a construção de terraços nas montanhas e colinas eram resultados característicos de forte atividade de assentamento na região montanhosa, não sua causa. A evidência arqueológica das terras baixas também não sustenta a teoria da revolução social. Nos últimos anos, ficou claro que na Idade do Bronze posterior o setor rural da sociedade cananéia já estava esvaziado e não poderia ter suprido nem a energia nem a mão-de-obra por trás da nova onda de assentamento na região montanhosa. Além disso, o trabalho arqueológico nas montanhas nas décadas de 1980 e 1990 produziu algumas indicações espantosas, como a de que a maioria dos colonos ali estabelecidos na Idade do Ferro I veio de um passado pastoril, em vez de sedentário.

Todas as três teorias da conquista israelita — invasão unificada, infiltração pacífica e revolução social — referendaram a noção bíblica fundamental de que o aparecimento do antigo Israel foi um fenômeno excepcional e singular na história do país. Novas descobertas, em décadas recentes, destroçaram essa idéia.

Apêndice D

Por que a arqueologia tradicional do período de Davi e de Salomão está errada

Conquistas de Davi: a ilusão da cerâmica

A evidência arqueológica mais importante usada para relacionar os níveis de destruição com as conquistas de Davi era uma cerâmica filistéia ornamentada, que tinha sido datada pelos especialistas do começo do século XII a.C. a cerca de 1000 a.C. Os primeiros estratos que não continham esse estilo específico eram datados do século X, ou seja, a época da monarquia unificada. Mas essa datação baseava-se inteiramente na cronologia bíblica e era, então, argumento redundante, porque a data mais remota para os níveis com essa cerâmica foi fixada de acordo com a era presumida das conquistas de Davi, por volta de 1000 a.C. De fato, não existe indicação clara para a data exata da transição do estilo filisteu para os tipos posteriores.

Além disso, estudos modernos revolucionaram a datação da cerâmica filistéia. Em décadas recentes, muitos sítios importantes têm sido escavados na planície costeira do sul de Israel, área de forte presença egípcia no século XII a.C., região onde os filisteus se instalaram. Esses sítios incluem três das cidades mencionadas na Bíblia como eixo da vida filistéia — Ashdod, Ashkelon

(Ascalon) e Acaron (Eglon, ou Ekron, ou Tel Miqne), e também muitos outros sítios que serviram como fortes egípcios. Esses últimos forneceram informação sobre a cultura material egipto-cananéia nas últimas décadas da hegemonia egípcia em Canaã. Os achados incluíram inscrições egípcias relacionadas com a administração imperial de Canaã e também vastas quantidades de vasos egípcios feitos localmente. Algumas das inscrições datam do reinado de Ramsés III, o faraó que lutou contra os filisteus e que, supõe-se, estabeleceu-os em seus fortes no sul de Canaã.

A surpresa foi que os estratos que representam as últimas fases da dominação egípcia em Canaã, no reinado de Ramsés III, não revelam os tipos mais antigos de vasos decorados filisteus, e os níveis filisteus mais antigos não mostraram nenhum sinal de presença egípcia, nem mesmo um único vaso egípcio. Ao contrário, eles estavam inteiramente separados. Além disso, em alguns sítios, fortes egípcios da época de Ramsés III foram substituídos pelos primeiros assentamentos filisteus. Em termos cronológicos, isso não poderia ter acontecido antes do colapso da dominação egípcia em Canaã, em meados do século XII a.C. As implicações dessa revelação para a arqueologia da monarquia unificada criam uma espécie de efeito dominó: o conjunto inteiro de estilos de cerâmica é empurrado para a frente no tempo, para cerca de mais meio século, e isso inclui a transição dos estilos filisteus para os pós-filisteus.

Outra espécie de evidência vem do estrato VIA em Megiddo, que representa a última fase da cultura material cananéia no norte. Esse estrato sempre esteve datado no século XI a.C. e se acreditava ter sido destruído pelo rei Davi. Essa suposição se ajustava com perfeição à ideologia bíblica: o piedoso rei Davi tinha aniquilado as últimas cidadelas remanescentes da cultura cananéia. Como esse estrato foi violentamente arrasado pelo fogo, centenas de vasos de cerâmica foram esmagadas pela queda das paredes e telhados. De fato, grande número de vasos foi descoberto pelas escavações do Instituto Oriental e, mais recentemente, pela escavação da Universidade de Tel Aviv, em Megiddo. Ainda assim, não foram encontrados exemplos do decorado estilo filisteu. Portanto, é impossível datar essa cidade do século XI, período de tempo no qual a cerâmica decorada filistéia era comum em todo o país, incluindo os sítios vizinhos no vale de Jezrael. É verdade, existem vasos filisteus na própria Megiddo, mas todos são remanescentes do estrato anterior. Isso significa que a última cidade em Megiddo, que apresentou sobras da cultura cananéia, não pode ter sido destruída pelo rei Davi por volta de 1000 a.C. Ambas as evidências, a do carbono-14 e a da cerâmica, sugerem que a cultura cananéia ainda existia muitas décadas depois, durante o século X a.C.

Repensando Megiddo: datas, cerâmica e estilos arquitetônicos

Yigael Yadin argumentou que a identificação das cidades de Salomão era baseada na estratigrafia, na cerâmica e na Bíblia. Mas a estratigrafia e a cerâmica oferecem apenas relativa cronologia. Dessa maneira, é claro que toda a idéia da arqueologia da monarquia unificada, do projeto de planejamento dos arquitetos para as cidades de Salomão e da grandeza de seus palácios reside em um versículo da Bíblia, no livro 1º dos Reis 9,15. Precisamos repetir isto, de novo: toda a reconstrução tradicional da natureza da monarquia identificada de Israel — sua expansão territorial, cultura material, relações com os países vizinhos — depende da interpretação de um só versículo bíblico! E esse versículo é muito problemático, porque não sabemos se está baseado em fontes autênticas

do tempo de Salomão ou em realidades posteriores. Nem mesmo compreendemos seu verdadeiro significado: 'Construir' significa que Salomão fundou outras cidades? Ele apenas fortificou as que já existiam? As três cidades mencionadas — Megiddo, Gezer e Hazor — simbolizam para o autor dos livros dos Reis as três genuínas cidades administrativas do norte de Israel? O autor dos Reis projetou a grande construção dessas cidades nos anos anteriores, na época de Salomão?

Vamos começar com o portão de seis câmaras. Primeiro, a idéia de que o portão de Megiddo data da época dos palácios de cantaria tem sido desafiada, em especial, porque o portão é conectado à maciça muralha que corre sobre os dois palácios. Em outras palavras, como a muralha é posterior aos palácios, e como se conecta com o portão, há uma boa razão para acreditar que o portão é também posterior aos palácios. Além disso, escavações recentes mostraram que esse tipo de portão era usado fora das fronteiras da monarquia unificada, e que portões similares foram construídos em fases posteriores da Idade do Ferro, até o século VII a.C. Assim, a única cavilha na qual toda a estrutura se sustenta também provou ser duvidosa. Mas isso não é tudo.

A próxima pista vem de um sítio vizinho em Jezrael, localizado a menos de 16 quilômetros a leste de Megiddo. O sítio foi escavado na década de 1990 por David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv, e John Woodhead, da British School of Archaeology (Escola Britânica de Arqueologia), em Jerusalém. Eles desencavaram um grande recinto fortificado, que identificaram com o palácio construído por Acab na primeira metade do século IX a.C. Essa acrópole palaciana foi destruída logo após sua construção. Presume-se que isso tenha acontecido no curso da revolta contra a dinastia amride, liderada pelo futuro rei israelita Jeú, ou como resultado da campanha militar de Hazael, rei de Damasco, no norte de Israel. Em qualquer um dos casos, a data do abandono do recinto de Jezrael teria acontecido por volta da metade do século IX a.C. A surpresa foi que a cerâmica encontrada no recinto de Jezrael é idêntica à cerâmica da cidade dos palácios em Megiddo. Mas essa última, supostamente, teria sido destruída um século antes, pelo faraó Sesac! Como podemos cobrir essa distância? Existem apenas duas possibilidades: ou puxamos a construção de Jezrael para trás, para a época de Salomão, ou empurramos os palácios de Megiddo para a frente, para a época da dinastia de Acab. Não é preciso dizer que nesse caso existe uma única solução, porque não há registro de ocupação salomônica de Jezrael e porque o conjunto arquitetônico de Jezrael é similar, em planejamento, à acrópole de Samaria, a capital do reino do norte, que sem dúvida foi construída pelos amrides. A cidade dos palácios de cantaria em Megiddo foi destruída na metade do século IX, provavelmente por Hazael, e não em 926 a.C., por Sesac.

Mas há qualquer outra evidência direta sobre a data da cidade dos palácios de Megiddo, além do efeito dominó que mencionamos antes? Em outras palavras, ainda é possível que tenha sido construída na época de Salomão, no século X a.C., e destruída somente no século IX? A resposta, aparentemente, é negativa, por duas razões. A primeira pista vem de Samaria, a capital do reino do norte de Israel, edificada no começo do século IX. Existem claras semelhanças nos métodos de construção do palácio de Samaria e dos dois palácios de Megiddo, e parece, por isso, que foram construídos na mesma época. Aqui também enfrentamos duas opções: ou argumentamos que o palácio de Samaria e a acrópole real foram ambos construídos por Salomão, ou argumentamos que os palácios de Megiddo foram construídos depois de

Salomão. A primeira opção não pode ser aceita, pois dificilmente existe alguma dúvida de que o palácio de Samaria e toda a acrópole foram erigidos por Amri e por Acab, no começo do século IX.

Devemos comentar aqui o tratamento dos materiais bíblicos. Alguns colegas nossos se perguntam como podemos desconsiderar a historicidade de um versículo da Bíblia (1 Reis 9,15) e aceitar a historicidade de outros, relacionados à construção do palácio em Jezrael, por Acab (1 Reis 21,1), e à construção do palácio em Samaria, por Amri (1 Reis 16,24). A resposta tem a ver com a metodologia. O material bíblico não pode ser tratado como bloco monolítico. Não exige a atitude de 'ame-o ou deixe-o'. Dois séculos de erudição bíblica moderna nos mostraram que o material bíblico deve ser avaliado capítulo por capítulo e, algumas vezes, versículo por versículo. A Bíblia inclui materiais históricos, não históricos e quase históricos, que ocasionalmente aparecem muito próximos um do outro no texto. Toda a essência da erudição bíblica é separar as partes históricas do restante do texto, de acordo com considerações lingüísticas, literárias e históricas extrabíblicas. Dessa maneira, sim, podemos duvidar da historicidade de um versículo e aceitar a validade de outro, especialmente no caso de Amri e Acab. Aliás, o reinado de Acab é descrito em textos assírios, moabitas e arameus, seus contemporâneos.

Apêndice E

Identificando a era de Manassés no registro arqueológico

Não é fácil localizar Manassés arqueologicamente, isto é, identificar os níveis específicos de cidades construídas durante seu reinado em sítios por todo o território de Judá. Embora a cerâmica da Idade do Ferro II, em Judá, seja mais conhecida do que a de qualquer outra fase da Idade do Ferro, sua datação ainda não é precisa o bastante para distinguir os estilos de uma geração especial. A razão principal para essa situação pouco desejável é que para datar conjuntos de cerâmica com precisão é necessário desencavar as camadas de ruínas que possam ser apontadas, com segurança, como de um evento histórico específico. Portanto, toda a cronologia da cerâmica da última fase da história de Judá, depois da queda de Israel, é baseada em um único sítio, o de Lachish, no Shephelah, que provê essa combinação duplamente, a de uma camada arqueológica de ruínas inquestionável, com ricos achados e confiável fonte histórica. Primeiro, os anais assírios, o relevo de Nínive e a Bíblia não deixam nenhuma dúvida de que a cidade foi destruída por Senaquerib, em 701 a.C. Segundo, a referência bíblica a Azeca e a Lachish como as últimas cidadelas que enfrentaram o ataque

babilônio (Jeremias 34,7), confirmada por um óstraco encontrado no sítio, proporciona clara evidência de que Lachish foi aniquilada pelos babilônios em 587-586 a.C.

Essas duas destruições de Lachish estão relacionadas com o fim dos estratos III e II do sítio. Comparando conjuntos da Idade do Ferro II, que foram descobertos em outros sítios de Judá, aos dois ricos conjuntos de cerâmica bem datados de Lachish, os especialistas foram capazes de distinguir dois horizontes nos séculos VIII-VII a.C., de Judá: sítios que foram destruídos pelos assírios no final do século VIII a.C. e os destruídos pelos babilônios no começo do século VI.

O reinado de Manassés situa-se entre esses dois horizontes. Como ele era vassalo leal da Assíria, não houve guerras no seu tempo; não aconteceram grandes destruições. Sua época foi de momentos pacíficos para Judá. Ainda assim, o que foi bom para o povo de Judá é, com ironia, ruim para os arqueólogos. Não possuímos sequer um único estrato que possa ser datado desse período. As cidades estabelecidas por Manassés sobreviveram até a queda final de Judá e, conseqüentemente, as camadas de destruição apresentam mais a cultura material de seus últimos anos que a dos seus dias mais antigos. Dessa maneira, a única forma de localizar Manassés é definir as tendências demográficas e de assentamento público em Judá, entre 701 a.C. e o final do século VII. Tendo em mente que o reinado de Manassés ocorreu logo depois da campanha militar de Senaquerib e que representa período significativo de recuperação econômica, ainda assim essa informação genérica não tem muito valor.

Apêndice F

Quão vasto era o reino de Josias?

O livro das Crônicas sugere que a campanha de Josué para a purificação do culto e para a conquista territorial atingiu os extremos norte e sul até as "cidades de Manassés, de Efraim e de Simeão, e tão longe como a de Neftali" (2 Crônicas 34,6). Portanto, muitos arqueólogos bíblicos consideraram verdadeiro, durante longo tempo, o relato das Crônicas e acreditaram que o reinado de Josias se estendeu por quase todo o território da Palestina ocidental, das áreas montanhosas do Negueb, ao sul, até a Galiléia, ao norte. De acordo com essa opinião, Josias tomou e dominou grandes porções dos territórios do antigo reino do norte, expandindo-se também para o norte e para o sul em áreas que nunca antes tinham sido controladas por Jerusalém. Mas a nova análise arqueológica sugere que os avanços territoriais de Josias foram mais limitados.

A opinião maximalista mais antiga sobre a fronteira do norte de Judá no tempo de Josias era baseada nos achados em Megiddo. Com a queda do reino do norte, os assírios transformaram essa cidade na capital de sua província, nos vales do norte e na Galiléia.

Eles reconstruíram Megiddo com um desenho todo diferente, com dois típicos palácios assírios e um novo conceito de cidade ortogonal, que estabelece ruas paralelas cruzando com outras em ângulos retos. Essa cidade — estrato III — é o melhor exemplo arqueológico de um centro de governo assírio nas províncias ocidentais do seu império e funcionou até a retirada assíria da Palestina, por volta do final do século VII a.C.

A camada seguinte em Megiddo — o estrato II — é, em muitas partes do cômoro, simples continuação da cidade anterior, com mínimas construções e acréscimos. Mas existem duas diferenças principais entre as cidades do estrato III e do estrato II: no nível posterior, a muralha da cidade deixou de ser utilizada e uma construção maciça, identificada pela equipe da Universidade de Chicago como um forte, foi erigida no lado leste do cômoro. De lá, dominava o vale e a estrada internacional do Egito para a Mesopotâmia. O estrato II foi atribuído, pelos mesmos escavadores, a Josias "em seu esforço para unir os dois reinos", e sua destruição parcial, imputada ao confronto que terminaria com a vida do próprio Josias.

Dessa maneira, o forte de Megiddo presumivelmente fornecia o elo perdido para explicar o confronto com Necau. Surgiu a hipótese de que Josias ocupara todos os territórios montanhosos do antigo reino do norte de Israel, depois expandindo-o para Megiddo, mais ao norte, onde construiu seu estratégico posto de fronteira. O controle sobre toda a região de Jerusalém ao vale de Jezrael possibilitou a Josias avançar com seu exército para Megiddo, na tentativa de impedir Necau de ajudar o exército assírio contra os babilônios.

Sobre a presumível fronteira ocidental do reino de Judá na época de Josias, a descoberta mais preciosa foi Mesad Hashavyahu, pequeno sítio na costa, a cerca de 24 quilômetros ao sul de Tel

Aviv. Esse modesto edifício, identificado como um forte — por isso seu nome em hebreu, *mesad*, ou 'forte' — produziu dois achados extraordinários. Primeiro, o conjunto de cerâmica, que é bem datado no século VII a.C. e inclui cerâmica importada grega; em segundo lugar, muitos óstracos encontrados no sítio eram escritos em hebraico bíblico. Eles mencionam nomes javistas (*yahwistic*) com o final em *yahu*: Hoshayahu, Obadiahu, Hashavyahu. Por causa disso, o sítio foi explicado como sendo um forte construído por Josias na costa, com o objetivo de permitir a Judá o acesso ao mar. Contava com um comandante judaico e mercenários gregos que serviam no exército de Judá, numa função semelhante ao papel que exerceram no exército do Egito, na mesma época. Óstracos contemporâneos, encontrados no forte Arad de Judá no vale de Bersabéia, parecem sustentar essa idéia; mencionam a distribuição de provisões alimentares para pessoas chamadas *kittim*, termo que foi interpretado como significando 'gregos', isto é, um contingente de mercenários gregos no exército de Judá.

A discussão sobre a fronteira do reino de Josias, ao sul, concentrou-se em dois grandes fortes do século VII — Kadesh-barnea e Haseva — escavados pelo arqueólogo israelita Rudolph Cohen, no deserto mais ao sul da linha das cidades de Judá no vale de Bersabéia. Kadesh-barnea comandava o maior oásis na importante estrada de comércio ligando o sul da Palestina até o extremo do golfo de 'Aqaba, e, em direção ao sul, até a Arábia. De acordo com um escavador, uma série de fortes de Judá foi construída no sítio. O último da série é construção do tempo de Josias, e sua destruição pelos babilônios ocorreu em 586 a.C. Essa última estrutura foi identificada como um forte de Judá, de certa semelhança com fortes judaicos no vale de Bersabéia, porque foram encontrados alguns óstracos hebreus e porque a avaliação geral do reinado de

Josias sugeria a possibilidade da expansão do reino de Judá nessa área. Em Haseva, a cerca de 32 quilômetros ao sul do mar Morto, uma maciça estrutura quadrada em casamata, com cerca de 2,5 acres de tamanho e com elaborado portão de seis câmaras, foi datada dos séculos IX e VIII a.C. Sucedeu a essa estrutura um forte um pouco menor, do final do século VII a.C., relacionado com as atividades de Josias. Um estoque de vasos edomitas quebrados, usados em cultos, estava enterrado num fosso perto do forte e foi também atribuído ao século VII e relacionado com a reforma religiosa de Josias.

A despeito dessas indicações arqueológicas, aparentemente ligadas à expansão de Josias, alguns estudiosos acreditavam que certos materiais geográficos da Bíblia indicavam que os ganhos territoriais de Josias foram mínimos. A fonte mais importante é a série de listas de cidades tribais, em Josué 15-19, várias das quais o erudito alemão Albrecht Alt propôs que fossem datadas no século VII. Em particular, ele sugeriu que as listas das cidades de Judá, Benjamin, Dan e Simeão refletiam a divisão administrativa do reino na época de Josias. Naquele tempo, Judá era dividido em 12 distritos que abrangiam desde a área do vale de Bersabéia no sul até o platô de Benjamin no norte, incluindo o Shephelah. Outra indicação veio das listas daqueles que retornaram do exílio na Babilônia, que aparecem nos livros de Esdras e Neemias. Aparentemente, essas listas incluíam lugares que estavam dentro das fronteiras de Judá, antes de sua destruição em 586 a.C.

O historiador bíblico Benjamin Mazar acrescentou que a descrição dos limites geográficos da reforma religiosa de Josias no livro 2º Reis 23,8 também esclarece os limites de seu Estado: "E ele retirou todos os sacerdotes das cidades de Judá, e profanou os lugares altos — os altares ao ar livre — onde os sacerdotes haviam

queimado incenso, de Geba a Bersabéia". Mazar identificou esse lugar, Geba, como um sítio localizado a cerca de 24 quilômetros ao norte de Jerusalém. O significado de tudo isso foi, aparentemente, que a expansão de Josias ao norte foi mínima e incluiu apenas a área do muito odiado centro de culto em Betel.

De fato, os achados arqueológicos que foram usados pelos maximalistas podem ser interpretados de maneira diferente. Para começar com Megiddo, ao norte, não existe nenhuma indicação para atribuir o forte do estrato II a Josias. Nenhum objeto judaico do século VII (que descreveremos adiante) jamais foi encontrado em Megiddo. Podemos aceitar, com segurança, a visão alternativa, de que o estrato II nessa cidade representa uma conquista pacífica pelos egípcios. Provavelmente os palácios assírios continuaram a servir à administração egípcia, e um forte foi construído no lado leste do cômoro. Essa interpretação levanta um problema de certo modo similar, já que aquele estrato II, em Megiddo, não produziu achados de origem egípcia. Mas o domínio egípcio na Palestina, no século VII, foi bem curto — entre dez e vinte anos — e não deixou muitos achados arqueológicos, mesmo na planície costeira no sul.

E, a respeito de Mesad Hashavyahu a oeste, a cerâmica grega ali encontrada é agora conhecida de um número de sítios na planície costeira no sul e no vale de Bersabéia. A questão é: essa cerâmica pode ser compreendida como representação da presença física de mercadores gregos ou de mercenários, ou simplesmente como produto das relações comerciais com o Ocidente? Em geral, a resposta a uma questão como essa depende, entre outros fatores, da quantidade de cerâmica achada em determinado sítio. O índice relativamente alto dessa cerâmica em Mesad Hashavyahu pode, de fato, indicar a presença de gregos. E, se o

sítio foi um forte, então podemos estar lidando com mercenários. Portanto, a próxima questão seria: Em que exército eles serviram? O historiador grego Heródoto nos fala sobre mercenários gregos servindo no exército de Psamético I, rei do Egito, e que estavam aquartelados nas fortalezas de suas fronteiras. Esse relato foi confirmado em escavações no Egito, incluindo uma realizada em um dos lugares especificamente mencionado por Heródoto. Dessa maneira, podemos aceitar, com segurança, a teoria de que Mesad Hashavyahu era posto avançado costeiro do Egito, provido de, entre outros, mercenários gregos.

Mas não é possível que mercenários gregos também tenham servido no exército de Judá? Cabe mencionar, de novo, os *kittim* nessa conexão, citados em alguns dos óstracos do final do século VII que foram encontrados ao sul, no forte judaico Arad. O comandante do forte foi instruído a supri-los com provisões alimentares. Baseado na Bíblia, que identifica os *kittim* com os gregos ou cipriotas, e na cerâmica grega encontrada em Mesad Ashavyahu (que se supõe ter sido uma fortaleza judaica no tempo de Josias), Aharoni, o escavador de Arad, propôs que os *kittim* eram mercenários gregos ou cipriotas que serviram no exército de Judá. Mas outras explicações não são menos lógicas. Nadav Naaman sugeriu que os óstracos de Arad deveriam ser compreendidos como ordens dadas aos comandantes judeus para fornecerem alimentos aos mercenários gregos do exército egípcio, que naquela época dominava Judá. Outro historiador bíblico, Anson Rainey, propôs que os *kittim* não eram mercenários, mas, ao contrário, mercadores originários da cidade de Kition, em Chipre. De qualquer modo, considerando Mesad Ashavyahu, há pouca dúvida de que o Egito, que se expandiu ao longo da costa do Levante no final do século VII, era forte o bastante para impedir Josias de construir uma forta-

leza isolada no meio de uma área em que tinha sólidos interesses estratégicos.

Se Mesad Ashavyahu era um forte egípcio, devemos perguntar o que os judaicos — isso é, pessoas carregando nomes javistas (*yahwistic*) — estavam fazendo ali. O livro de Jeremias (44,1; 46,14) nos conta que, em sua época, judeus viviam em diversos lugares do Egito, e através dos achados arqueológicos encontrados na ilha Elefantina, no rio Nilo, no Alto Egito, combinados com as referências na Bíblia a Syene (Assuan), podemos assumir que serviram como mercenários no exército egípcio desde o final do período monárquico. Dessa maneira, é muito razoável que a unidade militar estacionada no forte egípcio de Mesad Hashavyahu incluía mercenários judaicos. Naaman sugeriu que alguns desses judeus podem ter sido trabalhadores de corvéia, enviados para lá como parte das obrigações de Judá enquanto subordinado do Egito. Portanto, não existe nenhuma razão para espichar o território de Josias para tão longe no oeste, até a costa.

Agora, para o sul. Os dois fortes do século VII, situados no extremo sul — Kadesh-barnea a oeste e Haseva a leste —, foram identificados como judaicos, de acordo com alguns tipos de cerâmica e (no caso do primeiro) alguns óstracos hebreus, mas principalmente conforme a idéia da grande expansão de Judá na época de Josias. Mas existe outra alternativa não menos plausível, proposta por Naaman, de que ambos foram construídos no começo do século VII sob os auspícios assírios, com a ajuda de Estados vassalos locais — Judá (de Manassés) e Edom —, e que esses fortes foram administrados por tropas vassalas locais. Ele propôs ainda que os óstracos escritos na grafia hierática egípcia, encontrados em Kadesh-barnea, sugerem que no final do século VII o sítio passou para controle egípcio. De fato, os dois fortes, em particular o

imenso forte de Haseva (que parece ser datado do século VII), de algum modo são diferentes dos fortes judaicos no vale de Bersabéia.

Mas basta de indicações negativas. Temos pistas positivas, ou seja, achados arqueológicos que possam nos ajudar a delinear as fronteiras de Judá na época de Josias? A cultura material de Judá, no final do século VII, tinha várias características nítidas, relativamente fáceis de traçar no registro arqueológico. Esses achados arqueológicos representam vários aspectos da vida de Judá no século VII, como o comércio, culto, administração e a vida diária. Se planejarmos sua distribuição num mapa, seremos capazes de identificar as fronteiras de Judá. Embora alguns deles apareçam, pela primeira vez, poucas décadas depois do reinado de Josias, devem ter continuado em uso, e sua popularidade alcançou o auge no final do século VII. Em outras palavras, podemos especular que, se Josias estendeu as fronteiras de Judá, achados arqueológicos típicos devem ter aos poucos se estendido também pelos novos territórios.

A primeira característica da arqueologia de Judá no século VII é de pequenos pesos inscritos, feitos de calcário, aparentemente usados para a atividade comercial diária, privada. Eles aparecem, em especial, no coração do reino de Judá, do vale de Bersabéia ao sul até a área bem ao norte de Jerusalém, tendo sido encontrados em grandes quantidades também no leste de Shephelah. Fora das fronteiras tradicionais de Judá, eles são achados em números significativos somente a oeste, no baixo Shephelah e na planície costeira. No entanto, isso pode ser resultado de forte atividade comercial entre Judá e essa área.

Outro achado típico do século VII de Judá é a impressão de selos na forma de roseta encontrados nas alças dos jarrões de armazenamento. É provável que esses selos desempenhassem algum papel, ainda não inteiramente compreendido, na administração de Judá daquele período. Sua distribuição abrange as áreas montanho-

sas de Judá, do vale de Bersabéia no sul até a área um pouco ao norte de Jerusalém, com principal concentração em torno da capital.

Estatuetas de uma figura de mulher segurando os seios com as mãos também são encontradas em grandes quantidades no final da monarquia de Judá, e podem ser diferenciadas de estatuetas similares que aparecem em regiões vizinhas. Quase todas elas foram encontradas no centro vital do reino de Judá, entre Bersabéia e Betel; no oeste, elas aparecem em grande número em lugares tão distantes quanto a linha de fronteira de Lachish e Bet-Sames. Outro tipo de estatueta, exibindo um cavalo e um cavaleiro, também é popular na região no final da Idade do Ferro II. Nesse caso, também uma versão judaica pode ser isolada. Quase todas as estatuetas desse último tipo foram encontradas dentro das fronteiras do próprio reino de Judá.

De qualquer modo, esses objetos e os modelos típicos da cerâmica judaica do final do século VII são achados principalmente no centro vital do reino do sul, mas as quantidades diminuem no oeste ou no norte. Porém, eles ainda aparecem em quantidades significativas no platô de Betel, mas, mais distante, ao norte, sua participação nos conjuntos de cerâmica é bem menor.

Quando todos esses itens são colocados estrategicamente num mapa, sua distribuição é bastante semelhante: vai do vale de Bersabéia até o platô de Betel, ao norte de Jerusalém, e do mar Morto e do vale do Jordão até o alto Shephelah. A questão é: eram essas as fronteiras de Judá? Elas indicam que não houve expansão mais para norte ou representam apenas o núcleo do reino? Também aí precisamos lembrar que, se o ímpeto de conquistar o norte não durou muito tempo, pode estar sub-representado nos registros arqueológicos. Mas uma anexação de novos territórios, permanente e de longo alcance, no reino de Judá, simplesmente não é sugerida ou corroborada pelos achados arqueológicos.

Apêndice G

Fronteiras da província de Yehud

Os reis persas mantiveram a divisão administrativa principal do Oriente Próximo, instituída anteriormente pelos impérios assírio e babilônio. Sob o domínio persa, os vastos territórios da região foram divididos em satrapias, e cada satrapia era subdividida em províncias, administradas por governadores. A Palestina pertenceu a uma satrapia chamada 'Além do Rio' (isto é, a oeste do Eufrates), que, de acordo com Heródoto — o grande historiador grego da época — incluía as áreas da Síria, Fenícia, Chipre e Palestina.

A informação territorial mais detalhada sobre a província de Yehud depois do exílio vem do texto bíblico, da lista de exilados que retornaram da Babilônia (Esdras 2; Neemias 7) e da lista de construtores das muralhas de Jerusalém (Neemias 3). No sul, a fronteira entre Yehud e o território edomita passava bem ao sul de Betsur, deixando Hebron — a segunda cidade mais importante nas áreas montanhosas do final da época monárquica e local do túmulo dos patriarcas — fora do território dos repatriados. Ao norte, a fronteira de Yehud amoldava-se à fronteira anterior do antigo reino de Judá, no século VII, passando ao norte de Masfa e Betel. A leste,

Jericó estava inserida em Yehud. A oeste, a área de Lod, no norte do Shephelah, é mencionada na lista dos exilados que retornaram da Babilônia, mas não existe consenso entre os especialistas sobre sua inclusão na província. Dessa maneira, Yehud era uma província pequena, cobrindo em particular as áreas montanhosas de Judá, estendendo-se cerca de 24 quilômetros para o norte e para o sul de Jerusalém, área não muito maior que 2.000 quilômetros quadrados. Esse era um território ainda muito menor que a área limitada do reino de Judá, no final do século VII a.C. Diferentemente desse, não abrangia as colinas ao sul de Hebron, o vale de Bersabéia e muito o Shephelah. A província parecia subdividida em distritos; a lista dos construtores da muralha (Neemias 3) menciona algumas cidades, entre as quais Masfa, ao norte, e Betsur, ao sul, que serviam como centros do distrito, dentro da província de Yehud.

Essa reconstrução textual das fronteiras de Yehud é confirmada pelos achados arqueológicos. Desses, os mais indicativos são várias impressões de selos, encontradas em vasos de cerâmica do período persa, exibindo caracteres aramaicos ou hebreus, que significavam o nome aramaico da província, Yehud. Até agora, foram descobertas poucas centenas de exemplos; sua distribuição, ao menos em quantidades significativas, é idêntica às das fronteiras da província de Yehud, como descrita acima: da área de Masfa, ao norte, até Betsur, ao sul, e de Jericó, a leste, até Gezer (perto de Lod), a oeste. De fato, quase todas as impressões foram encontradas em Jerusalém e em sítios imediatamente ao norte e ao sul. Um tipo dessas impressões exibe, além do nome da província, um nome pessoal e o título de 'governador'. Esses nomes pessoais são identificados, pela maioria dos especialistas, como outros governadores desconhecidos da província, ou seja, oficiais ou funcionários que tinham o mesmo posto que Neemias.